



Banco do Brasil S.A.

Análise do Desempenho
2T21





Este Relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles, aqui, antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da Administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R\$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.



Índice

Apresentação.....	8
Destaques	9
Acesso on-line.....	10
Sumário do Resultado.....	16
Resultado Estrutural	18
Margem Financeira Bruta	19
PCLD Ampliada.....	20
Receitas de Prestação de Serviços	21
Despesas Administrativas e Índice de Eficiência.....	22
Índice de Basileia	23
Carteira de Crédito.....	25
Sustentabilidade	29
Experiência do Cliente	34
Estratégia Digital.....	35
Projeções Corporativas 2021.....	45
1. Informações Financeiras Consolidadas Resumidas	46
Balanco Patrimonial Consolidado	47
Demonstração do Resultado Consolidado	48
Abertura das Realocações.....	49
Glossário das Realocações.....	51
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários.....	52
2. Margem Financeira Bruta	53
Receita Financeira com Operações de Crédito	55
Despesa Financeira de Captação	58
Despesa Financeira de Captação Institucional.....	60
Resultado de Tesouraria.....	61
Análise dos Ativos e Passivos.....	66
Margem Gerencial de Crédito.....	72
Exposição Cambial e Balanço por Indexador	74
Perfil de Descasamento por Vencimento	76
3. Receitas de Prestação de Serviços	77
4. Despesas Administrativas	80
Despesas de Pessoal	82
Outras Despesas Administrativas	84
Canais de Atendimento	85
Indicadores	88



5. Outros Componentes do Resultado do Exercício	91
6. Gestão de Capital	95
7. Crédito	103
Custo e Qualidade do Crédito.....	114
Crédito Pessoa Física.....	123
Qualidade do Crédito PF.....	129
Crédito Pessoa Jurídica.....	133
Qualidade do Crédito Pessoa Jurídica.....	139
Crédito Agro.....	144
Qualidade do Crédito Agronegócios.....	153
8. Captações	157
9. Assessoria em Investimentos	163
Pilares de atuação.....	164
BB Private.....	168
10. Soluções Financeiras	172
Meios de Pagamentos.....	173
Gestão de Recursos de Terceiros.....	175
Mercado de Capitais.....	179
Consórcios.....	181
11. Outras Informações	184
Ativo e Passivo Atuarial.....	185
Negócios Internacionais.....	190
Glossário	197



Índice de Tabelas

Tabela 1. Demonstração do Resultado Resumida – R\$ milhões.....	17
Tabela 2. Resultado Estrutural – R\$ milhões.....	18
Tabela 3. Margem Financeira Bruta e Spread – R\$ milhões.....	19
Tabela 4. PCLD Ampliada ¹ – R\$ milhões.....	20
Tabela 5. Receitas de Prestação de Serviços – R\$ milhões.....	21
Tabela 6. Quantidade de Parceiros e APIs.....	39
Tabela 7. Projeções corporativas para 2021.....	45
Tabela 8. Balanço Patrimonial – Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido – R\$ milhões.....	47
Tabela 9. Demonstração do Resultado com Realocações – R\$ milhões.....	48
Tabela 10. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários – R\$ milhões.....	50
Tabela 11. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários – R\$ milhões.....	52
Tabela 12. Principais Indicadores.....	54
Tabela 13. Composição da Margem Financeira Bruta – R\$ milhões.....	54
Tabela 14. Receita Financeira de Operação de Crédito – R\$ milhões.....	55
Tabela 15. Composição Sintética dos Ativos – R\$ milhões.....	57
Tabela 16. Resultado de Captação – R\$ milhões.....	58
Tabela 17. Captações vs. Taxa Selic – R\$ milhões.....	59
Tabela 18. Despesa de Captação Institucional – R\$ milhões.....	60
Tabela 19. Resultado de Tesouraria – R\$ milhões.....	61
Tabela 20. Resultado com TVM – R\$ milhões.....	62
Tabela 21. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado – R\$ milhões.....	63
Tabela 22. Carteira de Títulos por Prazo – Valor de Mercado – R\$ milhões.....	64
Tabela 23. Saldo da Liquidez – R\$ milhões.....	64
Tabela 24. Despesa de Captação no Mercado Aberto – R\$ milhões.....	65
Tabela 25. Outros Componentes de Tesouraria – R\$ milhões.....	65
Tabela 26. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (anual) – R\$ milhões.....	66
Tabela 27. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (trimestral) – R\$ milhões.....	66
Tabela 28. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (acumulado) – R\$ milhões.....	67
Tabela 29. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (anual) – R\$ milhões.....	67
Tabela 30. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (trimestral) – R\$ milhões.....	68
Tabela 31. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (acumulado) – R\$ milhões.....	68
Tabela 32. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) – R\$ milhões.....	69
Tabela 33. Margem Global – %.....	70
Tabela 34. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro – R\$ milhões.....	70
Tabela 35. Variação de Volume/Taxa – R\$ milhões.....	71
Tabela 36. Margem Gerencial – R\$ milhões.....	72



Tabela 37. Taxa por Carteira ¹ – %.....	73
Tabela 38. Balanço em Moedas Estrangeiras – R\$ milhões.....	74
Tabela 39. Descasamento por Vencimento – R\$ milhões.....	76
Tabela 40. Receitas de Prestação de Serviços – R\$ milhões.....	78
Tabela 41. Despesas Administrativas – R\$ milhões.....	81
Tabela 42. Despesas de Pessoal – R\$ milhões.....	82
Tabela 43. Perfil dos Colaboradores.....	83
Tabela 44. Outras Despesas Administrativas – R\$ milhões.....	84
Tabela 45. Rede de Atendimento.....	85
Tabela 46. Atendimento Tradicional e Especializado.....	86
Tabela 47. Índices de Cobertura Ajustados – R\$ milhões.....	88
Tabela 48. Índices de Eficiência Ajustados – R\$ milhões.....	89
Tabela 49. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência.....	90
Tabela 50. Outras Receitas e Despesas – R\$ milhões.....	92
Tabela 51. Participações Societárias no Brasil – R\$ mil.....	93
Tabela 52. Participações Societárias no Exterior – R\$ mil.....	94
Tabela 53. Índice de Basileia – R\$ milhões.....	98
Tabela 54. PRMR Referente à Parcela do RWA _{CPAD} ¹ – R\$ milhões.....	100
Tabela 55. PRMR Referente à Parcela do RWA _{OPAD} ¹ – R\$ milhões.....	101
Tabela 56. PRMR Referente à Parcela do RWA _{MPAD} ¹ – R\$ milhões.....	101
Tabela 57. RWA _{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR – R\$ milhões.....	102
Tabela 58. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada – R\$ milhões.....	104
Tabela 59. 100 Maiores Clientes em Relação à Carteira de Crédito Classificada e PR – R\$ milhões.....	107
Tabela 60. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo ¹ – R\$ milhões.....	113
Tabela 61. Risco de Crédito – R\$ milhões.....	115
Tabela 62. Carteira de Crédito Pessoa Física – R\$ milhões.....	123
Tabela 63. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – R\$ milhões.....	133
Tabela 64. Carteira de Crédito MPME – R\$ milhões.....	136
Tabela 65. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ – R\$ milhões.....	138
Tabela 66. Carteira de Crédito dos Agronegócios – R\$ milhões.....	144
Tabela 67. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado – R\$ milhões.....	145
Tabela 68. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola – R\$ milhões.....	148
Tabela 69. Carteira de Crédito Classificada dos Agronegócios por Região – %.....	149
Tabela 70. Composição da Carteira de Negócios Sustentáveis – R\$ milhões.....	152
Tabela 71. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio – R\$ milhões.....	156
Tabela 72. Captações Comerciais – R\$ milhões.....	158
Tabela 73. Captações Institucionais – R\$ milhões.....	159
Tabela 74. Captações Comerciais no Exterior – Modalidade – US\$ milhões.....	159
Tabela 75. Captações Comerciais no Exterior – Produto – US\$ milhões.....	160



Tabela 76. Fontes e Usos – R\$ milhões.....	161
Tabela 77. Emissões Vigentes no Exterior.....	162
Tabela 78. Base de Cartões – Uso Recorrente ¹ – Milhões	173
Tabela 79. Resultado com Negócios de Cartões ¹ – R\$ milhões	174
Tabela 80. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento – R\$ milhões	176
Tabela 81. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Classe Anbima ¹ – R\$ milhões	176
Tabela 82. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais – R\$ Milhões.....	177
Tabela 83. Consórcios – Cotas Ativas por Tipo – Milhares	182
Tabela 84. Consórcios – <i>Ticket</i> Médio – R\$.....	183
Tabela 85. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média	183
Tabela 86. Composição dos Ativos – %.....	186
Tabela 87. Principais Premissas Atuariais ¹ – %	186
Tabela 88. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – CVM nº 695/2012 – R\$ milhões.....	187
Tabela 89. Previ (Plano 1) – Fundos de Utilização ¹ – R\$ milhões.....	187
Tabela 90. Efeitos da Contabilização da Cassi – CVM nº 695/2012 – R\$ milhões	189
Tabela 91. Rede de Atendimento no Exterior.....	190
Tabela 92. Consolidado no Exterior – Ativo – R\$ milhões.....	191
Tabela 93. Consolidado no Exterior – Passivo – R\$ milhões.....	192
Tabela 94. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado – R\$ milhões	192
Tabela 95. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais – R\$ milhões	193
Tabela 96. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado – R\$ milhões.....	194
Tabela 97. Banco Patagonia – Margem Financeira Bruta – R\$ milhões.....	195
Tabela 98. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito – %	196



Índice de Figuras

Figura 1. Despesas Administrativas – R\$ milhões.....	22
Figura 2. Basileia - %	23
Figura 3. Movimentação no Índice de Capital Principal (ICP) - %.....	24
Figura 4. Carteira de Crédito Ampliada – R\$ bilhões	25
Figura 5. Inad +90d – %.....	26
Figura 6. Cobertura ¹ – %	27
Figura 7. Prorrogações em Carência – R\$ bilhões	28
Figura 8. Vencimento das operações prorrogadas em	28
Figura 9. Compromissos com a Sustentabilidade	30
Figura 10. Carteira Sustentável – R\$ bilhões.....	33
Figura 11. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – %	36
Figura 12. Participação das Plataformas Digitais nas Operações Bancárias – %.....	37
Figura 13. Investimentos em Tecnologia – R\$ bilhões	38
Figura 14. Jornada de Inteligência Artificial no BB.....	41
Figura 15. Interações no WhatsApp X Resolutividade do Bot.....	43
Figura 16. Distribuição das Receitas de Crédito – %	56
Figura 17. Distribuição da Carteira de Crédito Classificada – %	56
Figura 18. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo) – %	63
Figura 19. Distribuição dos Ativos Rentáveis – %.....	69
Figura 20. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida – R\$ bilhões	75
Figura 21. Terminais de Autoatendimento – %	87
Figura 22. Evolução do Índice de Basileia - %	96
Figura 23. Consumo de RWA – R\$ bilhões.....	99
Figura 24. Composição do RWA por tipo de risco – %	100
Figura 25. Negócios Varejo, Atacado PJ e Rural – R\$ milhões	105
Figura 26. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) – % e R\$ bilhões.....	106
Figura 27. Carteira Sustentável – R\$ bilhões	109
Figura 28. Prorrogações em Carência – R\$ bilhões.....	110
Figura 29. Vencimento das operações prorrogadas em carência – R\$ bilhões.....	110
Figura 30. Renovados – R\$ milhões	111
Figura 31. Créditos Renegociados por Atraso – Contratações no Banco Múltiplo ¹ – R\$ milhões	112
Figura 32. PCLD Ampliada ¹ – R\$ milhões.....	114
Figura 33. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco – %.....	116
Figura 34. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada – R\$ milhões.....	116
Figura 35. INAD +90d – em % da Carteira de Crédito Classificada.....	117
Figura 36. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada	118



Figura 37. <i>New NPL</i> – % da Carteira de Crédito Classificada	119
Figura 38. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança – %.....	120
Figura 39. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas ¹ – %	121
Figura 40. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %	122
Figura 41. Composição Percentual e Carteira de Crédito Interna Pessoa Física – R\$ milhões	124
Figura 42. Crédito Consignado – R\$ milhões.....	126
Figura 43. Financiamento Imobiliário – R\$ milhões	127
Figura 44. Cartão de Crédito – R\$ milhões	128
Figura 45. Carteira de Crédito Classificada PF por Nível de Risco – %	129
Figura 46. INAD +90d e Cobertura da Carteira Classificada PF – %	130
Figura 47. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito	131
Figura 48. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito Pessoa Física	131
Figura 49. Safra Anual – Crédito Pessoa Física	132
Figura 50. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – R\$ milhões.....	134
Figura 51. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica – R\$ milhões	135
Figura 52. Carteira de Crédito Classificada PJ por Nível de Risco – %	139
Figura 53. INAD +90d e Cobertura da Carteira Classificada PJ – %.....	140
Figura 54. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito	141
Figura 55. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	142
Figura 56. Safra Anual – Carteira MPME.....	143
Figura 57. Desembolsos por Segmento do Crédito Rural – R\$ milhões	146
Figura 58. Carteira de Crédito Classificada dos Agronegócios por Nível de Risco – %.....	153
Figura 59. INAD +90d e Cobertura da Carteira Classificada Agro – %	154
Figura 60. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito	154
Figura 61. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito dos Agronegócios	155
Figura 62. Participação de Mercado das Captações do BB – R\$ bilhões	158
Figura 63. Evolução do PL de fundos de ações e multimercados – Varejo e Estilo – Base 100	165
Figura 64. Quantidade de Ordens no Home Broker BB – 3T19 Base 100	165
Figura 65. Volume Contratado pelo Robô <i>Advisor</i> e Simulador de Investimentos – R\$ milhões	167
Figura 66. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões.....	174
Figura 67. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões	175
Figura 68. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões.....	178
Figura 69. Consórcios – Receitas com Prestação de Serviços e Cotas Ativas	182
Figura 70. Banco Patagonia – Captações – R\$ milhões.....	194
Figura 71. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões	195



Apresentação

O relatório Análise do Desempenho apresenta a situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Ele é destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores e tem periodicidade trimestral. O leitor encontrará tabelas com as séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado com Realocações, além de informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais.

Ao final do relatório, são apresentadas as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Todos os documentos estão disponíveis no site de Relações com Investidores (www.bb.com.br/ri).



Destaques

- ▶ No Sumário do Resultado, apresentamos uma nova seção sobre “Experiência do Cliente”.
- ▶ Ainda no Sumário, apresentamos novas informações sobre Sustentabilidade Empresarial.
- ▶ No Capítulo 7, de Crédito, apresentamos novas informações sobre nossa atuação no Agronegócio, sobre o Plano Safra e sobre a plataforma Broto.



Acesso on-line

O relatório Análise do Desempenho pode ser acessado no site de Relações com Investidores do Banco do Brasil. No site também são disponibilizadas mais informações sobre a Empresa, como: informações estruturais, governança corporativa e sustentabilidade, fatos relevantes e comunicados ao mercado, apresentações, calendários de eventos, entre outros. Você pode consultar todos os documentos referentes às divulgações na Central de Resultados como baixá-las no Kit Investidor.

Banco do Brasil

bb.com.br

Relações com Investidores

bb.com.br/ri



Grandes Números

Lucro Líquido Ajustado de
R\$ 5,0 bi
no 2T21 e de
R\$ 10,0 bi
no 1S21

2,6%
s/ o 1T21 e
48,4%
s/ o 1S21



Margem Financeira Bruta

-1,2% (2T21/ 1T21)

+2,1% (1S21/1S20)

R\$ 14,4 bi (2T21)

e **R\$ 28,9 bi** (1S21)



Carteira de
Crédito
Ampliada atingiu
R\$ 766,5 bilhões
em Jun/21

+1,1%s/ Mar/21
+6,1%s/ Jun/20

13,49%
Índice de Capital
Principal

Índice de
Basileia
19,65%



**Despesas
Administrativas**
+1,6% (2T21/1T21)
-0,2% (1S21/1S20)

**Índice de
Eficiência**
de **36,7%**
no 2T21





+4,8% s/ 1T21
+0,4% s/ 1S20

Receitas de
Prestação de
Serviços somam
R\$ 7,2 bi no 2T21 e
R\$ 14,1 bi no 1S21





Sumário do Resultado

O Banco do Brasil registrou lucro líquido ajustado de R\$ 5,0 bilhões no 2T21, aumento de 2,6% frente ao 1T21 e acréscimo de 52,2% em relação ao 2T20. O RSPL do trimestre anualizado alcançou 14,4%.

Na comparação com o 1T21, o resultado foi influenciado, principalmente, pela redução de 17,7% na linha de outros componentes do resultado, pelo desempenho positivo em receitas de prestação de serviços que cresceram 4,8% e pelo aumento de 13,8% da PCLD ampliada.

No primeiro semestre de 2021 o BB registrou lucro líquido ajustado de R\$ 10,0 bilhões, elevação de 48,4% se comparado com o 1S20. Esse acréscimo deve-se principalmente pela redução da PCLD ampliada em 52,1% e aumento da MFB em 2,1%.



Tabela 1. Demonstração do Resultado Resumida – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. %		1S20	1S21	Var. %
				2T20	1T21			1S20
Margem Financeira Bruta	14.297	14.564	14.384	0,6	(1,2)	28.359	28.948	2,1
PCLD Ampliada	(5.719)	(2.523)	(2.870)	(49,8)	13,8	(11.258)	(5.394)	(52,1)
PCLD - Risco de Crédito	(5.942)	(3.287)	(3.839)	(35,4)	16,8	(12.419)	(7.126)	(42,6)
PCLD - Recuperação de Crédito ¹	1.591	1.746	1.899	19,4	8,7	3.176	3.645	14,8
PCLD - Descontos Concedidos	(211)	(736)	(690)	-	(6,3)	(480)	(1.427)	-
PCLD - Perdas por Imparidade	(1.156)	(246)	(239)	(79,3)	(2,8)	(1.535)	(485)	(68,4)
Margem Financeira Líquida	8.578	12.040	11.514	34,2	(4,4)	17.101	23.554	37,7
Receitas de Prestação de Serviços	6.965	6.878	7.206	3,5	4,8	14.032	14.084	0,4
Despesas Administrativas	(7.850)	(7.737)	(7.857)	0,1	1,6	(15.620)	(15.594)	(0,2)
Risco Legal²	(774)	(1.593)	(1.657)	114,2	4,0	(1.635)	(3.250)	98,8
Outros Componentes do Resultado³	(1.799)	(2.505)	(2.061)	14,5	(17,7)	(3.419)	(4.566)	33,5
Resultado Antes da Trib. s/o Lucro	5.120	7.083	7.144	39,5	0,9	10.459	14.227	36,0
Imposto de Renda e Contribuição Social	(967)	(1.169)	(1.113)	15,2	(4,8)	(2.124)	(2.282)	7,5
Participações Estatutárias no Lucro	(426)	(600)	(679)	59,4	13,3	(862)	(1.279)	48,3
Lucro Líquido Ajustado⁴	3.311	4.913	5.039	52,2	2,6	6.706	9.952	48,4
Itens Extraordinários	(102)	(687)	485	-	-	(293)	(202)	(30,9)
Lucro Líquido	3.209	4.226	5.524	72,1	30,7	6.413	9.750	52,0
RSPL Mercado - %	11,9	15,1	14,4			12,2	14,9	
RSPL Ajustado - %	10,0	14,2	14,3			10,2	14,1	
RSPL Acionista - %	12,8	16,1	15,3			13,2	15,8	

(1) Série revisada no 1T21; (2) Grupamento contendo o saldo da linha 'Demandas Cíveis, Fiscais e Trabalhistas'; (3) Grupamento contendo o resultado das linhas 'Outras Provisões', 'Resultado de Participações em Controladas, Coligas e JV', 'PREVI - Plano de Benefícios 1', 'Previ - Atualização de Fundo Utilização', Despesas Tributárias, 'Outras Receitas/Despesas Operacionais' e 'Resultado Não Operacional'; (4) Lucro líquido ajustado está líquido do resultado de 'Participação Minoritária'.

Resultado Estrutural

Tabela 2. Resultado Estrutural – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. %		1S20	1S21	1S20	Var. %
				2T20	1T21				1S20
Receitas Operacionais Totais	23.020	23.681	23.542	2,3	(0,6)	46.135	47.223		2,4
Receitas Operacionais	23.067	23.256	23.111	0,2	(0,6)	46.159	46.367		0,5
Margem Financeira Bruta	14.297	14.564	14.384	0,6	(1,2)	28.359	28.948		2,1
Receitas de Prestação de Serviços	6.965	6.878	7.206	3,5	4,8	14.032	14.084		0,4
Res. de Part. em Controladas, Coligadas e JV	720	877	668	(7,3)	(23,8)	1.389	1.545		11,2
Outras Receitas Operacionais	1.085	937	853	(21,3)	(9,0)	2.379	1.791		(24,7)
Previ - Plano de Benefícios 1	(140)	116	116	-	-	(280)	231		-
Previ - Atualização de Fundo Utilização	94	310	315	-	1,4	257	625		-
Despesas Operacionais Totais	(12.249)	(14.198)	(13.575)	10,8	(4,4)	(24.533)	(27.773)		13,2
Despesas Administrativas	(7.850)	(7.737)	(7.857)	0,1	1,6	(15.620)	(15.594)		(0,2)
Despesas de Pessoal	(5.008)	(4.989)	(4.961)	(0,9)	(0,6)	(9.927)	(9.949)		0,2
Outras Despesas Administrativas	(2.842)	(2.748)	(2.897)	1,9	5,4	(5.693)	(5.645)		(0,9)
Despesas Tributárias	(1.329)	(1.372)	(1.497)	12,6	9,1	(2.532)	(2.869)		13,3
Risco Legal	(774)	(1.593)	(1.657)	114,2	4,0	(1.635)	(3.250)		98,8
Outras Provisões	(82)	(164)	24	-	-	(87)	(140)		61,0
Outras Despesas Operacionais	(2.214)	(3.332)	(2.587)	16,9	(22,3)	(4.659)	(5.919)		27,0
Resultado Não Operacional	67	123	48	(29,1)	(61,1)	115	171		48,8
Resultado Estrutural	10.839	9.606	10.014	(7,6)	4,2	21.716	19.621		(9,6)



Margem Financeira Bruta

A Margem Financeira Bruta (MFB) totalizou R\$ 14,4 bilhões no 2T21, variação de -1,2% e +0,6% na comparação trimestral e anual respectivamente. No 1S21, a MFB cresceu 2,1% totalizando R\$ 28,9 bilhões.

Na visão trimestral (2T21/1T21), a variação negativa é explicada pelo aumento de 38,5% na despesa financeira de captação (comercial), parcialmente compensada pelo desempenho positivo dos demais componentes da margem financeira (+4,8% da receita financeira com operações de crédito e +4,6% do resultado de tesouraria).

No acumulado (1S21/1S20), a variação positiva é explicada pela redução de 6,4% nas despesas financeiras (-4,8% em captação comercial e -8,9% em captação institucional), favorecidas pela variação da TMS, de 1,75% no 1S20 para 1,28% no 1S21, e pela recompra/liquidação de IHCD e dívida subordinada.

A TMS (taxa média Selic) atingiu seu menor patamar em fevereiro/21 e voltou a subir a partir de março/21, com maior impacto na taxa efetiva do 2T21.

Tabela 3. Margem Financeira Bruta e Spread – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. %		1S20	1S21	Var. %
				2T20	1T21			
Margem Financeira Bruta	14.297	14.564	14.384	0,6	(1,2)	28.359	28.948	2,1
Receita Financeira com Operações de Crédito	17.499	17.285	18.107	3,5	4,8	35.187	35.392	0,6
Despesa Financeira de Captação	(3.729)	(3.266)	(4.525)	21,3	38,5	(8.183)	(7.790)	(4,8)
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(2.580)	(2.474)	(2.355)	(8,7)	(4,8)	(5.304)	(4.830)	(8,9)
Resultado de Tesouraria ²	3.107	3.019	3.157	1,6	4,6	6.658	6.176	(7,2)
Spread Global - %³	4,0	3,7	3,6					
Spread Ajustado pelo Risco - %	2,4	3,1	2,9					

(1) inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior; (2) inclui o resultado com juros, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado; (3) Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

PCLD Ampliada

A PCLD Ampliada, composta pela despesa de PCLD líquida da recuperação de crédito, descontos concedidos e imparidade, totalizou R\$ 2,9 bilhões no 2T21. No semestre, a PCLD ampliada foi de R\$ 5,4 bilhões, redução de 52,1% na comparação com o 1S20. Abaixo, detalham-se os comportamentos das linhas que compõem o indicador:

Tabela 4. PCLD Ampliada¹ – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. %		1S20	1S21	Var. %
				2T20	1T21			1S20
PCLD Ampliada	(5.719)	(2.523)	(2.870)	(49,8)	13,8	(11.258)	(5.394)	(52,1)
PCLD – Risco de Crédito	(5.942)	(3.287)	(3.839)	(35,4)	16,8	(12.419)	(7.126)	(42,6)
PCLD – Recuperação de Crédito	1.591	1.746	1.899	19,4	8,7	3.176	3.645	14,8
PCLD – Descontos Concedidos	(211)	(736)	(690)	-	(6,3)	(480)	(1.427)	197,4
PCLD – Perdas por Imparidade	(1.156)	(246)	(239)	(79,3)	(2,8)	(1.535)	(485)	(68,4)

(1) Recuperação de crédito reprocessada no 1T21.

Risco de Crédito: Elevação trimestral de 16,8% e redução de 42,6% em comparação com o 1S20. Ao longo de 2020, o BB realizou antecipações prudenciais de provisões, totalizando R\$ 8,1 bilhões, montante que tem se mostrado suficiente para a cobertura adequada do risco de crédito da carteira até o momento.

Recuperação de Crédito: Aumento trimestral de 8,7% e semestral de 14,8%, o volume recuperado no 2T21 manteve trajetória crescente, registrando o maior patamar histórico para um segundo trimestre.

Descontos Concedidos: Redução trimestral de 6,3% e incremento semestral de 197,4%, influenciado pela estratégia de recuperação de ativos problemáticos.

Perdas por Imparidade: Redução trimestral de 2,8% e semestral de 68,4%.

Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços somaram R\$ 7,2 bilhões no 2T21, aumento de 4,8% na comparação com o trimestre anterior, com destaque para o desempenho de administração de fundos (+7,9%), operações de crédito e garantias (+24,4%), renda do mercado de capitais (+83,9%) e consórcios (+11,1%), que mais do que compensaram a redução das receitas com conta corrente (-5,8%).

Na comparação semestral, o crescimento de 0,4%, que está dentro do intervalo das projeções corporativas, foi influenciado pelo desempenho comercial nos segmentos de seguridade (+13,1%) e consórcios (+29,6%), enquanto as receitas com conta corrente apresentaram redução de 17,4%.

A administração do Banco vem buscando constantemente aprimorar seu portfólio de produtos e serviços, assim como novas formas de rentabilizar o relacionamento com seus clientes, seja pelo aumento na comercialização ou pelo desenvolvimento de novos modelos de negócios.

Tabela 5. Receitas de Prestação de Serviços – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. %		1S20	1S21	1S20
				2T20	1T21			
Receitas de Prestação de Serviços	6.965	6.878	7.206	3,5	4,8	14.032	14.084	0,4
Administração de Fundos	1.675	1.679	1.812	8,2	7,9	3.396	3.491	2,8
Conta Corrente	1.923	1.633	1.539	(20,0)	(5,8)	3.840	3.172	(17,4)
Seguros, Previdência e Capitalização	891	1.024	1.080	21,2	5,4	1.861	2.104	13,1
Cartão de Crédito/Débito	519	516	510	(1,8)	(1,3)	1.005	1.026	2,1
Consórcio	298	384	427	43,2	11,1	626	812	29,6
Cobrança	310	365	362	16,8	(0,8)	650	726	11,8
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	405	360	448	10,5	24,4	753	808	7,3
Arrecadações	224	242	243	8,7	0,4	486	485	(0,1)
Subsidiárias/Controladas no Exterior	179	174	192	7,1	10,7	342	366	7,1
Processamento de Convênios	147	163	183	24,3	12,2	314	345	10,1
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	97	96	88	(9,1)	(8,3)	196	184	(6,4)
Rendas do Mercado de Capitais	127	68	126	(0,8)	83,9	212	194	(8,2)
Serviços de Comércio Exterior	73	67	69	(6,5)	2,6	158	135	(14,4)
Outros	96	106	128	33,0	20,6	194	234	20,7

Despesas Administrativas e Índice de Eficiência

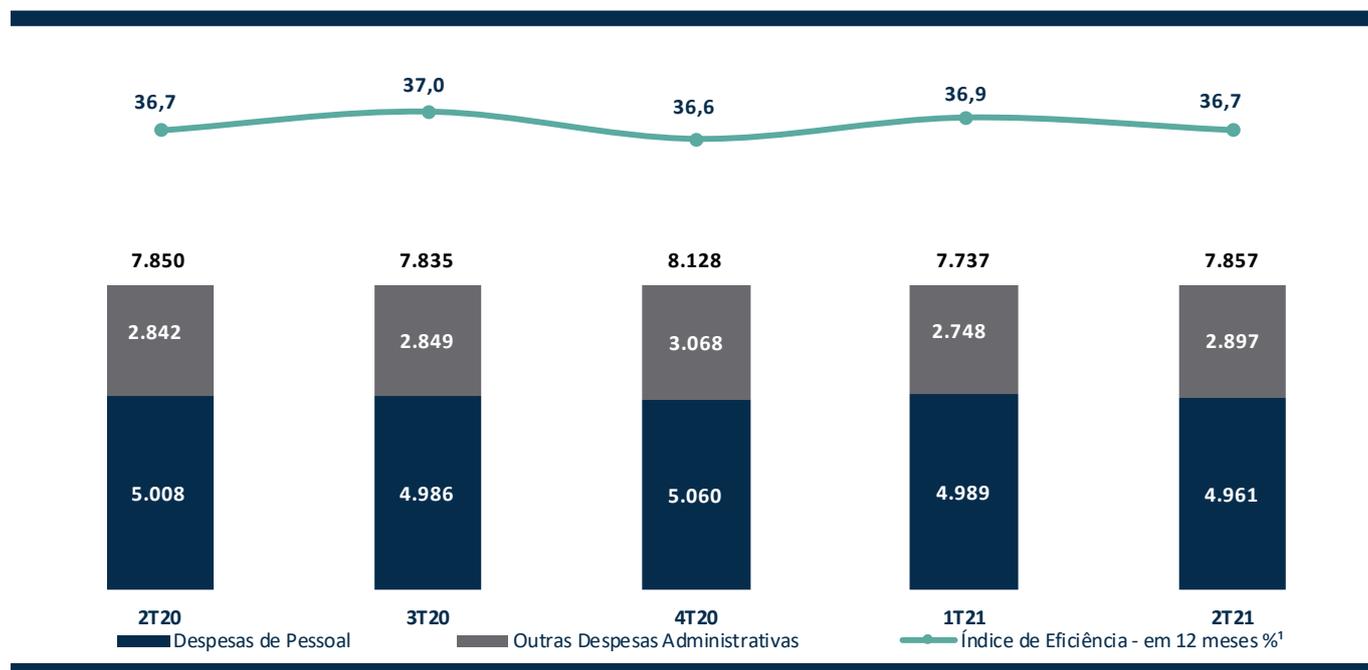
No 2T21 as despesas administrativas totalizaram R\$ 7,9 bilhões, aumento de 1,6% em relação ao trimestre anterior. O crescimento foi influenciado, principalmente, pelo aumento de 5,4% nas outras despesas administrativas, devido a novos projetos de comunicação e ao repasse anual para a Fundação BB com o objetivo de fomentar projetos sociais.

As despesas de pessoal registraram redução de 0,6%, influenciadas pelo desligamento de funcionários, no escopo do Programa de Adequação de Quadros (PAQ) e do Programa de Desligamento Extraordinário (PDE) e pelas economias geradas pelo novo Programa de Cargos e Salários e do Programa Performa, dentre outras medidas de eficiência.

Na comparação semestral, a queda de 0,2%, que está dentro do intervalo das projeções corporativas, reforça o compromisso com a austeridade e a eficiência na gestão das despesas administrativas abaixo da inflação registrada no período.

O índice de eficiência acumulado em 12 meses, que mede a relação entre as despesas administrativas e as receitas operacionais do Banco do Brasil, apresentou melhora de 20 bps na comparação com o trimestre anterior.

Figura 1. Despesas Administrativas – R\$ milhões



(1) Índice de Eficiência: Despesas Administrativas / Receitas Operacionais. Dados referentes à Demonstração do Resultado com Realocações.



Índice de Basileia

O BB possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos e considera (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo. Na Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e no Plano de Capital está definido um Índice de Capital Principal mínimo de 11% a partir de janeiro de 2022.

Em junho de 2021, o índice de Basileia foi de 19,65% e o índice de capital nível I de 16,73%, sendo 13,49% de capital principal.

Figura 2. Basileia - %

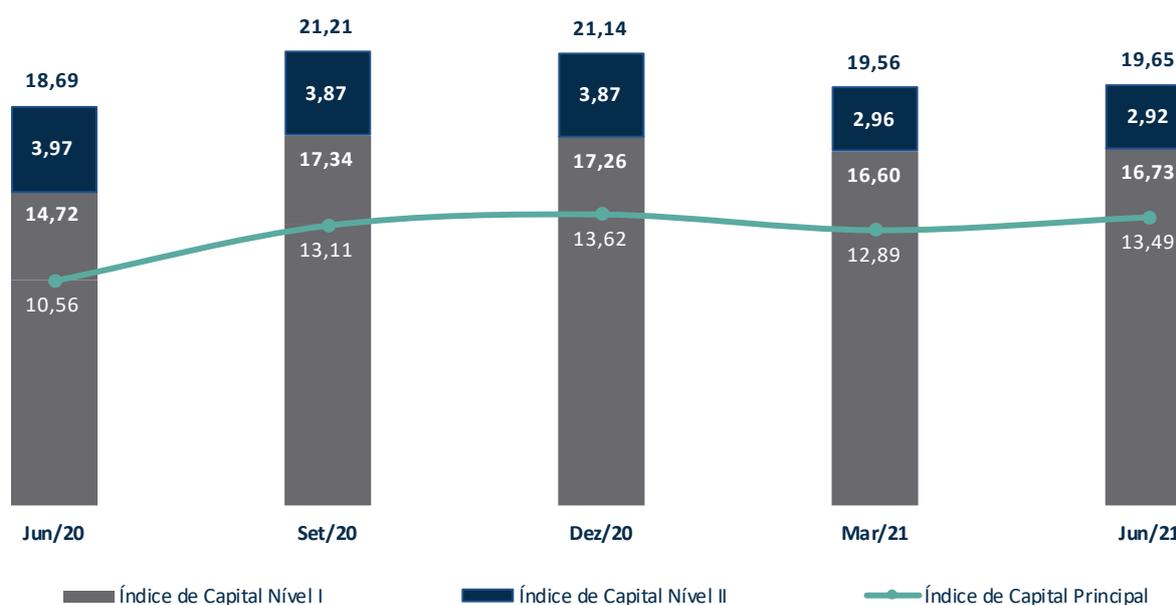
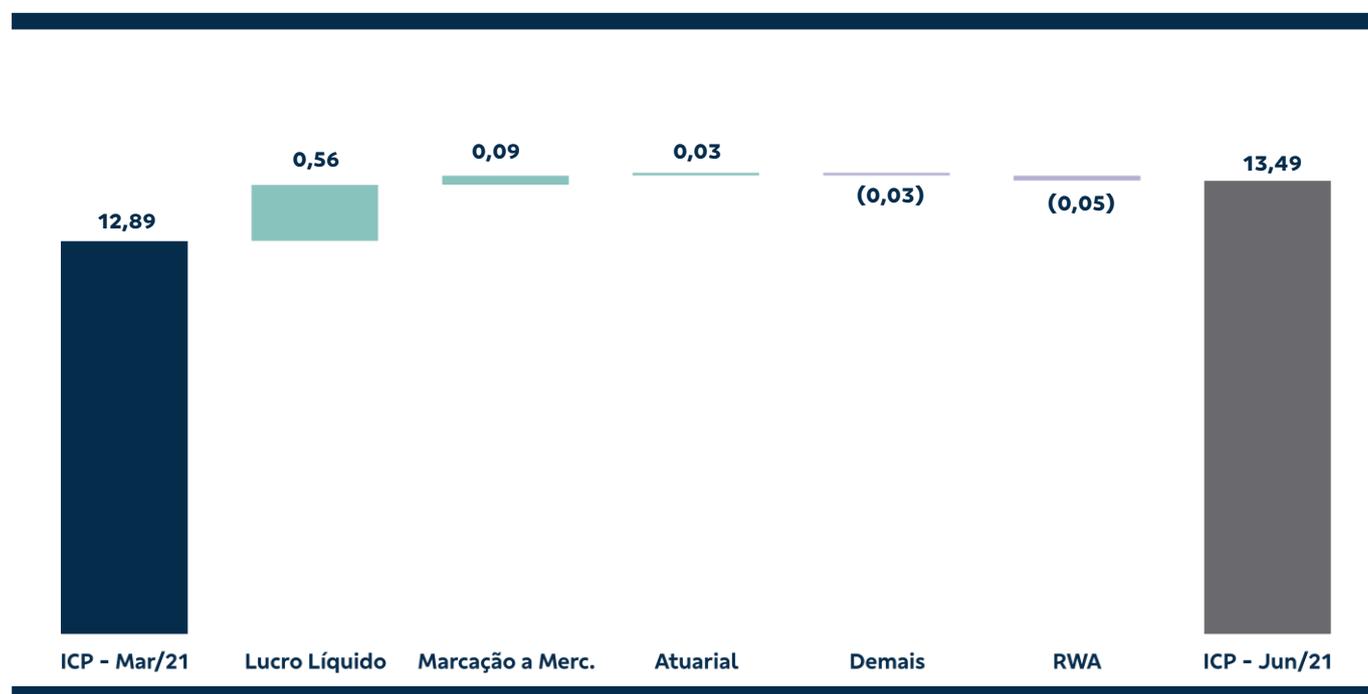




Figura 3. Movimentação no Índice de Capital Principal (ICP) - %



Carteira de Crédito

A Carteira de Crédito Ampliada, que inclui, além da Carteira Interna, TVM privados e garantias, totalizou R\$ 766,5 bilhões em junho/21, crescimento de 1,1% na comparação com março/21, com destaque para as operações com o varejo e com o agronegócio.

Na comparação com junho/20 (+6,1%), destaque para o crescimento do segmento PF (+10,3%) e do MPME (+24,8%) além do aumento de 9,7% do Agronegócios.

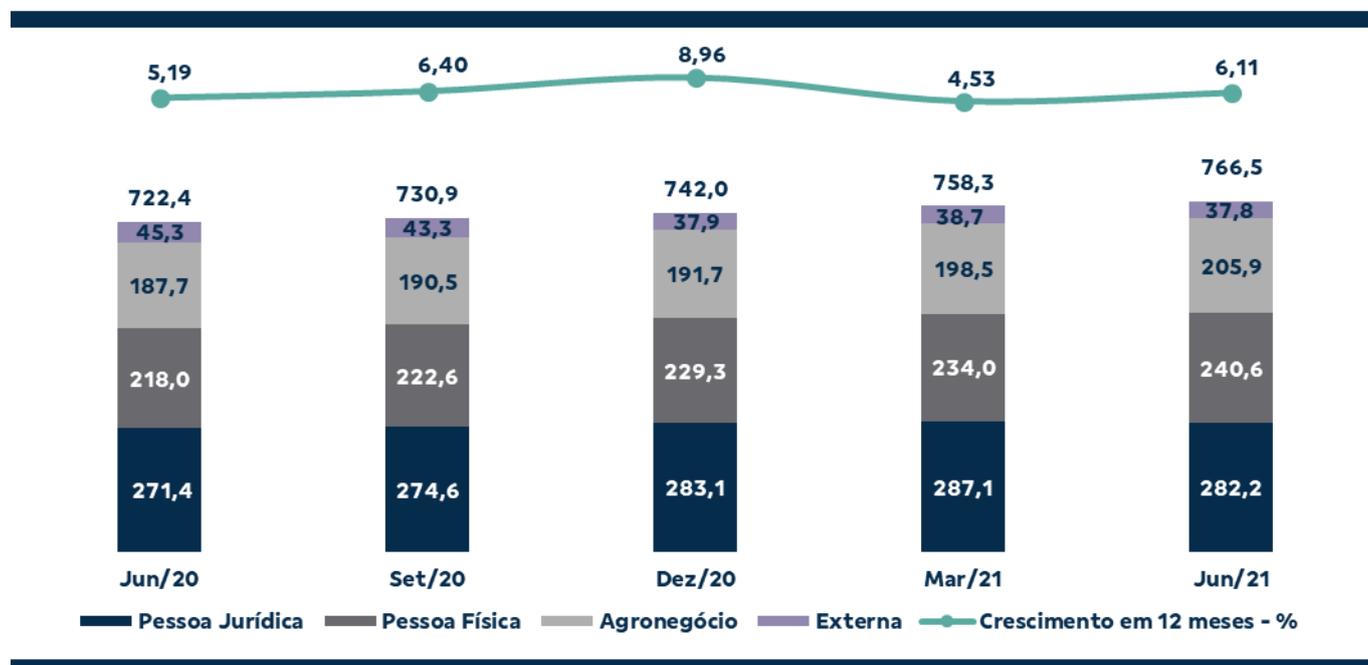
A carteira Pessoa Física cresceu 2,8% frente a março/21, principalmente devido à performance positiva no crédito consignado (+3,8%) e no empréstimo pessoal (+6,5%). Cabe destacar o atingimento da marca de R\$ 100 bilhões da carteira de crédito consignado, consolidando a liderança do BB

em um dos mercados mais competitivos da indústria financeira. Essa performance é fruto das estratégias que envolvem o monitoramento diário das condições do mercado e da oferta qualificada.

Na Pessoa Jurídica houve redução foi de 1,7%. Apesar do crescimento das operações com as Micro, Pequenas e Médias Empresas (+0,6%) e Grandes Empresas (+1,2%), elas não foram suficientes para compensar a redução nas operações com o Governo (-9,2%), impactadas pelo câmbio.

No Agronegócio a carteira cresceu 3,7%, destaque para o crédito rural (+5,8%), para o custeio agropecuário (+11,3%) e para os títulos do agronegócio (+23,2%).

Figura 4. Carteira de Crédito Ampliada – R\$ bilhões

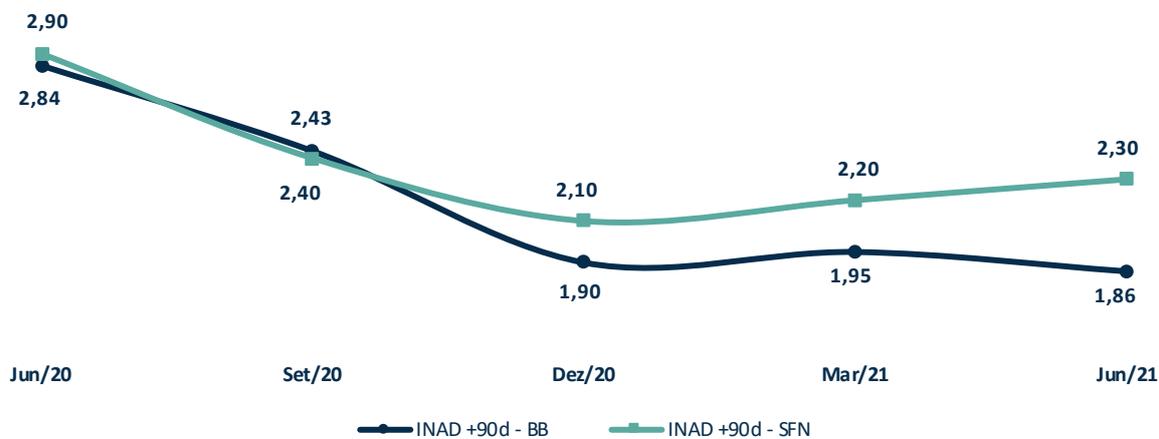




Qualidade do Crédito

O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) mostrou redução frente a março, atingindo 1,86% em junho/21.

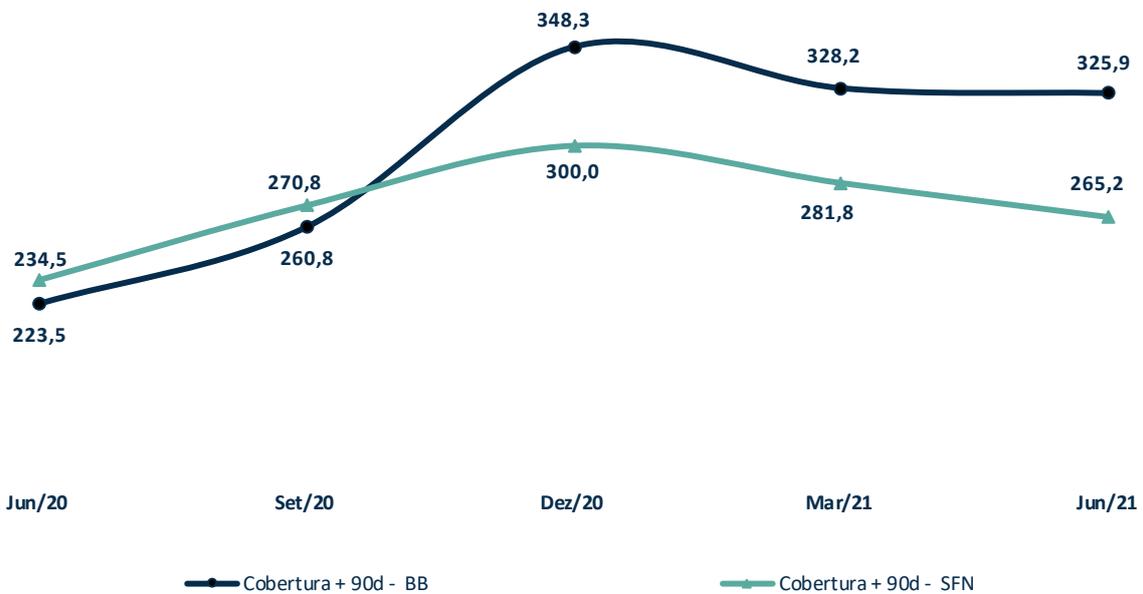
Figura 5. Inad +90d – %





O Banco mantém cobertura compatível com o perfil de risco de sua carteira. O índice de cobertura saiu de 328,2% em março/21 para 325,9% em junho/21, seguindo em nível elevado se comparado ao mesmo período do ano passado.

Figura 6. Cobertura¹ – %



(1) Relação entre o saldo total de provisão e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

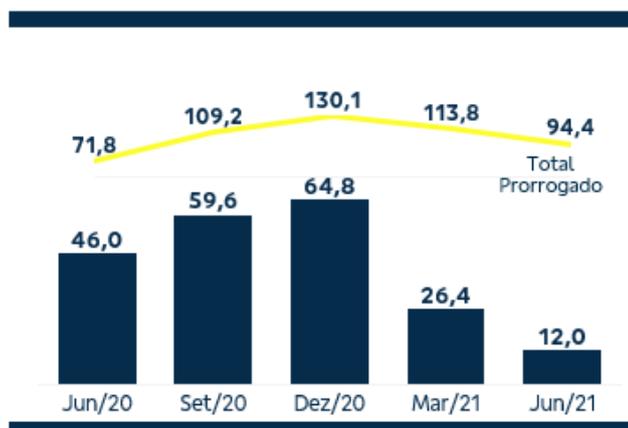
Apoio aos clientes em tempos de pandemia

Diante do cenário de incertezas trazido pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o Banco do Brasil tem atuado para prover suporte aos clientes com seriedade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalece seu compromisso com a sociedade, pela adoção de ações que buscam minimizar os efeitos adversos da atual conjuntura sobre o país.

Créditos Prorrogados

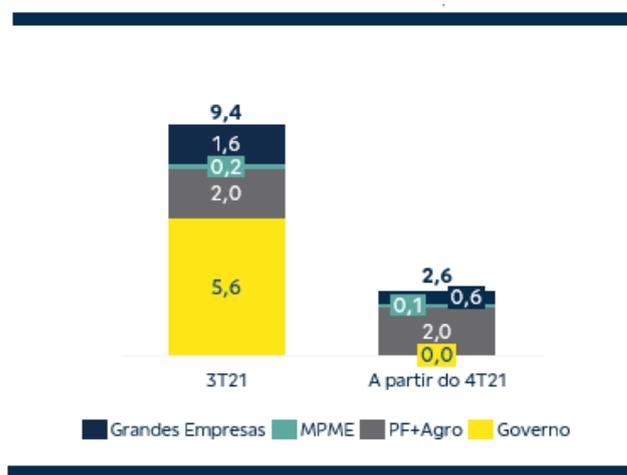
O saldo das operações ativas de crédito prorrogadas, reduziu-se para R\$ 94,4 bilhões em junho/21, com as liquidações e amortizações realizadas no período, o que representa 14,0% da carteira de crédito interna, dos quais R\$ 12 bilhões permanecem sob carência. Desse montante, 93,0% das operações possuem rating entre AA e C, e 97,6% das transações não tinham histórico de atraso nos últimos 12 meses. A inadimplência de mais de 15 dias foi de 3,37% enquanto a de mais de 90 dias foi de 1,86%. Além disso, 67,5% estão atreladas a garantias. O tempo médio de relacionamento dos clientes que prorrogaram operações é de 17,2 anos.

Figura 7. Prorrogações em Carência – R\$ bilhões



A Figura a seguir mostra os vencimentos das operações prorrogadas em carência. No 3T21, 78% das operações em carência, ou R\$ 9,4 bilhões, retomarão os pagamentos.

Figura 8. Vencimento das operações prorrogadas em carência – R\$ bilhões





Sustentabilidade

A sustentabilidade está incorporada na estratégia do BB, que tem por premissa a integração da geração de valor econômico à transparência, à governança corporativa e à responsabilidade socioambiental.

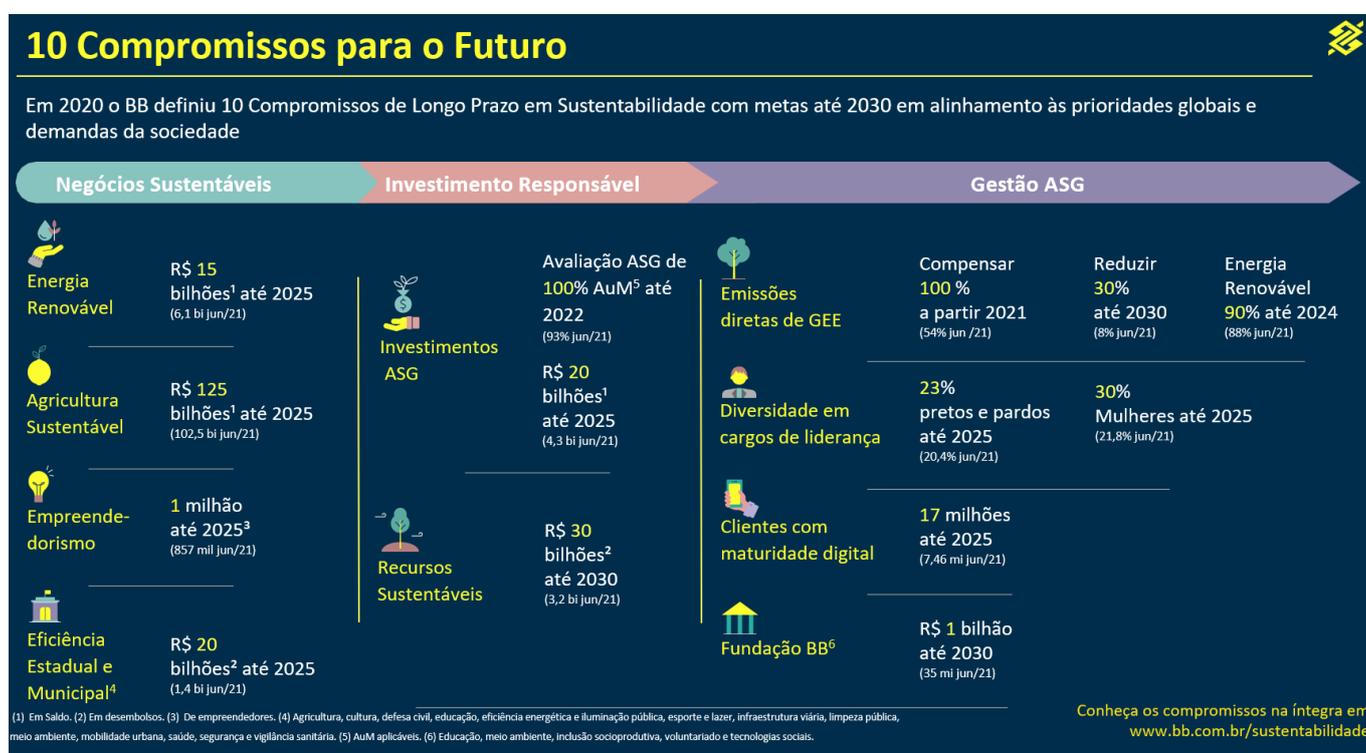
O BB acredita na capacidade de desenvolver e ofertar produtos e serviços voltados para uma economia de baixo carbono e inclusiva, que possam agregar cada vez mais qualidade e inovação ao atendimento de clientes e promover menor impacto social e ambiental, de fortalecer a governança corporativa, a gestão da ética e a transparência; de desenvolver o capital humano, valorizar a diversidade e aprimorar as práticas ambientais e de ecoeficiência, assegurando o uso eficiente e sustentável dos recursos naturais.

Sustentabilidade Empresarial

O BB adota as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), que permitem ações de antecipação e de gerenciamento de riscos e oportunidades. Essas premissas estão materializadas no Plano de Sustentabilidade–Agenda 30 BB. O Plano conta com 40 ações e 110 indicadores para o período 2021–2023.

O Banco estabeleceu 10 Compromissos de Longo prazo em Sustentabilidade, com metas a serem implementadas até 2030, que envolvem as frentes de Negócios Sustentáveis, Investimento Responsável e Gestão ASG.

Figura 9. Compromissos com a Sustentabilidade



Para auxiliar nossos clientes na transição para um portfólio mais sustentável um dos nossos objetivos é alcançar saldo de R\$ 15 bilhões em crédito para energia renovável até 2025. Elegemos o mês de maio foi eleito como o mês do Fomento à Energia Renovável. O Banco lançou a linha BB Crédito Energia Renovável, voltada aos clientes pessoas físicas, e cotas de consórcios nos “Grupos Verdes”. As 10 mil cotas de consórcios colocadas à venda foram comercializadas, totalizando mais de R\$ 702 milhões em volume de vendas.

O BB atingiu 100% de compensação de gases de efeito estufa gerados por energia elétrica, neutralizados por meio da compra de certificados de energia renovável internacionais rastreáveis, conhecidos como I-RECs (International Renewable Energy Certificate), e do funcionamento da Usina Solar em Porteirinha (MG).

Além disso, o BB passou a utilizar energia de fontes renováveis em 27 prédios administrativos através do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Com isso, alcançamos uma economia acumulada de R\$ 13,3

milhões (2019/2021), com expectativa de atingir economia de R\$ 50 milhões até 2024.

Para expansão do projeto ACL, serão estudadas ao todo 1.767 unidades consumidoras em Média Tensão (A4) com viés de atingir 68% do consumo BB via fontes renováveis até dezembro de 2024. Estima-se economia de mais R\$ 33 milhões nas despesas com energia elétrica.

Ainda em 2021, o BB tem prevista a inauguração de mais três usinas: na Bahia, em Goiás e no Distrito Federal. A iniciativa faz parte do projeto Geração Distribuída (GD), que prevê a geração de energia limpa via usinas solares. Nesse contexto, a expansão prevê o total de 29 usinas com potencial de economia da ordem de R\$ 558 milhões em 15 anos.

Ainda no escopo do projeto de GD, serão viabilizadas mais 19 novas usinas a serem licitadas em 2021 com viés de atingir 22% do consumo BB via fontes renováveis até dezembro de 2023. Estima-se economia de aproximadamente R\$ 277 milhões ao longo de 15 anos de prestação de serviço, atendendo cerca de 789 unidades consumidoras.

Quando todos os projetos de GD estiverem concluídos, com 29 unidades entregues até 2023, serão gerados cerca de 117 GWh de energia por ano, o que corresponde ao consumo de 48,7 mil residências

de classe média. Com essas medidas, o BB deixará de emitir cerca de 5,9 mil toneladas anuais de dióxido de carbono, o que equivale ao plantio de aproximadamente 16,5 mil árvores.

Com isso, cerca de 117 mil certificados de energia renovável no padrão I-REC poderão ser utilizados para compensação de emissões do BB.

Ainda com foco na eficiência energética, instalamos solução de IoT (internet das coisas) para monitorar o funcionamento dos sistemas de climatização, nobreak e iluminação, além do consumo de energia elétrica e água, em 230 agências, durante o primeiro semestre. Com isso, queremos alcançar uma redução no consumo de energia na ordem de 15% nas dependências atendidas. A expectativa é expandirmos o modelo para 300 unidades de negócios, até o fim do ano.

Outro aspecto importante que vem recebendo atenção é o programa de coleta seletiva, que está em fase de reformulação, com o apoio da WWF, parceira do BB na busca pelo "Lixo Zero" e em diversas outras ações no tema de ASG.

O comprometimento com essa agenda nos permite evoluir e obter reconhecimentos em índices, rankings e ratings de sustentabilidade globais e nacionais, os quais reforçam nossa posição de destaque no tema.

Captação Internacional com Lastro Sustentável – Sustainable Repo

O Banco do Brasil realizou, em abril de 2021, uma operação financeira de tesouraria de US\$ 100 milhões com características de sustentabilidade. É a primeira operação deste tipo que se tem notícia na América Latina. A negociação com um investidor internacional foi realizada com o objetivo de captar recursos para

refinanciar empréstimos de Pronaf (categoria social) e, também, de operações do BB Financiamento PJ especificamente na modalidade de instalação de painéis solares (categoria verde), conforme Framework de Finanças Sustentáveis do BB.

Adesão a Força-Tarefa para Divulgações

Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD)

Para continuar como protagonistas na busca por novas oportunidades de gerar valor para os nossos públicos de relacionamento e contribuir para a preservação do meio ambiente, em 2021, o BB fez adesão às recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações

Carteira de Negócios Sustentáveis

A carteira de negócios sustentáveis compreende o montante das operações/linhas de crédito destinadas a financiar atividades e/ou segmentos que possuem impactos socioambientais positivos, e é composta por operações de crédito para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável e gestão de resíduos. Além disso, para fomentar uma economia inclusiva, nessa carteira são consideradas áreas de cunho social, como: educação, saúde e desenvolvimento local e regional. O volume de recursos foi destinado aos clientes de todos os segmentos, como Pessoa Física (Varejo e Private), empresas de diferentes portes (MPE, Corporate, Atacado) e para o Setor Público.

As linhas de crédito e operações que compõem a carteira tem como base a metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que trata da mensuração e identificação de recursos alocados em setores da economia verde, e o nosso framework de finanças sustentáveis, que trata da

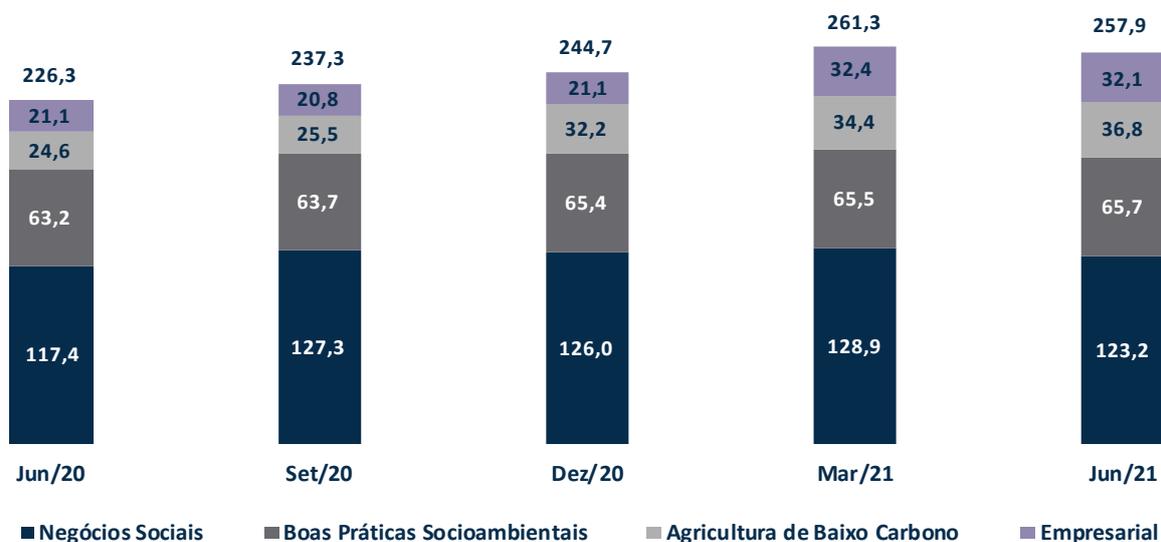
Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD, sigla em inglês), uma iniciativa do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, sigla em inglês) que visa desenvolver uma forma consistente de reporte dos riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas.

mensuração e identificação de recursos alocados em setores da Economia Verde e negócios com impacto ambiental e social positivos. Foi submetido a revisão à avaliação independente da consultoria Sitawi – Finanças do Bem, que emitiu segunda opinião a partir do alinhamento das operações de crédito com padrões internacionais para avaliação de projetos e negócios sustentáveis, atribuindo um rating (de A a C), de acordo com as adicionalidades sociais e ambientais verificadas para cada linha.

Como resultado, as operações obtiveram classificação majoritária de alta adicionalidade (rating A), evidenciando que possuem contribuição positiva e transformacional para o desenvolvimento sustentável e para a transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva.

Em junho/21, a carteira superou três milhões de operações ativas e apresentou um saldo de R\$ 257,9 bilhões, redução trimestral de 1,3%, influenciado pelo câmbio em algumas carteiras, e crescimento anual de 14,0%.

Figura 10. Carteira Sustentável – R\$ bilhões



Fundos de Investimento

O BB, por meio de sua gestora de recursos, BB DTVM, vem ampliando a oferta de fundos de investimento cuja seleção de ativos obedece a critérios ASG. Atualmente, o BB possui 12 fundos ASG, com patrimônio líquido de R\$ 4,3 bilhões, crescimento de 9,9% em relação a março/21 e 229,5% em relação a junho/20. Em relação ao total de recursos administrados pela BB DTVM, 93,1% dos ativos sob gestão eram avaliados sob aspectos ASG ao final do 2T21.

Experiência do Cliente

O momento na indústria financeira onde o consumidor possui uma gama de opções de escolhas, as comparações podem ser realizadas de forma rápida, a apenas um clique de distância, e o diferencial está cada vez mais na experiência proporcionada ao cliente. Na verdade, ainda hoje, antecipar as necessidades dos clientes continua sendo um grande desafio para a maioria das empresas. É preciso ouvir o cliente de forma sistemática e utilizar as informações não apenas para solucionar problemas, mas como fonte de inovação, evolução da experiência como um todo e ao mesmo tempo resolver os desafios apresentados.

O rearranjo realizado pelo Banco sobre a transformação de tipologias de Unidades de Negócios resultou na migração de clientes entre os diversos modelos e possibilitou ampliar o relacionamento gerenciado em 1,4 milhão de clientes, possibilitando ao BB atingir a marca de mais de 7 milhões de clientes em modelos de relacionamento gerenciado.

O BB ampliou o modelo de atendimento gerenciado para clientes com alta maturidade digital nos escritórios Leve, ou seja, aqueles que realizam as transações bancárias e de consumo preferencialmente nos canais digitais, buscando elevar a experiência e a rentabilização deste público. Neste modelo, o canal predominantemente de atendimento acontece por mensagens instantâneas, entregando mais tempestividade no atendimento, segurança, além de contribuir para melhorar a eficiência do atendimento e a experiência destes clientes.

Vale destacar que o primeiro semestre foi um marco para os beneficiários INSS do BB, com destaque para os diversos lançamentos em busca da melhor experiência do cliente em soluções e produtos, como por exemplo: lançamento da realização da prova de vida no APP BB (solução inovadora), portabilidade de operações de crédito consignado de não correntistas que recebem suas aposentadorias ou pensões do INSS no BB por meio do cartão benefício, averbação online para todas as modalidades do crédito consignado INSS e a possibilidade de solicitar a portabilidade do benefício INSS no WhatsApp, permitindo a ampliação do relacionamento e negócios com este público.

Estas e outras medidas têm mostrado resultados positivos em termos de satisfação do cliente, com o NPS (Net Promoter Score), evoluindo de forma consistente. Na comparação com junho/20, o indicador cresceu mais de 10 pontos, enquanto as reclamações procedentes no Ranking do Banco Central reduziram 20% frente ao 1T21. Temos diversos mecanismos para ouvir o cliente, além do NPS. Recebemos mais de 4,5 milhões de avaliações de clientes sobre o atendimento que prestamos nos meios digitais e físicos, com nota de 4,83 (sendo o máximo de 5,0). Importante lembrar ainda que a satisfação do cliente tem impacto direto na remuneração e premiação de funcionários, sendo um importante indutor para alinhar o objetivo do Banco em manter um atendimento de excelência.



Estratégia Digital

Com um Banco cada vez mais digital, consolidamos nossa presença em complementariedade à rede física e oferecemos novas soluções e conveniência aos nossos clientes. A adoção dos meios digitais para efetivação de diversos serviços cotidianos continuou se fortalecendo como novo hábito para milhões de brasileiros e nos antecipamos, fomentando a originação de negócios e o relacionamento pelo digital.

A transformação digital vai muito além a automação de processos e disponibilização de soluções nos canais digitais. Envolve colocar o cliente no centro da nossa atuação e das nossas prioridades. Assim, permanecem priorizados os processos que têm forte impacto sobre a satisfação dos clientes e a melhoria da eficiência. O BB usa dados, *analytics* e inteligência artificial para ter escala e capacidade para entregar um banco para cada cliente.

Engajamento Digital

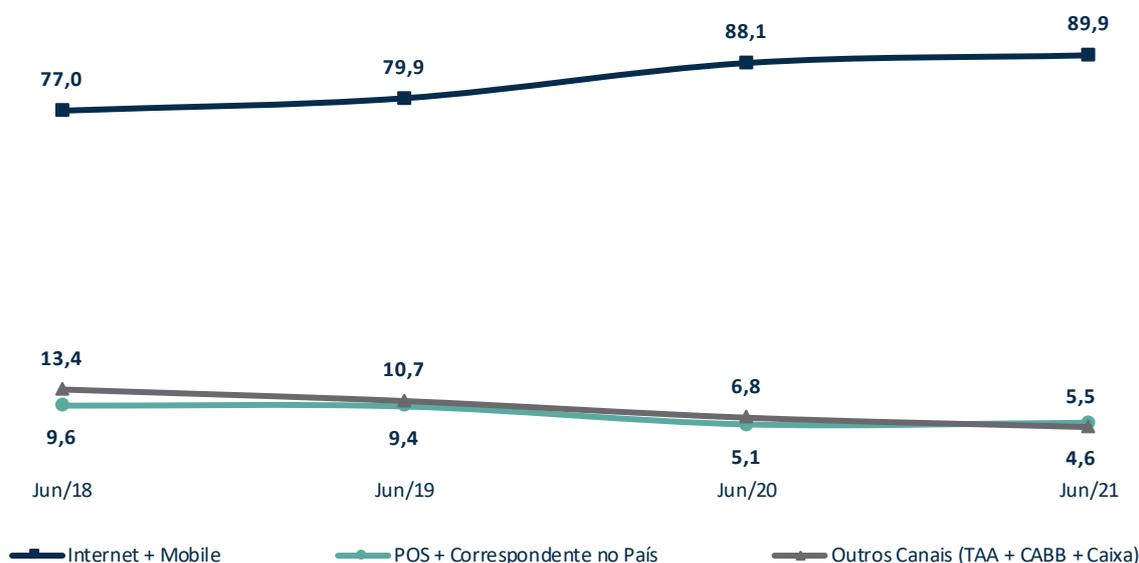
O BB terminou o 2T21 com 21,6 milhões de clientes ativos nas plataformas digitais, enquanto as transações realizadas pelos canais de internet e mobile representaram 89,9% das transações realizadas pelos nossos clientes, um aumento de 1,8 pontos percentuais em comparação com junho/20 (88,1%).

O App Banco do Brasil permaneceu como um dos mais bem avaliados da indústria financeira nas lojas de apps com avaliação de 4,6 no Google Play (a avaliação já foi feita por mais de 3,8 milhões de usuários) e 4,7 na Apple Store (sendo avaliado por mais de 2,1 milhões

de usuários), em uma escala com pontuação máxima de 5 estrelas.

A migração de clientes para os canais digitais também resultou em aumento dos negócios realizados integralmente via digital. As plataformas digitais (internet e mobile) representaram 46,0% do desembolso em crédito pessoal, 11,9% no crédito consignado, 40,9% no crédito veículos e 27,0% no crédito imobiliário. Considerando o volume de aplicações e resgastes atingimos 36,9% em fundos de investimento.

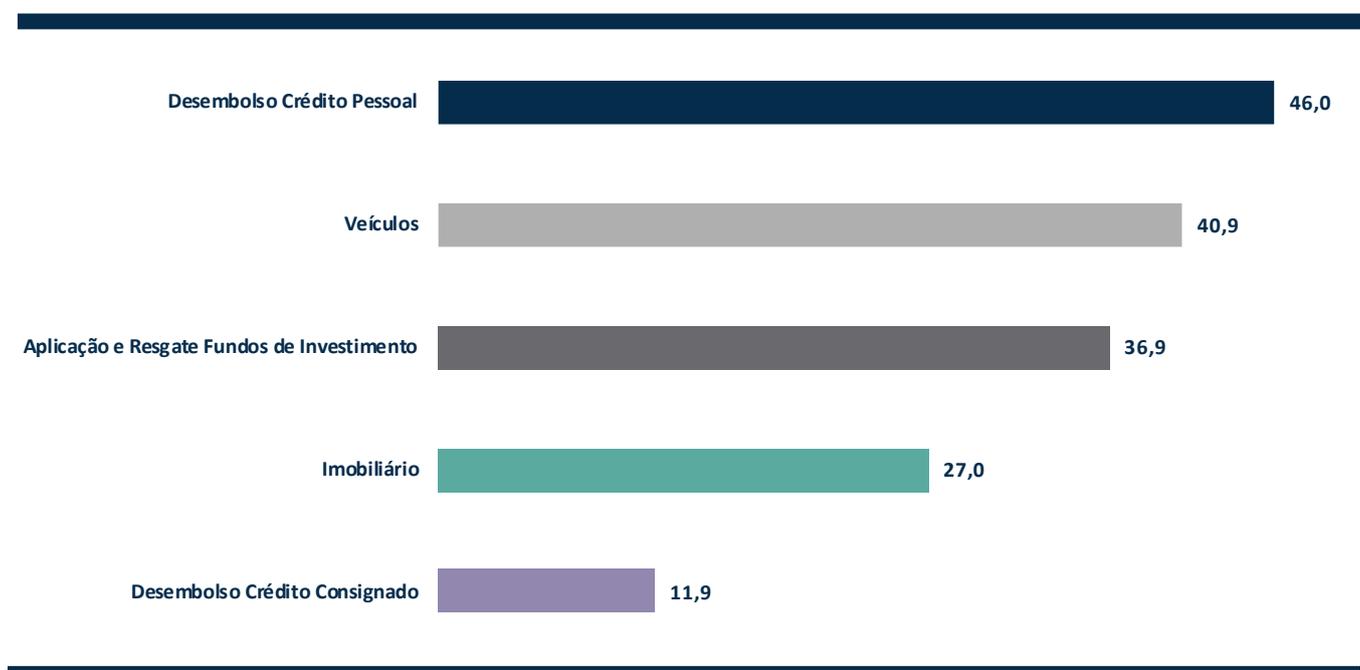
Figura 11. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – %



O BB alcançou o número de 6,6 milhões de clientes nativos digitais, ou seja, que começaram o relacionamento com o Banco, por meio das plataformas digitais, inclusive pelo *wallet*, apresentou crescimento de 27,9% em doze meses.



Figura 12. Participação das Plataformas Digitais nas Operações Bancárias – %

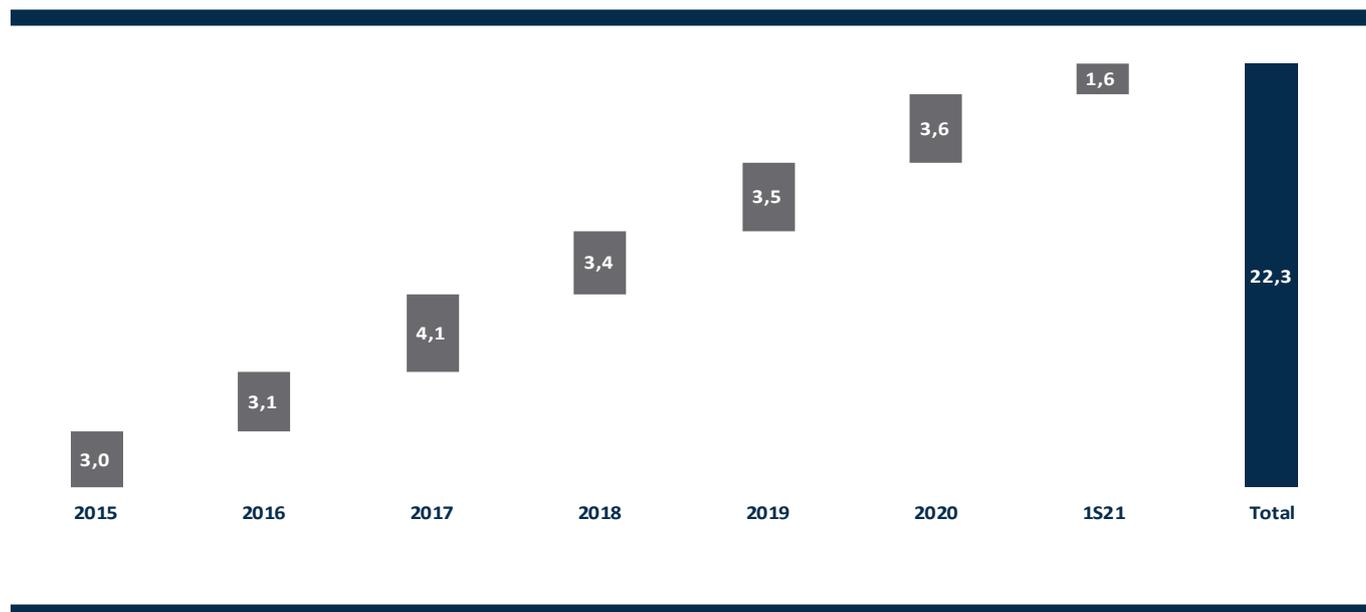


Investimentos em Tecnologia

O Banco do Brasil investe permanentemente em tecnologia com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, reduzir as perdas operacionais, expandir os negócios e melhorar o atendimento ao cliente. Durante o período de 2015 até o 1S21 foi investido o montante de R\$ 22,3 bilhões.

Na próxima figura pode-se observar a série do total investido.

Figura 13. Investimentos em Tecnologia – R\$ bilhões



Open Banking

Para além do atendimento às exigências regulatórias, que determinam o compartilhamento de dados, produtos e serviços, o Open Banking traz oportunidades de distribuição de produtos e serviços próprios em canais de terceiros, com foco na ampliação da capilaridade digital, e, também, de oferta de produtos e serviços de terceiros nos canais próprios, com foco na experiência do cliente. De modo geral, essa abertura amplia as fronteiras de atuação, trazendo mais competitividade, mas também permitindo ofertas de maior valor agregado.

O Portal do Desenvolvedor, lançado em 2017 e reformulado em 2020, permite uma jornada digital de ponta a ponta para a integração, incluindo ambiente

de teste das soluções, além de conectar o público desenvolvedor, mantendo ativa uma comunidade que contribui para a construção e melhoria dos nossos serviços.

O Banco está trabalhando para disponibilizar todo o processo de compartilhamento de dados cadastrais e transacionais, para a implementação da Fase 2 do Open Banking, prevista para ocorrer em agosto de 2021, mediante consentimento dos clientes, bem como nos estruturando para consumir tais dados, com vistas a ampliar o leque de produtos e serviços à disposição dos atuais e futuros clientes. Nesse sentido, será possível oferecer uma melhor experiência, ampliando a assertividade das ofertas e a

personalização das soluções financeiras, que serão cada vez mais aderentes à necessidade individual de cada um deles.

No segundo trimestre, tivemos 16 APIs negociais integradas e com chamadas, cuja evolução encontra-se detalhada no quadro a seguir:

Tabela 6. Quantidade de Parceiros e APIs

Indicador Quantidade de Parceiros e APIs	Jun/20	Set/20	Dez/20	Mar/21	Jun/21
APIs com Chamadas em Produção	12	13	17	16	16
APIs Regulatórias	-	-	-	2	4
Parceiros com Chamadas em Produção	63	163	307	653	1.332
Parceiros em Teste	27	100	273	726	946

PIX

O Pix é um Sistema de Pagamentos Instantâneos criado pelo Banco Central do Brasil, em que as transferências e pagamentos são realizados em segundos, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Com ele o Brasil vai reduzir a fabricação de papel-moeda, as emissões de boletos e os encargos das transferências. Ou seja, Pix é mais sustentável para todo mundo.

Essa vanguarda gera impactos na relevância do BB para o sistema PIX: de todo o volume transferido pelos brasileiros via Pix, 30,4% passam pelo Banco do Brasil, segundo os dados do Banco Central (Bacen). No final de junho de 2021, o BB possuía mais de 15,6 milhões de chaves cadastradas.

O mobile é o canal preferido dos nossos clientes pessoas físicas, que fazem 99% das transações Pix pelo canal. Na pessoa jurídica, o principal canal utilizado é o Mobile – APJ Atacado, com 63,9% das transações. No entanto os pagamentos enviados por PJ representam 6,5% da quantidade e 54,7% do montante.

Já para as empresas, o BB está preparado para as mudanças que serão trazidas com soluções que atenderão às necessidades dos clientes, como no sistema de cobrança, onde o fator de conciliação de pagamentos é fundamental e poderão estar conectados com a logística e distribuição no comércio eletrônico, por exemplo. O Banco tem desenvolvido ainda APIs de todos os produtos de cash management para que as contas a pagar e a receber sejam adaptados ao sistema de pagamentos instantâneos, trazendo novas possibilidades de negócios e fidelização dos clientes.

Para o Setor Público, estamos desenvolvendo soluções de arrecadação que incorporam o uso do Pix no pagamento de impostos, multas e taxas diversas. Com a novidade, os gestores públicos poderão ampliar a oferta dos canais de arrecadação atualmente disponíveis, sem a necessidade de novos investimentos.

Estamos preparados para atender com toda segurança, rapidez e custo-benefício para nossos clientes. Para mais informações, acesse o Portal BB.

Cuponeria no App BB

O Banco do Brasil entende que cuidar do que é valioso para seus clientes vai muito além de prover soluções financeiras. Por isso, tem trabalhado para expandir e diversificar a oferta de serviços não financeiros que agreguem valor ao relacionamento em suas plataformas digitais.

Essa estratégia é motivada pelo aprofundamento do relacionamento com nossa grande base de clientes assim como na expansão de oportunidades de negócios em um ecossistema cada vez mais integrado B2C e B2B.

No final de dezembro de 2020, o BB disponibilizou a venda de giftcards – cartões presente de recargas para

os principais serviços digitais – no aplicativo Banco do Brasil para todos os seus clientes. Eles funcionam como créditos pré-pagos online para serviços e produtos que utilizam esse método de pagamento, como Uber, Spotify, Xbox, Google Play, iFood entre outras.

Apenas no 2T21 420 mil de giftcards foram comercializados.

Com essa solução, o BB tem realizado iterações para avançar com abordagens que promovam uma experiência mais completa, inclusive com a disponibilização de serviços não financeiros para os clientes.

Conexão com Startups

Experimentar e firmar parcerias com startups é um dos elementos core da inovação no Banco do Brasil. Seja por meio de acordos comerciais, fornecimento ou investimento, um dos direcionadores da estratégia do BB é a conexão com startups. Para empresas centenárias como o Banco do Brasil, contar com a força competitiva de empresas de base tecnológica obcecadas em resolver alguma dor do cliente e superar suas expectativas é fundamental para aumentar a agilidade e a potência do valor para o cliente.

Acelerações, demodays, desafios são caminhos que a Inovação Aberta do Banco do Brasil enxerga como oportunidade para melhorar a experiência dos clientes e acelerar a transformação digital.

Ao final do 2T21, o Programa de Aceleração Scale-Up Endeavor avaliou e selecionou startups para desenvolvimento de soluções com a temática “Smart Cities” em eixos de Gov Techs, Economia Circular, Energia, Água e Luz, Segurança Digital, Logística e Mobilidade.

Outra via, o Corporate Venture Capital (CVC), complementa os esforços internos de PD&I. O programa de CVC do Banco do Brasil, vislumbra não somente retorno financeiro, mas, primariamente, retorno estratégico. Com essa visão, foram definidas quatro verticais que serão o foco do Banco no Brasil em seus investimentos: Govtechs, Fintechs, Agtechs e Experiência do Cliente, com foco em mobile first e open banking. Hoje possuímos investimentos em fundos da Astella Investimentos, Indicator Capital (IoT) e SP Ventures (Agro). São mais de 20 startups indiretamente investidas, que avançam a estratégia do BB.

Conheça mais sobre o Programa de Investimento em Startups no Portal BB.

Inteligência Artificial

O propósito de utilizar a inteligência artificial no Banco do Brasil é potencializar a eficiência, simplificação e usabilidade dos processos, além de otimizar a tomada de decisão e promover engajamento com clientes, funcionários e demais partes interessadas. O objetivo é aumentar a capacidade humana de tomada de decisões, realização de negócios ou resolução dos desafios dos clientes.

Figura 14. Jornada de Inteligência Artificial no BB



O BB iniciou em 2016 um centro de experimentação em inteligência artificial, que teve como foco no primeiro momento uma solução para uso dos funcionários. Tratava-se de um assunto complexo – renegociação de dívidas. Até aquele momento, o índice de atendimento resolutivo em primeiro contato (FCR) era de 70% para questionamentos envolvendo este tema. Após a implementação de um assistente virtual para auxiliar os funcionários no atendimento, este índice subiu para 96%.

Este resultado nos deu uma dimensão do poder que a inteligência artificial poderia exercer sobre nossa capacidade de atendimento. Após avaliação, o

Facebook foi o canal escolhido para que o BB pudesse interagir via *chatbot*, possibilitando não apenas o teste da tecnologia como medir a aceitação dos usuários da rede social.

Em 2018, O BB expandiu a utilização dos *chatbots* no atendimento via Whatsapp, o que aumentou a escala de interações. Este contexto levou à criação de uma estrutura exclusiva para o ensino de inteligência artificial para *chatbots* – A Escola de Robô, hoje evoluída para Central de Atendimento Digital.

Conectada diretamente ao atendimento ao cliente, a estrutura abriga funcionários que detêm a expertise em atendimento e ensinam ao assistente virtual tudo

o que ele precisa saber para atender com agilidade e eficiência aos clientes do BB.

Nos anos de 2019 e 2020 o BB intensificou a experimentação em inteligência artificial direcionada ao processamento de voz, imagem e vídeo, especialmente com o atendimento por voz no *Google Assistant*.

Além de investir em interfaces para engajamento de clientes, o BB também está investindo em automação inteligente de processos. Neste ano, o BB implementou em grande escala uma solução de imagem que reconhece e extrai informações de documentos recebidos pelos clientes na abertura de conta corrente via *onboarding* digital.

O Centro de Aceleração, Pesquisa e Inovação em Inteligência Artificial do BB está organizado em *squads* multidisciplinares, modelo que gera sinergia entre as áreas de negócios, que participam diretamente da evolução das soluções inteligentes para seus clientes com os especialistas em IA que trabalham com autonomia e diversidade. Essa organização estimula um ambiente colaborativo e eleva o domínio de todos os envolvidos sobre Inteligência Artificial.

Além do Centro, a organização em times ágeis permite a transferência de conhecimento para as demais equipes de TI do Banco.

O objetivo é que, ao longo do tempo, as áreas sejam capazes de aplicar a Inteligência Artificial em todas as soluções possíveis do Banco, ao passo que o Centro se dedicará à pesquisa, estruturação de serviços e inovação.

O 2º trimestre de 2021 foi marcado pela evolução tecnológica da Plataforma de IA para permitir que soluções com IA sejam evoluídas em um ambiente dedicado à Inteligência Artificial. Aliado a isso, pilotos de expansão do desenvolvimento de serviços e integrações de IA, até então conduzidos pelo Centro

de Aceleração, estão evoluindo colaborativamente com demais times de TI do BB para ampliar a capacidade de uso de Inteligência Artificial em mais processos de negócio.

O reconhecimento facial vem melhorando a experiência de diversos clientes BB. Hoje traz comodidade aos beneficiários do INSS permitindo a Prova de Vida pelo App BB e evitando seu comparecimento às agências BB; celeridade no crédito acelerando a contratação de empréstimos por clientes não-correntistas; agilidade na abertura da Conta Digital PJ pelo app BB e da Conta Fácil PF pelo aplicativo Americanas, parceiro do BB no *onboarding* digital.

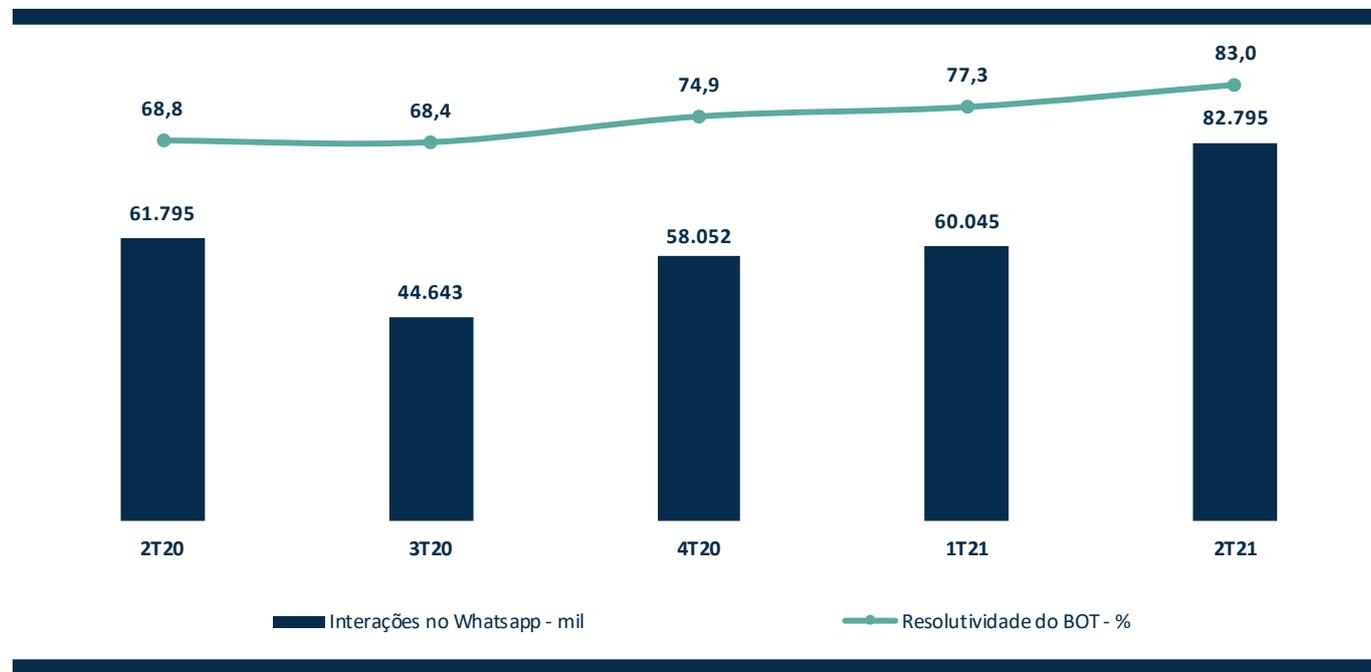
No segmento de Agronegócios, a análise de imagens de satélite com a Mappiá tem otimizado o monitoramento remoto de lavouras. A Mappiá tem o objetivo de oferecer novos serviços aos clientes e melhorias nos processos do Banco com aplicação de técnicas em Visão Computacional. As premissas do modelo de negócio de cada serviço da Mappiá são que o cliente produza mais e que o Banco do Brasil tenha uma visão mais ampla e um acompanhamento remoto periódico das culturas financiadas.

O atendimento digital aos clientes também ganhou mais funcionalidades de IA. A análise de textos passou a ajudar o Suporte Técnico do BB a classificar automaticamente o alto volume de e-mails diários. Os atendimentos telefônicos agora contam com a URA Cognitiva, um atendimento automatizado capaz de compreender a linguagem naturalmente falada pelos clientes. Além da compreensão da fala, essa inovação já responde sobre cartão de crédito e informações de agências BB.

O Assistente Virtual BB ampliou a renegociação de dívidas no WhatsApp para operações CDC – Crédito Direto ao Consumidor. Além do processo conduzido de forma automatizada por mensagens no canal, a

solução conta com um time de especialistas para auxiliar os clientes em seus acordos numa experiência integrada.

Figura 15. Interações no WhatsApp X Resolutividade do Bot



Inteligência Analítica

O Banco do Brasil continua focado no propósito de consolidar a cultura analítica em todo o conglomerado Banco do Brasil. Para isso, foram desenvolvidas no segundo trimestre diversas ações orientadas à ampliação do conhecimento sobre ciência de dados e da geração de valor, por meio de iniciativas analíticas alinhadas aos temas estratégicos com maior impacto na experiência dos clientes, maximização do resultado e sustentabilidade.

Para expansão da geração de valor foram realizadas interações com as diversas áreas de negócio do Banco e fortalecido o desenvolvimento das iniciativas analíticas relacionadas aos temas em destaque no mercado financeiro como, por exemplo, *Open banking*.

Como forma de promover a escalada da Cultura *Data Driven* para todas as áreas do Banco, a ampliação do conhecimento em *Analytics* foi impulsionada por duas novas plataformas de ensino (*Alura* e *Coursera*), novas formações contratadas junto ao MIT e USP e promoção do Programa *BB Data Driven*, que engloba ações de comunicação, engajamento do público interno, capacitação e experimentação da ciência de dados para a geração de valor aos negócios. Com isso, fechamos o primeiro semestre de 2021 com sete parcerias realizadas com instituições reconhecidas de mercado no ensino de trilhas de conhecimento em *Analytics* e mais de 1300 colaboradores abrangidos pelas formações ofertadas.

Assistentes Virtuais

De olho no futuro e percebendo o avanço da Inteligência Artificial e de novas tecnologias, o BB criou a Central de Atendimento Digital – CAD BB. A área, criada no início de 2020, cresceu em 2021 e é responsável pela curadoria dos *chatbots* e pelo atendimento dos assistentes virtuais.

Os *chatbots* vêm apresentando constante evolução e reforçado sua importância no atendimento aos clientes nos diversos canais, como WhatsApp, Google Assistente, Facebook, Twitter, Carteira BB e no autoatendimento pela Internet.

O uso da inteligência artificial tem contribuído para integrar os atendimentos físico e digital, oferecendo informações e transações bancárias e para clientes Pessoa Física e Pessoa Jurídica, de forma rápida, prática e segura. A tecnologia permite ainda o atendimento de não correntistas, fornecendo informações diversas como benefícios sociais ou esclarecendo dúvidas sobre produtos e serviços.

Além de transações como saldo, extrato e consultas, por meio dos *chatbots* do BB é possível fazer pagamentos de contas e boletos, transferências entre contas e Pix, renegociação de dívidas, recargas de celular.

No trimestre, foram lançadas ainda novas funcionalidades no canal WhatsApp, como a

possibilidade de contato ativo (gerentes podem fazer atendimento aos clientes pelo canal), disponibilização de transações de cobrança para empresas e a possibilidade de solicitar a portabilidade de benefício do INSS. Já está em piloto também a possibilidade de simular e contratar empréstimos direto no canal, sem necessidade de atendimento por telefone ou presencial.

Os assistentes por voz também já estão preparados para interagir e responder as principais dúvidas sobre o *Open Banking*.

Os recursos de voz estão disponíveis no WhatsApp e Google *Assistant*, contribuindo também na acessibilidade dos clientes que possuem dificuldade de escrita ou simplesmente preferem enviar áudios. Em breve, o assistente estará disponível também na Alexa.

No 2T21, o número de clientes com acesso aos assistentes virtuais cresceu e atingimos 6,5 milhões de clientes ativos, com mais de 89 milhões de interações e 8,6 milhões de atendimentos.

Sabendo da tendência de crescimento do uso dos *chatbots* no futuro da indústria financeira, o BB está permanentemente investindo em capacitação da equipe e em ferramentas que possamos dar suporte à operação e permitir o aprimoramento do atendimento nos canais.



Projeções Corporativas 2021

Tabela 7. Projeções corporativas para 2021

	Projeções 2021	Observado 1S21	Revisado
Lucro Líquido Ajustado - R\$ bilhões	16,0 a 19,0	10,0	17,0 a 20,0
Margem Financeira Bruta - %	2,5 a 6,5	2,1	1,0 a 4,0
Carteira de Crédito ¹ - %	8,0 a 12,0	8,9	Mantido
Negócios Varejo ² - %	9,0 a 13,0	14,6	Mantido
Atacado PJ ³ - %	7,0 a 11,0	-7,1	3,0 a 7,0
Rural - %	7,0 a 11,0	15,0	11,0 a 15,0
Receitas de Prestação de Serviços - %	-1,5 a 1,5	0,4	Mantido
Despesas Administrativas - %	-1,5 a 1,5	-0,2	Mantido
PCLD Ampliada - R\$ bilhões	-17,0 a -14,0	-5,4	-15,0 a -13,0

(1) Carteira de Crédito: considera a carteira doméstica orgânica, adicionada de TVM Privados e Garantias e não considera crédito a Governo; (2) Negócios Varejo: considera carteira Pessoa Física e segmento MPME, com faturamento anual de até R\$ 200 milhões; (3) Atacado PJ: considera Grandes Empresas com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões e Crédito Agroindustrial.

Desvios das Projeções Corporativas

No 1S21, os seguintes indicadores apresentaram desvio em relação ao esperado para o ano:

- Margem Financeira Bruta:** Desempenho influenciado pelo aumento da TMS acima do projetado e seus impactos nas despesas de captação;
- Varejo:** Carteira impactada pelo desempenho positivo do crédito consignado;
- Carteira Atacado PJ:** Desempenho influenciado por liquidações antecipadas;
- Rural:** Performance impactada pela maior demanda no segmento.



1.

Informações

Financeiras Consolidadas

Resumidas

O Banco do Brasil adequou a forma de apresentação do seu balanço patrimonial gerencial e da sua DRE com realocações que constam dos documentos gerenciais para refletir as alterações realizadas nas Demonstrações Contábeis do ano de 2020.

Os critérios gerais de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis foram alterados a partir de 01.01.2020, em cumprimento ao disposto na Resolução CMN n.º 4.720/2019, seus normativos complementares, e na Circular Bacen n.º 3.959/2019.

A série anteriormente constituída continuará sendo apresentada até o 2T21 no documento de séries históricas.

Balanço Patrimonial Consolidado

Tabela 8. Balanço Patrimonial – Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido – R\$ milhões

	Jun/20	Mar/21	Jun/21	Var. (%)	
				Jun/20	Mar/21
Total do Ativo	1.710.234	1.829.204	1.859.955	8,8	1,7
Disponibilidades	22.829	31.284	25.389	11,2	(18,8)
Ativos Financeiros	1.624.376	1.720.288	1.746.370	7,5	1,5
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	67.587	62.750	72.024	6,6	14,8
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	524.694	569.512	571.754	9,0	0,4
Títulos e Valores Mobiliários	266.953	284.606	293.174	9,8	3,0
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.639	3.384	2.683	(42,2)	(20,7)
Carteira de Crédito	657.212	696.992	705.843	7,4	1,3
Outros Ativos Financeiros	103.290	103.044	100.892	(2,3)	(2,1)
(Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito)	(44.120)	(47.412)	(45.732)	3,7	(3,5)
(Carteira de Crédito)	(41.677)	(44.677)	(42.803)	2,7	(4,2)
(Outros Ativos financeiros)	(2.443)	(2.735)	(2.930)	19,9	7,1
Ativos Fiscais	71.455	66.708	68.805	(3,7)	3,1
Correntes	8.742	9.051	8.991	2,9	(0,7)
Diferidos (Créditos Tributários)	62.714	57.657	59.814	(4,6)	3,7
Investimentos	15.309	16.675	17.573	14,8	5,4
Imobilizado de Uso	7.972	7.999	7.922	(0,6)	(1,0)
Intangível	6.896	4.978	4.765	(30,9)	(4,3)
Outros Ativos	5.516	28.683	34.862	-	21,5
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.710.234	1.829.204	1.859.955	8,8	1,7
Passivos Financeiros	1.508.894	1.603.593	1.618.366	7,3	0,9
Recursos de Clientes	555.165	619.800	661.334	19,1	6,7
Recursos de Instituições Financeiras	630.901	676.341	671.186	6,4	(0,8)
Recursos de Emissões de Títulos e Valores Mobiliários	215.538	201.079	186.690	(13,4)	(7,2)
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.486	3.025	2.901	(35,3)	(4,1)
Outros Passivos Financeiros	102.804	103.349	96.254	(6,4)	(6,9)
Provisões	30.471	35.817	35.765	17,4	(0,1)
Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	25.745	28.193	28.756	11,7	2,0
Outras Provisões	4.726	7.625	7.009	48,3	(8,1)
Passivos Fiscais	12.295	18.847	24.795	101,7	31,6
Correntes	9.490	9.029	9.733	2,6	7,8
Diferidos	2.806	9.818	15.063	-	53,4
Outros Passivos	43.737	32.750	35.222	(19,5)	7,5
Patrimônio Líquido	114.836	138.195	145.807	27,0	5,5
Capital	67.000	90.000	90.000	34,3	-
Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100	8.100	8.100	-	-
Reservas de Capital	1.390	1.401	1.401	0,8	0,0
Reservas de Reavaliação	2	2	2	(6,0)	(0,8)
Reservas de Lucros	58.413	37.624	45.815	(21,6)	21,8
Outros Resultados Abrangentes	(21.790)	(5.551)	(1.798)	(91,7)	(67,6)
Lucros Acumulados	-	4.159	-	-	(100,0)
(Ações em Tesouraria)	(305)	(278)	(277)	(9,3)	(0,2)
Participação dos Não Controladores	2.026	2.738	2.564	26,5	(6,4)

Demonstração do Resultado Consolidado

Tabela 9. Demonstração do Resultado com Realocações – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	1S20	Var. (%)
				2T20	1T21				
Margem Financeira Bruta 1 2 3 4 6 7 8 9 10 13 14 16 17 18 19 20	14.297	14.564	14.384	0,6	(1,2)	28.359	28.948		2,1
PCLD Ampliada	(5.719)	(2.523)	(2.870)	(49,8)	13,8	(11.258)	(5.394)		(52,1)
PCLD – Recuperação de Crédito 16	1.591	1.746	1.899	19,4	8,7	3.176	3.645		14,8
PCLD – Risco de Crédito	(5.942)	(3.287)	(3.839)	(35,4)	16,8	(12.419)	(7.126)		(42,6)
PCLD – Descontos Concedidos 17 18	(211)	(736)	(690)	–	(6,3)	(480)	(1.427)		197,4
PCLD – Perdas por Imparidade 19 20	(1.156)	(246)	(239)	(79,3)	(2,8)	(1.535)	(485)		(68,4)
Margem Financeira Líquida	8.578	12.040	11.514	34,2	(4,4)	17.101	23.554		37,7
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.669)	(3.323)	(2.784)	4,3	(16,2)	(5.035)	(6.107)		21,3
Receitas de Prestação de Serviços	6.965	6.878	7.206	3,5	4,8	14.032	14.084		0,4
Despesas de Pessoal 21	(5.008)	(4.989)	(4.961)	(0,9)	(0,6)	(9.927)	(9.949)		0,2
Outras Despesas Administrativas 8 9	(2.842)	(2.748)	(2.897)	1,9	5,4	(5.693)	(5.645)		(0,9)
Resultado de Participações em Controladas, Coligadas e JV	720	877	668	(7,3)	(23,8)	1.389	1.545		11,2
PREVI – Plano de Benefícios 1 5	(140)	116	116	–	–	(280)	231		–
PREVI – Atualização de Fundo Utilização 6	94	310	315	–	1,4	257	625		143,5
Despesas Tributárias 2	(1.329)	(1.372)	(1.497)	12,6	9,1	(2.532)	(2.869)		13,3
Outras Receitas/Despesas 4 5 6 7 8 9 13 14 17	(1.129)	(2.394)	(1.734)	53,6	(27,6)	(2.281)	(4.128)		81,0
Provisões	(856)	(1.757)	(1.633)	90,8	(7,1)	(1.722)	(3.390)		96,9
Demandas Cíveis, Fiscais e Trabalhistas 11 12	(774)	(1.593)	(1.657)	114,2	4,0	(1.635)	(3.250)		98,8
Outras Provisões	(82)	(164)	24	–	–	(87)	(140)		61,0
Resultado Operacional	5.052	6.960	7.096	40,5	2,0	10.344	14.057		35,9
Resultado Não Operacional	67	123	48	(29,1)	(61,1)	115	171		48,8
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	5.120	7.083	7.144	39,5	0,9	10.459	14.227		36,0
Imposto de Renda e Contribuição Social 3 15 22	(967)	(1.169)	(1.113)	15,2	(4,8)	(2.124)	(2.282)		7,5
Participações Estatutárias 23	(426)	(600)	(679)	59,4	13,3	(862)	(1.279)		48,3
Participações Minoritárias	(416)	(402)	(312)	(24,9)	(22,2)	(766)	(714)		(6,8)
Lucro Líquido Ajustado	3.311	4.913	5.039	52,2	2,6	6.706	9.952		48,4
Itens Extraordinários	(102)	(687)	485	–	–	(293)	(202)		(30,9)
Planos Econômicos 10 11	(198)	(532)	(373)	88,2	(29,9)	(548)	(904)		65,0
Provisão Extraordinária para Demandas Contingentes 12	0	–	–	–	–	2	–		–
Crédito Tributário s/ CSLL 15	–	–	720	–	–	–	720		–
Programas de Desligamentos – PAQ e PDE 21	–	(795)	–	–	–	–	(795)		–
Efeitos Fiscais e de PLR s/ Itens Extraordinários 22 23	95	639	138	44,6	(78,5)	254	777		–
Lucro Líquido	3.209	4.226	5.524	72,1	30,7	6.413	9.750		52,0

PCLD – Recuperação de Crédito revisada no 1T21.

Cada índice apresentado nas linhas da tabela acima corresponde ao item do evento na tabela “Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários”.



Abertura das Realocações

Neste capítulo são demonstrados os ajustes realizados na DRE Societária para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm como objetivo:

- a) segregar os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;
- b) alterar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;
- c) permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) registrada no período reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis, na busca de informar ao mercado qual é o *spread* obtido pela divisão dessa margem pelo saldo médio dos ativos rentáveis. Para tal, foi necessário:

- I. integrar na MFB as rendas com características de intermediação financeira contabilizadas em Outras Receitas Operacionais provenientes de ativos rentáveis registrados no grupamento de Outros Ativos Financeiros do Balanço Patrimonial;
- II. identificar em item específico na MFB o ganho (perda) cambial sobre os ativos e passivos no exterior;
- III. manter na MFB valores relativos a reajustes cambiais negativos e reversão de despesas que foram originalmente contabilizados em Outras Receitas Operacionais e/ou Outras Despesas Operacionais para evitar inversão de saldo de rubricas, cujas naturezas são de intermediação financeira;
- IV. integrar na MFB todas as despesas de captação relativas à emissão de Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD).

d) destacar os efeitos relacionados ao custo do crédito em PCLD Ampliada. Para tal, foi necessário integrar em itens específicos dentro da PCLD Ampliada:

- I. as despesas contabilizadas em Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito;
- II. as receitas de recuperação de créditos baixados como prejuízo, originalmente contabilizadas em Resultado da Carteira de Crédito;
- III. as perdas permanentes de ativos financeiros, os ganhos (perdas) na alienação e/ou transferência de ativos financeiros e os ganhos (perdas) na alienação de bens arrendados, sendo o primeiro originalmente contabilizado em Resultado de Operações com TVM e os demais em Resultado da Carteira de Crédito; e
- IV. as despesas de descontos concedidos em renegociação, originalmente contabilizadas em Outras Despesas Operacionais.

A seguir, apresenta-se o demonstrativo de todas as realocações realizadas no período.



Tabela 10. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários – R\$ milhões

Item	De	Para	Evento	Fluxo Trimestral			Fluxo Semestral	
				2T20	1T21	2T21	1S20	1S21
1	* Recursos de Instituições Financeiras	* Resultado Cambial s/ PL no Exterior	Ganho(Perda) Cambial sobre PL no Ext.	876	1.128	(1.853)	4.926	(725)
2	Despesas Tributárias	* Resultado do Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	43	43	(70)	240	(27)
3	Imposto de Renda e Contribuição Social	* Resultado do Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	752	496	(815)	3.979	(319)
4	Outras Receitas/Despesas	* Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos	Marcação a mercado de objeto de Hedge	(57)	–	–	–	–
5	Outras Receitas/Despesas	PREVI – Plano de Benefícios 1	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	(140)	116	116	(280)	231
6	Outras Receitas/Despesas	PREVI – Atualização de Fundo Utilização	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	94	310	315	257	625
7	Outros Ativos Financeiros	Outras Receitas/Despesas	PCLD sem Característica de Intermediação Financeira	(119)	(122)	(222)	(243)	(344)
8	Outras Despesas Administrativas	Outras Receitas/Despesas	Despesa de Amortização de Ágio	(7)	(6)	(5)	(14)	(11)
9	Outras Despesas Administrativas	Outras Receitas/Despesas	Verba de Relacionamento Negocial	(335)	(361)	(286)	(691)	(647)
10	* Recursos de Instituições Financeiras	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(280)	(408)	(376)	(613)	(785)
11	Demandas Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	Planos Econômicos	Planos Econômicos	82	(123)	4	65	(120)
12	Demandas Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	Provisão Extraordinária para Demandas Contingentes	Provisão Extraordinária para Demandas Contingentes	0	–	–	2	–
13	Outras Receitas/Despesas	* Resultado de Operações com TVM	Rendimentos de Aplicações Financeiras	1	0	1	2	1
14	* Resultado de Operações com TVM	Outras Receitas/Despesas	Reversão de Provisões Operacionais	1	(362)	9	1	(353)
15	Imposto de Renda e Contribuição Social	Crédito Tributário s/ CSLL	Créditos Tributários – Diferencial de Alíquota de CSLL	–	–	720	–	720
16	* Resultado da Carteira de Crédito	PCLD – Recuperação de Crédito	PCLD Ampliada	1.591	1.746	1.899	3.176	3.645
17	Outras Receitas/Despesas	PCLD – Descontos Concedidos	PCLD Ampliada	(211)	(619)	(457)	(480)	(1.076)
18	* Resultado da Carteira de Crédito	PCLD – Descontos Concedidos	PCLD Ampliada	–	(117)	(233)	–	(350)
19	* Resultado da Carteira de Crédito	PCLD – Perdas por Imparidade	PCLD Ampliada	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
20	* Resultado de Operações com TVM	PCLD – Perdas por Imparidade	PCLD Ampliada	(1.156)	(246)	(239)	(1.535)	(485)
21	Despesas de Pessoal	Programas de Desligamentos – PAQ e PDE	Programas de Desligamentos – PAQ e PDE	–	(795)	–	–	(795)
22	Imposto de Renda e Contribuição Social	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	84	562	192	221	754
23	Participações Estatutárias	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	12	77	(55)	33	23

(*) Contas que compõem a Margem Financeira Bruta (MFB). Informações adicionais no Capítulo 2.



Glossário das Realocações

(1) Receitas (despesas) das variações cambiais sobre o investimento em subsidiárias e agências no exterior.

(2) e (3) Efeitos de impostos incidentes sobre hedge para investimentos no exterior.

(4) marcação a mercado de operações objeto de hedge.

(5) Receitas (despesas) financeiras da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.

(6) Receitas financeiras de atualização do Fundo Utilização da Previ.

(7) Reversão ou despesas com PCLD para créditos sem característica de intermediação financeira.

(8) Despesas de amortização de ágio de investimentos e intangível.

(9) Amortização de aquisição de folha de pagamento.

(10) e (11) Despesas com provisão oriundas de ações judiciais referentes aos planos econômicos.

(12) Provisão extraordinária com demandas contingentes.

(13) Receitas de aplicações financeiras de empresas não financeiras.

(14) Reversão de provisões operacionais.

(15) Ativação de crédito tributário em decorrência da majoração da alíquota de CSLL de 20% para 25%, conforme Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021.

(16), (17), (18), (19) e (20) Receitas (despesas) relacionadas ao custo do crédito contabilizadas em recuperação de créditos baixados como prejuízo, descontos concedidos em renegociação, perdas permanentes de ativos financeiros, alienação e/ou transferência de ativos financeiros e alienação de bens arrendados.

(21) Despesas decorrentes do Programa de Adequação de Quadros – PAQ e do Programa de Desligamento Extraordinário – PDE.

(22) e (23) Segregação dos efeitos de itens extraordinários do período sobre a apuração de participações nos lucros e resultados (PLR) e a unificação dos efeitos desses itens sobre o imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).



Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

A tabela a seguir demonstra isoladamente os efeitos fiscais e de participação nos lucros e resultados ocorridos em cada item extraordinário.

Tabela 11. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários – R\$ milhões

	Fluxo Trimestral			Fluxo Semestral	
	2T20	1T21	2T21	1S20	1S21
Planos Econômicos	95	256	180	254	436
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(0)	-	-	(1)	-
Crédito Tributário s/ CSLL ¹	-	-	(42)	-	(42)
Programas de Desligamentos - PAQ e PDE	-	383	-	-	383
Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	95	639	138	254	777

(1) O montante que constitui a linha de Crédito Tributário s/ CSLL dos Itens Extraordinários resulta do efeito de PLR e seu impacto sobre impostos.



2.

Margem Financeira Bruta

A Margem Financeira Bruta (MFB) totalizou R\$ 14,4 bilhões no 2T21, variação de -1,2% e +0,6% na comparação trimestral e anual respectivamente. No 1S21, a MFB cresceu 2,1% totalizando R\$ 28,9 bilhões.

Na visão trimestral (2T21/1T21), a variação negativa é explicada pelo aumento de 38,5% na despesa financeira de captação (comercial), parcialmente compensada pelo desempenho positivo dos demais componentes da margem financeira (+4,8% da receita financeira com operações de crédito e +4,6% do resultado de tesouraria).

No acumulado (1S21/1S20), a variação positiva é explicada pela redução de 6,4% nas despesas financeiras (-4,8% em captação comercial e -8,9% em captação institucional), favorecidas pela variação da TMS, de 1,75% no 1S20 para 1,28% no 1S21, e pela recompra/liquidação de IHCD e dívida subordinada.

A TMS (taxa média Selic) atingiu seu menor patamar em fevereiro/21 e voltou a subir a partir de março/21, com maior impacto na taxa efetiva do 2T21.



Tabela 12. Principais Indicadores

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
CDI / TMS – %	0,73	0,49	0,79	7,2	62,2	1,75	1,28	(27,2)
TJLP – %	1,24	1,10	1,16	(6,7)	5,0	2,53	2,27	(10,4)
Câmbio – US\$	5,48	5,70	5,00	(8,7)	(12,2)	–	–	–
Dias úteis	61	61	62	1,6	1,6	123	123	–
Dias corridos	91	90	91	–	1,1	182	181	(0,5)

Tabela 13. Composição da Margem Financeira Bruta – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Margem Financeira Bruta	14.297	14.564	14.384	0,6	(1,2)	28.359	28.948	2,1
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	17.499	17.285	18.107	3,5	4,8	35.187	35.392	0,6
Despesa Financeira de Captação	(3.729)	(3.266)	(4.525)	21,3	38,5	(8.183)	(7.790)	(4,8)
Despesa Financeira de Captação Institucional ^{1 3}	(2.580)	(2.474)	(2.355)	(8,7)	(4,8)	(5.304)	(4.830)	(8,9)
Resultado de Tesouraria ^{2 3}	3.107	3.019	3.157	1,6	4,6	6.658	6.176	(7,2)

(1) Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD (exceto instrumento elegível ao Capital Principal); (2) Inclui o resultado com juros, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado. (3) Reprocessamento do resultado de marcação a mercado de operações objeto de hedge.



Receita Financeira com Operações de Crédito

Tabela 14. Receita Financeira de Operação de Crédito – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	17.499	17.285	18.107	3,5	4,8	35.187	35.392	0,6
Operações de Crédito - PF	9.475	9.293	9.548	0,8	2,7	19.024	18.841	(1,0)
Operações de Crédito - PJ	3.791	3.848	4.105	8,3	6,7	7.773	7.953	2,3
Operações de Crédito - Agronegócio	3.204	3.234	3.491	8,9	7,9	6.431	6.725	4,6
Operações de Crédito - Rede Externa	731	667	660	(9,8)	(1,1)	1.390	1.327	(4,5)
Op. de Venda ou de Transf. de Ativos Fin.	88	64	86	(2,5)	33,4	166	150	(9,8)
Operações de Arrendamento Mercantil	7	6	7	1,8	24,6	15	13	(11,2)
Demais Operações de Crédito	203	173	210	3,7	21,7	388	383	(1,3)

A receita com operações de crédito totalizou R\$ 18,1 bilhões no 2T21 e R\$ 35,4 bilhões no 1S21, com alta em todas as bases de comparação (+4,8% no trimestre, +3,5% no ano e +0,6% no acumulado), influenciada pelo aumento do saldo médio da carteira de crédito.

Operações de Crédito – PF: alta de 2,7% no trimestre, em linha com o crescimento de 3,0% da carteira classificada PF, com destaque para o crescimento da margem em operações não consignadas (Empréstimo/Salário) e de crédito rotativo (Cartão). No semestre, queda de 1,0%, refletindo a menor TMS com impacto sobre o spread das carteiras na visão acumulada, efeito parcialmente compensado pelo

crescimento consistente da carteira de crédito desde o 2S20, com destaque para linhas de menor risco.

Operações de Crédito – PJ: alta de 6,7% no trimestre e 2,3% no semestre, resultado alcançado pelo crescimento da carteira classificada PJ no varejo (+0,6% contra março/21 e +24,8% contra junho/20) e atacado (+1,2% contra março/21 e +3,5% contra junho/20), em ambos os casos, destaque para o crescimento em Capital de Giro.

Operações de Crédito – Agronegócio: alta de 7,9% no trimestre e 4,6% no semestre, explicada pelo crescimento da carteira classificada de agronegócios (+3,1% contra março/21 e +8,6% contra junho/20), com destaque para o crescimento do crédito rural.

A seguir são apresentadas as distribuições das receitas de crédito e da carteira de crédito classificada:

Figura 16. Distribuição das Receitas de Crédito – %

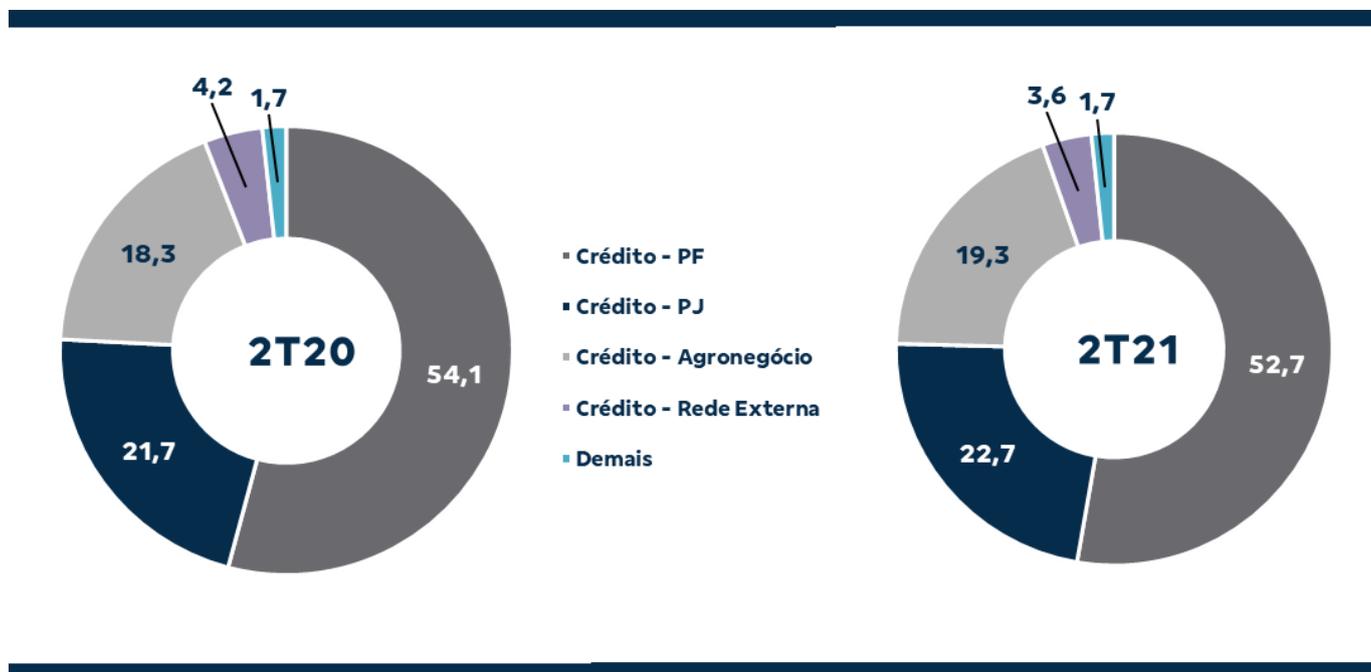


Figura 17. Distribuição da Carteira de Crédito Classificada – %

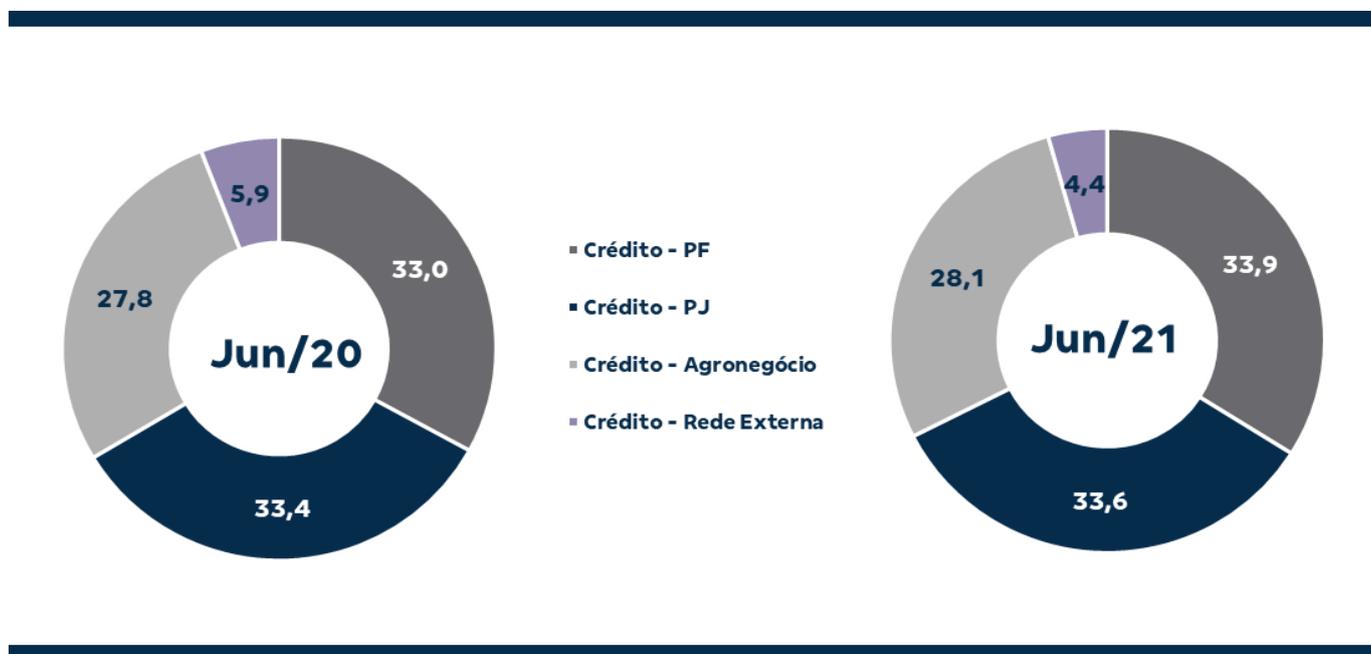




Tabela 15. Composição Sintética dos Ativos – R\$ milhões

	Jun/20		Mar/21		Jun/21		Var. (%)	
	Part. %	Part. %	Part. %	Part. %	Part. %	Part. %	Jun/20	Mar/21
Ativo Total	1.710.234	100,0	1.829.204	100,0	1.859.955	100,0	8,8	1,7
Carteira de Crédito	657.212	38,4	696.992	38,1	705.843	37,9	7,4	1,3
Ativos de Liquidez	814.503	47,6	885.430	48,4	890.344	47,9	9,3	0,6
Demais	238.518	13,9	246.781	13,5	263.767	14,2	10,6	6,9

O Banco do Brasil encerrou junho/21 totalizando R\$ 1,86 trilhão em ativos totais, crescimento de 1,7% no trimestre. A carteira de crédito classificada atingiu R\$ 705,8 bilhões em junho/21, alta de 1,3% na comparação com março/21, com destaque para o

crescimento do crédito no varejo (PF, MPME e crédito rural). No mesmo período, os ativos de liquidez cresceram 0,6% totalizando R\$ 890,3 bilhões, com destaque para a alta de 3,0% da carteira de Títulos e Valores Mobiliários (TVM).

Despesa Financeira de Captação

As despesas financeiras de captação abrangem as operações realizadas com clientes, exceto as operações compromissadas com títulos privados realizadas com clientes PJ. Também fazem parte da composição das despesas com captação o resultado das aplicações compulsórias e a despesa com o FGC.

Tabela 16. Resultado de Captação – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Resultado de Captação	(3.729)	(3.266)	(4.525)	21,3	38,5	(8.183)	(7.790)	(4,8)
Despesas de Captação com Depósitos	(3.393)	(3.022)	(4.157)	22,5	37,6	(7.414)	(7.179)	(3,2)
Depósitos de Poupança	(1.373)	(1.089)	(1.409)	2,7	29,5	(2.910)	(2.498)	(14,2)
Depósitos a Prazo	(792)	(1.005)	(1.424)	79,7	41,7	(1.662)	(2.429)	46,2
Depósitos Judiciais	(1.228)	(928)	(1.324)	7,8	42,6	(2.842)	(2.252)	(20,8)
Emissão de Títulos	(593)	(395)	(621)	4,7	57,3	(1.411)	(1.015)	(28,0)
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	(502)	(338)	(531)	5,8	56,9	(1.182)	(870)	(26,4)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	(91)	(56)	(90)	(1,8)	59,4	(229)	(146)	(36,3)
Resultado das Aplicações Compulsórias	379	293	399	5,3	36,1	879	692	(21,2)
Fundo Garantidor Créditos - FGC	(122)	(142)	(146)	19,4	2,4	(237)	(288)	21,4

A despesa financeira de captação totalizou R\$ 4,5 bilhões no 2T21, alta de 38,5% em comparação ao 1T21, influenciada pelo crescimento de despesas com depósitos a prazo (+41,7%) e depósitos judiciais (+42,6%), em ambos os casos sensibilizados pelo movimento de alta da taxa básica de juros (Selic) e pelo crescimento dos saldos médios. Destaque para o aumento de 29,2% (-R\$ 172 milhões) nas despesas de depósitos a prazo no Banco Patagonia, respondendo por 58,8% do crescimento observado na linha.

Na visão acumulada (1S21/1S20), queda de 4,8%,

favorecida ainda pelo movimento de corte da taxa básica de juros realizado durante o ano de 2020, parcialmente compensada pelo crescimento dos saldos médios, e pela elevação das despesas com depósitos a prazo no Banco Patagonia (+114,6%). Cabe ressaltar que movimento de elevação do custo de captação no Banco Patagonia é compensado pelo crescimento da receita com aplicações de liquidez apresentada em resultado de tesouraria.

Mais informações sobre o Banco Patagonia estão disponíveis na Seção 11 deste documento.



Tabela 17. Captações vs. Taxa Selic – R\$ milhões

	2T20			1T21			2T21		
	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos Totais	649.873	(4.165)	87,2	723.391	(3.513)	100,0	754.786	(4.866)	81,8
Depósitos de Poupança	193.399	(1.373)	96,6	218.364	(1.089)	102,6	221.805	(1.409)	80,6
Depósitos Judiciais	154.899	(1.228)	107,9	167.915	(928)	113,8	178.550	(1.324)	94,1
Depósitos a Prazo	103.078	(792)	104,6	123.823	(1.005)	167,1	127.127	(1.424)	142,1
Depósitos à Vista	78.575	–	–	100.717	–	–	116.009	–	–
Letras de Crédito do Agronegócio	74.059	(502)	92,2	73.150	(338)	95,2	72.064	(531)	93,5
Depósitos Interfinanceiros ¹	32.151	(180)	76,0	27.028	(97)	73,7	26.537	(89)	42,3
Letras de Crédito Imobiliário	13.713	(91)	90,6	12.393	(56)	93,4	12.695	(90)	89,6

(1) As despesas com Depósitos Interfinanceiros são apresentadas em Despesas de Captação de Mercado Aberto (dentro de Resultado de Tesouraria).

A taxa média em “% Selic” dos depósitos totais caiu 18,1 pontos percentuais (p.p.) no trimestre, menor taxa observada desde o 4T19, impactada pela redução dos custos gerais de captação em comparação com a

Selic. Cabe ressaltar que sem os efeitos do Banco Patagonia (ex-BPAT) em depósitos a prazo, a taxa média em “% Selic” é de 79,3% no 2T21, redução de 3,3 p.p. em relação ao trimestre anterior.

Despesa Financeira de Captação Institucional

A tabela a seguir apresenta a abertura das despesas de captação institucional, que são títulos corporativos emitidos pelo BB no Brasil e no exterior, cujos subscritores são investidores qualificados. Vale ressaltar que o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) emitido no Brasil, fruto de Contrato de Mútuo com a União e elegível a Capital Principal, é apresentado no Patrimônio Líquido em Instrumento Elegível ao Capital Principal e o pagamento de sua remuneração é realizada com recursos provenientes de lucros acumulados e reserva de lucros.

Tabela 18. Despesa de Captação Institucional – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Despesa Financ. de Captação Institucional ¹	(2.580)	(2.474)	(2.355)	(8,7)	(4,8)	(5.304)	(4.830)	(8,9)
Op. de Emprést., Cessões e Repasses	(1.169)	(1.201)	(1.138)	(2,6)	(5,2)	(2.606)	(2.339)	(10,2)
Despesas com IHCD	(687)	(600)	(579)	(15,6)	(3,5)	(1.266)	(1.180)	(6,8)
Desp. com Dívida Subord. no Exterior	(230)	(191)	(177)	(23,0)	(7,5)	(420)	(368)	(12,4)
TVM no Exterior ¹	(408)	(400)	(384)	(5,8)	(3,9)	(774)	(785)	1,4
Letras Financeiras	(87)	(82)	(76)	(12,2)	(6,7)	(237)	(158)	(33,4)

(1) Reprocessamento do resultado de marcação a mercado de operações objeto de hedge.

A despesa financeira de captação institucional totalizou R\$ 2,4 bilhões, queda de 4,8% no trimestre (2T21/1T21) e 8,9% na visão acumulada (1S21/1S20).

Destaque para redução de 6,8% na visão acumulada em despesas com IHCD e de 12,4% em despesas

com dívida subordinada no exterior. A primeira é explicada pelo exercício de opção de recompra de título de dívida perpétua em outubro/20 e o segundo em função da liquidação de dívida subordinada em janeiro/21.

Resultado de Tesouraria

O resultado de tesouraria abrange o resultado com juros e variação cambial de atividades típicas de tesouraria, além de conter o resultado do *hedge* estrutural, da variação cambial incidente sobre receitas financeiras de operações de crédito e despesas de captação comercial e institucional.

Tabela 19. Resultado de Tesouraria – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Resultado de Tesouraria	3.107	3.019	3.157	1,6	4,6	6.658	6.176	(7,2)
Res. Títulos e Valores Mobiliários	3.193	2.141	3.424	7,2	59,9	6.616	5.565	(15,9)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ²	3.720	2.574	4.644	24,8	80,4	8.170	7.218	(11,7)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(3.957)	(2.778)	(4.790)	21,1	72,4	(8.694)	(7.568)	(12,9)
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos ²	(66)	601	(136)	106,1	–	(139)	464	–
Outros Componentes de Tesouraria ¹	217	482	15	(93,1)	(96,9)	705	497	(29,4)

(1) Contém itens não discriminados na abertura do resultado de tesouraria, inclusive variação cambial. (2) Reprocessamento do resultado de marcação a mercado de operações objeto de *hedge*.

O resultado de tesouraria variou +4,6% no trimestre (2T21/1T21) e -7,2% no semestre (1S21/1S20). A variação no trimestre é compreendida pelo crescimento do resultado com TVM (+59,9%), principalmente no Banco Múltiplo, e pelo crescimento do resultado de tesouraria no Banco Patagonia (+21,2%), com destaque para o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez (+122,9%) na subsidiária. No semestre, a variação é explicada pela queda de 15,9% no resultado com TVM, suavizada pelo crescimento de 48,5% do resultado de tesouraria do Banco Patagonia no mesmo período.



Resultado com Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

O resultado com TVM cresceu 59,9% em comparação ao 1T21, influenciado pela alta de 60,8% das receitas de juros (reavaliação – curva) e pela variação de positiva de R\$ 574 milhões no resultado de marcação a mercado.

Na visão acumulada (1S21/1S20), queda de 15,9% no resultado com TVM, explicada pelo efeito base da

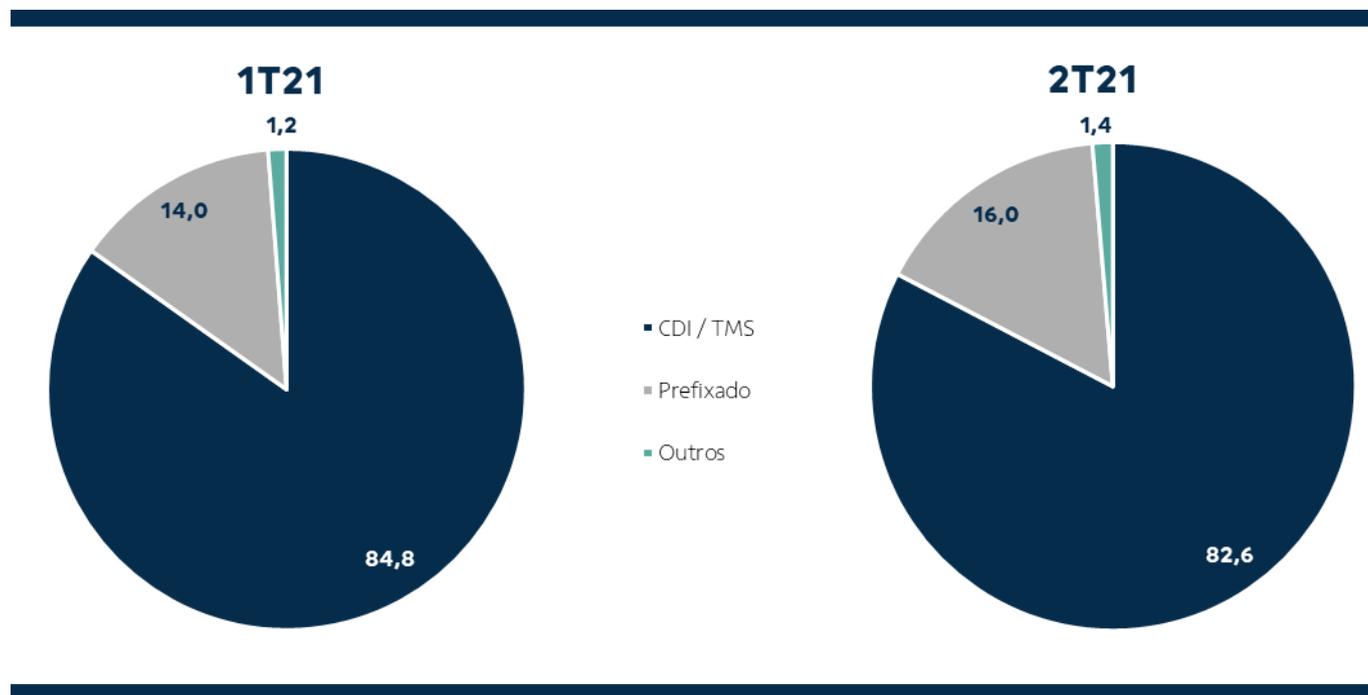
Tabela 20. Resultado com TVM – R\$ milhões

negociação de títulos com resultado favorável no 1S20, parte da estratégia de tesouraria, além do efeito da marcação a mercado no 1T21.

Ao final do 2T21, 82,6% da carteira de TVM estava indexada ao CDI/TMS, contra 84,8% no trimestre anterior e 76,5% no 2T20.

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Res. Títulos e Valores Mobiliários	3.193	2.141	3.424	7,2	59,9	6.616	5.565	(15,9)
Res. Títulos de Renda Fixa	3.170	2.125	3.417	7,8	60,8	6.443	5.542	(14,0)
Reavaliação – Curva	2.918	2.720	3.443	18,0	26,6	5.629	6.163	9,5
Resultado das Negociações	109	(116)	(122)	–	4,7	714	(238)	–
Marcação a Mercado	143	(479)	95	(33,4)	–	100	(384)	–
Outros ¹	23	16	7	(67,6)	(53,7)	173	23	(86,5)

(1) Inclui o resultado de títulos de renda variável, aplicações em fundos e em Ouro e rendas no exterior.

Figura 18. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo) – %


As tabelas a seguir demonstram a abertura da carteira de TVM:

Tabela 21. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado – R\$ milhões

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. (%)	
							Jun/20	Mar/21
Títulos e Valores Mobiliários	265.223	100,0	283.695	100,0	292.420	100,0	10,3	3,1
Títulos para Negociação	22.101	8,3	11.699	4,1	10.720	3,7	(51,5)	(8,4)
Títulos Disponíveis p/ Venda	218.813	82,5	248.361	87,5	255.812	87,5	16,9	3,0
Títulos Mantidos até o Vencimento	24.309	9,2	23.635	8,3	25.888	8,9	6,5	9,5
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.639	100,0	3.384	100,0	2.683	100,0	(42,2)	(20,7)



Tabela 22. Carteira de Títulos por Prazo – Valor de Mercado – R\$ milhões

Referência	Até 1 ano ¹		1 a 5 anos		5 a 10 anos		Acima de 10 anos		Total
	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos
Set/19	40.917	22,0	76.066	40,9	59.865	32,2	9.090	4,9	185.938
Dez/19	39.058	19,4	86.972	43,2	65.055	32,3	10.246	5,1	201.332
Mar/20	41.860	22,4	83.684	44,8	50.815	27,2	10.374	5,6	186.734
Jun/20	43.724	16,5	134.274	50,6	76.124	28,7	11.101	4,2	265.223
Set/20	40.102	15,8	151.192	59,7	51.167	20,2	10.966	4,3	253.427
Dez/20	41.580	14,2	184.530	62,8	55.516	18,9	12.210	4,2	293.835
Mar/21	43.135	15,2	190.447	67,1	41.003	14,5	9.110	3,2	283.695
Jun/21	45.738	15,6	197.584	67,6	40.414	13,8	8.684	3,0	292.420

(1) A partir do 2T21 a coluna “até 1 ano” considerado também o saldo de títulos sem vencimento (de liquidez imediata).

Captação no Mercado Aberto

A tabela seguinte apresenta o Saldo de Liquidez, diferença entre os Ativos e Passivos de Liquidez.

Tabela 23. Saldo da Liquidez – R\$ milhões

	Jun/20		Mar/21		Jun/21		Var. (%)	
	Part. %	Part. %	Part. %	Part. %	Part. %	Jun/20	Mar/21	
Ativos de Liquidez (a)	814.503	100,0	885.430	100,0	890.344	100,0	9,3	0,6
Aplicações Interfinanceiras	524.694	64,4	569.512	64,3	571.754	64,2	9,0	0,4
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	266.953	32,8	284.606	32,1	293.174	32,9	9,8	3,0
Disponibilidades	22.856	2,8	31.313	3,5	25.415	2,9	11,2	(18,8)
Passivos de Liquidez (b)	551.862	100,0	603.345	100,0	602.752	100,0	9,2	(0,1)
Captações no Mercado Aberto	521.351	94,5	574.814	95,3	578.111	95,9	10,9	0,6
Depósitos Interfinanceiros	30.511	5,5	28.531	4,7	24.641	4,1	(19,2)	(13,6)
Saldo da Liquidez (a-b)	262.641	100,0	282.086	100,0	287.591	100,0	9,5	2,0

Tabela 24. Despesa de Captação no Mercado Aberto – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(3.957)	(2.778)	(4.790)	21,1	72,4	(8.694)	(7.568)	(12,9)
Carteira de Terceiros	(3.356)	(2.227)	(4.171)	24,3	87,3	(7.347)	(6.399)	(12,9)
Carteira Própria	(423)	(451)	(518)	22,4	15,0	(961)	(969)	0,9
Depósitos Interfinanceiros	(180)	(97)	(89)	(50,7)	(8,5)	(381)	(185)	(51,4)
Outras Operações de Captação no Mercado	3	(4)	(11)	–	–	(4)	(15)	–

As despesas de captação no Mercado Aberto constituem principalmente despesas incorridas com operações compromissadas lastreadas com títulos em carteira própria e de terceiros. Assim como nas aplicações interfinanceiras de liquidez (que abrange as rendas de aplicações no mercado aberto e de depósitos interfinanceiros), a dinâmica das operações de mercado aberto se altera conforme volume aplicado/captado e variação da TMS, tendo em vista se tratar, em maior parte, de operações lastreadas em títulos públicos.

Outros Componentes de Tesouraria

O grupamento outros componentes de tesouraria contém, além dos resultados de ganho/perda cambial sobre o PL no exterior e *hedge* fiscal, a variação cambial incidente nas linhas de operação de crédito, captação e captação institucional entre outras, registradas na linha “demais”.

Tabela 25. Outros Componentes de Tesouraria – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Outros Componentes de Tesouraria	217	482	15	(93,1)	(96,9)	705	497	(29,4)
Ganho (Perda) Cambial s/ PL no Ext.	876	1.128	(1.853)	–	–	4.926	(725)	–
Hedge Fiscal	795	539	(885)	–	–	4.219	(346)	–
Resultado de Operações de Câmbio	180	153	121	(32,9)	(20,8)	275	273	(0,5)
Demais	(1.634)	(1.337)	2.632	–	–	(8.715)	1.295	–

Análise dos Ativos e Passivos

Análise dos Ativos

Tabela 26. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (anual) – R\$ milhões

	2T20			2T21		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)
Ativos Rentáveis	1.461.495	24.826	7,2	1.627.834	26.616	6,8
Operações de Crédito + Leasing ⁴	653.331	17.499	11,5	695.436	18.107	11,0
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	748.029	6.913	3,9	870.639	8.068	3,8
Depósito Compulsório Rentável	49.583	379	3,2	50.212	399	3,3
Demais	10.553	36	1,4	11.547	43	1,5

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (3) Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252); (4) Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 27. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (trimestral) – R\$ milhões

	1T21			2T21		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual ³ (%)
Ativos Rentáveis	1.581.074	22.343	6,0	1.627.834	26.616	6,8
Operações de Crédito + Leasing	684.649	17.285	10,8	695.436	18.107	11,0
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	833.637	4.715	2,4	870.639	8.068	3,8
Depósito Compulsório Rentável	47.980	293	2,5	50.212	399	3,3
Demais	14.808	50	1,4	11.547	43	1,5

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (3) Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252); (4) Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 28. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (acumulado) – R\$ milhões

	1S20			1S21		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³
Ativos Rentáveis	1.401.458	51.009	7,6	1.604.454	48.959	6,4
Operações de Crédito + Leasing ⁴	642.358	35.187	11,5	690.042	35.392	10,8
TVM + Aplic. Interfinanceiras – Hedge	700.138	14.786	4,4	852.138	12.783	3,1
Depósito Compulsório Rentável	49.610	879	3,7	49.096	692	2,9
Demais	9.352	157	3,5	13.177	93	1,4

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Calculado com efeito parcial da variação cambial; (3) Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252); (4) Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Análise dos Passivos

Tabela 29. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (anual) – R\$ milhões

	2T20			2T21		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.305.294	(10.588)	3,4	1.423.729	(12.069)	3,5
Captações no Mercado Aberto	506.691	(3.777)	3,1	581.720	(4.701)	3,3
Depósitos a Prazo	257.977	(2.020)	3,3	305.677	(2.748)	3,7
Obrig. por Emprest. e Repasses	78.344	(1.169)	6,3	69.604	(1.138)	6,8
Depósitos de Poupança	193.399	(1.373)	3,0	221.805	(1.409)	2,6
Dívida Subordinada	86.022	(1.003)	4,9	68.695	(832)	5,0
Letras de Crédito do Agronegócio	74.059	(502)	2,8	72.064	(531)	3,0
Obrigações com T.V.M. no Exterior	41.055	(408)	4,2	38.752	(384)	4,1
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	21.177	(65)	1,3	26.145	(146)	2,3
Depósitos Interfinanceiros	32.151	(180)	2,3	26.537	(89)	1,4
Demais Letras Bancárias ³	14.421	(91)	2,6	12.731	(90)	2,9

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Taxa anualizada (dias úteis do período dividido por 252); (3) Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário; (4) Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 30. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (trimestral) – R\$ milhões

	1T21			2T21		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.385.720	(8.833)	2,7	1.423.729	(12.069)	3,5
Captações no Mercado Aberto	546.522	(2.682)	2,0	581.720	(4.701)	3,3
Depósitos a Prazo	291.739	(1.933)	2,8	305.677	(2.748)	3,7
Obrig. por Emprest. e Repasses	73.965	(1.201)	6,9	69.604	(1.138)	6,8
Depósitos de Poupança	218.364	(1.089)	2,1	221.805	(1.409)	2,6
Dívida Subordinada	74.436	(873)	4,9	68.695	(832)	5,0
Letras de Crédito do Agronegócio	73.150	(338)	1,9	72.064	(531)	3,0
Obrigações com T.V.M. no Exterior	42.184	(400)	4,0	38.752	(384)	4,1
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	25.782	(164)	2,7	26.145	(146)	2,3
Depósitos Interfinanceiros	27.028	(97)	1,5	26.537	(89)	1,4
Demais Letras Bancárias ³	12.549	(56)	1,9	12.731	(90)	2,9

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Taxa anualizada (dias úteis do período dividido por 252); (3) Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário; (4) Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 31. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (acumulado) – R\$ milhões

	1S20			1S21		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.252.084	(23.057)	3,8	1.404.724	(20.903)	3,1
Captações no Mercado Aberto	479.003	(8.312)	3,6	564.121	(7.383)	2,7
Depósitos a Prazo	246.016	(4.503)	3,8	298.708	(4.681)	3,2
Obrig. por Emprest. e Repasses	77.699	(2.606)	7,0	71.785	(2.339)	6,8
Depósitos de Poupança	186.470	(2.910)	3,2	220.084	(2.498)	2,3
Dívida Subordinada	82.858	(1.923)	4,8	71.566	(1.706)	4,9
Letras de Crédito do Agronegócio	73.768	(1.182)	3,3	72.607	(870)	2,5
Obrigações com T.V.M. no Exterior	37.990	(774)	4,2	40.468	(785)	4,0
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	21.031	(235)	2,3	25.963	(310)	2,5
Depósitos Interfinanceiros	31.842	(381)	2,5	26.782	(185)	1,4
Demais Letras Bancárias ³	15.406	(229)	3,1	12.640	(146)	2,4

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Taxa anualizada (dias úteis do período dividido por 252); (3) Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário; (4) Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Análise Volume e Taxa

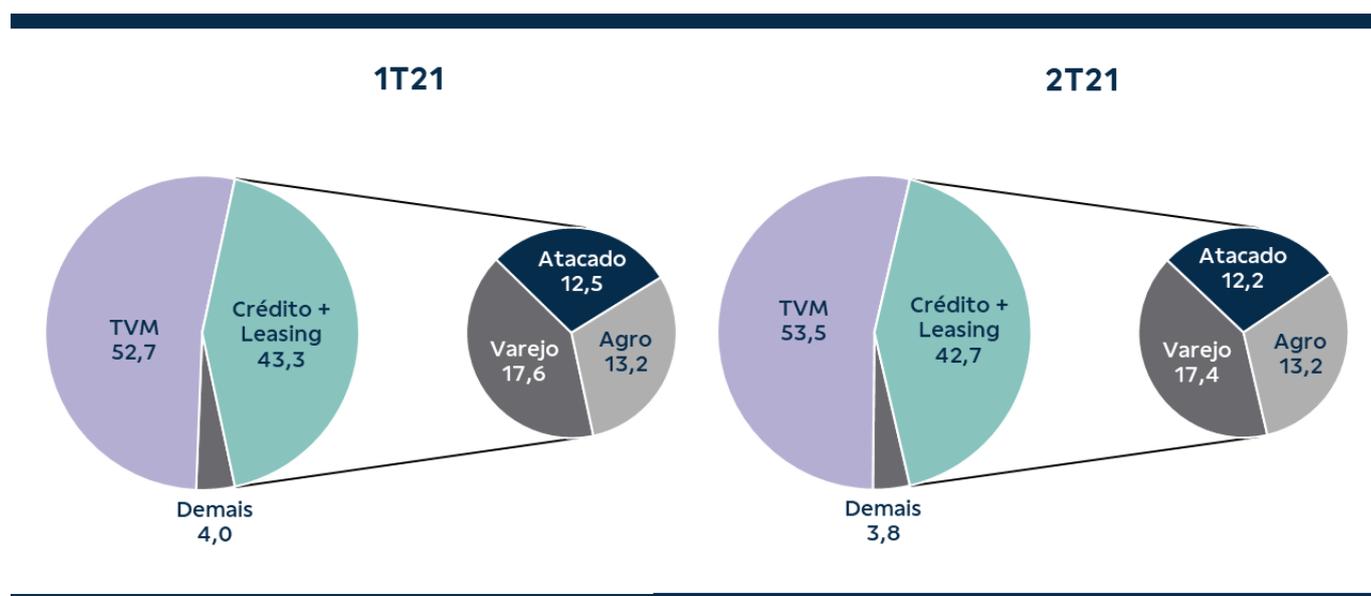
O saldo médio de Ativos Rentáveis cresceu R\$ 46,8 bilhões (+3,0%) no trimestre (2T21/1T21), influenciado pelos crescimentos de 4,4% (R\$ 37,0 bilhões) no saldo médio da carteira de TVM e aplicações interfinanceiras (sem *hedge*) e 1,6% (R\$ 10,8 bilhões) no saldo médio da carteira de crédito e leasing. No mesmo período, a Margem Financeira Bruta totalizou R\$ 14,4 bilhões, queda de 1,2%.

Tabela 32. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) – R\$ milhões

	Taxa Trimestral			Taxa Acumulada		
	1T21	2T21	Var. Abs.	1S20	1S21	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.581.074	1.627.834	46.760	1.401.458	1.604.454	202.996
Margem Financeira Bruta (b)	14.564	14.384	(180)	28.359	28.948	589
Spread (b/a) - %	0,921	0,884	(0,037)	2,024	1,804	(0,219)
<hr/>						
Ganho/(Perda) com Volume ²			431			4.108
Ganho/(Perda) com Taxa ³			(593)			(3.073)
Ganho/(Perda) com Volume e Taxa			(18)			(445)

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período; (2) Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo spread do período anterior líq. da MFB anterior; (3) Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo spread do período atual líq. da MFB anterior.

Figura 19. Distribuição dos Ativos Rentáveis – %



No 2T21 o *spread* global reduziu 15bps em comparação ao trimestre anterior e 39bps em comparação ao mesmo período do ano anterior, pressionado pela elevada participação dos ativos de liquidez nos ativos rentáveis e pelas despesas de captação. Em relação ao mesmo período do ano anterior, destaque para alta de 49bps do *spread* ajustado pelo risco, favorecido pelo crescimento da margem financeira líquida no período.

Tabela 33. Margem Global – %

	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21
Spread Global ¹	4,0	4,4	4,3	4,0	3,7	3,7	3,7	3,6
Spread Ajustado pelo risco ²	2,9	3,3	2,6	2,4	2,2	2,3	3,1	2,9

(1) Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado; (2) Margem Financeira Líquida (MFB – PCLD Ampliada)/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Tabela 34. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	1S20	1S21
(a) Saldo Médio dos Ativos Rentáveis	1.461.495	1.581.074	1.627.834	1.401.458	1.604.454
(b) Saldo Médio dos Passivos Onerosos	1.305.294	1.385.720	1.423.729	1.252.084	1.404.724
(c) Margem Financeira Bruta	14.297	14.564	14.384	28.359	28.948
(d) Receita Líquida de Juros	14.239	13.509	14.547	27.952	28.057
(d.I) Receitas de Juros	24.826	22.343	26.616	51.009	48.959
(d.II) Despesas de Juros	(10.588)	(8.833)	(12.069)	(23.057)	(20.903)
(e) Demais Componentes ¹	58	1.054	(163)	407	891
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis (b/a) – %	89,3	87,6	87,5	89,3	87,6
Rentabilidade Média dos Ativos ^{2 4} (d.I/a) – %	7,0	5,8	6,7	7,4	6,2
Custo Médio dos Passivos ^{2 4} (d.II/b) – %	3,3	2,6	3,4	3,7	3,0
Margem de Lucro Líquida ^{2 3} – %	3,7	3,2	3,3	3,7	3,2
Margem Líquida de Juros ² (d/a) – %	4,0	3,5	3,6	4,0	3,5
Spread Global ² (c/a) – %	4,0	3,7	3,6	4,1	3,6

(1) Contém resultado de derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de cré. baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira; (2) Taxas anualizadas; (3) Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos; (4) Calculado com efeito parcial da variação cambial.



Os quadros a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos, nos períodos em análise.

Tabela 35. Variação de Volume/Taxa – R\$ milhões

	2T21 / 1T21			2T21 / 2T20			1S21 / 1S20		
	Volume Médio ¹	Taxa Média ²	Variação Líquida ³	Volume Médio ¹	Taxa Média ²	Variação Líquida ³	Volume Médio ¹	Taxa Média ²	Variação Líquida ³
Ativos Rentáveis⁴	765	3.509	4.274	2.720	(930)	1.790	6.194	(8.244)	(2.050)
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	343	3.010	3.353	1.136	19	1.155	2.280	(4.284)	(2.004)
Operações de Crédito + Leasing	281	541	822	1.096	(488)	608	2.446	(2.241)	205
Depósito Compulsório Rentável	18	88	106	5	15	20	(7)	(179)	(187)
Demais	(12)	5	(7)	4	3	7	27	(91)	(64)
Passivos Onerosos⁴	(322)	(2.914)	(3.236)	(1.004)	(478)	(1.482)	(2.271)	4.426	2.154
Depósitos de Poupança	(22)	(299)	(321)	(180)	144	(37)	(382)	794	412
Depósitos Interfinanceiros	2	7	8	19	72	91	35	161	196
Depósitos a Prazo	(125)	(689)	(814)	(429)	(299)	(728)	(826)	648	(177)
Captações no Mercado Aberto	(284)	(1.735)	(2.019)	(606)	(318)	(924)	(1.114)	2.043	929
Obrig. por Emprest. e Repasses	71	(9)	63	143	(112)	31	193	74	267
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(2)	19	17	(28)	(54)	(82)	(59)	(16)	(75)
Dívida Subordinada	70	(29)	41	210	(39)	171	269	(52)	218
Obrigações com T.V.M. no Exterior	34	(18)	16	23	1	24	(48)	37	(11)
Letras de Crédito do Agronegócio	8	(201)	(193)	15	(44)	(29)	14	298	312
Demais Letras Bancárias ⁵	(1)	(32)	(33)	12	(10)	2	32	51	83

(1) Variação Líquida – Taxa Média; (2) (Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior); (3) Juros Período Atual – Juros do Período Anterior; (4) Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3; (5) Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

Margem Gerencial de Crédito

A apuração da margem financeira gerencial é realizada considerando:

- I) receitas financeiras, classificadas por tipos de carteiras; e
- II) custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras.

No caso de operações prefixadas, o *spread* gerencial considera o custo de captação no momento da contratação, não sendo impactado pelas variações da taxa Selic.

Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS (Taxa Média Selic) e/ou ETTJ (Estrutura a Termo de Taxa de Juros). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Tabela 36. Margem Gerencial – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Operações de Crédito	11.187	11.631	11.847	5,9	1,9	22.083	23.478	6,3
Pessoa Física	6.385	6.353	6.474	1,4	1,9	12.768	12.827	0,5
Pessoa Jurídica	2.612	2.843	2.831	8,4	(0,4)	5.010	5.674	13,3
Agronegócios	2.189	2.434	2.543	16,1	4,5	4.305	4.977	15,6

Taxa Gerencial

O *spread* gerencial das operações de crédito – que não é impactado pela movimentação de ativos de liquidez – encerrou o 2T21 em 7,74%, contra 7,77% (-4bps) no trimestre anterior e 7,87% (-14bps) no mesmo período de 2020.

Pessoa Física: o *spread* gerencial PF reduziu 20bps no trimestre e 91 bps no ano, pressionado pela elevação do custo de oportunidade em decorrência do movimento de alta da Selic.

Pessoa Jurídica: o *spread* gerencial PJ permaneceu estável no trimestre e no ano, positivamente impactado pelo *mix* e parcialmente compensado pela elevação do custo de oportunidade.

Agronegócios: o *spread* gerencial Agronegócios permaneceu estável no trimestre e apresentou crescimento de 41bps no ano. A variação anual é justificada pela melhoria do *mix*, com queda da carteira agroindustrial e crescimento em linhas custeio e investimento no varejo.

A tabela seguinte apresenta o *spread* gerencial segmentado por tipo de operações. A taxa é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios.

Tabela 37. Taxa por Carteira¹ – %

	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21
Operações de Crédito	7,9	8,2	8,0	7,9	7,9	7,8	7,8	7,7
Pessoa Física	16,3	16,4	15,6	15,4	15,1	14,8	14,7	14,5
Pessoa Jurídica ²	4,9	5,1	5,3	5,1	5,2	5,0	5,1	5,1
Agronegócios	4,6	4,8	4,8	4,9	5,1	5,3	5,3	5,3

(1) Série revisada no 3T20. (2) Não inclui operações com o Governo.

Exposição Cambial e Balanço por Indexador

Balanço em Moedas Estrangeiras

O Banco do Brasil utiliza a estratégia de *hedge* fiscal que tem como objetivo reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

Em virtude da Resolução CMN nº 4.851/20, a partir do exercício financeiro de 2021, a variação cambial dos investimentos no exterior protegidos por cobertura de risco é considerada na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL, na proporção de 50% em 2021 e de 100% a partir de 2022, com reflexo na

redução do volume necessário de *hedge* fiscal (*overhedge*).

A exposição cambial é gerenciada de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado. Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do BB Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. A exposição cambial líquida, para 30 de junho de 2021, é passiva no valor de US\$ 402 milhões, e representa aproximadamente 2,75% do Patrimônio de Referência (PR).

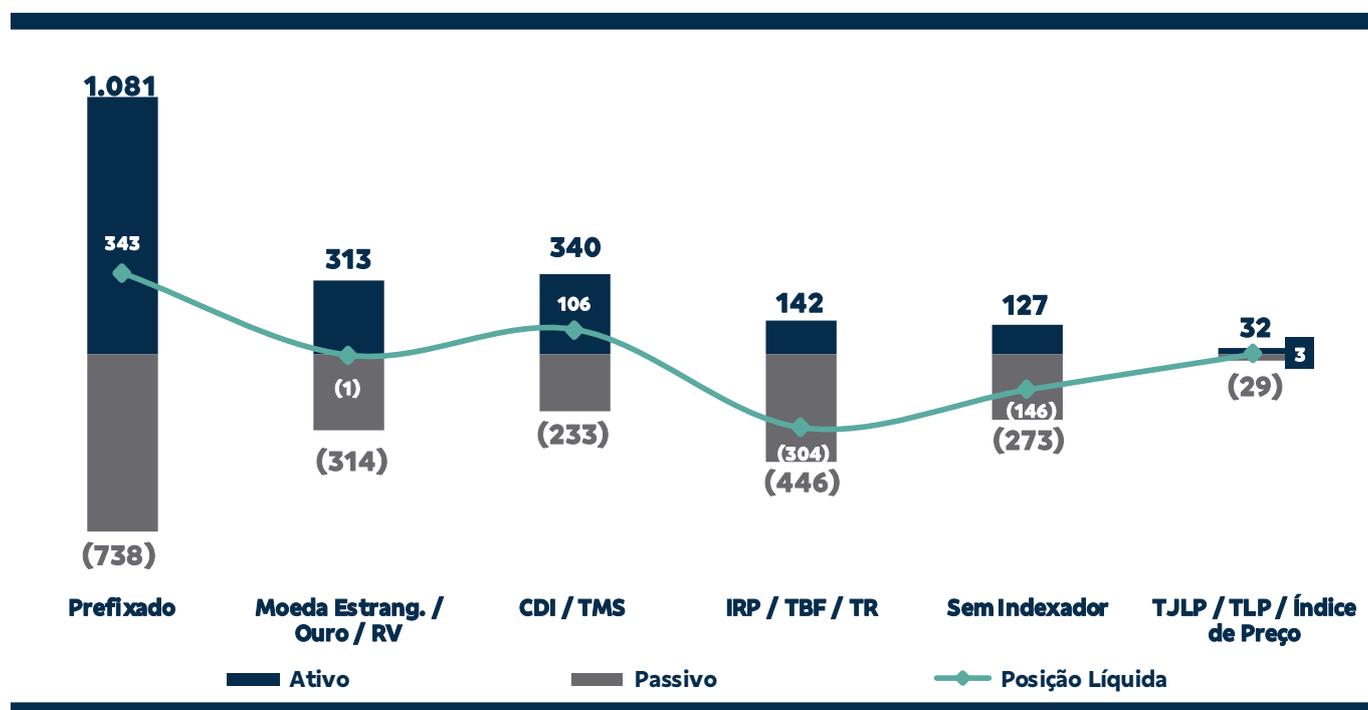
Tabela 38. Balanço em Moedas Estrangeiras – R\$ milhões

Moeda	Contas Patrimoniais		Derivativos		Total	
	Ativo	Passivo	Comprado	Vendido	Ativo + Comprado	Passivo + Vendido
Dólar dos EUA	187.305	(204.394)	41.024	(28.441)	228.329	(232.835)
Euro	17.234	(10.092)	1.520	(7.549)	18.754	(17.641)
Iene	1.878	(1.763)	–	(545)	1.878	(2.308)
Libra Esterlina	237	(224)	14	(707)	251	(931)
Franco Suíço	10	(13)	13	(1)	23	(14)
Ouro	26	–	–	–	26	–
Dólar Canadense	10	(9)	10	(4)	20	(13)
Demais	18.306	(17.432)	1.575	–	19.881	(17.432)
Total	225.006	(233.927)	44.156	(37.247)	269.162	(271.174)
Posição Líquida - Total		(8.921)	6.909			(2.012)
Posição Líquida Total - Em US\$ milhões						(402)

Balanço por Indexador

O gráfico a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do BB Consolidado, detalhada por indexador em 30 de junho de 2021 e a posição líquida.

Figura 20. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida – R\$ bilhões





Perfil de Descasamento por Vencimento

Apresenta-se, a seguir, a tabela que contém o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por prazo de vencimento do BB Consolidado.

Tabela 39. Descasamento por Vencimento – R\$ milhões

	< 1 Mês	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Ativos	726.601	106.556	93.346	115.568	352.901	512.050	1.907.022
Prefixado	628.658	33.679	58.534	63.811	149.767	146.435	1.080.883
CDI / TMS	13.504	44.605	3.929	16.102	122.039	139.687	339.866
TR / TBF / IRP	9.559	4.812	1.642	13.644	22.919	89.368	141.944
Índice de Preço	54	61	136	3.365	9.096	1.189	13.901
TJLP	120	219	375	572	1.626	7.052	9.963
TLP	113	232	313	558	1.924	4.551	7.692
US\$ / ME	74.594	22.946	28.418	17.516	45.530	123.769	312.772
Passivos	(728.263)	(65.843)	(50.133)	(99.229)	(318.460)	(499.022)	(1.760.952)
Prefixado ¹	(579.762)	(8.503)	(10.993)	(11.895)	(38.890)	(88.329)	(738.373)
CDI / TMS	(55.392)	(33.455)	(8.941)	(31.164)	(102.738)	(1.769)	(233.458)
TR / TBF / IRP	(28.297)	(6.655)	(7.306)	(15.454)	(103.041)	(285.627)	(446.379)
Índice de Preço	(42)	-	(0)	(3.999)	(83)	(57)	(4.181)
TJLP	(156)	(292)	(489)	(807)	(2.478)	(20.323)	(24.546)
TLP	-	-	-	-	-	-	-
US\$ / ME	(64.615)	(16.938)	(22.404)	(35.910)	(71.230)	(102.917)	(314.015)
Gap	(1.662)	40.712	43.213	16.339	34.440	13.028	146.070
Gap Acumulado	(1.662)	39.050	82.263	98.602	133.042	146.070	-
Gap Acum. como % Ativos	(0,2)	36,6	88,1	85,3	37,7	28,5	-

(1) Está considerada a totalidade dos depósitos em conta corrente (R\$ 92,2 bilhões) em passivos prefixados.



3.

Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços somaram R\$ 7,2 bilhões no 2T21, aumento de 4,8% na comparação com o trimestre anterior, com destaque para o desempenho de administração de fundos (+7,9%), operações de crédito e garantias (+24,4%), renda do mercado de capitais (+83,9%) e consórcios (+11,1%), que mais do que compensaram a redução das receitas com conta corrente (-5,8%).

Na comparação semestral, o crescimento de 0,4%, que está dentro do intervalo das projeções corporativas, foi influenciado pelo desempenho comercial nos segmentos de seguridade (+13,1%) e consórcios (+29,6%), enquanto as receitas com conta corrente apresentaram redução de 17,4%.

A administração do Banco vem buscando constantemente aprimorar seu portfólio de produtos e serviços, assim como novas formas de rentabilizar o relacionamento com seus clientes, seja pelo aumento na comercialização ou pelo desenvolvimento de novos modelos de negócios.

A tabela a seguir apresenta a composição das receitas de prestação de serviços (RPS), e deve ser avaliada considerando os efeitos de sazonalidade (volume de produtos e serviços comercializados e quantidade de dias úteis).

Tabela 40. Receitas de Prestação de Serviços – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Receitas de Prestação de Serviços	6.965	6.878	7.206	3,5	4,8	14.032	14.084	0,4
Administração de Fundos	1.675	1.679	1.812	8,2	7,9	3.396	3.491	2,8
Conta corrente	1.923	1.633	1.539	(20,0)	(5,8)	3.840	3.172	(17,4)
Seguros, Previdência e Capitalização	891	1.024	1.080	21,2	5,4	1.861	2.104	13,1
Cartão de Crédito/Débito	519	516	510	(1,8)	(1,3)	1.005	1.026	2,1
Consórcios	298	384	427	43,2	11,1	626	812	29,6
Operações de Crédito e Garantias	405	360	448	10,5	24,4	753	808	7,3
Cobrança	310	365	362	16,8	(0,8)	650	726	11,8
Arrecadações	224	242	243	8,7	0,4	486	485	(0,1)
Subsidiárias/Controladas no Exterior	179	174	192	7,1	10,7	342	366	7,1
Processamento de Convênios	147	163	183	24,3	12,2	314	345	10,1
Rendas do Mercado de Capitais	127	68	126	(0,8)	83,9	212	194	(8,2)
Tes. Nac. e Adm. de Fundos Oficiais	97	96	88	(9,1)	(8,3)	196	184	(6,4)
Serviços de Comércio Exterior	73	67	69	(6,5)	2,6	158	135	(14,4)
Demais	96	106	128	33,0	20,6	194	234	20,7
Dias Úteis	61	61	62	1,6	1,6	123	123	0,0

Na comparação trimestral (2T21/1T21) das RPS, houve elevação de 4,8%, com destaque para os segmentos de administração de fundos, operações de crédito e garantias, rendas do mercado de capitais e consórcios, conforme detalhado a seguir.

O segmento de administração de fundos, com elevação de 7,9%, foi influenciado pela maior quantidade de dias úteis (62 vs 61), e pelo crescimento de 5,4% no saldo de recursos administrados, em especial nos fundos de ações (+26,4%) e fundos multimercados (+5,7%), que possuem taxas de administração e de performance mais elevadas.

As receitas com operações de crédito e garantia cresceram 24,4% na comparação trimestral, motivadas, principalmente, pela elevação no desembolso das operações de agricultura empresarial na comparação trimestral.

No segmento de mercado de capitais, a variação positiva de 83,9%, foi influenciada pela realização de operações de *Project Finance* (assessoria e estruturação de financiamentos) e pela participação em 29 operações de renda fixa e securitização, sendo 20 operações de debêntures, três operações de CRA, duas operações de FIDC, duas operações de FII, uma operação de CRI e uma operação de Letra Financeira.



As receitas com consórcios registraram crescimento de 11,1% em relação ao 1T21 devido à comercialização de mais de 132 mil novas cotas no 2T21, aumento de 50,5% em relação ao trimestre anterior. O volume de negócios foi de R\$ 5,5 bilhões.

No 1S21, as receitas de prestação de serviços somaram R\$ 14,1 bilhões, crescimento de 0,4% em relação ao 1S20. O desempenho foi influenciado, principalmente, pelos segmentos de seguros, previdência e capitalização, com elevação de 13,1%, e consórcios (+29,6%), conforme detalhado a seguir.

O desempenho no segmento de seguridade foi devido aos seguintes motivos: (a) crescimento de 29,6% nas contribuições de previdência, com destaque para o VGBl; (b) aumento de 31% no volume de prêmios emitidos do seguro rural devido à antecipação na contratação do custeio, que normalmente ocorre no terceiro trimestre e neste ano observou-se com maior intensidade no 2T21; e (c) desempenho comercial nos seguros de vida (+19,5% em prêmios emitidos), com crescimento das vendas novas.

As receitas com consórcios aumentaram 29,6% na comparação semestral, devido a: (a) elevação da taxa

média do produto; e (b) lançamento de novos produtos. No 1S21 foram comercializadas 219,8 mil novas cotas, aumento de 16,1% em relação ao 1S20.

Outra linha relevante para a composição das RPS são as receitas de conta corrente. No comparativo semestral, o desempenho negativo em 17,4%, foi motivado, especialmente, pela queda das receitas com pacotes de serviços e receitas com transferências de valores (DOC/TED), conforme detalhado a seguir.

A retração observada nas receitas com pacotes de serviços está relacionada, principalmente, com a disponibilização do PIX, em novembro de 2020, que alterou o perfil de consumo dos clientes e o padrão de transferência de recursos entre pessoas e empresas, além da comercialização do produto “Clube de Benefícios”, nova modalidade de relacionamento com benefícios exclusivos e que funciona por meio de uma assinatura mensal. Devido às características específicas deste novo produto, suas receitas são contabilizadas nas “Outras Receitas Operacionais. Para efeito de comparação, o valor arrecadado com este produto foi de R\$ 244,6 milhões no 1S21.



4.

Despesas

Administrativas

No 2T21 as despesas administrativas totalizaram R\$ 7,9 bilhões, aumento de 1,6% em relação ao trimestre anterior. O crescimento foi influenciado, principalmente, pelo aumento de 5,4% nas outras despesas administrativas, devido a novos projetos de comunicação e ao repasse anual para a Fundação BB com o objetivo de fomentar projetos sociais.

As despesas de pessoal registraram redução de 0,6%, influenciadas pelo desligamento de funcionários, no escopo do Programa de Adequação de Quadros (PAQ) e do Programa de Desligamento Extraordinário (PDE) e pelas economias geradas pelo novo Programa de Cargos e Salários e do Programa Performa, dentre outras medidas de eficiência.

Na comparação semestral, a queda de 0,2%, que está dentro do intervalo das projeções corporativas, reforça o compromisso com a austeridade e a eficiência na gestão das despesas administrativas apesar da inflação registrada no período.



Tabela 41. Despesas Administrativas – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Despesas Administrativas	(7.850)	(7.737)	(7.857)	0,1	1,6	(15.620)	(15.594)	(0,2)
Despesas de Pessoal	(5.008)	(4.989)	(4.961)	(0,9)	(0,6)	(9.927)	(9.949)	0,2
Outras Despesas Administrativas	(2.842)	(2.748)	(2.897)	1,9	5,4	(5.693)	(5.645)	(0,9)

Despesas de Pessoal

Tabela 42. Despesas de Pessoal – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Despesas de Pessoal	(5.008)	(4.989)	(4.961)	(0,9)	(0,6)	(9.927)	(9.949)	0,2
Proventos	(2.663)	(2.369)	(2.701)	1,4	14,0	(4.925)	(5.070)	2,9
Benefícios	(890)	(815)	(806)	(9,4)	(1,1)	(1.704)	(1.621)	(4,8)
Encargos Sociais	(775)	(787)	(804)	3,8	2,2	(1.525)	(1.591)	4,3
Provisões Administrativas de Pessoal	(449)	(797)	(418)	(6,8)	(47,6)	(1.304)	(1.216)	(6,8)
Previdência Complementar	(210)	(201)	(207)	(1,5)	2,6	(426)	(408)	(4,3)
Honorários de Diret. e Conselheiros	(12)	(13)	(14)	14,0	11,7	(25)	(26)	5,8
Treinamento	(8)	(7)	(11)	30,1	64,9	(19)	(17)	(6,7)

As despesas de pessoal totalizaram R\$ 5,0 bilhões no 2T21, queda de 0,6% na comparação com o trimestre anterior. Esse decréscimo foi influenciado, principalmente, pela redução de 2.589 funcionários no 2T21, dos quais 67,5% no âmbito do Programa de Adequação de Quadros (PAQ) e do Programa de Desligamento Extraordinário (PDE), iniciado no 1T21 e concluído no mês de abril.

No 1S21, as despesas de pessoal somaram R\$ 9,9 bilhões, praticamente estáveis em relação ao mesmo período do ano anterior (+0,2%), apesar do reajuste de 1,5% concedido aos bancários no acordo coletivo de trabalho em 2020. Para efeito de comparação, é válido destacar que o INPC acumulado em 12 meses

foi de 9,22%.

O desempenho na comparação semestral foi positivamente influenciado pelo ganho de sinergias e economias geradas pelo novo Programa de Cargos e Salários e pelo Programa Performa, pelo desligamento de funcionários ocorridos no período, dentre outras medidas de eficiência na gestão das despesas de pessoal.

Ressalta-se que, de acordo com a convenção coletiva de trabalho dos bancários vigente, em setembro de 2021, ocorrerá o reajuste dos salários, considerando o INPC acumulado de setembro de 2020 a agosto de 2021, acrescido de 0,5%.



Tabela 43. Perfil dos Colaboradores

	Jun/20	Set/20	Dez/20	Mar/21	Jun/21
Funcionários	92.474	92.106	91.673	87.876	85.518
Gênero					
Feminino	38.881	38.757	38.645	37.200	36.186
Masculino	53.593	53.349	53.028	50.676	49.332
Escolaridade					
Ensino Médio	12.207	11.827	11.505	10.391	9.669
Graduação	33.381	32.602	31.735	29.380	27.933
Especialização, Mestrado e Doutorado	46.726	47.517	48.275	47.995	47.827
Demais	160	160	158	110	89
Cargo					
Gerencial	32.153	32.140	32.036	31.566	31.491
Técnico	1.231	1.236	1.233	1.164	1.187
Assessoria	10.388	10.376	10.365	10.073	10.052
Operacional	48.702	48.354	48.039	45.073	42.788
Estagiários	1.876	1.752	826	563	422
Índice de Rotatividade Trimestral (%)	0,3	0,5	0,6	4,4	3,0

Desde 2017, sem considerar os planos incentivados de aposentadoria ou desligamentos voluntários, houve saída orgânica de aproximadamente 1.500 funcionários por ano. Esse contingente se soma aos mais de 7.800 funcionários que aderiram aos planos incentivados dos anos de 2019 e 2021. Considerando esse contexto, a centralidade no cliente e a transformação cultural e digital da empresa, foram abertas em junho as inscrições para o concurso de agente comercial e agente de tecnologia com o objetivo de atrair novos talentos, com oferta de 2.240 vagas e 2.240 cadastros de reserva. O processo está previsto para ocorrer ao longo do segundo semestre.

Outras Despesas Administrativas

Tabela 44. Outras Despesas Administrativas – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Outras Despesas Administrativas	(2.842)	(2.748)	(2.897)	1,9	5,4	(5.693)	(5.645)	(0,9)
Imóveis e Bens de Uso	(663)	(690)	(672)	1,3	(2,6)	(1.333)	(1.362)	2,2
Amortização e Depreciação	(416)	(442)	(442)	6,3	0,0	(825)	(884)	7,2
Serv. de Vigilância, Segur. e Transp.	(576)	(439)	(434)	(24,8)	(1,3)	(1.042)	(873)	(16,2)
Serviços de Terceiros	(317)	(345)	(339)	7,2	(1,7)	(643)	(685)	6,5
Comunicação e Proc. de Dados	(273)	(242)	(270)	(0,9)	11,5	(592)	(513)	(13,4)
Publicidade e Relações Públicas	(133)	(87)	(155)	16,6	77,9	(259)	(242)	(6,5)
Demais Despesas Administrativas	(465)	(502)	(584)	25,7	16,3	(1.000)	(1.086)	8,7

As outras despesas administrativas totalizaram R\$ 2,9 bilhões no 2T21, aumento de 5,4% em relação ao último trimestre, influenciadas pelos seguintes fatores: (a) repasse de R\$ 49 milhões para a Fundação Banco do Brasil para o fomento de projetos sociais e (b) aumento de R\$ 63 milhões com novos projetos de comunicação.

Considerando o 1º semestre de 2021, as outras despesas administrativas somaram R\$ 5,6 bilhões,

queda de 0,9% na comparação com o 1S20. Esse desempenho pode ser explicado, principalmente, pela (a) queda de R\$ 127 milhões nas despesas com transporte de valores, decorrente do cenário da pandemia e (b) redução de R\$ 97 milhões nas despesas com comunicações e processamento de dados, devido ao novo modelo de transmissão de dados dos pontos de atendimento.

Canais de Atendimento

A rede de atendimento do Banco do Brasil é segmentada entre rede própria, compartilhada e correspondentes, e está presente em 95,3% dos municípios brasileiros.

Tabela 45. Rede de Atendimento

	Jun/20	Mar/21	Jun/21	Var. (%)	
				Jun/20	Mar/21
Rede de Atendimento	60.210	50.230	51.820	(13,9)	3,2
Rede Própria	13.200	11.982	11.768	(10,8)	(1,8)
Agências	4.367	4.089	3.977	(8,9)	(2,7)
Postos de Atendimento	1.815	1.875	1.782	(1,8)	(5,0)
Postos de Atendimento Eletrônico	7.018	6.018	6.009	(14,4)	(0,1)
Rede MaisBB	8.915	14.356	15.872	78,0	10,6
Rede Compartilhada	38.095	23.892	24.180	(36,5)	1,2
Lotéricas	12.969	–	–	–	–
Banco24Horas	22.751	23.306	23.578	3,6	1,2
TAA: Bancos Parceiros	2.375	586	602	(74,7)	2,7

O Banco do Brasil encerrou o trimestre com 51,8 mil pontos de atendimento, crescimento de 3,2% na comparação trimestral, com destaque para o crescimento de 1.516 (+10,6%) correspondentes bancários da Rede Mais BB.

A Rede Mais BB exerce papel social relevante no acesso a produtos e serviços bancários com atuação complementar à rede própria BB e presença em praças desassistidas, propiciando aumento da capilaridade e capacidade de distribuição do Banco. Grande parte dos correspondentes é formada por micro e pequenas

empresas, com a oportunidade de fomentar a sua atividade principal com o aumento de fluxo de pessoas em suas lojas.

A redução da rede própria de atendimento de 10,8% em 12 meses é parte da adaptação da estrutura física do BB frente às mudanças no comportamento do cliente.

A queda de 74,7% nos TAAs de bancos parceiros em 12 meses é explicada pelo fim da parceria com a CEF para utilização das lotéricas e terminais compartilhados em novembro de 2020.

Tabela 46. Atendimento Tradicional e Especializado

	Jun/20	Mar/21	Jun/21	Var. (%)	
				Jun/20	Mar/21
Rede Própria	13.200	11.982	11.768	(10,8)	(1,8)
Atendimento Tradicional	12.403	11.161	10.955	(11,7)	(1,8)
Agências Tradicionais	3.570	3.284	3.180	(10,9)	(3,2)
Postos de Atendimento	1.815	1.859	1.766	(2,7)	(5,0)
Postos de Atendimento Eletrônico	7.018	6.018	6.009	(14,4)	(0,1)
Atendimento Especializado	797	821	813	2,0	(1,0)
Agências Digitais e Especializadas	797	805	797	–	(1,0)
Escritórios Leve Digital	–	16	16	–	–

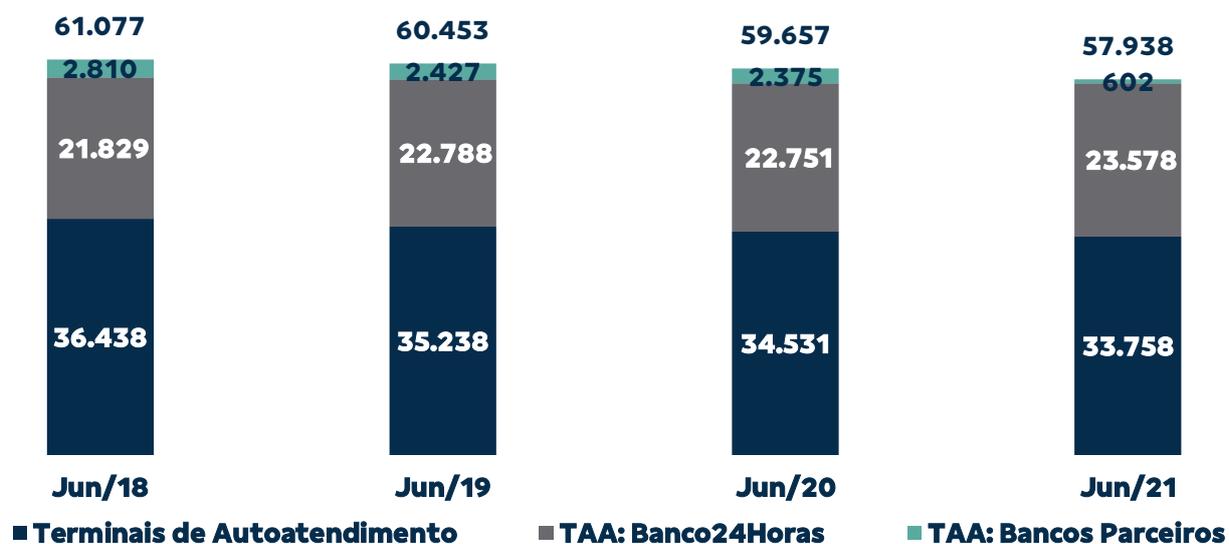
Alinhados à estratégia de otimizar nossa plataforma de canais em busca de eficiência e de estruturas mais leves, observamos, na comparação em 12 meses, redução na quantidade de agências tradicionais e postos de atendimento, pequeno aumento em agências digitais e especializadas, criação de 16 escritórios leves, com relacionamento especializado para mais de 1,4 milhão de clientes, além da ampliação dos correspondentes bancários, demonstrando um ajuste importante na estrutura de custos do Banco, migrando para estruturas mais eficientes e, principalmente, sem reduzir a cobertura de atendimento do banco à comunidade.

Terminais de Autoatendimento

O Banco do Brasil disponibiliza aos seus clientes uma ampla rede de terminais de autoatendimento (TAA) no País. A figura a seguir apresenta a quantidade de terminais da rede própria, das parcerias com outros bancos e da rede Banco24Horas. Dentre as medidas de eficiência adotadas, o Banco do Brasil vem priorizando o uso de TAA compartilhados da rede Banco24Horas em relação aos terminais da rede própria.

A queda de 2,9% em 12 meses é explicada pela estratégia de redimensionamento do parque de terminais de acordo com o comportamento do cliente.

Figura 21. Terminais de Autoatendimento – %





Indicadores

Tabela 47. Índices de Cobertura Ajustados – R\$ milhões

	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21
Receitas de Prestação de Serviços (A)	6.965	7.281	7.389	6.878	7.206
Despesas Administrativas (B) = (C) + (D)	7.850	7.835	8.128	7.737	7.857
Despesas de Pessoal (C)	5.008	4.986	5.060	4.989	4.961
Outras Despesas Administrativas (D)	2.842	2.849	3.068	2.748	2.897
Cobertura Despesas de Pessoal (A/C) - %	139,1	146,0	146,0	137,9	145,3
Cobertura Despesas de Pessoal 12 meses - %	142,6	141,0	143,7	142,3	143,8
Cobertura Despesas Administrativas (A/B) - %	88,7	92,9	90,9	88,9	91,7
Cobertura Despesas Administrativas 12 meses - %	90,8	89,9	90,9	90,4	91,1

Na comparação com o trimestre anterior, os índices de cobertura acumulados em 12 meses aumentaram, principalmente, em função do desempenho positivo das receitas de prestação de serviços e pelo controle das despesas administrativas.

Tabela 48. Índices de Eficiência Ajustados – R\$ milhões

	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21
Despesas Administrativas (A)	7.850	7.835	8.128	7.737	7.857
Despesas de Pessoal	5.008	4.986	5.060	4.989	4.961
Outras Despesas Administrativas	2.842	2.849	3.068	2.748	2.897
Receitas Operacionais (B)	21.074	21.730	22.060	20.688	21.519
Margem Financeira Bruta	14.353	14.017	14.164	14.564	14.384
Recuperação de Crédito	1.591	2.283	1.901	1.734	1.911
Descontos Concedidos	(211)	(281)	(325)	(736)	(690)
Imparidade	(1.156)	(935)	(166)	(246)	(239)
Receitas de Prestação de Serviços	6.965	7.281	7.389	6.878	7.206
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	720	782	939	877	668
Outras Receitas Operacionais	1.029	1.096	909	958	893
Outras Despesas Operacionais	(2.218)	(2.512)	(2.751)	(3.339)	(2.614)
Índice de Eficiência (A/B) - %	37,3	36,1	36,8	37,4	36,5
Índice de Eficiência 12 meses - %	36,7	37,0	36,6	36,9	36,7

O índice de eficiência acumulado em 12 meses, que mede a relação entre as despesas administrativas e as receitas operacionais do Banco do Brasil, apresentou melhora de 20 bps na comparação com o trimestre anterior.



A tabela a seguir apresenta outros indicadores de produtividade e eficiência utilizados para análise.

Tabela 49. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência

	Jun/20	Set/20	Dez/20	Mar/21	Jun/21
Contas Correntes/Rede Própria	2.902	3.120	3.226	3.284	3.370
Contas Correntes/Funcionários em Agências	666	679	687	776	819
Receitas de Prestação de Serviços/Rede Própria - R\$ mil	528	585	612	574	612
Cart. de Créd. Ampl./Rede Própria - R\$ milhões	54,7	58,7	61,4	63,3	65,1
Captação Comercial/Funcionários em Agências - R\$ milhões	11,9	12,2	12,8	14,7	16,1
Captação Fundos/Funcionários em Agências - R\$ milhões	18,9	20,5	20,8	24,0	26,5
Desp. de Pessoal por Funcionário (média trim.) - R\$ mil	54,1	54,0	55,1	55,6	57,2
Funcionários em Agências/(Ag.+Postos de Atendimento)	9,3	9,3	9,3	9,7	8,4



5.

Outros Componentes do Resultado do Exercício

Nesta seção são apresentadas as principais linhas que formam o resultado de Outros Componentes do Resultados do Exercício, sendo elas: Outras Receitas, Outras Despesas e Resultado da Participação, este último, parte consolidado nas demais linhas da Demonstração do Resultado do Exercício e parte destacado em Resultado de Participações em Controladas, Coligadas e *Joint Ventures*.

Em Outras Receitas/Despesas, destaque para a redução de 27,6% (+R\$ 661 milhões) na comparação trimestral (2T21/1T21), explicado principalmente pelo efeito base da contabilização no 1T21 de perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 959 milhões.

No semestre (1S21/1S20), crescimento de 81,0% (-R\$ 1.848 milhões), justificado também pela contabilização de perda por redução ao valor recuperável no 1T21 e pela redução das receitas com Recuperação de Encargos e Despesas (-13,3%), Atualização de Depósitos em Garantia (-43,1%) e Operações com Cartões (-81,5%).

Outras Receitas e Despesas

É válido observar que a linha “Demais Receitas/Despesas” representa o somatório das subcontas de valores menos relevantes individualmente e pulverizados. A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas e despesas:

Tabela 50. Outras Receitas e Despesas – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	1S20	Var. (%)
				2T20	1T21				
Outras Receitas/Despesas	(1.129)	(2.394)	(1.734)	53,6	(27,6)	(2.281)	(4.128)	81,0	
Outras Receitas	1.085	937	853	(21,3)	(9,0)	2.379	1.791	(24,7)	
Recuperação de Encargos e Despesas	481	445	400	(16,8)	(10,0)	975	845	(13,3)	
Clube de Benefícios BB	29	129	115	–	(10,9)	36	245	–	
Atualização de Depósitos em Garantia	308	115	246	(20,1)	113,8	634	361	(43,1)	
Operações com Cartões	102	32	14	(86,1)	(56,1)	252	47	(81,5)	
Receitas das Empresas Ligadas não Financeiras	14	15	15	9,9	(0,4)	36	30	(15,3)	
Rendas de Títulos e Créditos a Receber	12	15	15	26,1	2,0	25	30	19,5	
Outras Despesas	(2.214)	(3.332)	(2.587)	16,9	(22,3)	(4.659)	(5.919)	27,0	
Redução ao valor recup. de ativo intangível ¹	–	(959)	–	–	(100,0)	–	(959)	–	
Operações com Cartões	(356)	(426)	(445)	25,0	4,6	(835)	(871)	4,3	
Verba de Relacionamento Negocial	(335)	(361)	(286)	(14,7)	(20,8)	(691)	(647)	(6,3)	
Bônus de Relacionamento Negocial	(300)	(313)	(316)	5,4	1,0	(602)	(629)	4,5	
Atualização das Obrigações Atuariais ²	(295)	(294)	(294)	(0,5)	0,0	(591)	(588)	(0,5)	
Desp. das Empresas Ligadas não Financeiras	(73)	(113)	(143)	96,6	26,7	(217)	(257)	18,1	
Autoatendimento	(142)	(77)	(92)	(35,5)	19,1	(233)	(169)	(27,4)	
Convênio INSS	(62)	(61)	(61)	(1,4)	0,5	(126)	(122)	(3,7)	
Falhas/Fraudes e Outras Perdas	(24)	(53)	(104)	–	97,7	(61)	(157)	155,5	
Prêmio de Seguro de Vida - CDC	(49)	(52)	(55)	12,1	5,9	(90)	(107)	19,4	
Amortização de Ágio em Investimentos	(7)	(6)	(5)	(30,7)	(11,3)	(14)	(11)	(24,0)	
Bônus de Adimplência	(3)	(5)	(3)	(7,9)	(44,9)	(13)	(7)	(45,4)	
Demais Receitas/Despesas ²	(427)	(427)	(736)	72,2	72,3	(766)	(1.162)	51,8	

(1) No 1T21 houve perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 959 milhões (Nota Explicativa 27), relativa aos ativos intangíveis (Nota Explicativa 16). (2) Reprocessamento da série histórica para ajuste das linhas de ‘Atualização das Obrigações Atuariais’ e ‘Demais Receitas/Despesas’ pela realocação de revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ – Plano de Benefícios 1.

Informações de Coligadas e Controladas

Tabela 51. Participações Societárias no Brasil – R\$ mil

Participações Societárias	Ativ.	Part.	Saldo de Investimento		Result. da Participação	
			Jun/20	Jun/21	2T21	
Banco BV	Banco Múltiplo	(II)	50,00%	5.070.850	5.832.728	230.926
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00%	37.354	35.341	5.865
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00%	510.597	701.227	194.826
BB Banco de Investimento S.A. – BB BI	Banco de Invest.	(I)	100,00%	540.941	881.691	122.305
▪ Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros ¹	Aquisição de Créd.	(I)	100,00%	1.017.896	1.093.598	83.264
▪ UBS BB Serv. de Assessoria Fin. e Participações S.A. ⁷	Banco de Invest.	(II)	49,99%	–	691.289	11.883
▪ Kepler Weber S.A.	Indústria	(II)	0,00%	82.695	–	–
▪ Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ²	Serviços	(II)	12,52%	67.053	104.420	46.180
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00%	717.566	1.252.855	399.661
BB Elo Cartões Participações S.A. ³	Holding	(I)	100,00%	9.330.361	9.900.423	232.865
▪ Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ^{4 5 7}	Serviços	(II)	50,06%	3.648.198	3.098.072	41.136
▪ Cielo S.A.	Serviços	(II)	28,65%	3.222.157	3.349.262	44.310
▪ Elo Participações S.A.	Holding	(II)	49,99%	1.342.620	1.736.730	97.956
▫ Alelo S.A.	Serviços	(II)	49,99%	340.521	370.402	22.699
▫ Elo Serviços S.A.	Serviços	(II)	28,48%	219.538	275.075	33.150
BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00%	4.760.852	4.778.920	20.712
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,36%	3.114.760	4.148.197	502.337
▪ BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	Corretora	(I)	66,36%	47.073	47.073	523.629
▪ BB Seguros Participações S.A.	Holding	(I)	66,36%	4.305.134	5.961.248	261.059
▫ BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holding	(II)	49,68%	1.174.700	1.324.079	182.413
▫ Brasilcap Capitalização S.A.	Capitalização	(II)	44,16%	368.784	282.405	14.218
▫ Brasil Dental S.A.	Serviços	(II)	49,68%	16.856	11.214	4.121
▫ Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Seg./Previd.	(II)	49,68%	2.445.967	3.997.524	37.483
BB Tecnologia e Serviços S.A. ⁶	Informática	(I)	99,99%	316.926	247.872	32.467
Besc DTVM S.A. – Bescval	Adm. de Ativos	(I)	0,00%	6.180	–	–

(I) Controladas, consolidadas integralmente; (II) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(1) Participação indireta na Ativos S.A. de 75,71% pelo BB-BI e 24,29% pelo BB Cayman Islands Holding. (2) Participação indireta na Tecban de 8,01% pelo BB-BI e direta de 4,51% pelo BB Banco Múltiplo, totalizando 12,52%. (3) Incorporação da empresa Cielo S.A. em 06/2019. (4) Participação direta na Cateno de 30,0% pelo BB Banco Múltiplo e indireta de 20,6% pelo BB-BI, totalizando 50,06%. (5) Os valores apresentados (Saldo de Investimento e Resultado de Participação) da empresa Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. são equivalentes a 30% da participação direta pelo BB Banco Múltiplo. (6) Resultado afetado por constituição de provisão para demandas cíveis. (7) Saldo de investimento não considera o resultado não realizado (RNR) proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Tabela 52. Participações Societárias no Exterior – R\$ mil

Participações Societárias	Ativ.		Part.	Saldo de Investimento		Result. da Participação
				Jun/20	Jun/21	2T21
Banco do Brasil Aktiengesellschaft – BB AG	Holding	(I)	100,00%	1.217.231	1.171.738	1.627
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	80,39%	1.834.536	1.890.412	236.974
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00%	331.802	322.100	8.929
BB Cayman Islands Holding	Holding	(I)	100,00%	1.541.489	1.547.184	24.724
▪ BB Securities Asia PTE LTD	Corretora	(I)	100,00%	46.977	42.442	(2.916)
▪ BB Securities LTD	Corretora	(I)	100,00%	380.403	389.152	3.865
BB Securities LLC	Corretora	(I)	100,00%	445.103	419.697	3.181
BB USA Holding Company INC	Holding	(I)	100,00%	1.001	842	(26)

(I) Controladas, consolidadas integralmente; (II) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.



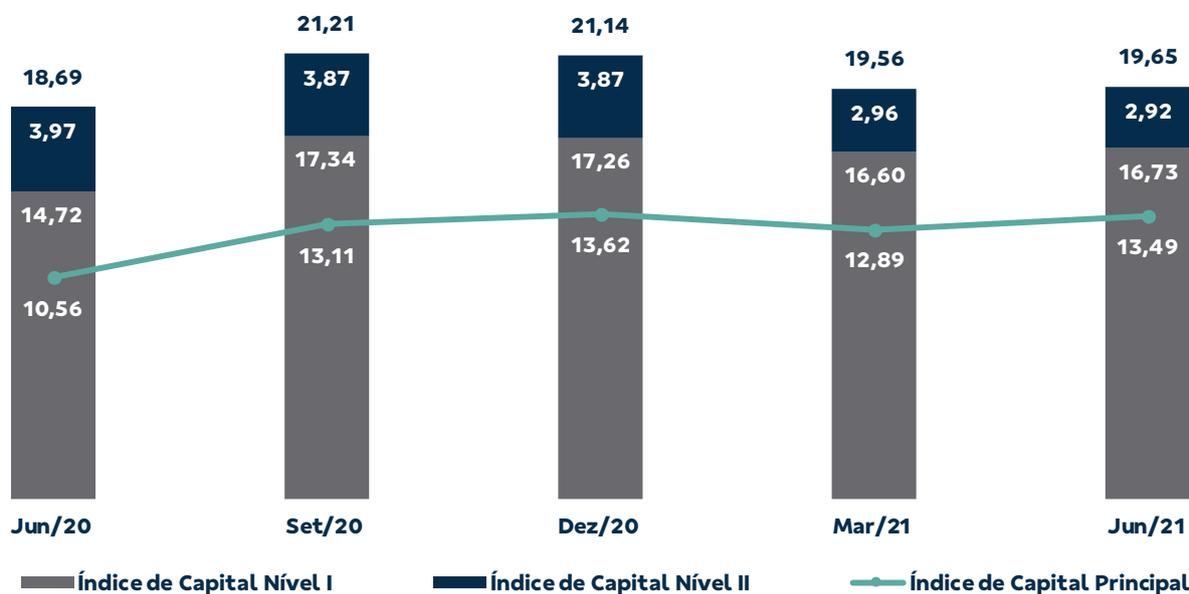
6.

Gestão de Capital

A gestão de riscos e de capital é fundamental para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte à geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O Índice de Basileia chegou a 19,65% em junho de 2021. O índice de capital nível I atingiu 16,73%, sendo 13,49% de capital principal. O Patrimônio de Referência, que considera os requisitos de apuração do capital regulamentar de Basileia III, atingiu o montante de R\$ 163,2 bilhões, enquanto o PRMR totalizou R\$ 66,4 bilhões.

O gerenciamento de riscos no Banco do Brasil contempla todos os riscos relevantes declarados no inventário de riscos do BB. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

Figura 22. Evolução do Índice de Basileia – %


O Índice de Basileia é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência – PR e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR em relação ao Ativo Ponderado pelo Risco – RWA, respectivamente. Os termos técnicos utilizados para regulação de capital estão disponíveis no glossário.

O BB possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos e considera (a) a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo. No Plano está definido um Índice de Capital Principal mínimo de 11% a partir de janeiro de 2022.

O foco está na geração orgânica de capital e crescimento do crédito em linhas com melhor

retorno versus risco.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, em vigor desde 1º de janeiro de 2014.

Nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o Conglomerado Prudencial abrange não só as instituições financeiras, como também administradoras de consórcios, instituições de pagamento, sociedades que realizem aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito, sobre as quais tenham controle direto e indireto e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.



Covid19- Redução do Adicional de Conservação de Capital Principal dos bancos – Resolução CMN nº 4.783/2020

A alíquota do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) foi reduzida de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano, com reversão gradual até março de 2022. Essa medida melhora as condições para

realização de eventuais renegociações, além de ajudar as instituições financeiras a manter, ou mesmo ampliar, o fluxo de concessão de crédito. Mais informações podem ser obtidas na Nota 30.c.

Metodologia TEI

O Banco do Brasil possui metodologia de Teste de Estresse Integrado (TEI), Programa de Teste de Estresse e Plano de Contingência de Capital, com objetivo de avaliar os impactos sobre os negócios, o resultado e o capital do Banco e fornecer informações relevantes para formulação de sua estratégia corporativa. A metodologia é revisada no mínimo anualmente e aprovada pelo Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital. O Programa de Teste de Estresse e o Plano de Contingência de Capital são revisados anualmente e aprovados pelo Conselho de Administração.

A metodologia atual do TEI considera os riscos de crédito (inclusive concentração), mercado, IRRBB (risco da variação da taxa de juros da carteira bancária), liquidez, operacional, contábil e atuarial.

O exercício do TEI ocorre a partir dos cenários macroeconômicos produzidos pela área de economia do Banco, com choques prospectivos nas variáveis PIB, IPCA, Câmbio, Selic, Crescimento do Crédito SFN, risco país, dentre outras, em um período de 3 anos.

O TEI permite a mensuração dos efeitos de cenários de estresse na carteira de crédito, margem financeira bruta, despesas de PCLD, tarifas, despesas administrativas, resultado de equivalência patrimonial, lucro líquido e indicadores de capital e liquidez.

Dada a relevância para o processo decisório do Banco, os resultados do TEI são reportados periodicamente nos órgãos colegiados do BB e dão suporte à formulação da estratégia da Instituição e à gestão de capital.



Tabela 53. Índice de Basileia – R\$ milhões

	Fluxo Trimestral				
	Jun/20	Set/20	Dez/20	Mar/21	Jun/21
Patrimônio de Referência - PR	142.668	163.255	161.924	161.783	163.153
Nível I	112.354	133.500	132.248	137.275	138.943
Capital Principal	80.608	100.868	104.315	106.652	112.037
Patrimônio Líquido	105.157	112.315	116.941	127.903	135.604
Instrumentos elegíveis a capital	8.100	8.100	8.100	8.100	8.100
Ajustes prudenciais	(32.650)	(19.547)	(20.726)	(29.351)	(31.668)
Capital Complementar	31.746	32.632	27.932	30.623	26.907
Nível II	30.314	29.755	29.677	24.508	24.210
Recursos captados no FCO ¹	26.403	26.403	26.403	23.470	23.470
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	763.410	769.682	766.065	827.163	830.491
Risco de Crédito (RWACPAD)	663.333	682.593	677.256	706.343	705.828
Risco de Mercado (RWAMPAD)	16.164	19.405	21.125	17.042	20.885
Risco Operacional (RWAOPAD)	83.914	67.683	67.683	103.778	103.778
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA) - (%)²	14,72	17,34	17,26	16,60	16,73
Índice de Capital Principal (CP / RWA) - (%)²	10,56	13,11	13,62	12,89	13,49
Índice de Basileia (PR / RWA) - (%)²	18,69	21,21	21,14	19,56	19,65

(1) Em cumprimento ao disposto no Artigo 29º-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 80% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018; (2) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Ativo Ponderado pelo Risco – RWA

O Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), definido pela Resolução CMN nº 4.838/2020, em vigor desde 22 de julho de 2020, foi ofertado em linha de crédito para o público MPME durante a pandemia do Covid-19. As linhas de CGPE geram impactos positivos sobre a estrutura de capital do Banco assim como sobre o RWA total.

Figura 23. Consumo de RWA – R\$ bilhões

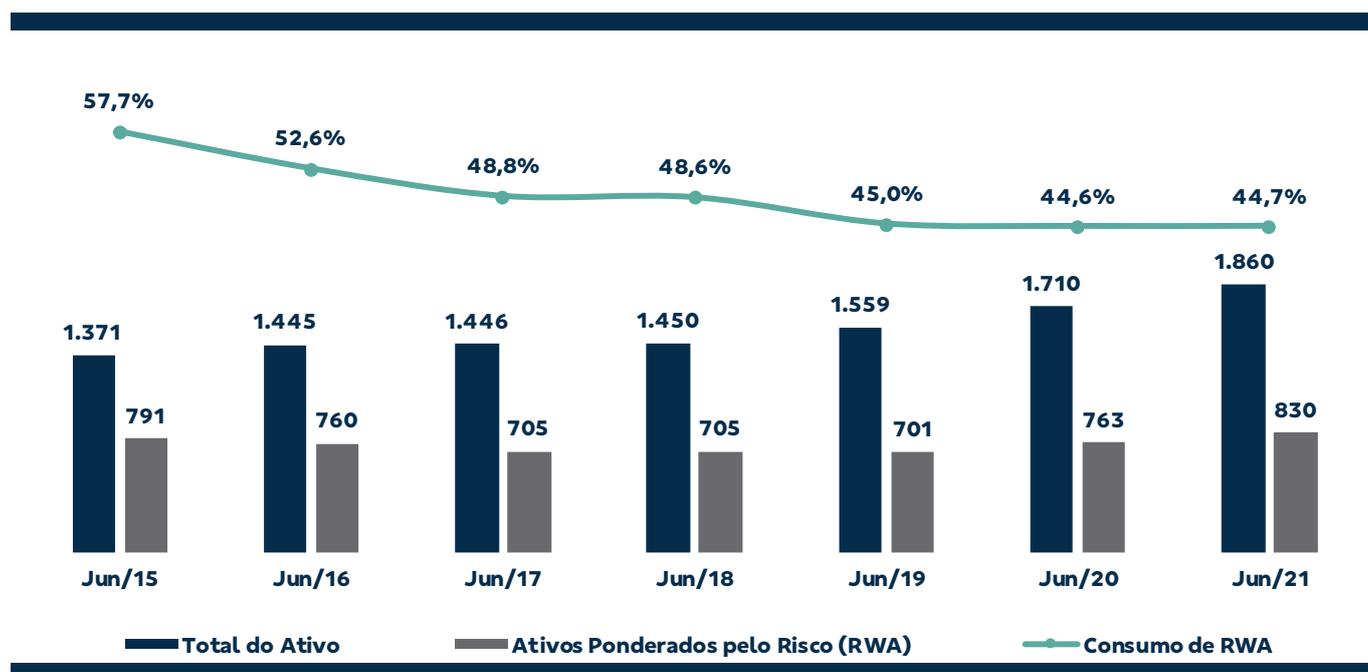


Figura 24. Composição do RWA por tipo de risco - %



A seguir, apresentamos o PRMR referente às parcelas de RWA sujeitas aos riscos de crédito, operacional e de mercado, mediante abordagem padronizada. O fator "F" vigente é de 8,0%.

 Tabela 54. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}¹ – R\$ milhões

	Jun/20			Mar/21			Jun/21		
	RWA _{CPAD}	PRMR	%	RWA _{CPAD}	PRMR	%	RWA _{CPAD}	PRMR	%
TOTAL	663.333	53.067	100,0	706.343	56.507	100,0	705.828	56.466	100,0
Operações de Crédito	394.773	31.582	59,5	411.735	32.939	58,3	418.892	33.511	59,3
Outros Direitos	46.024	3.682	6,9	50.417	4.033	7,1	52.051	4.164	7,4
Créditos Tributários	57.365	4.589	8,6	64.899	5.192	9,2	66.842	5.347	9,5
Permanente	29.383	2.351	4,4	36.215	2.897	5,1	35.906	2.873	5,1
TVM e Derivativos	52.550	4.204	7,9	48.958	3.917	6,9	48.900	3.912	6,9
Limites de Crédito e Créditos a Liberar	19.584	1.567	3,0	24.919	1.994	3,5	22.115	1.769	3,1
Garantias Prestadas	7.945	636	1,2	9.368	749	1,3	7.962	637	1,1
Particip. em Fundos de Garantia de Clearings	149	12	0,0	208	17	0,0	120	10	0,0
Demais	55.560	4.445	8,4	59.625	4.770	8,4	53.039	4.243	7,5

(1) RWA_{CPAD}: ponderação relativa ao cálculo do capital requerido para o risco de crédito mediante abordagem padronizada.



Tabela 55. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD}^1 – R\$ milhões

	Jun/20			Mar/21			Jun/21		
	RWA_{OPAD}	PRMR	%	RWA_{OPAD}	PRMR	%	RWA_{OPAD}	PRMR	%
TOTAL	83.914	6.713	100,0	103.778	8.302	100,0	103.778	8.302	100,0
Comercial	31.220	2.498	37,2	33.933	2.715	32,7	33.933	2.715	32,7
Varejo	16.005	1.280	19,1	16.732	1.339	16,1	16.732	1.339	16,1
Negociação e Vendas	12.532	1.003	14,9	27.588	2.207	26,6	27.588	2.207	26,6
Pagamentos e Liquidações	8.185	655	9,8	9.624	770	9,3	9.624	770	9,3
Administração de Ativos	10.499	840	12,5	11.542	923	11,1	11.542	923	11,1
Serviços de Agente Financeiro	2.663	213	3,2	1.595	128	1,5	1.595	128	1,5
Finanças Corporativas	2.756	220	3,3	2.697	216	2,6	2.697	216	2,6
Corretagem de Varejo	54	4	0,1	67	5	0,1	67	5	0,1

(1) RWA_{OPAD} : ponderação relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

Tabela 56. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD}^1 – R\$ milhões

	Jun/20			Mar/21			Jun/21		
	RWA_{MPAD}	PRMR	%	RWA_{MPAD}	PRMR	%	RWA_{MPAD}	PRMR	%
TOTAL	16.164	1.293	100,0	17.042	1.363	100,0	20.885	1.671	100,0
Câmbio	10.479	838	64,8	9.365	749	55,0	12.729	1.018	61,0
Taxa de Juros	5.375	430	33,3	6.921	554	40,6	7.349	588	35,2
Commodities	310	25	1,9	756	60	4,4	806	65	3,9

(1) RWA_{MPAD} : ponderação relativa às exposições ao risco de mercado, sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.



Tabela 57. RWA_{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR – R\$ milhões

	Operações de Crédito		Créditos Tributários		TVM e Instr. Financeiros Derivativos		Outros Direitos		Permanente		Demais		Total	
	RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²	RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²	RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²	RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²	RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²	RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²	RWA _{CPAD} ¹	PRMR ²
Total	418.892	33.511	66.842	5.347	48.900	3.912	52.051	4.164	35.906	2.873	83.236	6.659	705.828	56.466
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.953	236	2.953	236
FPR 2%	-	-	-	-	27	2	-	-	-	-	74	6	101	8
FPR 12% ³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FPR 20%	739	59	-	-	-	-	-	-	-	-	2.913	233	3.652	292
FPR 35%	14.475	1.158	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.475	1.158
FPR 50%	1.402	112	-	-	796	64	7.468	597	-	-	3.897	312	13.563	1.085
FPR 70%	9.661	773	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.661	773
FPR 75%	191.024	15.282	-	-	-	-	22.950	1.836	-	-	12.900	1.032	226.874	18.150
FPR 85%	64.136	5.131	-	-	10.559	845	741	59	-	-	24.473	1.958	99.909	7.993
FPR 100%	137.451	10.996	42.128	3.370	36.727	2.938	20.892	1.671	14.899	1.192	33.772	2.702	285.870	22.870
FPR 150%	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.253	180	2.257	180
FPR 250%	-	-	21.007	1.681	-	-	-	-	21.007	1.681	-	-	42.014	3.361
FPR 300%	-	-	3.708	297	-	-	-	-	-	-	-	-	3.708	297
FPR 1250%	-	-	-	-	790	63	-	-	-	-	-	-	790	63

(1) Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão; (2) Exposição ponderada por Fator de Risco multiplicada por 8,0%; (3) Pronampe.



7.

Crédito

A Carteira de Crédito Ampliada, que inclui, além da Carteira Classificada, TVM privados e garantias, totalizou R\$ 766,5 bilhões em junho/21, crescimento de 1,1% na comparação com março/21, com destaque para as operações com o varejo e com o agronegócio.

Na comparação com junho/20 (+6,1%), destaque para o crescimento do segmento PF (+10,3%) e do MPME (+24,8%) além do aumento de 9,7% do Agronegócios.

A carteira Pessoa Física cresceu 2,8% frente a março/21, principalmente devido à performance positiva no crédito consignado (+3,8%) e no empréstimo pessoal (+6,5%). Cabe destacar o atingimento da marca de R\$ 100 bilhões da carteira de crédito consignado, consolidando a liderança do BB em um dos mercados mais competitivos da indústria financeira. Essa performance é fruto das estratégias que envolvem o monitoramento diário das condições do mercado e da oferta qualificada.

Na Pessoa Jurídica houve redução foi de 1,7%. Apesar do crescimento das operações com as Micro, Pequenas e Médias Empresas (+0,6%) e Grandes Empresas (+1,2%), elas não foram suficientes para compensar a redução nas operações com o Governo (-9,2%), impactadas pelo câmbio.

No Agronegócio a carteira cresceu 3,7%, destaque para o crédito rural (+5,8%), para o custeio agropecuário (+11,3%) e para os títulos do agronegócio (+23,2%).

Tabela 58. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada – R\$ milhões

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. % s/	
							Jun/20	Mar/21
Carteira de Crédito Classificada (a)	657.212	100,0	696.992	100,0	705.843	100,0	7,4	1,3
Interna	618.745	94,1	665.744	95,5	674.871	95,6	9,1	1,4
Pessoa Física	216.834	33,0	232.645	33,4	239.532	33,9	10,5	3,0
Pessoa Jurídica	219.518	33,4	240.913	34,6	237.233	33,6	8,1	(1,5)
Grandes	98.880	15,0	101.112	14,5	102.328	14,5	3,5	1,2
MPME	65.382	9,9	81.083	11,6	81.576	11,6	24,8	0,6
Governo	55.256	8,4	58.719	8,4	53.328	7,6	(3,5)	(9,2)
Agronegócio	182.393	27,8	192.185	27,6	198.106	28,1	8,6	3,1
Pessoa Física	159.206	24,2	175.787	25,2	185.076	26,2	16,2	5,3
Pessoa Jurídica	23.187	3,5	16.399	2,4	13.030	1,8	(43,8)	(20,5)
Exterior	38.467	5,9	31.248	4,5	30.973	4,4	(19,5)	(0,9)
TVM Privados e Garantias (b)	65.204	100,0	61.349	100,0	60.705	100,0	(6,9)	(1,0)
Carteira de Crédito Ampliada (a + b)	722.416	100,0	758.341	100,0	766.548	100,0	6,1	1,1
Interna	677.153	93,7	719.627	94,9	728.733	95,1	7,6	1,3
Pessoa Física	218.047	30,2	234.005	30,9	240.603	31,4	10,3	2,8
Pessoa Jurídica	271.416	37,6	287.109	37,9	282.226	36,8	4,0	(1,7)
Agronegócio	187.689	26,0	198.513	26,2	205.904	26,9	9,7	3,7
Externa	45.264	6,3	38.714	5,1	37.815	4,9	(16,5)	(2,3)
Participação de Mercado BB - %¹	17,1		16,2		16,0			

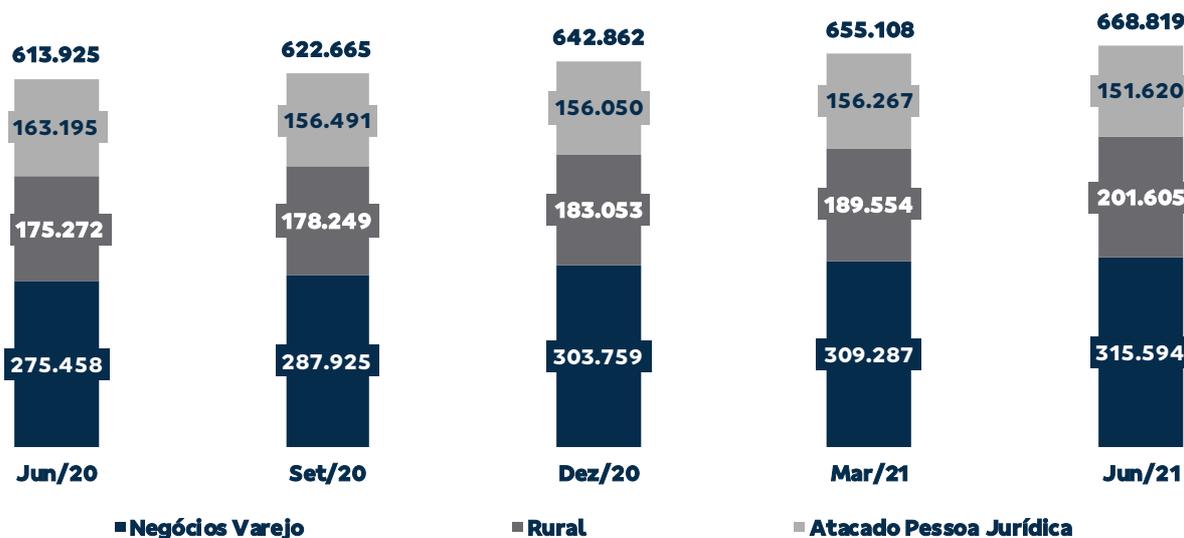
(1) Participação do Mercado da Carteira de Crédito Interna em relação ao Sistema Financeiro Nacional.



Apresentamos abaixo a visão da carteira ampliada de Negócios Varejo, Atacado PJ e Rural, como apresentado nas projeções corporativas do Banco do Brasil.

No trimestre, as carteiras de Negócios Varejo (+2,0%) e Rural (+6,4%) cresceram e Atacado PJ (-3,0%) reduziu, em decorrência da realização de pagamentos antecipados, e ao direcionamento cada vez maior das Grandes Empresas ao mercado de capitais.

Figura 25. Negócios Varejo, Atacado PJ e Rural – R\$ milhões

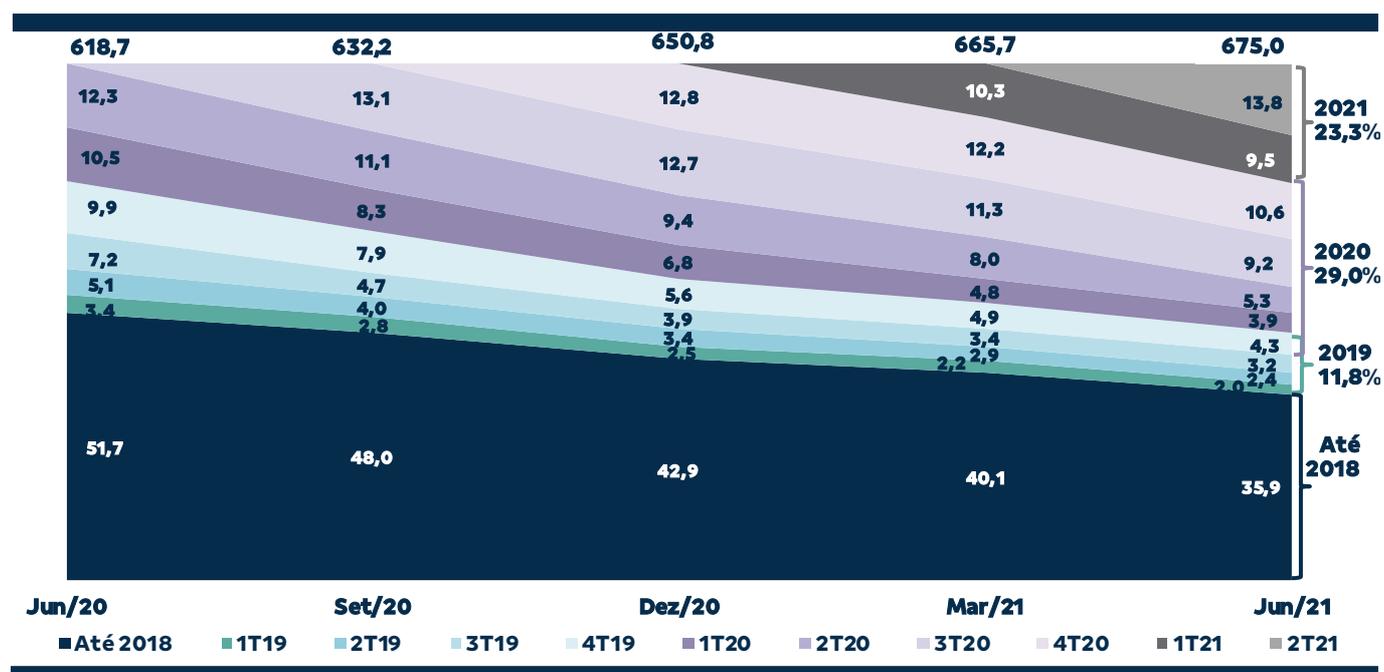




A próxima figura apresenta a carteira de crédito classificada interna considerando o período de contratação. Em alguns casos existe a possibilidade de o desembolso do crédito contratado ocorrer de forma parcelada. Nesses casos todas as parcelas são consideradas no período em que foram contratadas.

Avaliando a carteira de junho/21, 64,1% dos ativos foram contratados a partir de 2019. Os ativos gerados nos anos anteriores a 2014 representam 17,4%.

Figura 26. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) – % e R\$ bilhões





A tabela a seguir apresenta o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona.

Tabela 59. 100 Maiores Clientes em Relação à Carteira de Crédito Classificada e PR – R\$ milhões

	Jun/20	Mar/21	Jun/21	Participação em Jun/21 - %	
				Carteira ¹	PR ²
1º Cliente	13.297	13.360	11.219	1,6	6,9
2º ao 20º	74.308	68.605	61.857	8,8	37,9
21º ao 100º	51.032	48.059	48.375	6,9	29,6
100 maiores	138.636	130.023	121.451	17,2	74,4

(1) Carteira de Crédito Classificada; (2) Patrimônio de Referência.



Carteira de Negócios Sustentáveis

A carteira de negócios sustentáveis do BB compreende o montante das operações/linhas de crédito destinadas a financiar atividades e/ou segmentos que possuem impactos socioambientais positivos, e é composta por operações de crédito para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável e gestão de resíduos. Além disso, para fomentar uma economia inclusiva, nessa carteira são consideradas áreas de cunho social, como: educação, saúde e desenvolvimento local e regional. O volume de recursos foi destinado aos clientes de todos os segmentos, como Pessoa Física (Varejo e Private), empresas de diferentes portes (MPE, Corporate, Atacado) e para o Setor Público.

As linhas de crédito e operações que compõem a carteira tem como base a metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que trata da mensuração e identificação de recursos

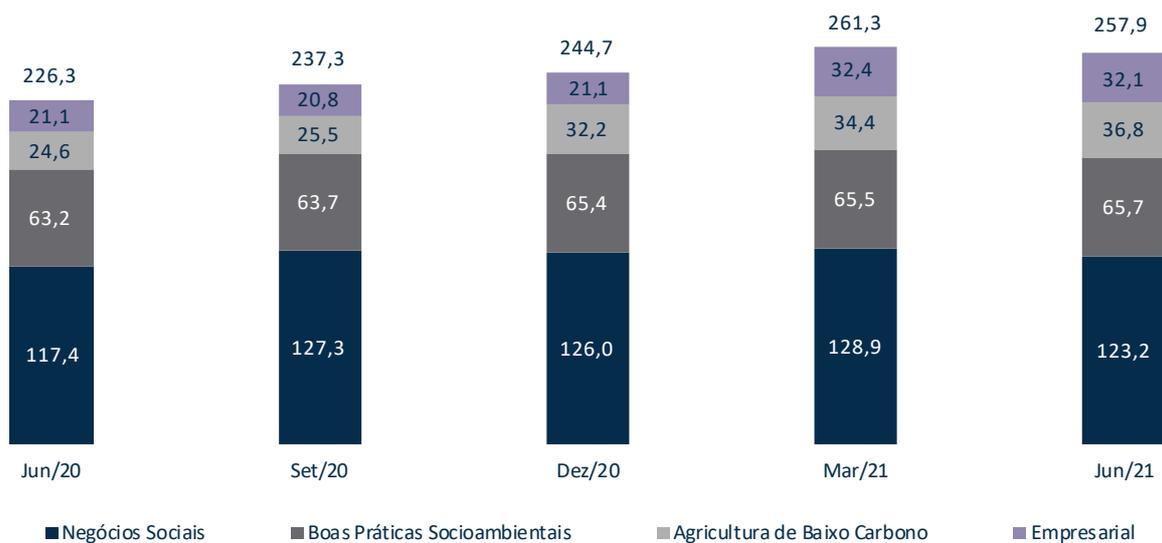
alocados em setores da economia verde, e o framework de finanças sustentáveis do BB, que trata da mensuração e identificação de recursos alocados em setores da Economia Verde e negócios com impacto ambiental e social positivos. Submetemos a revisão à avaliação independente da consultoria Sitawi – Finanças do Bem, que emitiu segunda opinião a partir do alinhamento das operações de crédito com padrões internacionais para avaliação de projetos e negócios sustentáveis, atribuindo um rating (de A a C), de acordo com as adicionalidades sociais e ambientais verificadas para cada linha.

Como resultado, as operações obtiveram classificação majoritária de alta adicionalidade (rating A), evidenciando que possuem contribuição positiva e transformacional para o desenvolvimento sustentável e para a transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva.



Em junho/21, a carteira superou três milhões de operações ativas e apresentou um saldo de R\$ 257,9 bilhões, redução trimestral de 1,3%, influenciado pelo câmbio em algumas carteiras, e crescimento anual de 14,0%.

Figura 27. Carteira Sustentável – R\$ bilhões



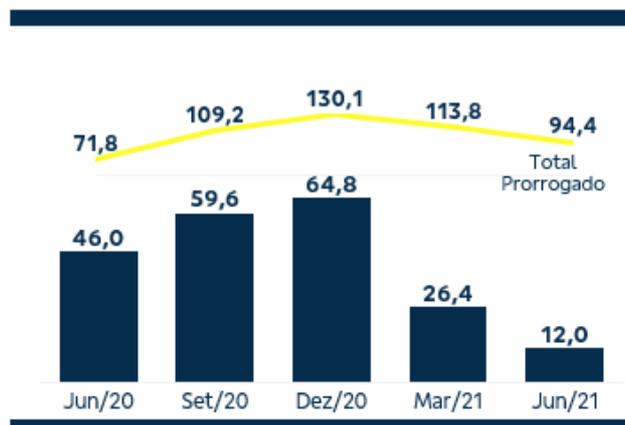
Apoio aos clientes em tempos de pandemia

Diante do cenário de incertezas trazido pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o Banco do Brasil tem atuado para prover suporte aos clientes com seriedade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalece seu compromisso com a sociedade, pela adoção de ações que buscam minimizar os efeitos adversos da atual conjuntura sobre o país.

Créditos Prorrogados

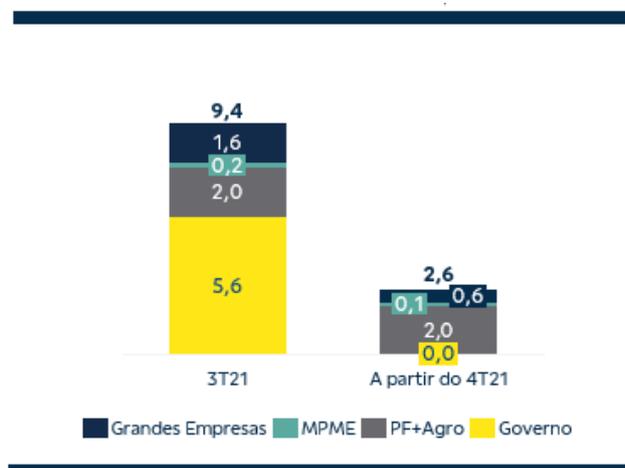
O saldo das operações ativas de crédito prorrogadas reduziu para R\$ 94,4 bilhões em junho/21, com as liquidações e amortizações realizadas no período, o que representa 14,0% da carteira de crédito interna, dos quais R\$ 12 bilhões permanecem sob carência. Desse montante, 93,0% das operações possuem rating entre AA e C, e 97,6% das transações não tinham histórico de atraso nos últimos 12 meses. A inadimplência de mais de 15 dias foi de 3,37% enquanto a de mais de 90 dias foi de 1,86%. Além disso, 67,5% estão atreladas a garantias. O tempo médio de relacionamento dos clientes que prorrogaram operações é de 17,2 anos.

Figura 28. Prorrogações em Carência – R\$ bilhões



A Figura a seguir mostra os vencimentos das operações prorrogadas em carência. No 3T21, 78% das operações em carência, ou R\$ 9,4 bilhões, retomarão os pagamentos.

Figura 29. Vencimento das operações prorrogadas em carência – R\$ bilhões



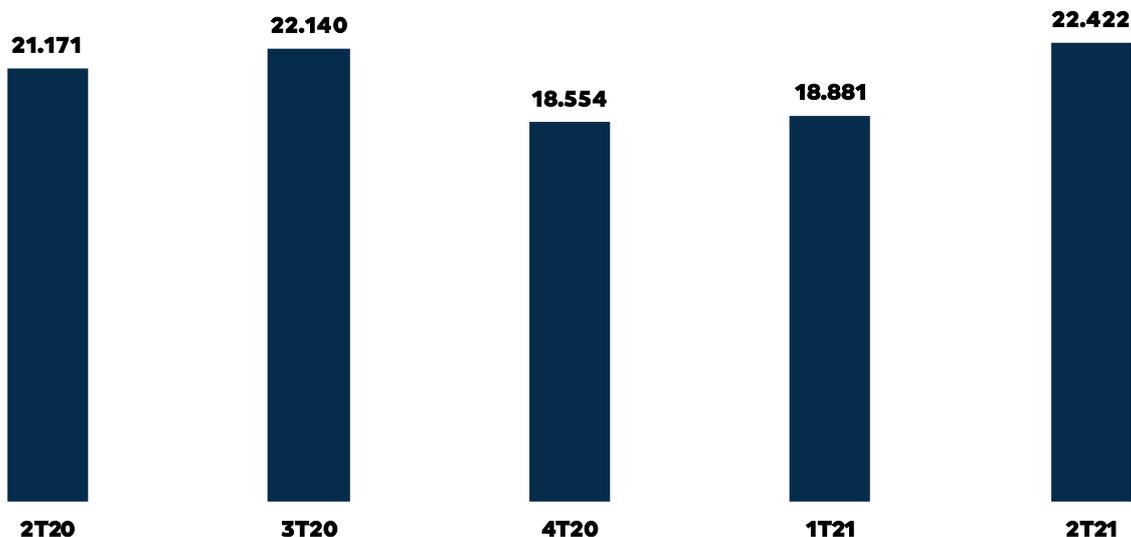


Créditos Renovados

Os créditos renovados são operações contratadas, para liquidação parcial ou integral de operação anterior que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, inclusive com possibilidade de novos desembolsos.

No 2T21, foram renovados R\$ 22,4 bilhões, crescimento de R\$ 3,5 bilhões frente ao 1T21. Cabe destacar que parte dessas operações foram realizadas com novos desembolsos, impulsionando essa carteira.

Figura 30. Renovados – R\$ milhões



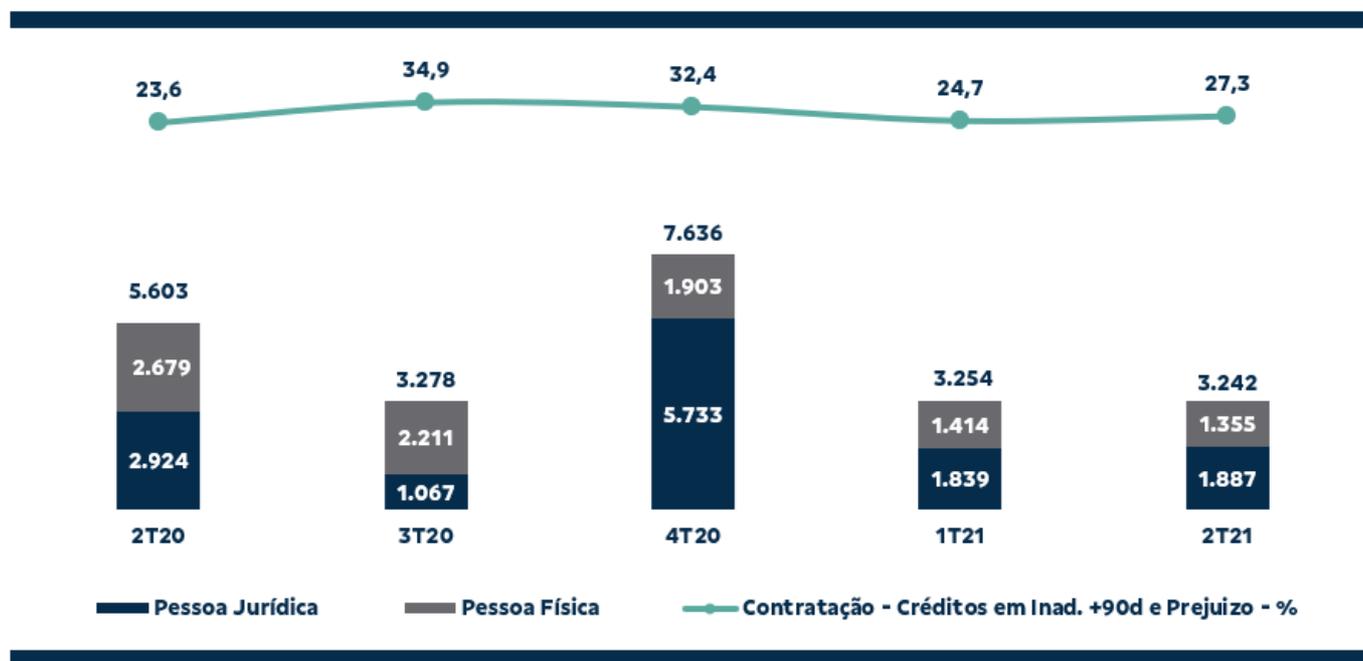
Créditos Renegociados por Atraso

As operações prorrogadas, no âmbito da atuação em tempo de pandemia, não estão contempladas na linha de Renegociados por Atraso do gráfico abaixo. A carteira renegociada também não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

A linha de créditos Renegociados por Atraso é uma composição de dívidas em virtude de atraso no

pagamento. O Banco tem atuado de forma preventiva no sentido de readequar o portfólio dos clientes à sua capacidade de pagamento. Abaixo observa-se que 27,3% das operações contratadas foram de operações em atraso há mais de 90 dias (11,4%) e em perdas (15,9%). As demais contratações foram de operações em atraso inferior a 15 dias (42,4%) e em atraso entre 15 e 90 dias (30,3%).

Figura 31. Créditos Renegociados por Atraso – Contratações no Banco Múltiplo¹– R\$ milhões



(1) Conforme Nota Explicativa 12.i.



No 2T21, o saldo final da carteira renegociada foi de R\$ 28,8 bilhões, o que representa redução de 5,0% no trimestre. A cobertura da carteira de crédito renegociada por atraso foi de 598,8%.

Tabela 60. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo¹ – R\$ milhões

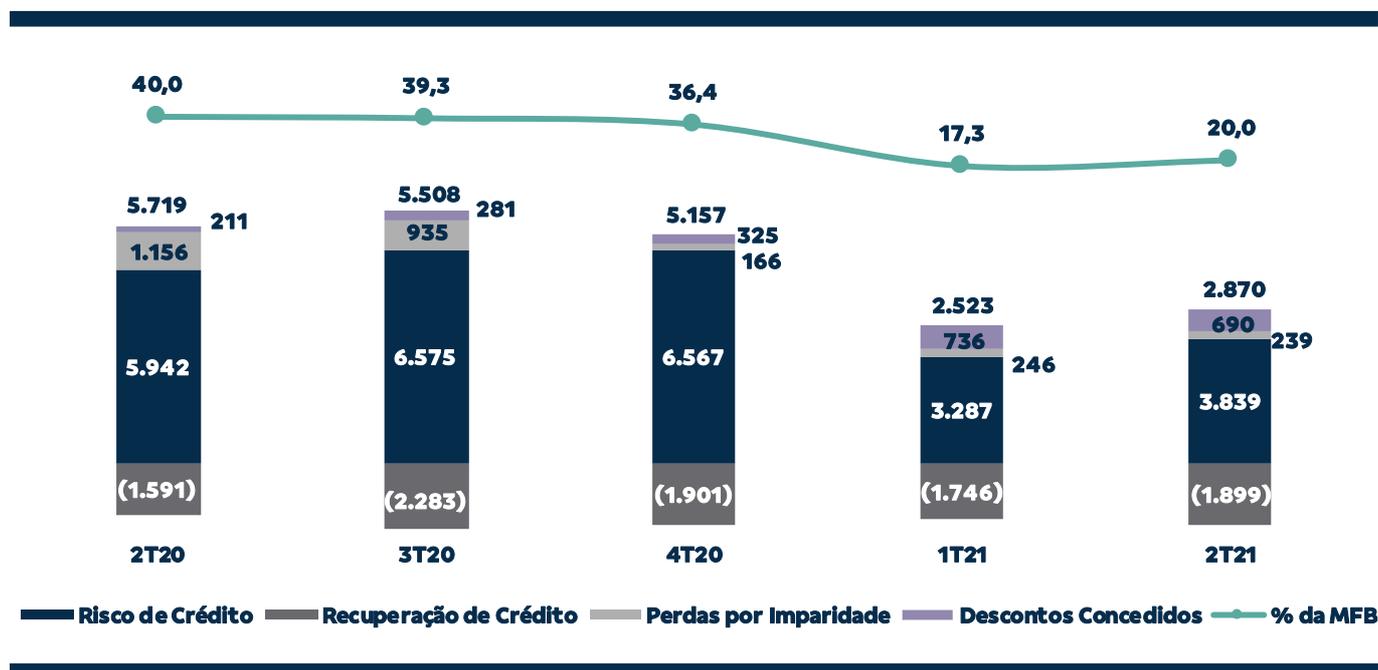
	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	Var. % s/	
						2T20	1T21
Saldo Inicial	24.262	25.497	25.474	29.642	30.269	24,8	2,1
Contratações	5.603	3.278	7.636	3.254	3.242	(42,1)	(0,4)
Sem atraso (0 a 14 dias)	3.242	1.287	3.914	1.627	1.374	(57,6)	(15,6)
15 a 90 dias	1.039	846	1.247	824	983	(5,3)	19,4
Acima de 90 dias	766	636	2.104	278	368	(52,0)	32,3
Em prejuízo	556	509	372	525	516	(7,2)	(1,6)
Recebimentos menos Juros Líquidos²	(2.644)	(1.857)	(2.834)	(1.768)	(2.549)	(3,6)	44,2
Baixas para Prejuízo	(1.723)	(1.444)	(634)	(859)	(2.210)	28,2	157,3
Saldo Final (a)	25.497	25.474	29.642	30.269	28.752	12,8	(5,0)
Créditos Renegociados por Atraso - Saldo da Provisão (b)	13.183	12.943	17.739	17.961	16.843	27,8	(6,2)
Créditos Renegociados por Atraso - Inadimplência + 90 dias (c)	2.489	1.935	2.663	3.586	2.813	13,0	(21,6)
Indicadores da Carteira Renegociada por Atraso – %							
Provisão/Carteira (b/a)	51,7	50,8	59,8	59,3	58,6		
Inadimplência + 90 dias/Carteira	9,8	7,6	9,0	11,8	9,8		
Índice de Cobertura	529,6	669,0	666,1	500,8	598,8		
Participação da Carteira Renegociada por Atraso na Classificada	3,9	3,8	4,3	4,3	4,1		

(1) Conforme Nota Explicativa 12.i; (2) Recebimentos de principal e juros menos juros capitalizados, incluindo operações alongadas no período.

Custo e Qualidade do Crédito

A PCLD Ampliada, composta pela despesa de PCLD líquida da recuperação de crédito, descontos concedidos e imparidade, totalizou R\$ 2,9 bilhões no 2T21. No semestre, a PCLD ampliada foi de R\$ 5,4 bilhões, redução de 52,1% na comparação com o 1S20. Abaixo, detalham-se os comportamentos das linhas que compõem o indicador:

Figura 32. PCLD Ampliada¹ – R\$ milhões



(1) Recuperação de crédito reprocessada no 1T21.

Risco de Crédito: Elevação trimestral de 16,8% e redução de 42,6% em comparação com o 1S20. Ao longo de 2020, o BB realizou antecipações prudenciais de provisões, totalizando R\$ 8,1 bilhões, montante que tem se mostrado suficiente para a cobertura adequada do risco de crédito da carteira até o momento.

Recuperação de Crédito: Aumento trimestral de 8,7% e semestral de 14,8%, o volume recuperado no

2T21 manteve trajetória crescente, registrando o maior patamar histórico para um segundo trimestre.

Descontos Concedidos: Redução trimestral de 6,3% e incremento semestral de 197,4%, influenciado pela estratégia de recuperação de ativos problemáticos.

Perdas por Imparidade: Redução trimestral de 2,8% e semestral de 68,4%.

Risco de Crédito

O Banco do Brasil segue mantendo níveis de provisão aderentes aos riscos de crédito. Os agravamentos prudenciais de riscos de operações da carteira com indicativos de deterioração da capacidade de pagamento, realizados ao longo de 2020, como forma de antecipar potenciais efeitos do cenário adverso associado à pandemia, evidenciaram uma postura mais cautelosa quanto à alocação necessária

No 2T21, a PCLD risco de crédito somou R\$ 3,8 bilhões, elevação trimestral de 16,8%, frente ao 1T21, e redução semestral de 42,6%, frente ao 1S20.

de recursos para fazer frente ao contexto. Tal movimento foi relevante para minimizar esperada piora dos riscos no início deste ano.

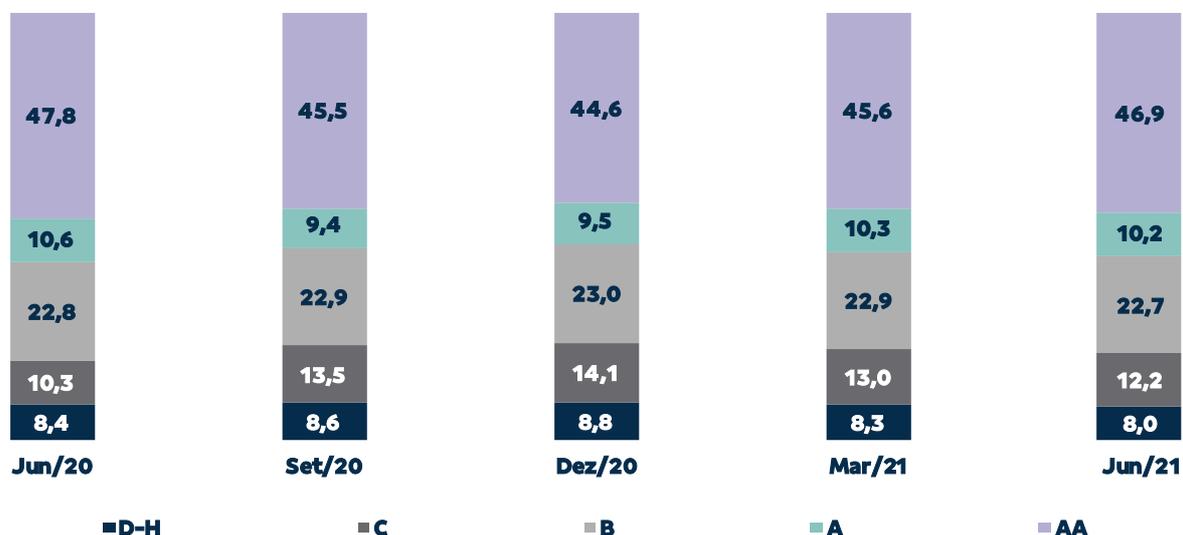
Com efeito, o fluxo de despesas vem se mostrando coerente com essa dinâmica e com a evolução da carteira de crédito.

Tabela 61. Risco de Crédito – R\$ milhões

	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	Var. % s/	
						2T20	1T21
Risco de Crédito	(5.942)	(6.575)	(6.567)	(3.287)	(3.839)	(35,4)	16,8
Piora de Risco	(6.015)	(6.499)	(6.904)	(4.433)	(6.417)	6,7	44,8
Pessoa Física	(2.203)	(2.476)	(3.064)	(1.907)	(4.003)	81,7	109,9
Pessoa Jurídica	(1.457)	(2.946)	(2.852)	(1.638)	(1.555)	6,8	(5,0)
Agronegócio	(2.355)	(1.077)	(988)	(888)	(859)	(63,5)	(3,3)
Melhora de Risco	1.758	1.705	1.945	2.372	1.881	7,0	(20,7)
Pessoa Física	900	909	982	1.577	917	1,9	(41,9)
Pessoa Jurídica	403	341	497	442	508	26,2	15,0
Agronegócio	455	455	465	353	456	0,1	29,1
Contratações	(1.225)	(1.283)	(817)	(948)	(1.382)	12,8	45,8
Pessoa Física	(734)	(444)	(343)	(532)	(804)	9,5	51,1
Pessoa Jurídica	(386)	(700)	(381)	(324)	(430)	11,5	32,7
Agronegócio	(105)	(138)	(93)	(91)	(147)	40,7	61,5
Demais¹	(460)	(498)	(791)	(279)	2.079	-	-
Antecipação Prudencial	(2.006)	(2.050)	(2.000)	-	-	0,0	0,0
Pessoa Física	(412)	(540)	(1.099)	-	-	-	-
Pessoa Jurídica	(532)	(1.490)	(873)	-	-	-	-
Agronegócio	(1.061)	(20)	(28)	-	-	-	-

(1) A linha Demais representa o fluxo da Carteira de Crédito Externa e os Outros Impactos (a amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos dos demais segmentos).

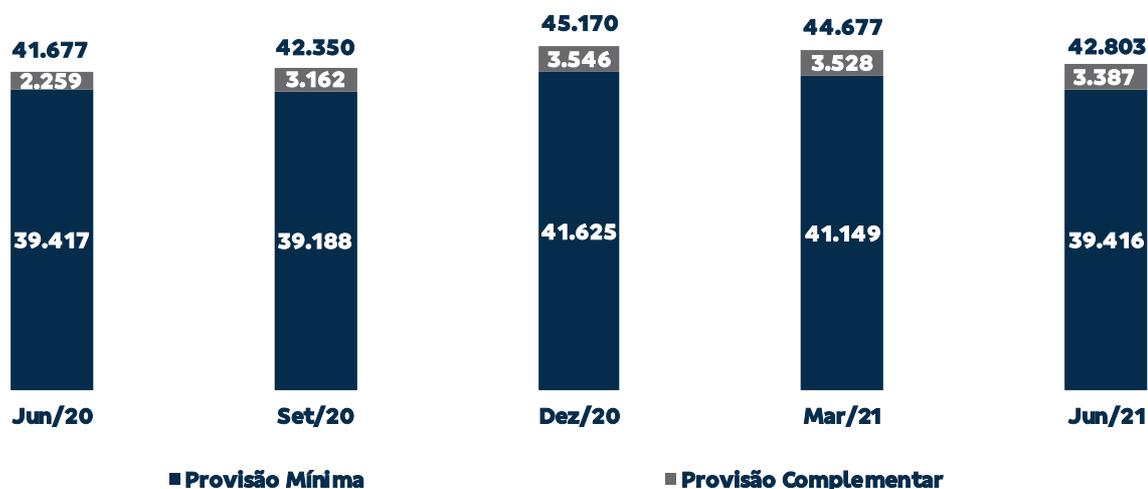
Figura 33. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco – %



A próxima figura apresenta o saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), detalhando-se a provisão mínima, que é a provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99, a provisão complementar, que corresponde à provisão dos 30 níveis intermediários estabelecidos pela Administração do BB, e a provisão requerida, que corresponde à soma das anteriores.

O saldo de provisão de crédito passou de R\$ 44,7 bilhões para R\$ 42,8 bilhões no trimestre.

Figura 34. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada – R\$ milhões



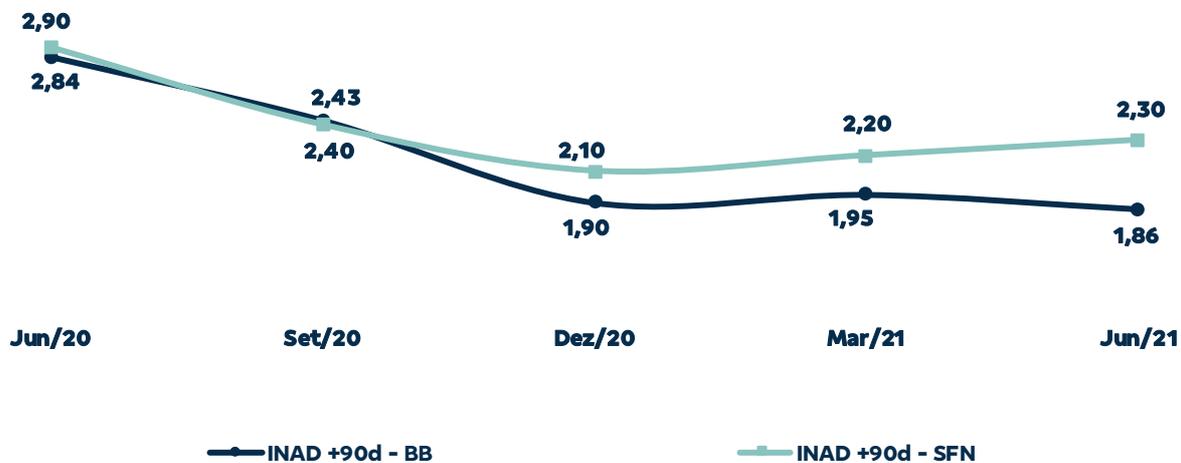


Entre junho/20 e setembro/20, os dados de inadimplência e cobertura estão majorados em função do efeito de um caso específico do segmento grandes empresas que havia pedido recuperação judicial durante o 2T19.

No 4T20, houve renegociação deste caso específico, com a transferência do seu saldo do segmento Agro para a carteira renegociada no segmento PJ.

O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) mostrou redução frente a março, atingindo 1,86% em junho/21.

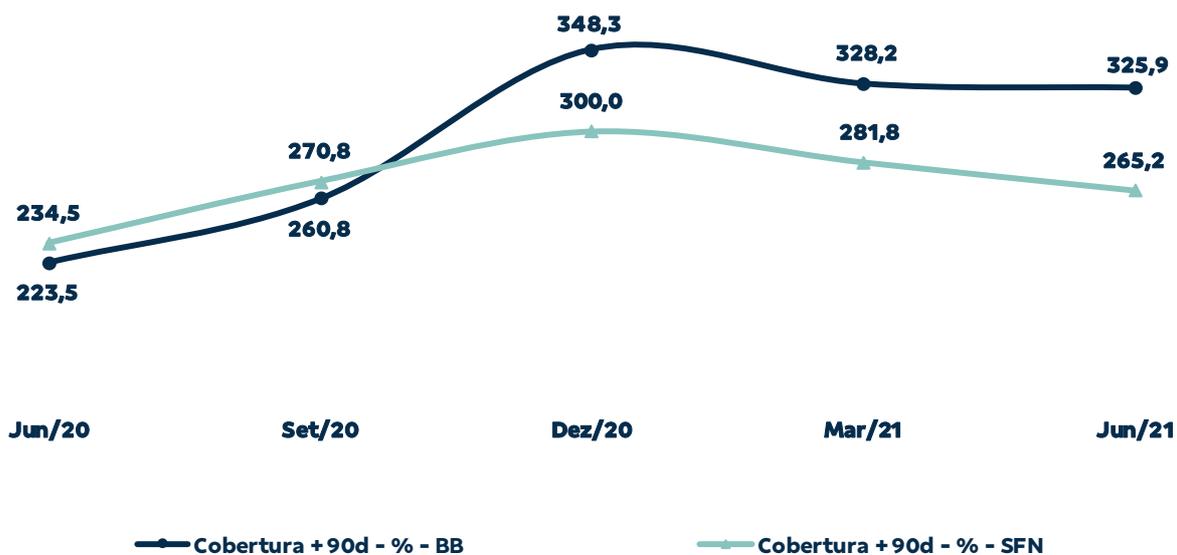
Figura 35. INAD +90d – em % da Carteira de Crédito Classificada





O Banco mantém cobertura compatível com o perfil de risco de sua carteira. O índice de cobertura saiu de 328,2% em março/21 para 325,9% em junho/21, seguindo em nível elevado se comparado ao mesmo período do ano passado.

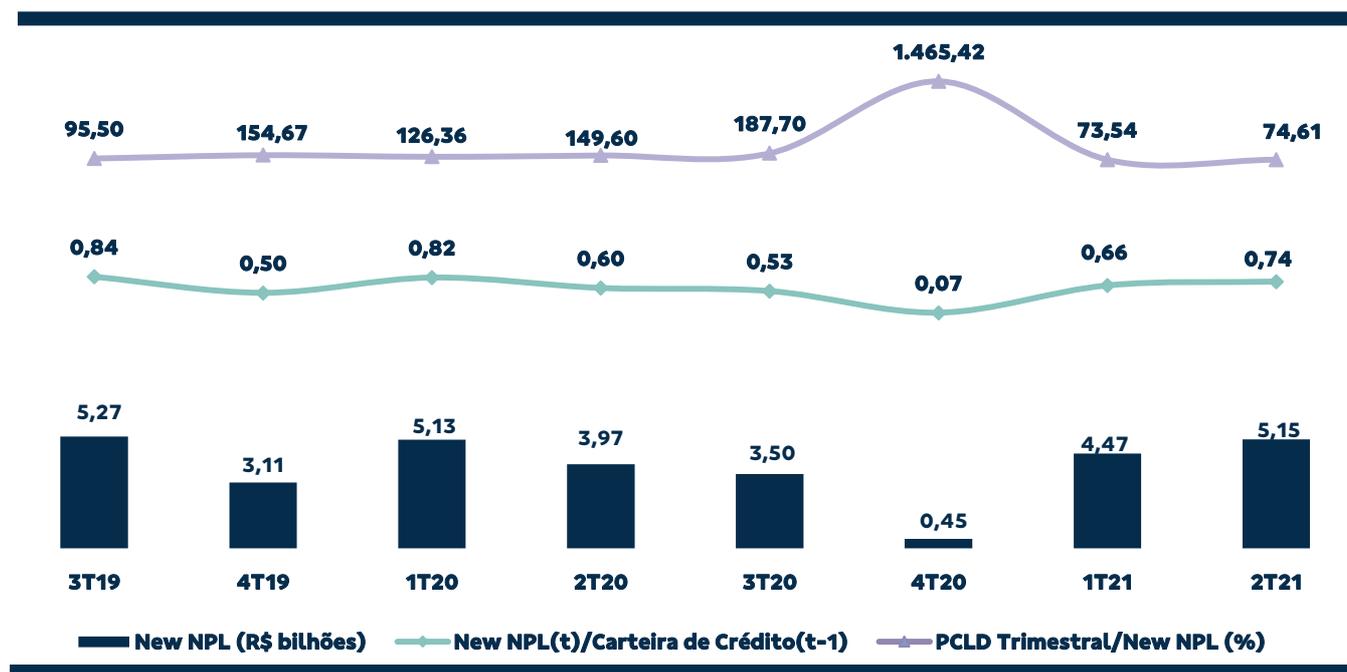
Figura 36. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada



No gráfico a seguir é possível observar o indicador *New NPL*/Carteira de Crédito que representa uma tendência da futura inadimplência. O indicador é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito classificada do trimestre anterior.

É válido ressaltar que as baixas de operações para prejuízo seguem rigorosamente as determinações da Resolução CMN nº 2.682/99. As operações classificadas em risco H são contabilizadas como perdas somente depois de decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior. O índice encerrou em 0,74% frente ao 0,66% apresentado no 1T21. A cobertura do *New NPL* foi de 74,61%.

Figura 37. *New NPL* – % da Carteira de Crédito Classificada



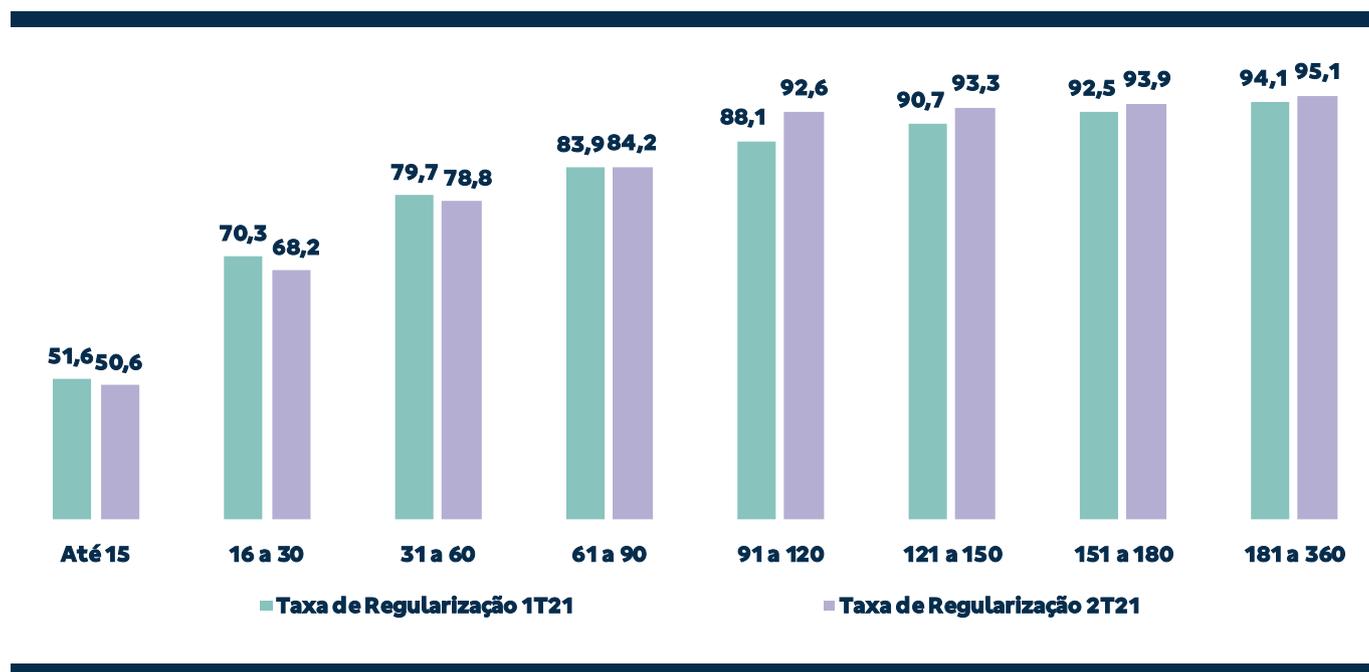
Descontos Concedidos e Recuperação de Créditos

Os descontos concedidos em renegociações de operações de crédito ou de outras operações com características de concessão de crédito decorrente de empréstimos apresentaram redução trimestral de 6,3% e incremento semestral de 197,4%, influenciado pela estratégia de recuperação de ativos problemáticos.

A recuperação de crédito apresentou aumento trimestral de 8,7% e semestral de 14,8%, o volume recuperado no 2T21 manteve trajetória crescente, registrando o maior patamar histórico para um segundo trimestre.

Do volume de crédito que ingressou em cobrança nos 12 meses anteriores a junho/21, 95,1% foram regularizados em até 360 dias.

Figura 38. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %





O Banco prioriza o recebimento de créditos em atraso no menor tempo possível, atuando preventivamente, de modo a evitar o agravamento de risco e o envio para perda. Nos últimos doze meses, os créditos em atraso cobrados e recebidos, classificados em risco H, representaram 13,4% do total recebido. Os outros 86,6% foram cobrados e regularizados enquanto estavam em melhores níveis de risco.

Figura 39. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas¹ - %

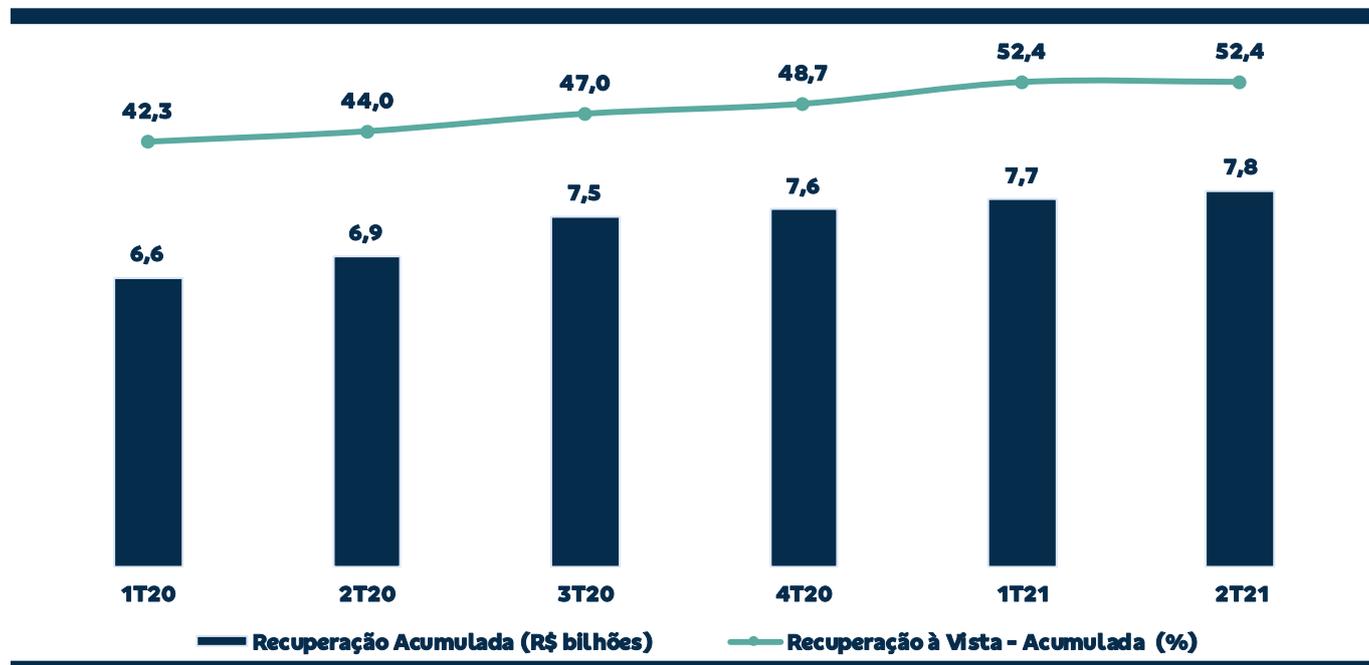


(1) Acumulado em 12 meses.



Nos últimos doze meses, foram recuperados R\$ 7,8 bilhões. Desse total, o montante de R\$ 4,1 bilhões foi recebido em caixa, levando a um percentual de recebimento à vista de 52,4% no 2T21.

Figura 40. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %



Crédito Pessoa Física

A carteira Pessoa Física ampliada cresceu 2,8% no trimestre, principalmente devido à performance positiva no crédito consignado (+3,8%), no empréstimo pessoal (+6,5%) e cartão de crédito (+6,7%). Na comparação anual (+10,3%), destaque para crédito consignado (+16,4%) e cartão de crédito (+33,9%).

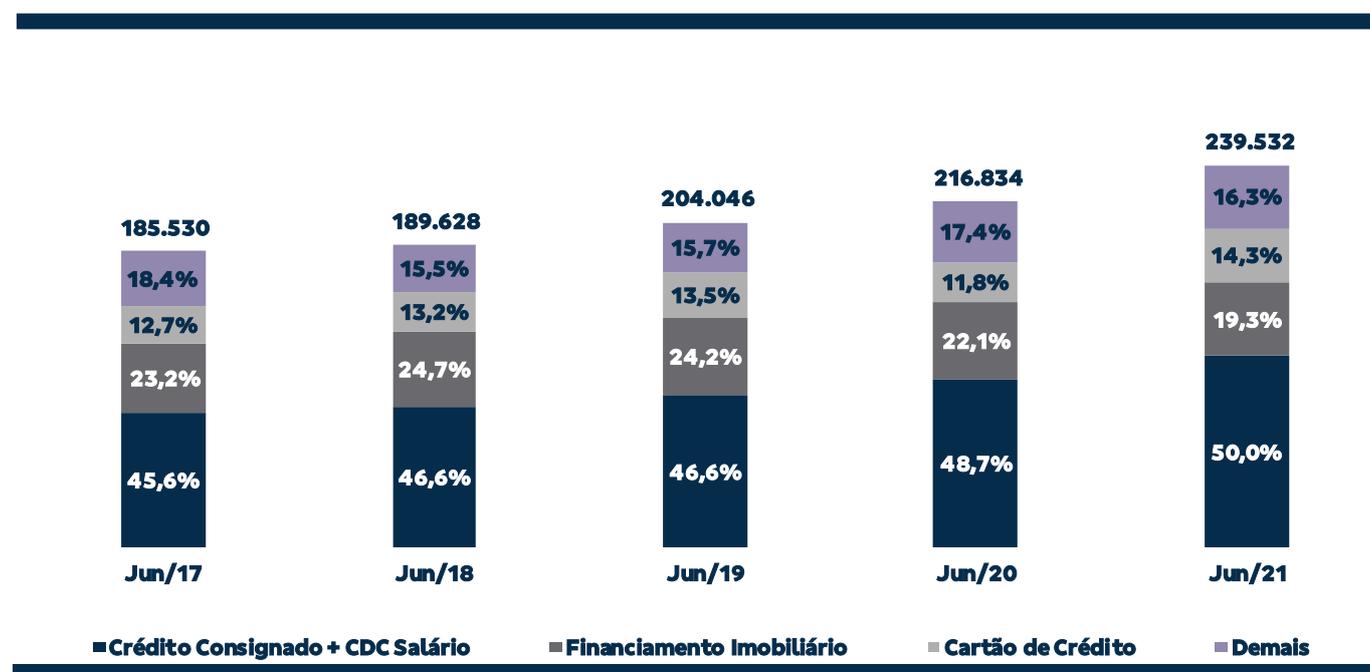
Tabela 62. Carteira de Crédito Pessoa Física – R\$ milhões

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. % s/	
							Jun/20	Mar/21
Carteira Classificada Orgânica (a)	208.862	95,8	226.845	96,9	232.947	96,8	11,5	2,7
CDC	116.858	53,6	128.675	55,0	133.324	55,4	14,1	3,6
Crédito Consignado	86.043	39,5	96.512	41,2	100.171	41,6	16,4	3,8
CDC Salário	19.555	9,0	19.403	8,3	19.563	8,1	0,0	0,8
Empréstimo Pessoal	11.259	5,2	12.760	5,5	13.590	5,6	20,7	6,5
Financiamento Imobiliário	47.939	22,0	46.499	19,9	46.314	19,2	(3,4)	(0,4)
Cartão de Crédito	25.659	11,8	32.186	13,8	34.350	14,3	33,9	6,7
Crédito Renegociado	12.160	5,6	12.808	5,5	12.260	5,1	0,8	(4,3)
Pessoa Física	7.708	3,5	8.311	3,6	7.835	3,3	1,7	(5,7)
Produtor Rural	4.452	2,0	4.497	1,9	4.425	1,8	(0,6)	(1,6)
Financiamento de Veículos	4.219	1,9	4.615	2,0	4.636	1,9	9,9	0,5
Cheque Especial	1.422	0,7	1.514	0,6	1.489	0,6	4,7	(1,7)
Microcrédito	276	0,1	283	0,1	275	0,1	(0,6)	(2,9)
Demais	330	0,2	264	0,1	300	0,1	(9,2)	13,2
Carteiras Adquiridas (b)	7.972	3,7	5.801	2,5	6.585	2,7	(17,4)	13,5
Financiamento de Veículos	7.957	3,6	5.801	2,5	6.585	2,7	(17,3)	13,5
Crédito Consignado	14	0,0	-	-	-	-	-	-
Carteira de Crédito Classificada (a+b)	216.834	99,4	232.645	99,4	239.532	99,6	10,5	3,0
TVM Privados e Garantias (c)	1.213	0,6	1.360	0,6	1.071	0,4	(11,7)	(21,3)
Carteira de Crédito Ampliada (a+b+c)	218.047	100,0	234.005	100,0	240.603	100,0	10,3	2,8



No ano, a carteira de crédito classificada PF apresentou crescimento de 10,5%, com destaque para o aumento de participação de crédito consignado + cdc salário (de 48,7% para 50,0%) e cartão de crédito (de 11,8% para 14,3%).

Figura 41. Composição Percentual e Carteira de Crédito Interna Pessoa Física – R\$ milhões



Um dos importantes componentes da metodologia de crédito é o histórico que o Banco do Brasil possui dos seus clientes. No 2T21, 94,8% dos clientes tomadores de crédito possuem relacionamento há pelo menos cinco anos. Considerando a carteira orgânica, as operações de CDC (Consignado, Salário e Empréstimo Pessoal), alcançaram R\$ 133,3 bilhões em junho/21. Deste montante 89,9% foram realizados com Servidores Públicos e Aposentados e Pensionistas do INSS.

Crédito Consignado

O BB atua com a modalidade de empréstimo consignado desde 1998, quando a primeira linha foi lançada. Neste período, o produto evoluiu e conquistou cada vez mais clientes, além de sucessivas melhorias tecnológicas e operacionais, que propiciam melhor experiência para clientes, além de agregar melhorias ao processo. O Banco do Brasil é o único banco, por exemplo, que oferece aos seus clientes a portabilidade de crédito consignado de outros bancos para o BB diretamente em seu aplicativo.

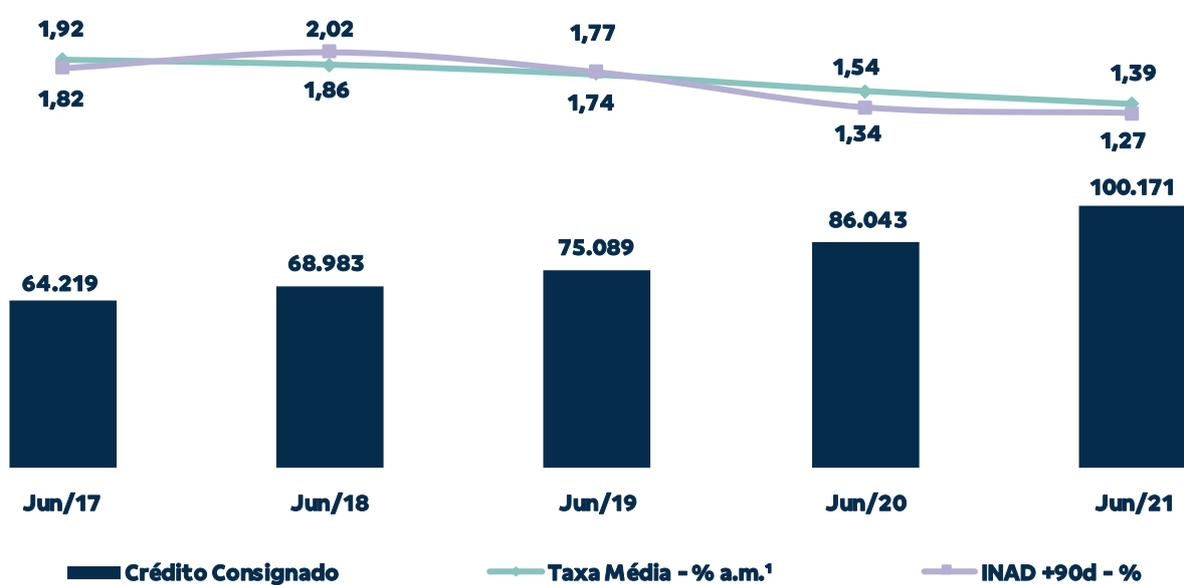
Cabe destacar o atingimento da marca de R\$ 100 bilhões desta carteira, que cresceu 16,4% em 12 meses.

Considerando o perfil desta carteira, quase sua totalidade (97,9%) é composta por operações com clientes servidores públicos e aposentados/pensionistas, o que contribui para a baixa Inadimplência acima de 90 dias de 1,27% em junho/21.

A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 2T21 tem prazo superior a 60 meses (86,2%). O perfil dessa carteira permite o alongamento do prazo e gera fidelização e oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse período. O Banco do Brasil possui 21,0% de participação de mercado.

Parte dos convênios de crédito consignado permitem a cotação, liberação e contratação do produto via aplicativo do BB. Esses possuem a conveniência do “Duplo Sim”, quando a operação é formalizada pelo gerente de contas do cliente, porém é liberado via senha ou biometria pelo cliente diretamente no aplicativo, sem necessidade de comparecer à agência. Hoje são cerca de 3,1 milhões de clientes com operações contratadas e aproximadamente 9 mil convênios, entre públicos e privados.

Figura 42. Crédito Consignado – R\$ milhões



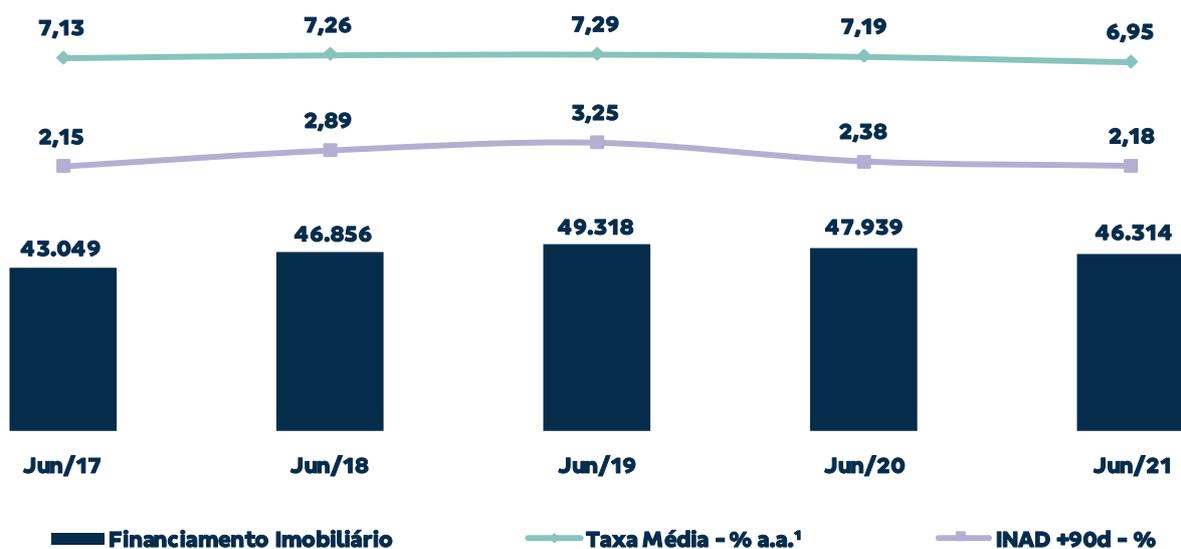
(1) Considera o portfólio

Financiamento Imobiliário

A carteira de financiamento imobiliário foi de R\$ 46,3 bilhões em junho/21 (-3,4% em 12 meses) e o percentual financiado foi de 61,7% (*loan-to-value* – LTV). No mesmo período, o prazo médio da carteira foi de 295 meses e a participação de mercado de 6,1%. A inadimplência acima de 90 dias foi de 2,18% em junho/21.

O BB tem implementado medidas para elevar a eficiência no processo de concessão de crédito, tais como a possibilidade de o cliente contratar a operação de crédito pelo aplicativo.

Figura 43. Financiamento Imobiliário – R\$ milhões



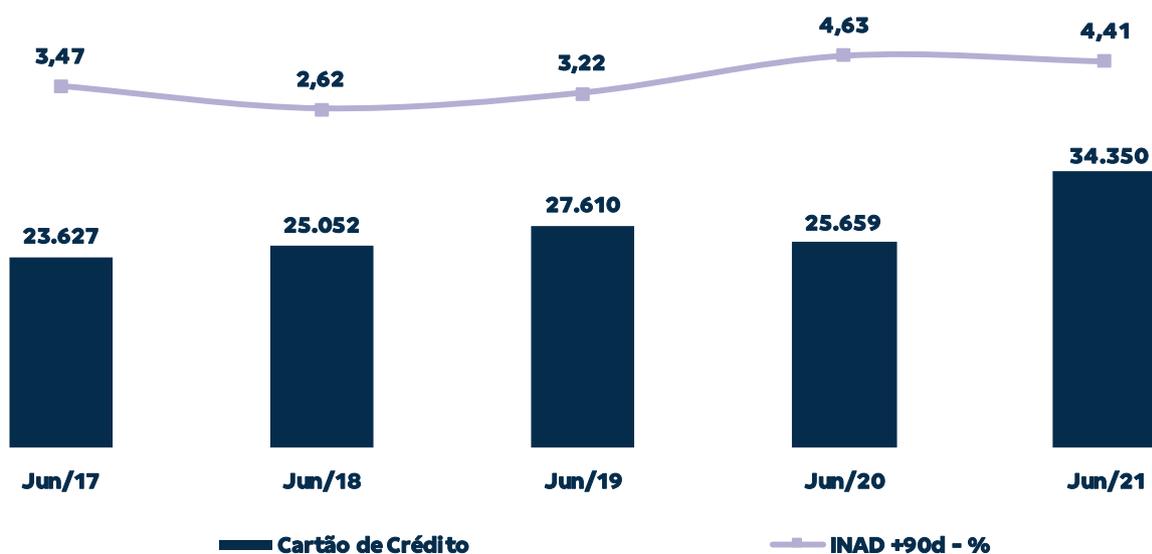
(1) Considera o portfólio.



Cartão de Crédito

A linha de cartão de crédito apresentou crescimento no ano (+33,9%), impulsionado pelo aumento do faturamento (+41,4%). A inadimplência acima de 90 dias apresentou redução em comparação a junho/20.

Figura 44. Cartão de Crédito – R\$ milhões

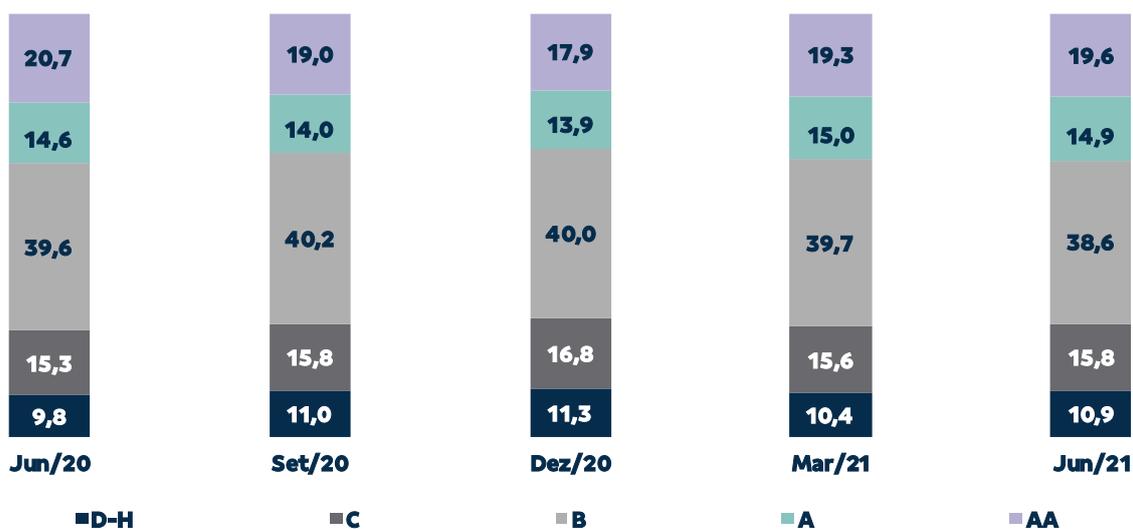




Qualidade do Crédito PF

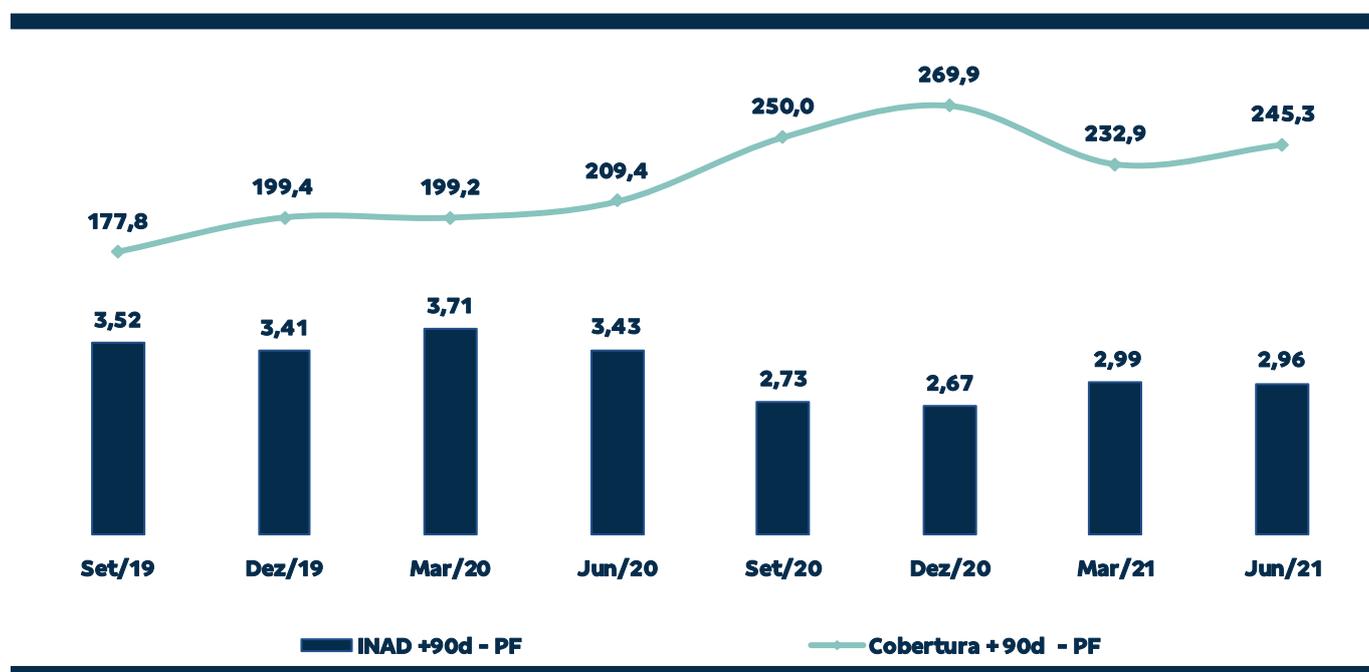
Em relação a março/21, houve aumento do percentual das operações classificadas nos níveis de risco AA, C e D e redução do percentual das operações classificadas no nível de risco B e E. O Saldo de provisão de crédito PF passou de R\$ 16,2 bilhões para R\$ 17,4 bilhões no mesmo período de comparação.

Figura 45. Carteira de Crédito Classificada PF por Nível de Risco – %



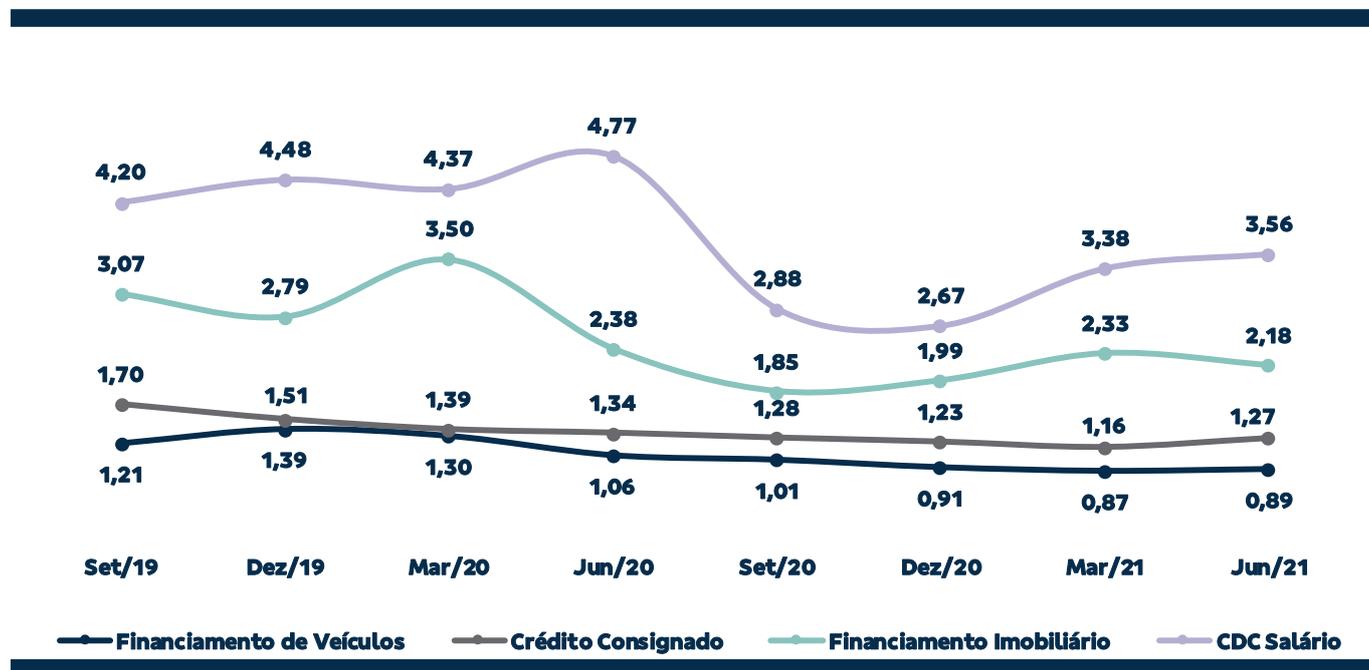
Em relação a março/21, houve redução das operações em inadimplência com mais de 90 dias, influenciado pelas linhas de empréstimo pessoal e financiamento imobiliário e um aumento da cobertura que foi de 245,3% em junho/21.

Figura 46. INAD +90d e Cobertura da Carteira Classificada PF – %



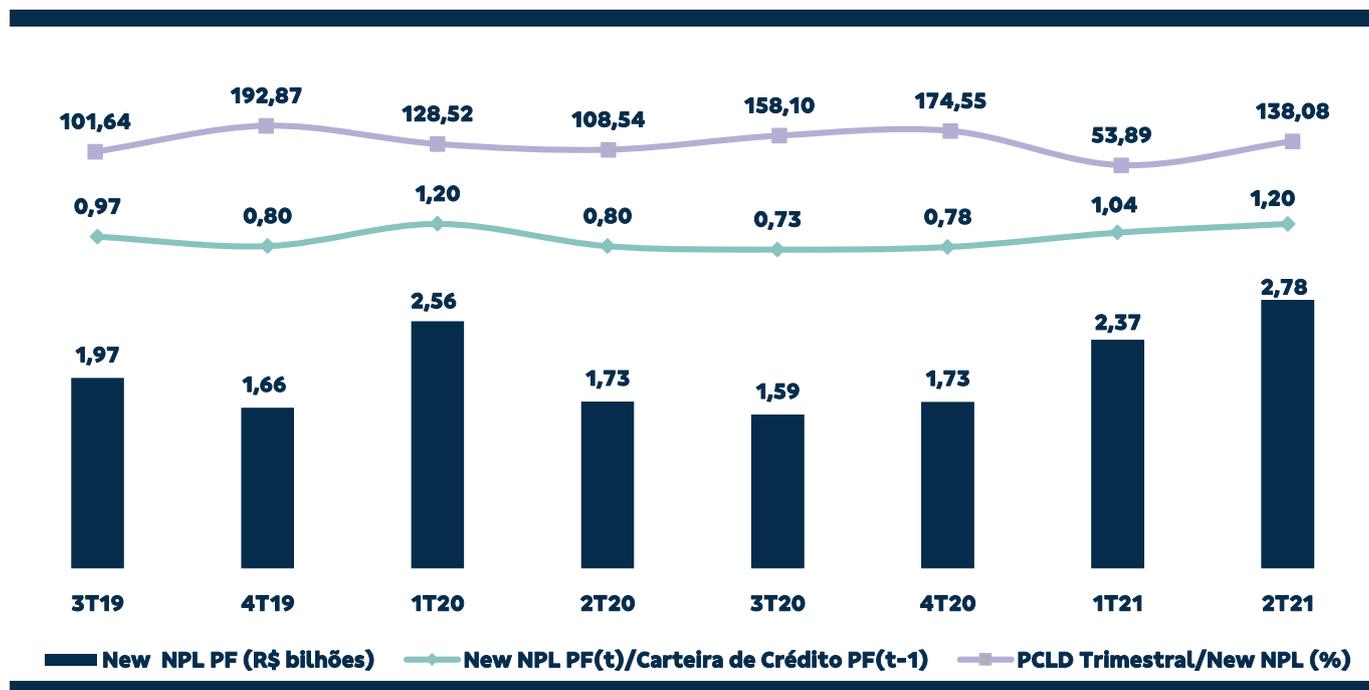
Em relação a março/21, houve redução das operações em inadimplência com mais de 90 dias da linha de financiamento imobiliário e aumento nas linhas de crédito consignado e cdc salário.

Figura 47. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito



O gráfico a seguir detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito pessoa física nos últimos oito trimestres. O índice encerrou em 1,20% frente ao 1,04% apresentado no 1T21. A cobertura do New NPL foi de 138,08%.

Figura 48. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Física



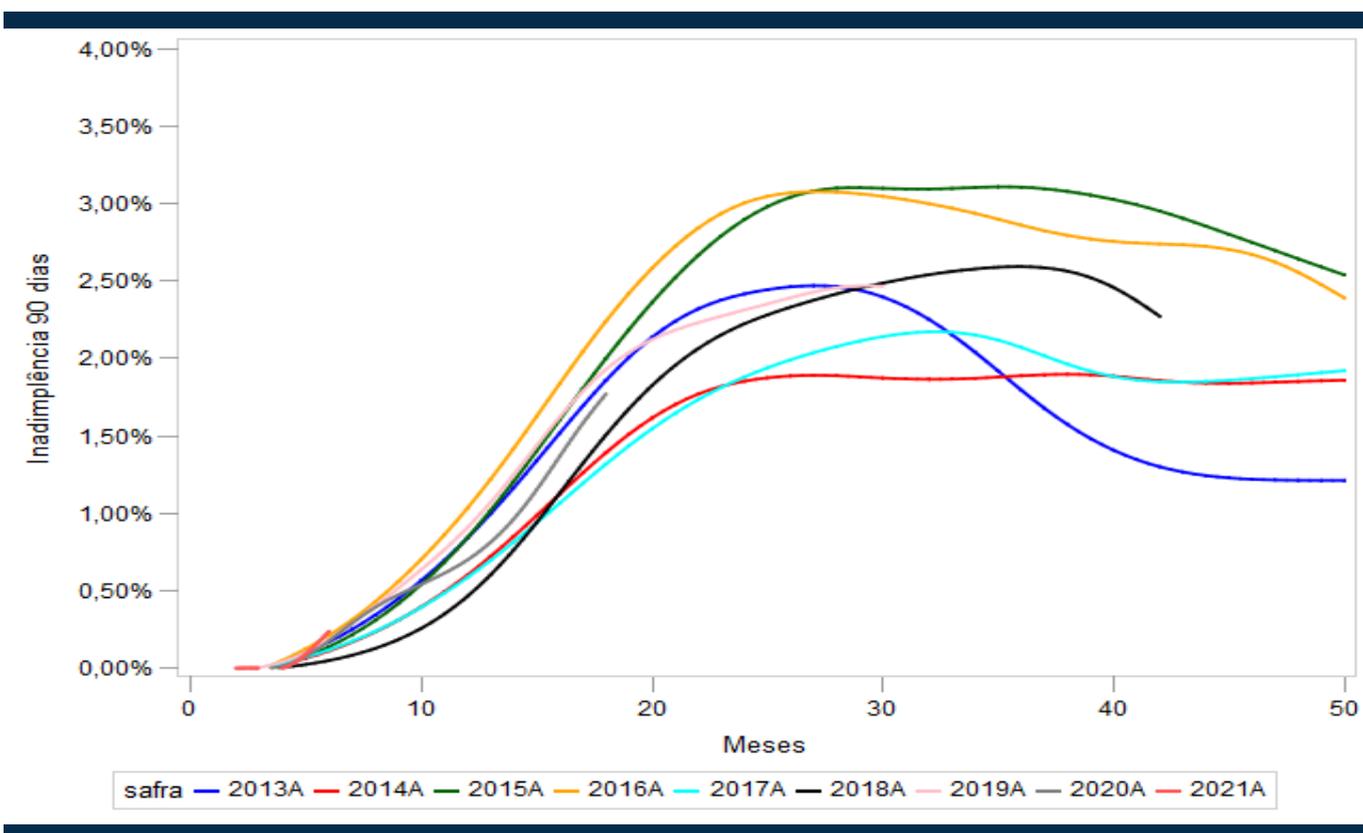
Acompanhamento por Safras

No gráfico seguinte é apresentado o acompanhamento da inadimplência da Carteira de Crédito de Pessoas Físicas por safras. Essa metodologia proporciona um detalhamento maior e mais próximo da carteira do que os indicadores tradicionais, o que permite avaliar, ao longo do tempo, como se comporta a inadimplência do conjunto de operações contratadas em determinado período.

Para o cálculo da inadimplência são consideradas as operações vencidas há mais de 90 dias. Em relação ao saldo da carteira de crédito pessoa física, ressalta-se que as operações de cheque especial e cartão de crédito são desconsideradas.

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras na periodicidade anual, o que facilita a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 49. Safra Anual – Crédito Pessoa Física





Crédito Pessoa Jurídica

Em junho/21, a Carteira de Crédito Pessoa Jurídica Ampliada alcançou o volume de R\$ 282,2 bilhões, redução de 1,7% na comparação com março/21, impactada pela redução da linha de capital de giro (-4,1%), apesar do crescimento dos recebíveis (+16,2%). Em 12 meses, houve crescimento de 4,0% impulsionado pelo capital de giro (+10,8%) e pelos recebíveis (+38%).

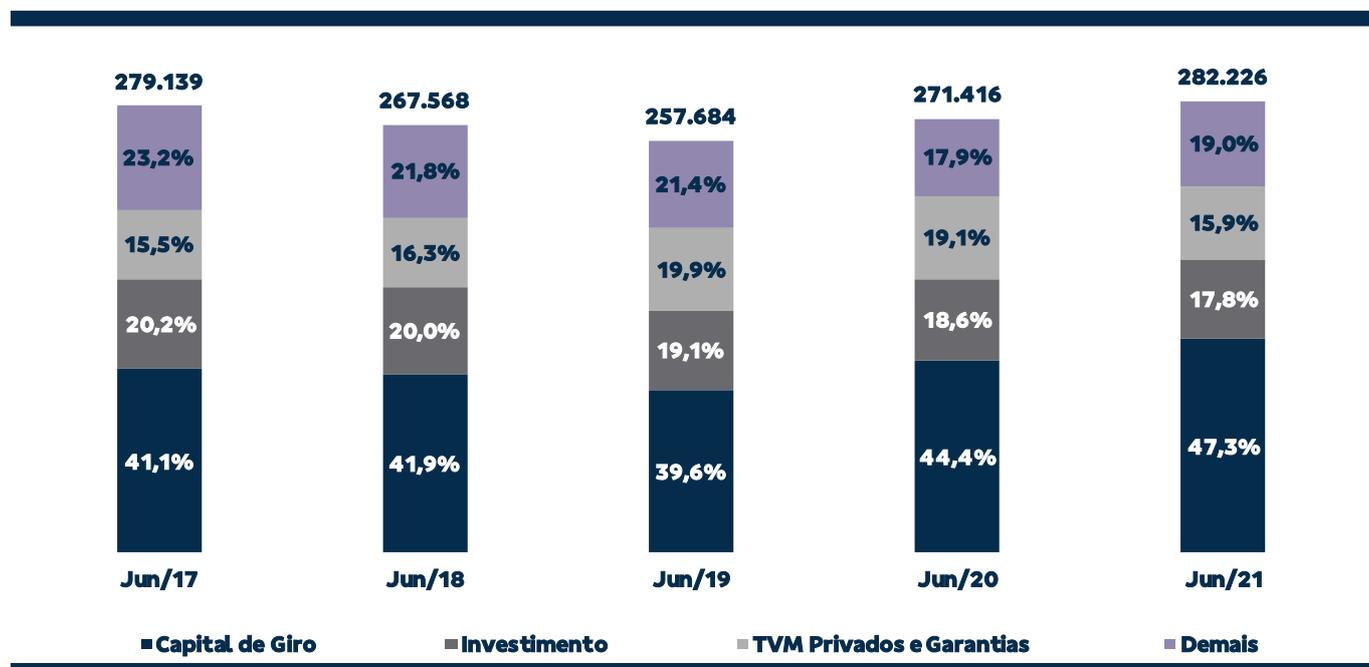
Tabela 63. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – R\$ milhões

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. % s/	
							Jun/20	Mar/21
Carteira de Crédito Classificada (a)	219.518	80,9	240.913	83,9	237.233	84,1	8,1	(1,5)
Capital de Giro Amplo	132.516	48,8	151.120	52,6	147.278	52,2	11,1	(2,5)
Capital de Giro	120.431	44,4	139.068	48,4	133.423	47,3	10,8	(4,1)
Recebíveis	8.939	3,3	10.616	3,7	12.333	4,4	38,0	16,2
Conta Garantida	2.816	1,0	1.025	0,4	1.084	0,4	(61,5)	5,8
Cheque Especial	330	0,1	411	0,1	438	0,2	32,9	6,6
Investimento	50.598	18,6	51.588	18,0	50.206	17,8	(0,8)	(2,7)
ACC/ACE	15.621	5,8	14.247	5,0	16.329	5,8	4,5	14,6
Crédito Renegociado	13.310	4,9	17.443	6,1	16.476	5,8	23,8	(5,5)
Cartão de Crédito	2.981	1,1	3.066	1,1	3.440	1,2	15,4	12,2
Crédito Imobiliário	2.495	0,9	940	0,3	757	0,3	(69,7)	(19,5)
Demais	1.997	0,7	2.509	0,9	2.747	1,0	37,6	9,5
TVM Privados e Garantias (b)	51.898	19,1	46.196	16,1	44.993	15,9	(13,3)	(2,6)
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	271.416	100,0	287.109	100,0	282.226	100,0	4,0	(1,7)



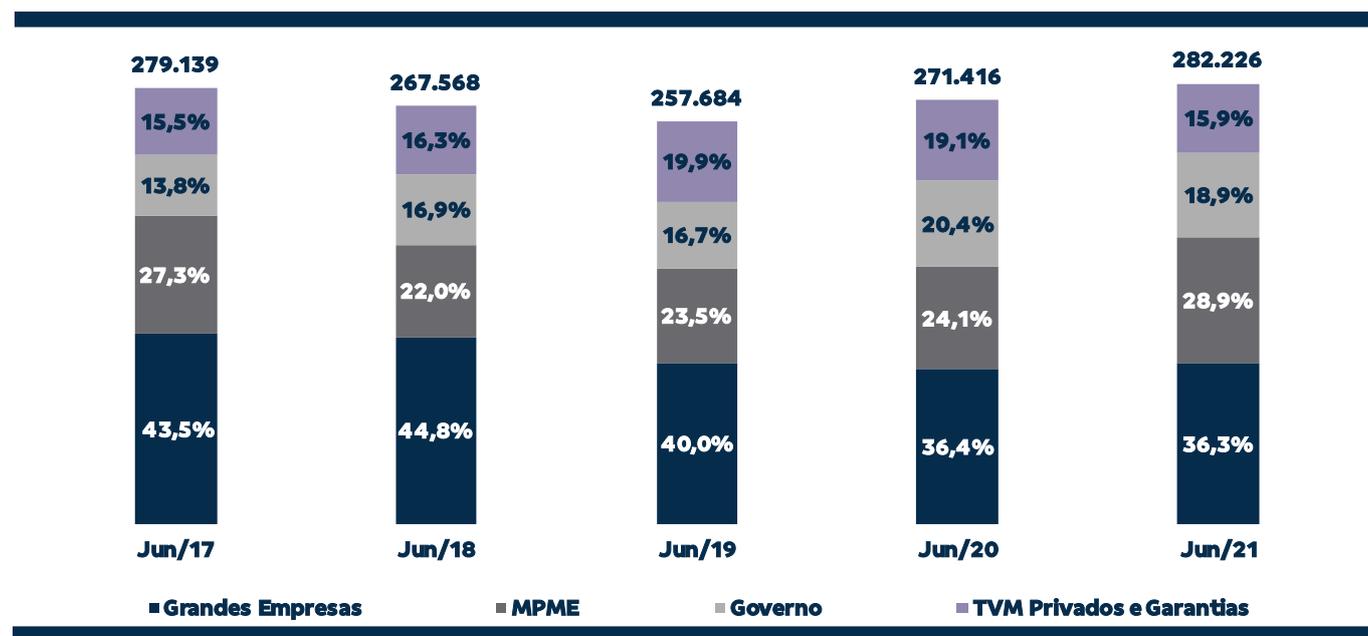
Observa-se na figura a seguir a estratégia de crescimento do BB, em relação a junho/17, da participação na carteira nas linhas de Capital de Giro (de 41,1% para 47,3%).

Figura 50. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – R\$ milhões



Pode-se observar no gráfico de segmentação PJ a redução da exposição em MPME até 2018 (22,0% em junho/18), devido ao movimento de reposicionamento do banco para o segmento, efetuando baixa de créditos problemáticos e concentrando em operações com duração mais curta. A partir de 2019, quando concluído este processo, o Banco retomou o crescimento na participação (28,9% em junho/21) e reduziu em Grandes Empresas que passaram a buscar alternativas de financiamento no mercado de capitais (de 43,5% em junho/17 para 36,3% em junho/21).

Figura 51. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica – R\$ milhões



Micro, Pequenas e Médias Empresas

Enquadram-se no segmento micro, pequenas e médias empresas aquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões.

A carteira MPME encerrou junho/21 com saldo de R\$ 81,6 bilhões (+0,6% na comparação com março/21). Na comparação com junho/20, os desembolsos nas

linhas de Pronampe, Pese e CGPE influenciaram no crescimento de 24,8% apresentado.

Do saldo dessa carteira, 95,1% estão aplicados junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior a dois anos.

Tabela 64. Carteira de Crédito MPME – R\$ milhões

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. % s/	
							Jun/20	Mar/21
Carteira de Crédito Classificada MPME	65.382	100,0	81.083	100,0	81.576	100,0	24,8	0,6
Capital de Giro Amplo	37.598	57,5	53.785	66,3	54.392	66,7	44,7	1,1
Capital de Giro	32.753	50,1	48.377	59,7	48.721	59,7	48,8	0,7
Recebíveis	3.316	5,1	4.106	5,1	4.305	5,3	29,8	4,9
Conta Garantida	1.201	1,8	893	1,1	930	1,1	(22,5)	4,2
Cheque Especial	328	0,5	410	0,5	436	0,5	32,9	6,5
Investimento	12.936	19,8	12.614	15,6	12.421	15,2	(4,0)	(1,5)
Crédito Renegociado	7.441	11,4	7.819	9,6	7.510	9,2	0,9	(4,0)
ACC/ACE	3.830	5,9	3.460	4,3	3.717	4,6	(2,9)	7,4
Cartão de Crédito	1.894	2,9	2.563	3,2	2.711	3,3	43,2	5,8
Crédito Imobiliário	1.073	1,6	507	0,6	378	0,5	(64,8)	(25,5)
Demais	610	0,9	335	0,4	448	0,5	(26,7)	33,7



Crédito para Governo

O Banco do Brasil apoia os estados, o Distrito Federal e os municípios em suas demandas, no financiamento de programas de investimento voltados à melhoria da qualidade e transparência da gestão pública, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, gerando benefícios efetivos para a população e contribuindo para o desenvolvimento do país.

O governo é um importante cliente para o BB, e assim como o nosso objetivo é estar próximo aos clientes e auxiliá-los nesse momento, com o segmento governo não agimos de forma diferente. Em aderência ao Direcionamento Estratégico, apoiamos os estados, o Distrito Federal e os municípios em suas demandas, financiando programas de investimento voltados à melhoria da qualidade e transparência da gestão pública, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, gerando benefícios efetivos para a

população e contribuindo com o desenvolvimento do país.

No 2T21, foram desembolsados R\$ 2,1 bilhões, em grande parte com garantia do Tesouro, para os municípios de forma a viabilizar despesas de capital e execução de programas de investimentos constantes do plano plurianual dos entes públicos. Segundo a Circular Bacen nº 3.644/2013, artigo 37, deve ser aplicado o Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 0% à parcela de exposição coberta por operações de crédito com garantias prestadas pelo Tesouro Nacional, não havendo assim, comprometimento de capital.

A carteira de governo tem uma participação importante de créditos repassados em moeda estrangeira, o que implica em variações trimestrais em função do comportamento do câmbio.

Concentração PJ por Macrossetor

A próxima tabela apresenta a concentração por macrossetores econômicos da carteira de crédito PJ e agronegócios PJ, considerando a carteira do Banco Múltiplo, operações com TVM e garantia e carteira externa.

Cada macrossetor é composto por seus respectivos segmentos econômicos, de acordo com uma visão de cadeia produtiva. A carteira é constituída a partir das exposições com clientes conforme sua respectiva atividade econômica principal, sendo agregados conforme a estrutura macrossetorial adotada pelo BB.

Tabela 65. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ – R\$ milhões

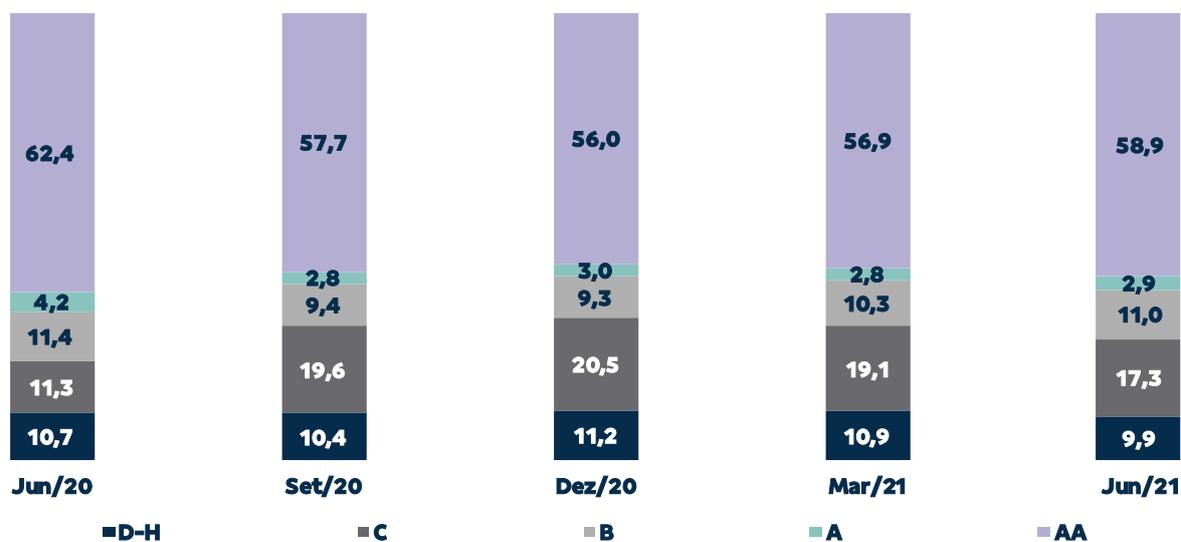
	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. % s/	
							Jun/20	Mar/21
Total	329.622	100,0	332.701	100,0	326.068	100,0	(1,1)	(2,0)
Administração Pública	56.246	17,1	59.238	17,8	53.767	16,5	(4,4)	(9,2)
Agronegócio de Origem Vegetal	33.045	10,0	36.042	10,8	37.493	11,5	13,5	4,0
Serviços	23.249	7,1	28.787	8,7	28.751	8,8	23,7	(0,1)
Petrolleiro	28.562	8,7	27.331	8,2	22.620	6,9	(20,8)	(17,2)
Transportes	22.481	6,8	23.530	7,1	21.161	6,5	(5,9)	(10,1)
Energia Elétrica	19.839	6,0	18.379	5,5	17.832	5,5	(10,1)	(3,0)
Mineração e Metalurgia	19.660	6,0	15.928	4,8	16.029	4,9	(18,5)	0,6
Automotivo	19.185	5,8	15.351	4,6	14.808	4,5	(22,8)	(3,5)
Comércio Varejista	13.080	4,0	13.973	4,2	13.740	4,2	5,0	(1,7)
Agronegócio de Origem Animal	12.602	3,8	10.713	3,2	11.840	3,6	(6,0)	10,5
Instituições e Serviços Financeiros	7.967	2,4	7.781	2,3	10.845	3,3	36,1	39,4
Fornecedores da Construção Civil	8.577	2,6	9.362	2,8	9.533	2,9	11,1	1,8
Insumos Agrícolas	8.005	2,4	8.605	2,6	9.221	2,8	15,2	7,2
Eletroeletrônico	8.265	2,5	8.828	2,7	9.076	2,8	9,8	2,8
Químico	7.044	2,1	7.533	2,3	7.528	2,3	6,9	(0,1)
Comércio Atacadista e Ind. Diversas	6.621	2,0	7.053	2,1	7.270	2,2	9,8	3,1
Têxtil e Confecções	6.524	2,0	7.227	2,2	7.059	2,2	8,2	(2,3)
Imobiliário	7.972	2,4	6.860	2,1	5.939	1,8	(25,5)	(13,4)
Telecomunicações	5.212	1,6	4.441	1,3	5.050	1,5	(3,1)	13,7
Madeireiro e Moveleiro	3.891	1,2	4.120	1,2	4.235	1,3	8,8	2,8
Papel e Celulose	4.337	1,3	4.388	1,3	4.069	1,2	(6,2)	(7,3)
Construção Pesada	3.945	1,2	3.685	1,1	3.161	1,0	(19,9)	(14,2)
Couro e Calçados	1.895	0,6	1.792	0,5	1.758	0,5	(7,2)	(1,9)
Bebidas	1.310	0,4	1.438	0,4	1.043	0,3	(20,4)	(27,5)
Demais Atividades	108	0,0	317	0,1	2.243	0,7	1.971,5	608,2
Total	329.622	100,0	332.701	100,0	326.068	100,0	(1,1)	(2,0)
Carteira de Crédito Interna	242.684	73,6	257.281	77,3	250.362	76,8	3,2	(2,7)
Carteira de Crédito Externa	27.485	8,3	20.604	6,2	21.804	6,7	(20,7)	5,8
Garantias	19.464	5,9	17.138	5,2	16.847	5,2	(13,4)	(1,7)
TVM	39.989	12,1	37.677	11,3	37.055	11,4	(7,3)	(1,7)



Qualidade do Crédito Pessoa Jurídica

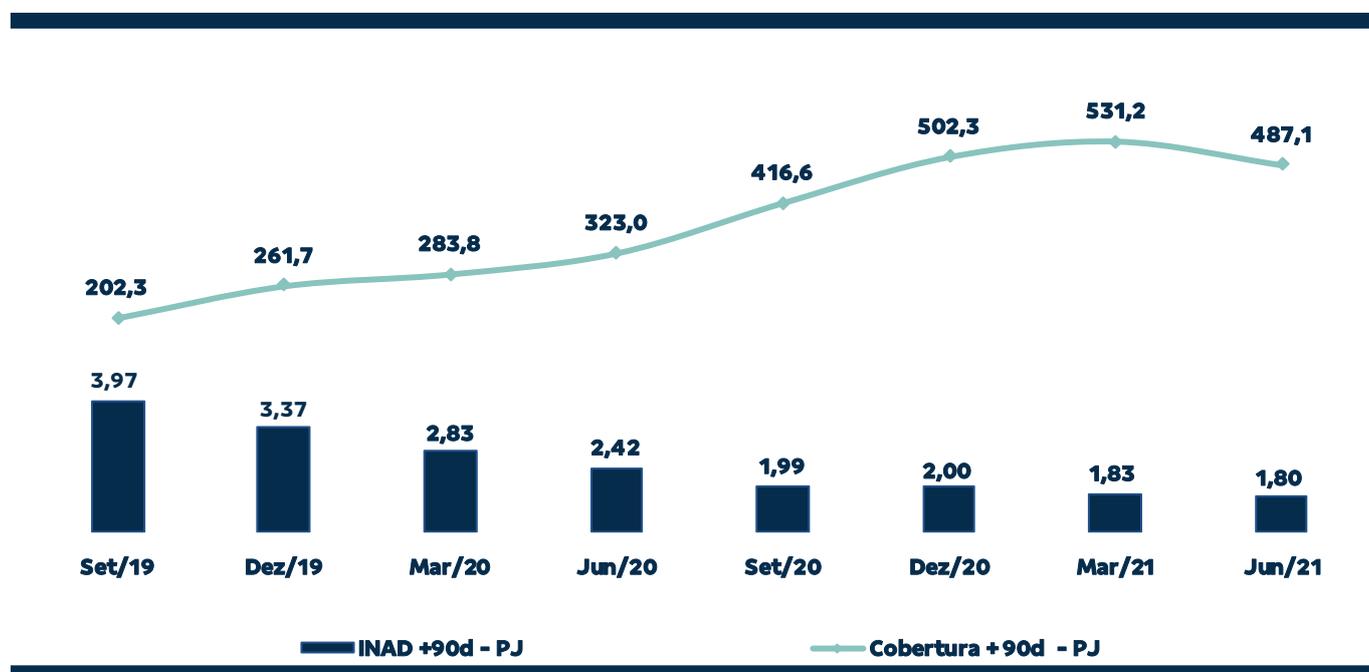
Em relação a março/21, houve aumento do percentual das operações classificadas nos níveis de risco AA, A e B e redução nos níveis C, G e H. O saldo de provisão de crédito PJ passou de R\$ 23,4 bilhões para R\$ 20,8 bilhões no mesmo período de comparação.

Figura 52. Carteira de Crédito Classificada PJ por Nível de Risco – %



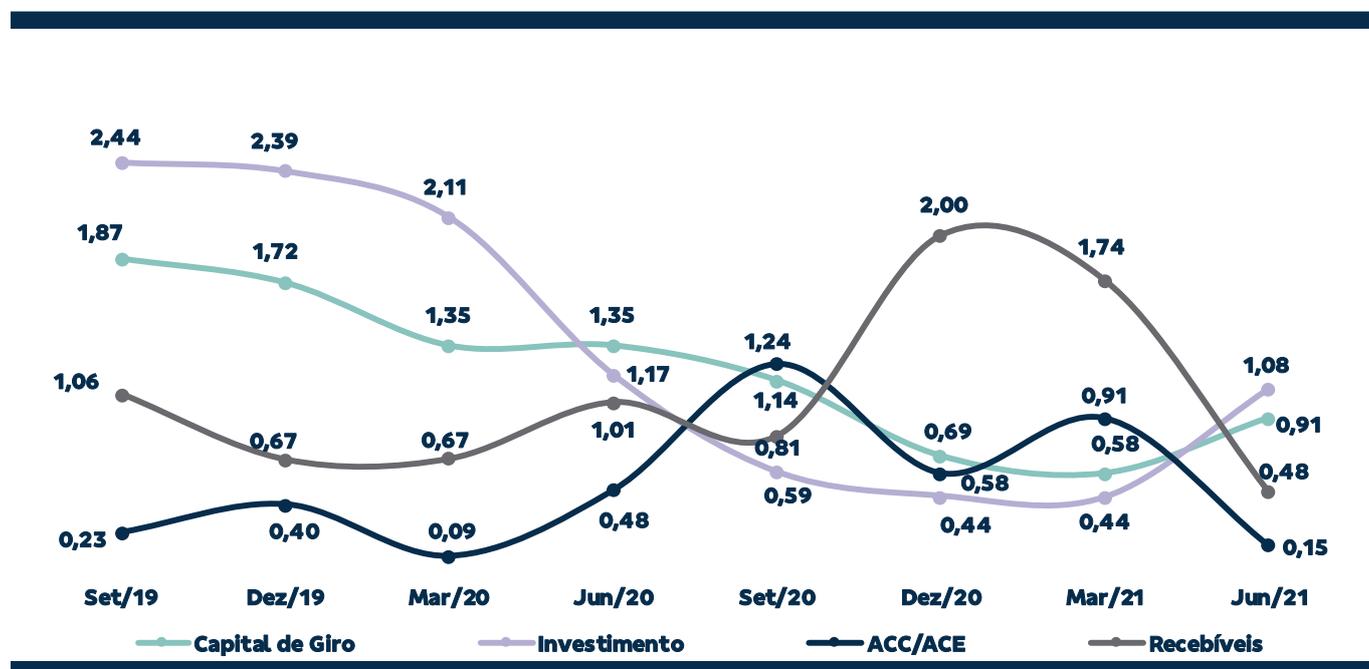
O índice de inadimplência INAD+90d PJ (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada PJ) mostrou redução frente a março/21 e foi de 1,80% em junho/21. O índice de cobertura foi de 487,1%, no mesmo período.

Figura 53. INAD +90d e Cobertura da Carteira Classificada PJ – %



Em relação a março/21, houve redução da inadimplência das operações de recebíveis e ACC/ACE e aumento em capital de giro e investimento.

Figura 54. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito

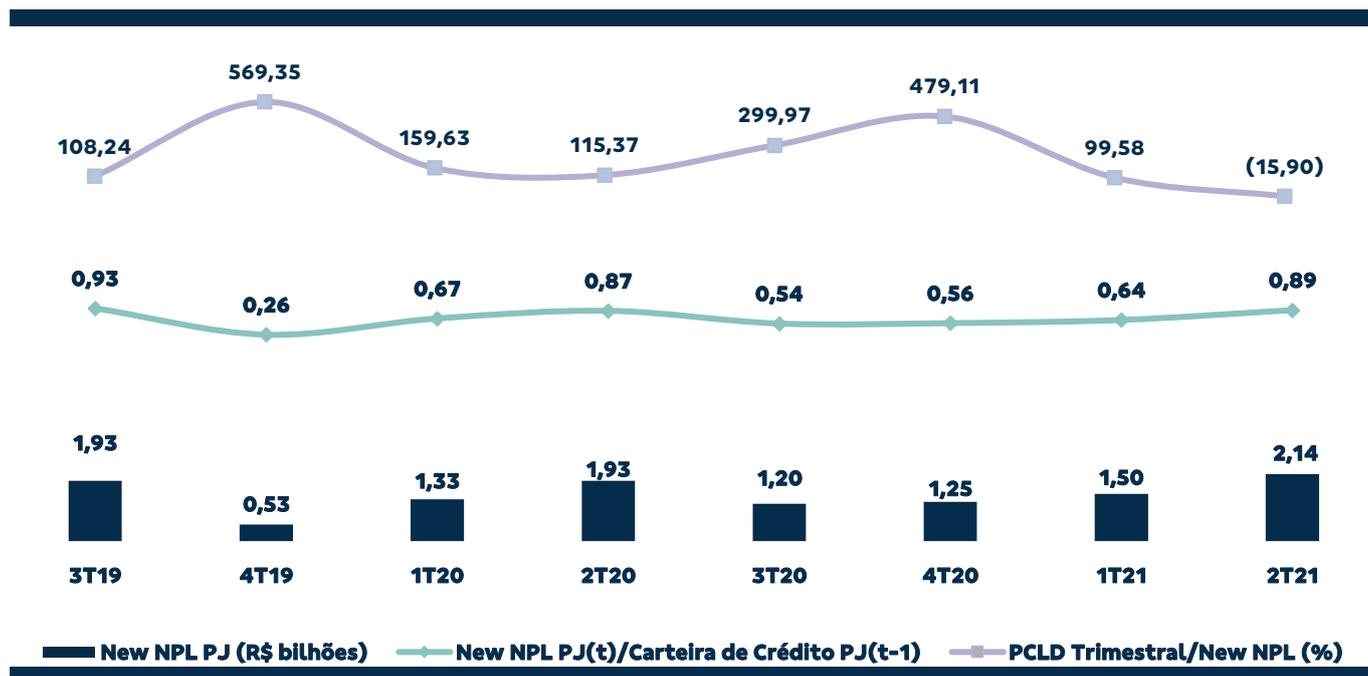


A próxima figura detalha a formação da inadimplência da Carteira de Crédito Pessoa Jurídica nos últimos oito trimestres. O índice encerrou em 0,89% frente ao 0,64% apresentado no 1T21. A cobertura do New NPL foi de -15,90%.

A despesa de provisão do segmento PJ, no trimestre, foi influenciada especialmente pela estratégia de

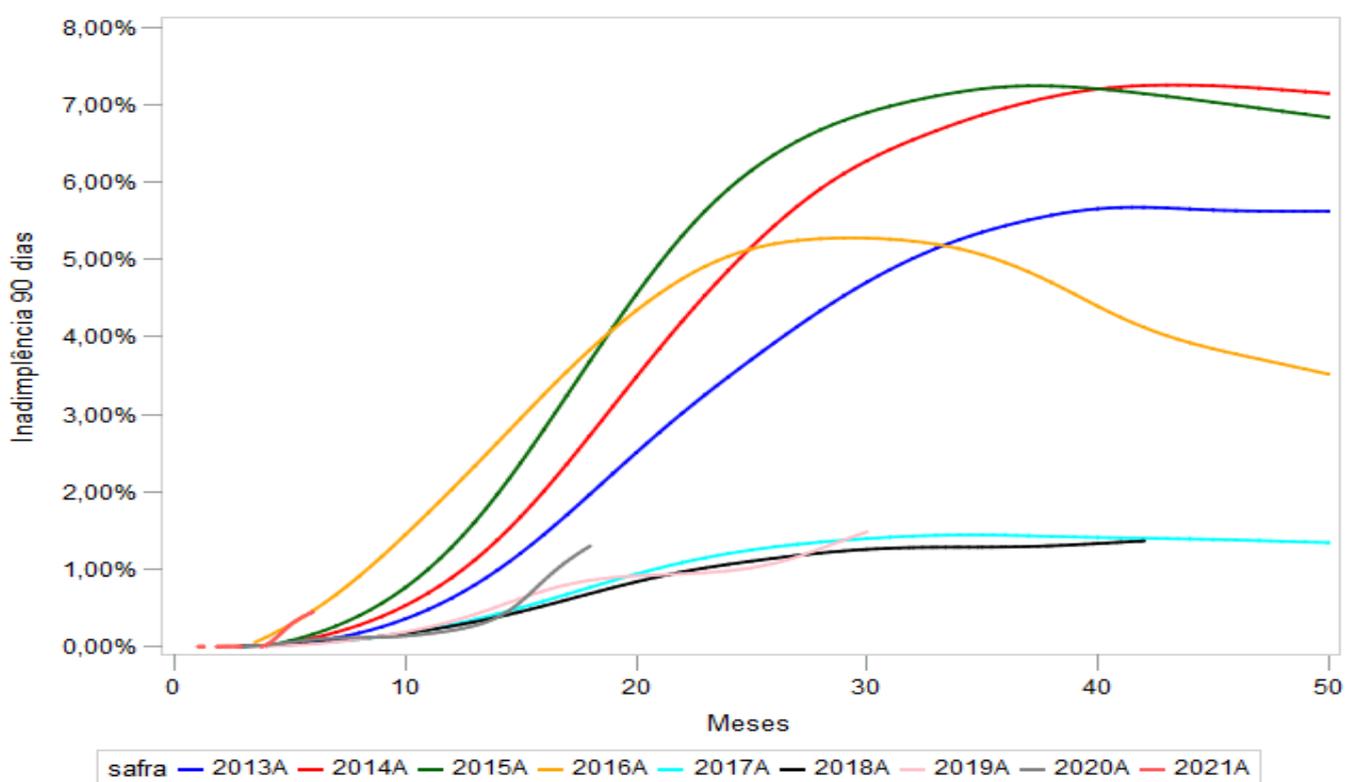
recuperação de ativos problemáticos relacionados a grandes empresas. Tal movimento, no entanto, não gerou impacto no desempenho da PCLD Ampliada, considerando não somente a evolução do fluxo orgânico de despesa da Carteira, como também eventuais agravamentos decorrentes do monitoramento constante das operações em outras carteiras.

Figura 55. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica



O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras de crédito MPME na periodicidade anual, o que facilita a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 56. Safra Anual – Carteira MPME



Crédito Agro

No trimestre, a Carteira de Crédito de Agronegócios ampliada alcançou o volume de R\$ 205,9 bilhões (+3,7%), com destaque para o crédito rural (+5,8%), para o custeio agropecuário (+11,3%) e para os títulos do agronegócio, CPR e CDCA (+23,2%).

No ano, a carteira ampliada cresceu 9,7% destaque para o custeio agropecuário (+29,1%) e para o investimento agropecuário (+43,2%).

Tabela 66. Carteira de Crédito dos Agronegócios – R\$ milhões

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. % s/	
							Jun/20	Mar/21
Carteira de Crédito Classificada (a)	182.393	97,2	192.185	96,8	198.106	96,2	8,6	3,1
Crédito Rural	169.976	90,6	183.226	92,3	193.807	94,1	14,0	5,8
Pronaf	44.496	23,7	46.321	23,3	46.457	22,6	4,4	0,3
Custeio Agropecuário	39.115	20,8	45.395	22,9	50.506	24,5	29,1	11,3
Investimento Agropecuário	19.682	10,5	25.840	13,0	28.177	13,7	43,2	9,0
FCO Rural	20.824	11,1	22.950	11,6	23.815	11,6	14,4	3,8
Pronamp	21.145	11,3	20.989	10,6	19.781	9,6	(6,5)	(5,8)
Baixo Carbono	7.630	4,1	7.675	3,9	7.283	3,5	(4,5)	(5,1)
BNDES/Finame Rural	6.231	3,3	5.822	2,9	5.526	2,7	(11,3)	(5,1)
Comercialização Agropecuária	5.132	2,7	3.412	1,7	7.132	3,5	39,0	109,0
Industrialização	2.181	1,2	1.056	0,5	1.148	0,6	(47,4)	8,7
Demais	3.541	1,9	3.766	1,9	3.982	1,9	12,5	5,7
Crédito Agroindustrial	12.417	6,6	8.959	4,5	4.299	2,1	(65,4)	(52,0)
Cédula de Produto Rural e Garantias (b)	4.438	2,4	5.219	2,6	5.849	2,8	31,8	12,1
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (c)	857	0,5	1.109	0,6	1.949	0,9	127,3	75,8
Carteira de Crédito Ampliada (a+b+c)	187.689	100,0	198.513	100,0	205.904	100,0	9,7	3,7



A tabela a seguir detalha o saldo das operações de crédito destinadas ao agronegócio por tipo de item financiado.

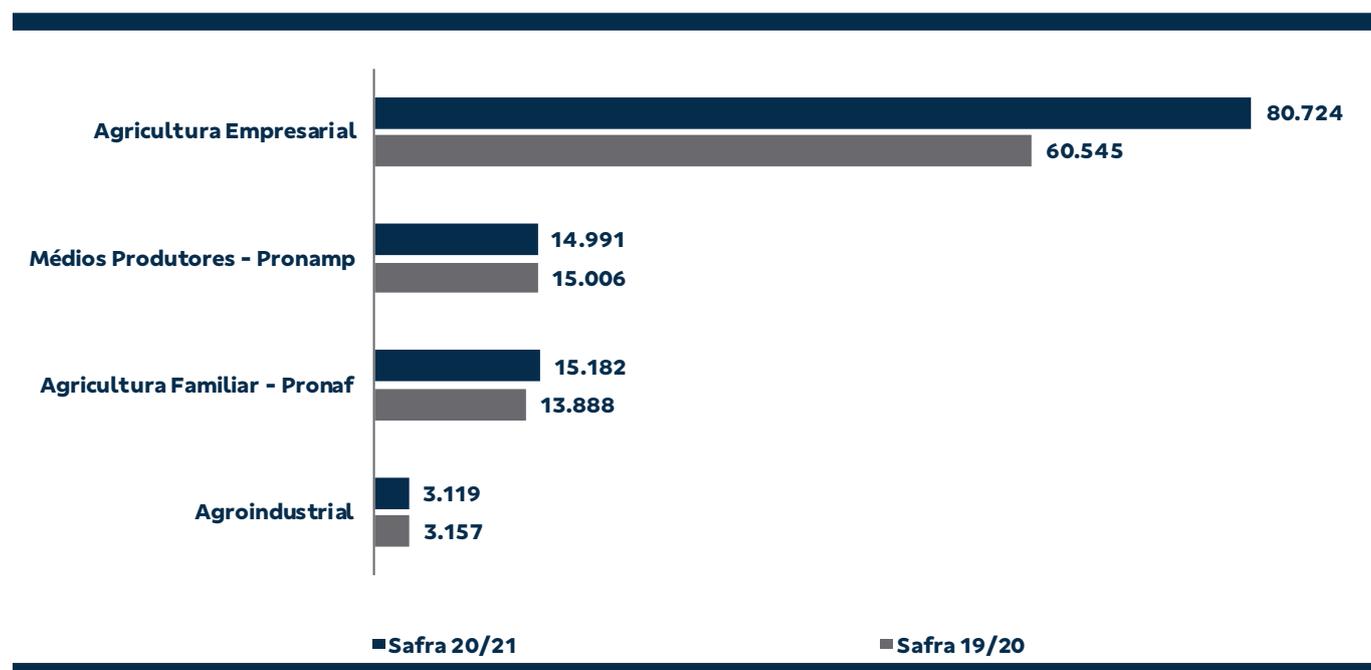
Tabela 67. Carteira de Crédito de Agronegócios por Tipo de Item Financiado – R\$ milhões

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. % s/	
							Jun/20	Mar/21
Carteira de Crédito Classificada	182.393	97,2	192.185	96,8	198.106	96,2	8,6	3,1
Bovinocultura	44.535	23,7	48.561	24,5	51.126	24,8	14,8	5,3
Carne	30.978	16,5	35.030	17,6	37.590	18,3	21,3	7,3
Leite	13.557	7,2	13.531	6,8	13.536	6,6	(0,2)	0,0
Máquinas e Implementos	28.638	15,3	33.915	17,1	34.229	16,6	19,5	0,9
Soja	19.073	10,2	21.371	10,8	24.894	12,1	30,5	16,5
Milho	8.168	4,4	8.828	4,4	9.290	4,5	13,7	5,2
Armazenagem	7.353	3,9	7.225	3,6	8.882	4,3	20,8	22,9
Melhoramento do Solo	6.543	3,5	7.407	3,7	7.406	3,6	13,2	(0,0)
Café	5.263	2,8	5.058	2,5	5.712	2,8	8,5	12,9
Pastagem	4.760	2,5	5.271	2,7	5.369	2,6	12,8	1,9
Avicultura	3.112	1,7	2.935	1,5	2.962	1,4	(4,8)	0,9
Cana-de-açúcar	3.141	1,7	2.745	1,4	2.939	1,4	(6,4)	7,1
Caminhões/Veículos	2.730	1,5	2.497	1,3	2.395	1,2	(12,3)	(4,1)
Arroz	1.849	1,0	1.869	0,9	2.334	1,1	26,2	24,9
Suinocultura	2.033	1,1	2.082	1,0	2.157	1,0	6,1	3,6
Trigo	1.172	0,6	1.315	0,7	1.672	0,8	42,7	27,1
Algodão	1.146	0,6	1.149	0,6	1.131	0,5	(1,3)	(1,6)
Eucalipto/Pinus/Florestas	1.307	0,7	1.145	0,6	1.090	0,5	(16,6)	(4,8)
Demais	29.154	15,5	29.854	15,0	30.219	14,7	3,7	1,2
Crédito Agroindustrial	12.417	6,6	8.959	4,5	4.299	2,1	(65,4)	(52,0)
Cédula de Produto Rural e Garantias	4.438	2,4	5.219	2,6	5.849	2,8	31,8	12,1
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	857	0,5	1.109	0,6	1.949	0,9	127,3	75,8
Carteira de Crédito Ampliada	187.689	100,0	198.513	100,0	205.904	100,0	9,7	3,7

Na safra 20/21, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 114,0 bilhões (+23,1% em relação à safra anterior) em operações de crédito ao agronegócio, totalizando 567 mil operações contratadas no período, sendo 56,7% destinadas a agricultura familiar.

A figura seguinte mostra o comparativo do desembolso na safra 19/20 com o mesmo período da safra 20/21, detalhando o segmento do cliente.

Figura 57. Desembolsos por Segmento do Crédito Rural – R\$ milhões





Tendências e Oportunidades para a Safra 2021/2022

O mercado mundial agropecuário apresenta sinais de que seguirá aquecido nos próximos anos; o crescimento populacional e o aumento de renda dos países em desenvolvimento devem impulsionar a demanda por produtos agrícolas, gerando necessidade de expansão de áreas de cultivo e aumento de produtividade.

Nesse contexto, as projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o agronegócio brasileiro apontam que a produção nacional de grãos deverá crescer 27% até a safra 2029/30, acompanhada também de elevação na produção de carnes de frango, suína e bovina, com projeções de incremento de 28%, 27% e 16%, respectivamente.

Nessa perspectiva, haverá maior necessidade de investimentos para expansão de área e melhoria da infraestrutura, com oportunidades negociais para financiar a compra de terras, construção de armazéns, ampliação de granjas, renovação de pastagens e melhoramento genético do rebanho, assim como a incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo. Dessa forma, espera-se que haja maior demanda por produtos e serviços ligados ao

agronegócio, gerando boas perspectivas para toda a cadeia de valor.

O aumento das exigências do mercado consumidor por produtos sustentáveis enseja cada vez mais investimentos para a adequação dos processos produtivos nas propriedades rurais. Neste sentido, temas como a rastreabilidade, certificado de origem da produção e práticas conservacionistas ganharão ainda mais importância, proporcionando oportunidades de financiamento “verde”, como por exemplo energia renovável, certificação e crédito para a recuperação ambiental.

Broto

A plataforma Broto, em parceria com a BB Seguros, comemora 1 ano como uma iniciativa digital para atender as necessidades do agronegócio brasileiro, conectando produtores rurais, prestadores de serviços, revendedores, fornecedores e gerando valor para toda a cadeia de valor do agronegócio. Com vendas de máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, energia renovável, armazenagem e outros produtos das diversas categorias disponibilizadas realizou a concretização de R\$ 756 milhões em negócios, com mais de 200 mil acessos na plataforma.

Mitigadores de Risco

O Banco do Brasil estimula o uso de mecanismos mitigadores de risco à contratação das operações de custeio agrícola. A estratégia é aperfeiçoada a cada nova safra, ampliando os mecanismos de proteção para que os produtores possam investir com segurança.

A estratégia de mitigação considera diversas informações, tais como o risco da atividade, a cultura a

ser financiada e o local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de proteção mais adequado ao perfil de risco de cada operação e empreendimento agropecuário.

A tabela seguinte mostra o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola, para as respectivas safras.

Tabela 68. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola – R\$ milhões

	Safra 18/19	Part. %	Safra 19/20	Part. %	Safra 20/21	Part. %
Custeio Agrícola	32.783	100,0	38.215	100,0	49.369	100,0
Total com Mitigador	20.629	62,9	22.977	60,1	28.472	57,7
Seguro Agrícola	15.365	46,9	17.979	47,0	23.822	48,3
Proagro	5.004	15,3	4.952	13,0	4.644	9,4
Proteção de Preço	260	0,8	47	0,1	6	0,0
Sem Mitigador	12.154	37,1	15.238	39,9	20.897	42,3

Os riscos assumidos pela seguradora em decorrência da contratação de seguro agrícola da safra 21/22 serão distribuídos da seguinte forma: 45,0% para o IRB Brasil Resseguros, 30,0% para Mapfre Re, 20,0% para a para a Munich Re e 5,0% para a General Reinsurance AG.



Participação do Agronegócio

O Banco mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Banco Central do Brasil, o BB detém 54,4% de participação nos financiamentos destinados ao setor, com posição em junho/21, crescimento frente a

março/21. Nos créditos direto ao produtor rural (participação de mercado no crédito agro Pessoa Física), a participação de mercado é de 60,1%.

A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 69. Carteira de Crédito Classificada dos Agronegócios por Região – %

	2T21		Total
	Crédito Rural	Agroindustrial	
Centro-Oeste	34,1	12,8	33,7
Sudeste	23,8	51,8	24,4
Sul	24,5	28,2	24,6
Nordeste	9,2	6,2	9,2
Norte	8,3	1,1	8,2

Títulos do Agronegócio

Em complemento ao Crédito Rural, o produtor rural possui a sua disposição a Cédula de Produto Rural (CPR) e o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), entre outros.

Em junho/21, a carteira de títulos do agronegócio apresentou crescimento trimestral e um saldo de R\$ 7,8 bilhões (+23,2%), sendo R\$ 5,8 bilhões em CPR (+12,1%) e R\$ 1,9 bilhão em CDCA (+75,8%).

Cédula de Produto Rural (CPR)

A CPR possibilita ao cliente gerar recursos financeiros com lastro em produção agropecuária pendente ou colhida. É um instrumento que vem ampliando sua importância no mercado de agronegócio por conta de suas vantagens e flexibilidade, podendo ser utilizado para aquisição de produtos e insumos, financiamento de produção e prestação de garantia, entre outras. Em agosto/18, o BB lançou a emissão da CPR Digital para o produtor rural pessoa física. O cliente pode emitir o título de forma rápida e fácil pelo celular. Em junho/21, os produtos abrangidos pela CPR eram: amendoim, batata inglesa, bezerro, caroço de algodão, cebola, erva mate, eucalipto, frango vivo,

laranja, maçã, ovos, pinus, suíno terminado, tomate, trigo e uva.

Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)

O CDCA é um instrumento eficiente de ajuda aos setores do agronegócio, com liberação de recursos para financiar toda a cadeia produtiva. Pode ser emitido por agroindústrias, cooperativas de produtores rurais e outras pessoas jurídicas, que exerçam atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. O CDCA traz a possibilidade de as empresas anteciparem seus fluxos de caixa, porque utiliza como lastro as vendas já negociadas dos produtos agropecuários ou a aquisição antecipada de produtos. Iniciamos a aquisição desses títulos no final de 2018 e o trabalho de disseminação do conceito do título, junto aos possíveis emissores em 2019, levou a um aumento da procura em 2020, ganhando relevância.



Carteira de Agricultura Sustentável

O Banco do Brasil atua em toda cadeia de valor do agronegócio, dos grandes conglomerados agroindustriais ao pequeno produtor e aos agricultores familiares, de forma a fomentar tecnologias e práticas que valorizem o desenvolvimento social no campo e que propiciem uma melhor integração da atividade com o meio ambiente. Seu âmbito de atuação envolve atividades como a modernização das práticas produtivas com menor emissão de gases de efeito estufa, a produção familiar, a restauração de áreas degradadas, a adoção de energias limpas e a regularização ambiental.

A carteira de negócios sustentáveis, que representam 39,8% da carteira de negócios sustentáveis do BB, tem como base a metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que trata da mensuração e identificação de recursos alocados em setores da economia verde, e o nosso framework de finanças sustentáveis, que trata da mensuração e identificação de recursos alocados em setores da Economia Verde e negócios com impacto ambiental e social positivos.

As operações de agricultura sustentável são compostas principalmente por:

Investimentos: Linha de crédito para a aquisição de máquinas, equipamentos, implementos e outros itens necessários para a produção agropecuária, inclusive inovações tecnológicas nas propriedades rurais, visando ao aumento da produtividade, à adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural;

Pronaf Mais Alimentos: Linha de crédito para o financiamento da implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, de armazenagem, de transporte, de serviços e de gestão dos empreendimentos de agricultores familiares;

Custeio Plantio Direto: Crédito para cobrir as despesas normais dos ciclos produtivos, financiando a lavoura por meio de uma técnica de cultivo conservacionista do solo, que diminui o impacto da produção e das máquinas agrícolas (tratores, arados etc.) sobre ele; e

Programa ABC: Programa de apoio à redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias e do desmatamento, aumentando a produção agropecuária em bases sustentáveis, adequando as propriedades rurais à legislação ambiental e ampliando a recuperação de áreas degradadas.



Em 2020, o BB definiu 10 Compromissos de Longo Prazo em Sustentabilidade com metas até 2030 em alinhamento às prioridades globais e demandas da sociedade. Um destes compromissos é atingir até 2025 R\$ 125 bilhões na carteira de agricultura sustentável. Em junho/21, esta carteira apresentou um saldo de R\$ 102,5 bilhões o que representa mais de 80% da meta e um crescimento de 2,6% no trimestre e 16,9% em 12 meses.

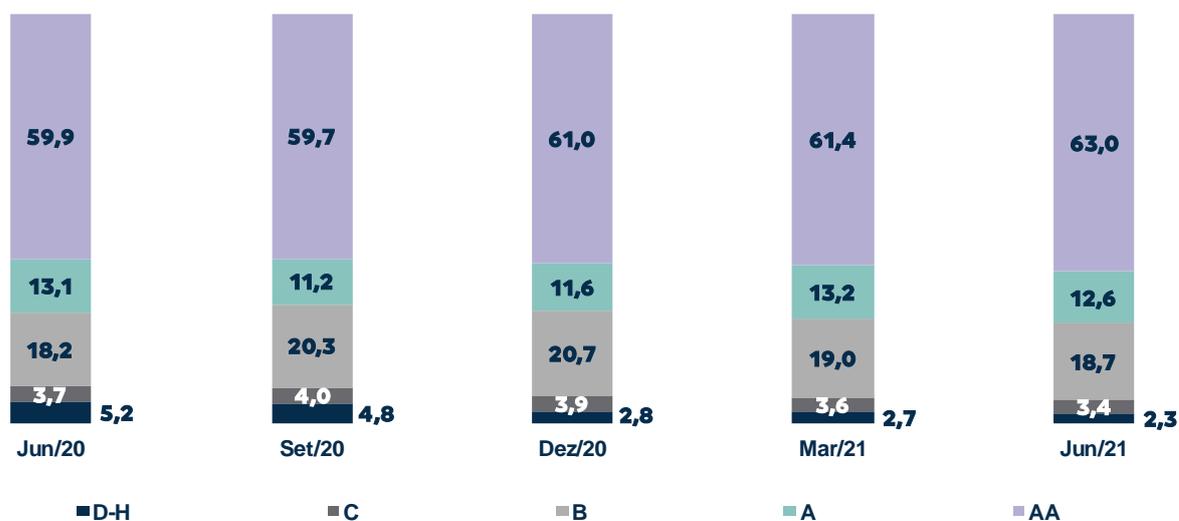
Tabela 70. Composição da Carteira de Negócios Sustentáveis – R\$ milhões

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %
Carteira de Negócios Sustentáveis - Agro	87.738	100,0	99.940	100,0	102.537	100,0
Boas Práticas Socioambientais	63.154	72,0	65.535	65,6	65.722	64,1
Pronaf Mais Alimentos	35.112	40,0	36.147	36,2	35.982	35,1
Investimentos	21.598	24,6	22.890	22,9	22.792	22,2
Pronaf Custeio	6.444	7,3	6.497	6,5	6.948	6,8
Agricultura de Baixo Carbono	24.584	28,0	34.405	34,4	36.815	35,9
Custeio Plantio Direto	18.836	21,5	27.763	27,8	30.514	29,8
Programa ABC	5.748	6,6	6.642	6,6	6.301	6,1

Qualidade do Crédito Agronegócios

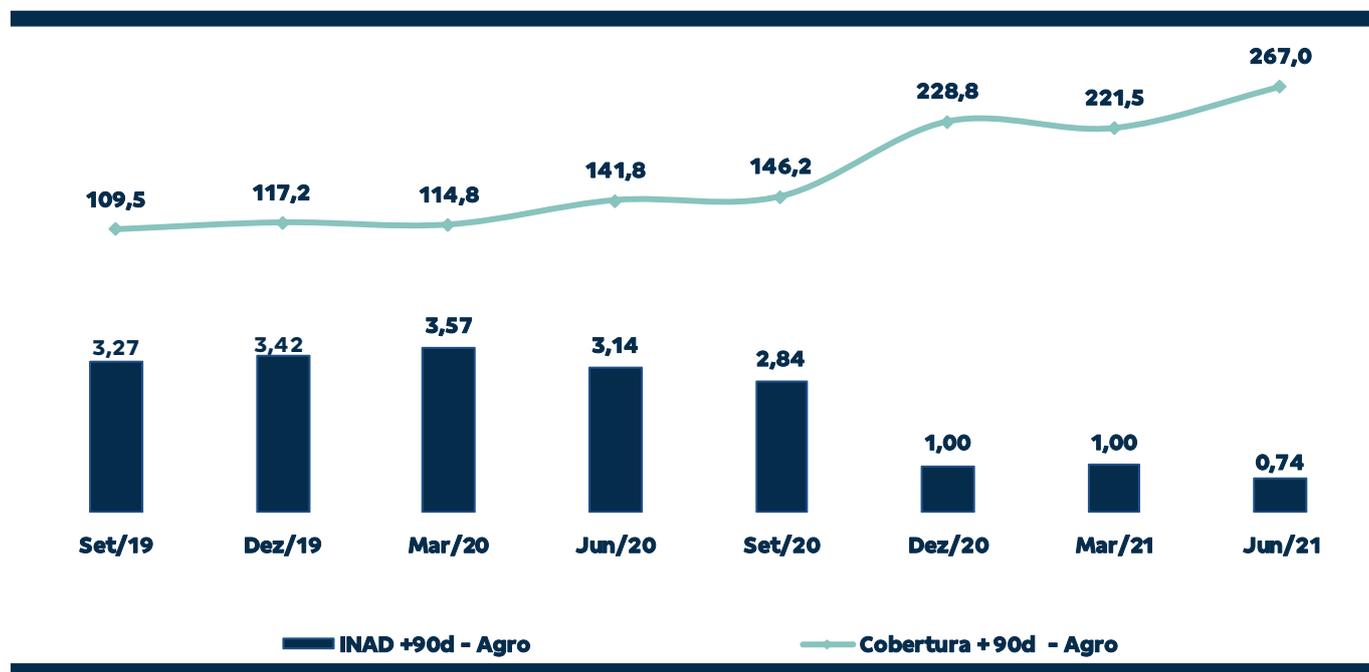
Em relação a março/21, houve aumento do percentual das operações classificadas nos níveis AA e redução nos demais riscos. O saldo de provisão de crédito passou de R\$ 4,3 bilhões para R\$ 3,9 bilhões no mesmo período de comparação.

Figura 58. Carteira de Crédito Classificada dos Agronegócios por Nível de Risco – %



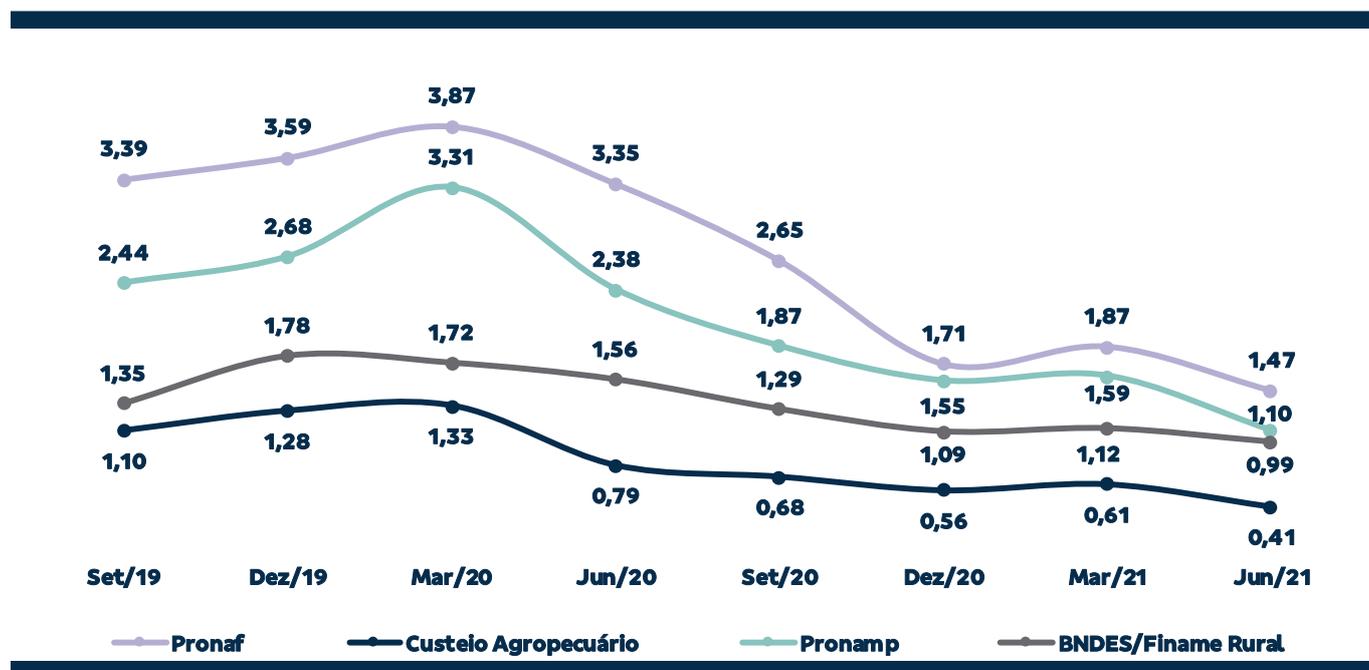
O gráfico a seguir detalha a formação da inadimplência da Carteira de Crédito de Agronegócios nos últimos oito trimestres. A inadimplência foi de 0,74% no trimestre, enquanto a cobertura foi de 267,0%.

Figura 59. INAD +90d e Cobertura da Carteira Classificada Agro – %



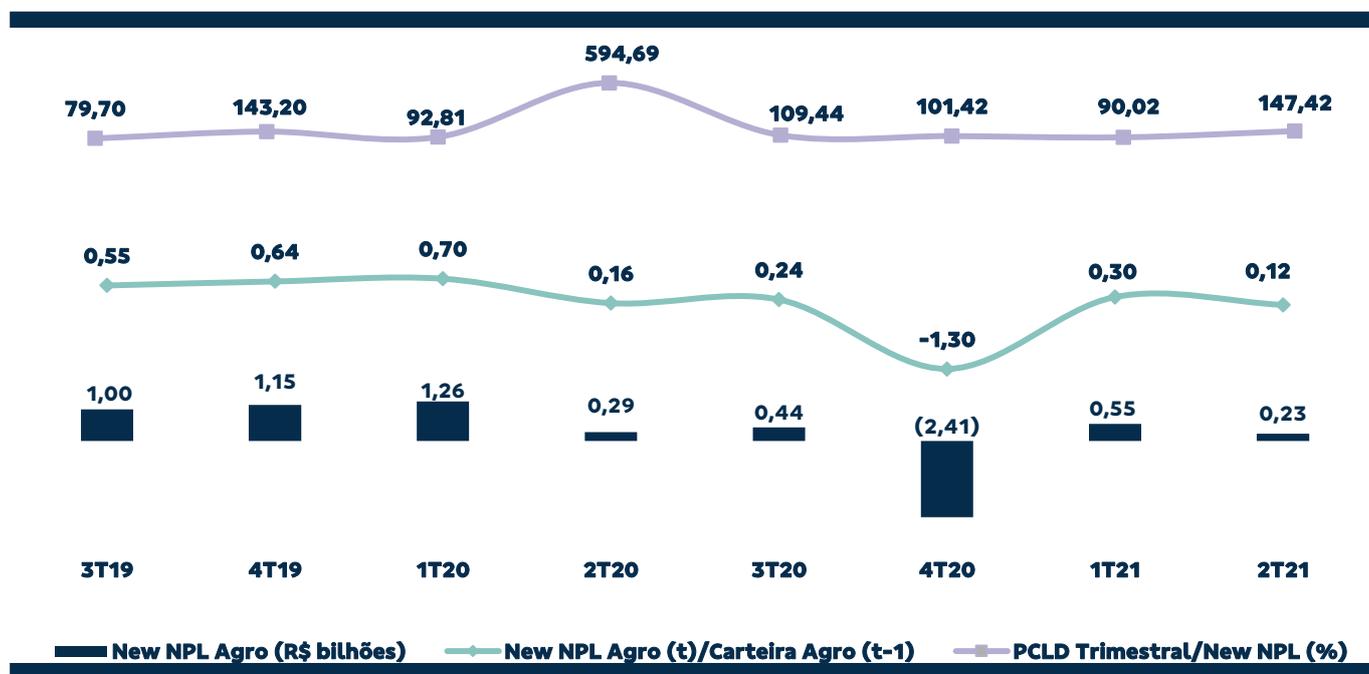
O gráfico a seguir detalha a inadimplência da Carteira de Crédito de Agronegócios por linha de crédito nos últimos oito trimestres.

Figura 60. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito



A próxima figura detalha a formação da inadimplência da Carteira de Crédito de Agronegócios nos últimos oito trimestres. O índice encerrou em 0,12% frente ao 0,30% apresentado no 1T21. A cobertura do New NPL foi de 147,42%.

Figura 61. New NPL – Carteira de Crédito dos Agronegócios



Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas

O risco médio da carteira é influenciado pelas operações prorrogadas. A Resolução CMN nº 2.682/99, que disciplina a classificação de risco e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, estabelece a manutenção do risco das operações renegociadas no nível de risco observado à época da renegociação. Em função desta regra, as operações renegociadas majoram o risco médio da Carteira de Crédito.

Tabela 71. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio – R\$ milhões

	Operações Não Prorrogadas ¹			Operações Prorrogadas ¹		
	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90
Total	186.558	2.186	1.080	11.548	1.737	389
AA	120.625	–	–	3.084	–	–
A	23.798	133	–	1.315	8	–
B	34.353	405	–	2.859	38	–
C	5.199	212	29	1.690	70	8
D	490	37	65	490	52	16
E	561	64	107	507	152	38
F	165	78	112	256	128	30
G	155	108	97	189	132	31
H	1.212	1.149	670	1.158	1.157	266
Total	186.558	2.186	1.080	11.548	1.737	389
AA-C	183.975	750	29	8.948	116	8
D-H	2.583	1.436	1.051	2.600	1.621	381

(1) As operações em atraso no nível AA referem-se a crédito com risco de terceiros.



8.

Captações

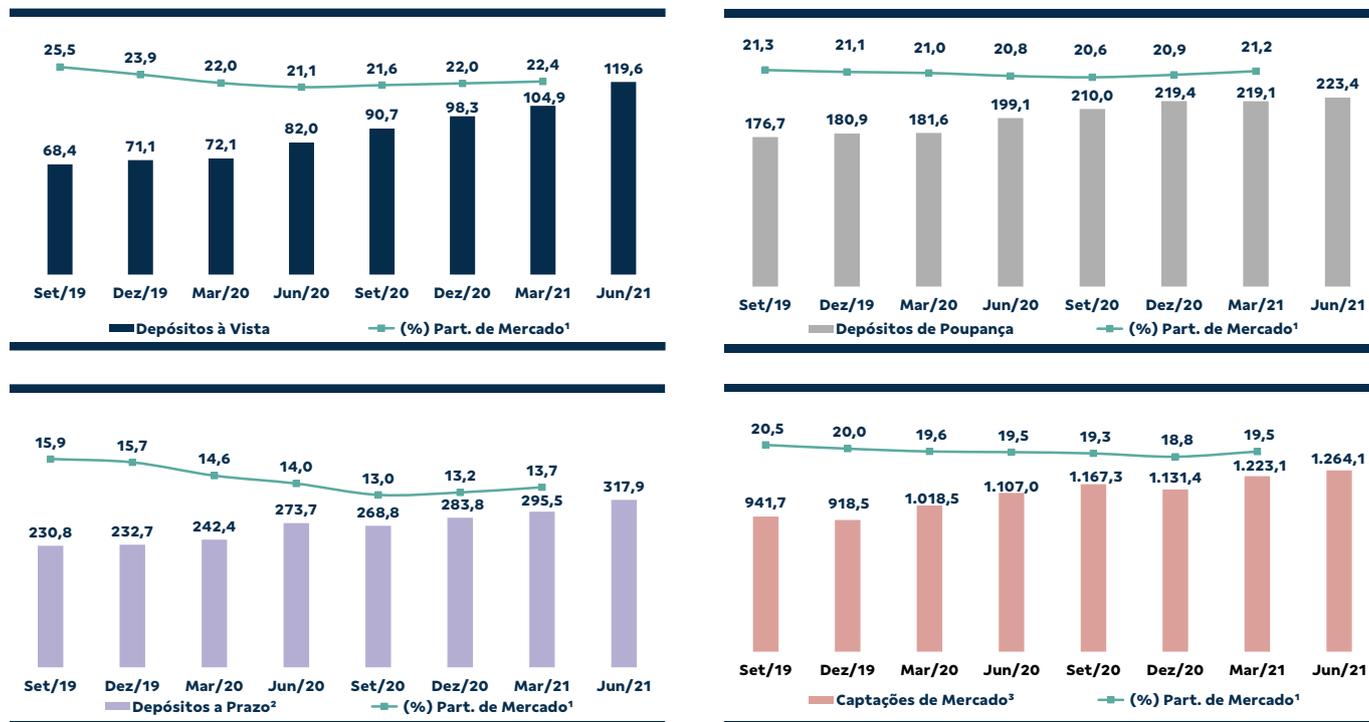
O montante de captações comerciais atingiu R\$ 780,0 bilhões, crescimento de 4,9% em relação a março de 2021 e 14,0% em 12 meses. No comparativo com março/21, destaque para o desempenho positivo da maioria das linhas de depósitos comerciais.

Tabela 72. Captações Comerciais – R\$ milhões

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. (%)	
							Jun/20	Mar/21
Captações Comerciais	684.147	100,0	743.367	100,0	779.986	100,0	14,0	4,9
Depósitos de Poupança	199.135	29,1	219.055	29,5	223.427	28,6	12,2	2,0
Depósitos Judiciais	164.810	24,1	169.592	22,8	190.660	24,4	15,7	12,4
Depósitos a Prazo ¹	109.222	16,0	126.261	17,0	127.626	16,4	16,9	1,1
Depósitos à Vista	81.998	12,0	104.891	14,1	119.622	15,3	45,9	14,0
Letras de Crédito do Agronegócio	74.526	10,9	72.565	9,8	71.915	9,2	(3,5)	(0,9)
Depósitos Interfinanceiros	30.511	4,5	28.531	3,8	24.641	3,2	(19,2)	(13,6)
Letras de Crédito Imobiliário ³	13.296	1,9	12.552	1,7	12.778	1,6	(3,9)	1,8
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ²	10.649	1,6	9.920	1,3	9.318	1,2	(12,5)	(6,1)

(1) Inclui o saldo de Outros Depósitos constante das Notas Explicativas; (2) Inclui parte dos saldos de Títulos Privados constante das Notas Explicativas; (3) Inclui o saldo de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

Figura 62. Participação de Mercado das Captações do BB – R\$ bilhões



(1) As informações sobre participação de mercado no SFN são provenientes de relatórios do Bacen "Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas", disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/infdata>>. Posição: março de 2021; (2) Inclui os depósitos judiciais; (3) Considera depósitos totais e captações no mercado aberto. Série histórica atualizada pelo Bacen.

A tabela a seguir mostra o saldo das captações institucionais do BB, que consistem, em sua maioria, nas emissões de títulos adquiridos por investidores qualificados.

Tabela 73. Captações Institucionais – R\$ milhões

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. (%)	
							Jun/20	Mar/21
Captações Institucionais	215.378	100,0	207.186	100,0	191.011	100,0	(11,3)	(7,8)
Op. de Emp., Cessões e Repasses	105.905	49,2	106.563	51,4	104.377	54,6	(1,4)	(2,1)
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	40.951	19,0	41.544	20,1	35.725	18,7	(12,8)	(14,0)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	42.751	19,8	39.828	19,2	35.445	18,6	(17,1)	(11,0)
Dívida Subordinada no Exterior	16.205	7,5	12.834	6,2	11.435	6,0	(29,4)	(10,9)
Letras Financeiras	9.566	4,4	6.418	3,1	4.029	2,1	(57,9)	(37,2)

As tabelas a seguir apresentam os saldos das captações no exterior (por modalidade e produto).

Tabela 74. Captações Comerciais no Exterior – Modalidade – US\$ milhões

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. (%)	
							Jun/20	Mar/21
Captações no Exterior	31.703	100,0	29.353	100,0	29.411	100,0	(7,2)	0,2
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	15.263	48,1	13.587	46,3	13.451	45,7	(11,9)	(1,0)
Depósitos e Empréstimos Interbancários	8.127	25,6	6.097	20,8	6.226	21,2	(23,4)	2,1
Pessoa Jurídica	4.794	15,1	4.887	16,7	5.974	20,3	24,6	22,2
Pessoa Física	3.231	10,2	3.166	10,8	3.390	11,5	4,9	7,1
Compromissadas	242	0,8	241	0,8	342	1,2	41,5	41,8
Special Account	46	0,1	1.374	4,7	28	0,1	(40,0)	(98,0)

Tabela 75. Captações Comerciais no Exterior – Produto – US\$ milhões

							Var. (%)	
	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Jun/20	Mar/21
Captações no Exterior	31.703	100,0	29.353	100,0	29.411	100,0	(7,2)	0,2
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	15.263	48,1	13.587	46,3	13.451	45,7	(11,9)	(1,0)
Depósitos a Prazo	8.564	27,0	7.371	25,1	8.124	27,6	(5,1)	10,2
Depósitos à Vista	2.323	7,3	2.369	8,1	2.638	9,0	13,6	11,4
Empréstimos	3.554	11,2	2.629	9,0	2.575	8,8	(27,5)	(2,1)
Depósitos de Poupança	1.183	3,7	1.056	3,6	1.093	3,7	(7,6)	3,5
Over	265	0,8	396	1,4	840	2,9	-	111,9
Compromissadas	242	0,8	241	0,8	342	1,2	41,5	41,8
Call Account	203	0,6	238	0,8	262	0,9	29,4	10,3
Pledge	61	0,2	91	0,3	58	0,2	(5,0)	(36,4)
Special Account	46	0,1	1.374	4,7	28	0,1	(40,0)	-

As captações no exterior de depósitos à vista, a prazo e de poupança, compõem o saldo das captações comerciais do BB.

Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil. O BB busca diversificar suas fontes de captação, oferecendo alternativas atrativas aos clientes e que representem redução dos custos de captação para o Banco.

A carteira de crédito permanece sendo o principal destino dos recursos captados com participação de

76,8% do total de usos. A tabela também apresenta o indicador carteira de crédito líquida ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse.

Mais informações sobre a liquidez do Banco podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos do BB (RGR), disponível em <https://ri.bb.com.br/>.



Tabela 76. Fontes e Usos – R\$ milhões

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. (%)	
							Jun/20	Mar/21
Fontes	852.049	100,0	903.821	100,0	912.300	100,0	7,1	0,9
Captações Comerciais	684.147	80,3	743.367	82,2	779.986	85,5	14,0	4,9
Depósitos Totais	585.676	68,7	648.331	71,7	685.975	75,2	17,1	5,8
LCA + LCI	87.822	10,3	85.117	9,4	84.693	9,3	(3,6)	(0,5)
Op. Compromissadas com Títulos Privados ¹	10.649	1,2	9.920	1,1	9.318	1,0	(12,5)	(6,1)
Obrigações por Repasses no País	58.573	6,9	56.686	6,3	54.854	6,0	(6,4)	(3,2)
Dívida Subordinada	51.307	6,0	42.631	4,7	38.874	4,3	(24,2)	(8,8)
Obrigações no Exterior²	61.122	7,2	57.612	6,4	49.078	5,4	(19,7)	(14,8)
IHCD	42.751	5,0	39.828	4,4	35.445	3,9	(17,1)	(11,0)
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	20.929	2,5	26.407	2,9	26.053	2,9	24,5	(1,3)
Demais Letras Bancárias³	807	0,1	39	0,0	32	0,0	(96,0)	(17,3)
Depósitos Compulsórios	(67.587)	(7,9)	(62.750)	(6,9)	(72.024)	(7,9)	6,6	14,8
Usos	852.049	100,0	903.821	100,0	912.300	100,0	7,1	0,9
Carteira de Crédito Líquida (a)	655.356	76,9	689.680	76,3	700.405	76,8	6,9	1,6
Carteira de Crédito Classificada	657.212	77,1	696.992	77,1	705.843	77,4	7,4	1,3
TVM Privados	39.820	4,7	37.365	4,1	37.365	4,1	(6,2)	–
Provisão para Risco de Crédito	(41.677)	(4,9)	(44.677)	(4,9)	(42.803)	(4,7)	2,7	(4,2)
Recursos Disponíveis	196.693	23,1	214.141	23,7	211.895	23,2	7,7	(1,0)
Linhas de Repasse no País (b)	105.948	12,4	106.608	11,8	104.447	11,4	(1,4)	(2,0)
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (b)	549.408	64,5	583.072	64,5	595.958	65,3	8,5	2,2
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais – %	111,9		106,4		102,1			
Carteira de Crédito Líquida / Captações Comerciais – %	95,8		92,8		89,8			
Cart. de Crédito Líq. Aj. / Captações Comerciais – %	80,3		78,4		76,4			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes – %	76,9		76,3		76,8			

(1) Inclui parte dos saldos de títulos privados constante das Notas Explicativas; (2) Inclui obrigações por TVM no exterior, empréstimos no exterior e obrigações por repasses no exterior; (3) Inclui letras financeiras e debêntures.



A próxima tabela apresenta os títulos de renda fixa vigentes emitidos pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais. A partir do 2T21, as emissões serão segregadas entre as realizadas pelo Banco do Brasil e as SPE, sociedades com propósitos específicos.

Tabela 77. Emissões Vigentes no Exterior

Data de Emissão	Data Vencimento	Call Date	Volume Emitido (US\$ mil)	Saldo Atual (US\$ mil)	Cupom (%) Freq. ¹	Preço de Emissão	Retorno Invest. (%)	Spread s/ Treasury	Moeda Emissão	Rating S&P/Moody's/Fitch
Emissões do Banco do Brasil										
26/05/2011	26/01/2022		1.500.000	1.490.000	5,875 S	98,70	6,04	287,50	USD	SR / Ba3 / SR
20/01/2012	PERPÉTUO	15/04/2023	1.000.000	535.950	9,250 S	100,00	9,25	732,70	USD	CCC+ / SR / SR
05/03/2012	PERPÉTUO	15/04/2023	750.000	750.000	9,250 S	108,50	8,49	-	USD	CCC+ / SR / SR
19/06/2012	19/01/2023		750.000	741.115	5,875 S	99,02	6,00	434,10	USD	B- / Ba3 / SR
10/10/2012	10/10/2022		1.925.000	1.809.700	3,875 S	98,98	4,00	237,50	USD	BB- / Ba2 / BB-
31/01/2013	PERPÉTUO	15/04/2024	2.000.000	1.950.000	6,250 S	100,00	6,25	439,80	USD	CCC+ / SR / SR
18/06/2014	PERPÉTUO	18/06/2024	2.500.000	2.150.000	9,000 S	100,00	9,00	636,20	USD	CCC+ / B2 / SR
23/10/2017	15/01/2025		1.000.000	1.000.000	4,625 S	99,55	4,70	250,9	USD	BB- / Ba2 / BB-
19/04/2018	19/04/2023		750.000	750.000	4,875 S	100,00	4,88	219,90	USD	BB- / Ba2 / BB-
20/03/2019	20/03/2024		750.000	750.000	4,750 S	100,00	4,75	232,00	USD	BB- / Ba2 / SR
Emissões em SPE										
02/07/2019	15/06/2026		200.000	200.000	3,70 T	100,00	3,70	ND	USD	BBB
02/07/2019	15/06/2024		100.000	100.000	1,20 + 3mL T	100,00	1,20 + 3mL	ND	USD	BBB
02/07/2019	15/06/2024		100.000	100.000	1,20 + 3mL T	100,00	1,20 + 3mL	ND	USD	BBB
09/12/2014	01/11/2034		500.000	500.000	2,50 + 6mL S	100,00	2,50 + 6mL S	ND	USD	AA-
23/12/2015	16/12/2030		320.000	320.000	3,20 + 6mL S	100,00	3,20 + 6mL S	ND	USD	AA-

(1) A: anual; S: semestral; T: trimestral.



9.

Assessoria em Investimentos

Em 2017, o Banco do Brasil criou a Unidade Captação e Investimentos, com o objetivo de centralizar as soluções de portfólio de investimentos, bem como atuar em processos relacionados aos clientes com perfil investidor, tais como: *suitability*, estratégia de alocação e de distribuição, assessoria, inovação e indução.

Os benefícios dessa estratégia, envolvem a melhoria da experiência e da satisfação dos clientes com as soluções de assessoria em investimentos, a rentabilização e fidelização dos investidores por meio da oferta qualificada e centralizada aderente às necessidades e ao perfil de cada investidor, a ampliação da base de clientes investidores, com incremento das receitas de forma sustentável, e a diversificação das fontes de *funding* do Conglomerado.

Pilares de atuação

O modelo de assessoria em investimentos do Banco do Brasil privilegia os interesses e objetivos dos clientes, promovendo resultados sustentáveis. Os gerentes e especialistas são avaliados por indicadores que mensuram a satisfação dos clientes e o saldo aplicado, independentemente dos produtos, o que reforça a visão centralizada no investidor e a isenção dos funcionários nas recomendações de investimentos.

Portfólio completo, acessível e competitivo

A estratégia em prestar assessoria em investimentos de excelência passa por oferecer um portfólio completo e diversificado para todos os investidores.

Em 2004 foi iniciado o processo de abertura da arquitetura de produtos de investimentos em nossa prateleira, com a disponibilização de fundos de outras empresas gestoras de ativos para os clientes Private. Em 2017, o mesmo movimento chegou aos clientes do segmento Varejo.

Aliado a isso, o Banco do Brasil revitalizou os fundos de investimento ofertados pela BB DTVM, com iniciativas como a fusão de fundos com características similares (simplificação), a diminuição de valores de entrada (acessibilidade), a redução de taxas de administração (rentabilidade), a abertura de fundos do segmento Estilo para os clientes do varejo (democratização) e o lançamento de novos fundos sofisticados (diversificação).

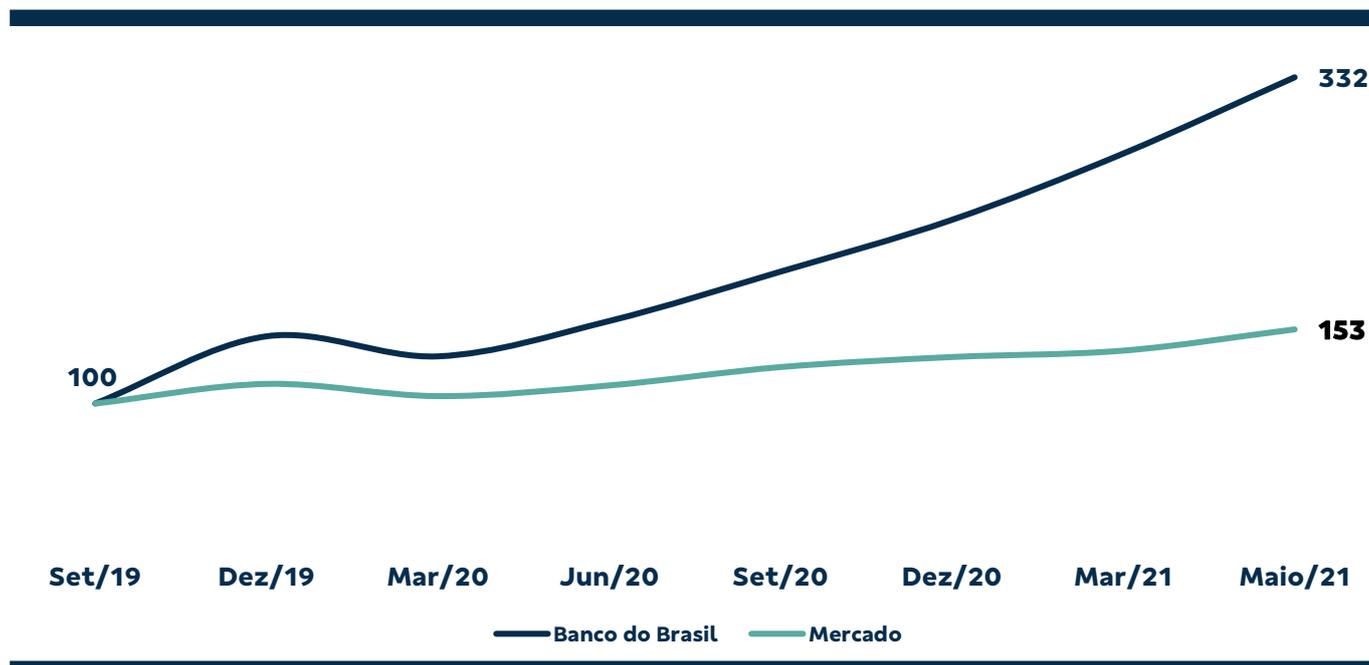
Em continuidade a estratégia de diversificação do portfólio de produtos, no 2T21 destacamos lançamentos alinhados à temática ASG (Ambiental, Social e Governança). O **Fundo BB Ações ASG Brasil**

investe em empresas brasileiras comprometidas com os critérios ASG, que compõem o índice S&P/B3 Brasil ESG e sejam aderentes ao Pacto Global. Ainda entre os produtos de captação, a **BB LCA Verde** nasceu com o objetivo de fomentar a carteira de sustentabilidade do BB.

Os recursos captados são direcionados exclusivamente para linhas de crédito que atendem aos critérios ASG com foco na redução do efeito estufa, recuperação de pastagens, energia renovável e operações voltadas à agricultura familiar.

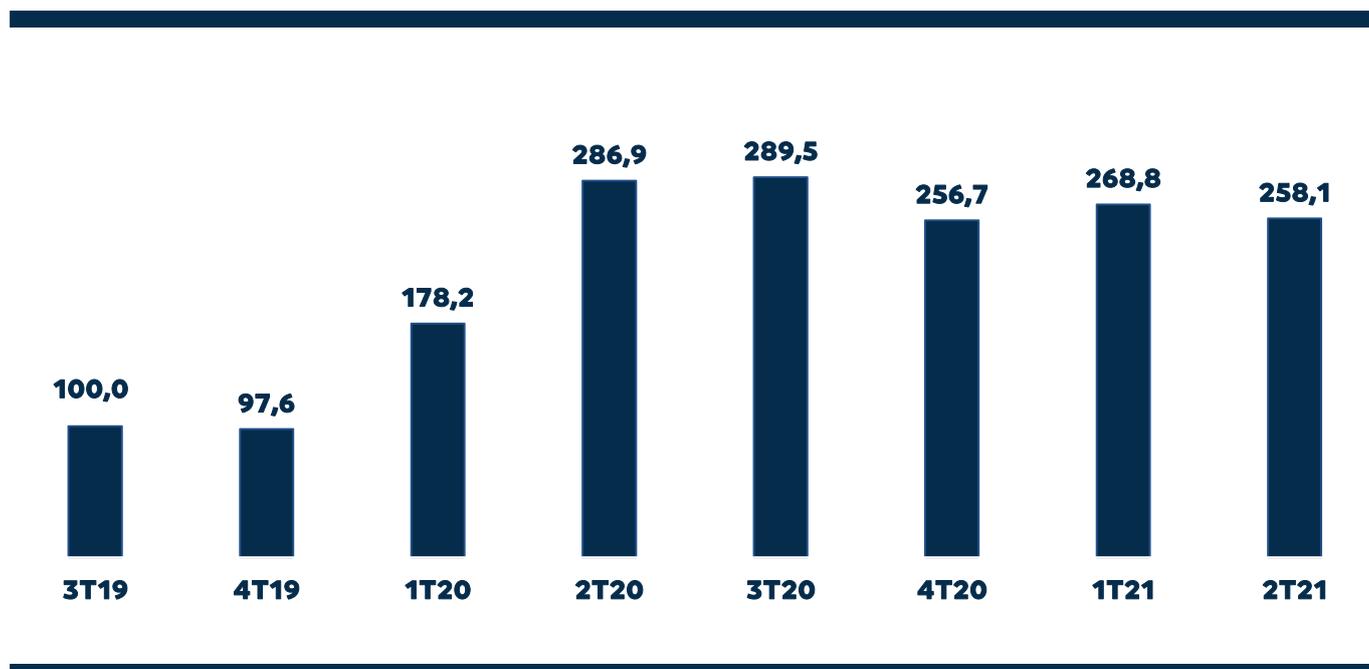
A estratégia de democratização de acesso ao portfólio, aliada a acurácia na oferta de produtos apresentou resultados relevantes nos últimos trimestres. O Banco do Brasil registrou um crescimento no saldo fundos de ações e multimercados para o segmento Varejo e Estilo de 20% quando comparado com o trimestre anterior e de 109% nos últimos 12 meses, enquanto o crescimento do mercado, no mesmo período, foi de 9% e 35%, respectivamente, segundo dados divulgados pela Anbima (maio/21).

Figura 63. Evolução do PL de fundos de ações e multimercados – Varejo e Estilo – Base 100



Em 2018, o BB zerou as taxas de custódia de Tesouro Direto e Renda Fixa. No primeiro semestre de 2020, a taxa de custódia de renda variável também foi zerada e a taxa de corretagem nos canais digitais foi reduzida. Essas ações auxiliaram na elevação da quantidade de ordens diárias no *home broker* que aumentou 61,9% no acumulado dos últimos 12 meses.

Figura 64. Quantidade de Ordens no Home Broker BB – 3T19 Base 100



A oferta de produtos segue uma estratégia de alocação centralizada, executada por carteiras sugeridas personalizadas conforme perfil e objetivos de cada investidor. O processo de *Suitability* define os percentuais máximos em cada classe de ativos, considerando níveis de risco e retorno compatíveis com cada cliente.

A depender dos objetivos do investidor, são disponibilizadas, além das carteiras sugeridas para os perfis conservador, moderado, arrojado e agressivo, carteiras de ações, Fundos Imobiliários, Previdência, Tesouro Direto e BDRs.

Assessoria Humana

A disponibilização de produtos mais sofisticados e acessíveis está aliada à assessoria em investimentos.

Todas as agências do BB possuem profissionais certificados pela Anbima (CPA-10 e/ou CPA-20) para oferta de produtos de investimento. Ao todo são 44.173 profissionais certificados na instituição. Os funcionários que atuam no atendimento aos clientes contam com o apoio de ferramentas automatizadas para auxiliar na oferta de produtos e carteiras de investimento personalizadas, conforme perfil e objetivos do investidor.

Além disso, há uma área especializada que presta apoio às agências, além de realizar assessoria direta aos clientes. O atendimento é prestado por especialistas de investimentos certificados, pelo menos com a CEA

(Certificação de Especialista em Investimentos Anbima).

Para reforçar a especialização na assessoria em investimentos, também foram criados escritórios Estilo Investidor, exclusivos para atendimento dos clientes investidores do segmento alta renda.

Ao longo do primeiro semestre de 2021 tivemos a reformulação da área de assessoramento, assim como a expansão de carteiras e escritórios do Estilo Investidor. Com estes movimentos, o BB ultrapassou a marca de 800 profissionais dedicados integralmente à assessoria aos clientes investidores, o que permitiu mais do que dobrar o número de clientes atendidos por este modelo.

Soluções Digitais

O Banco do Brasil vem atuando de maneira intensiva no desenvolvimento de soluções de autoatendimento e ferramentas digitais.

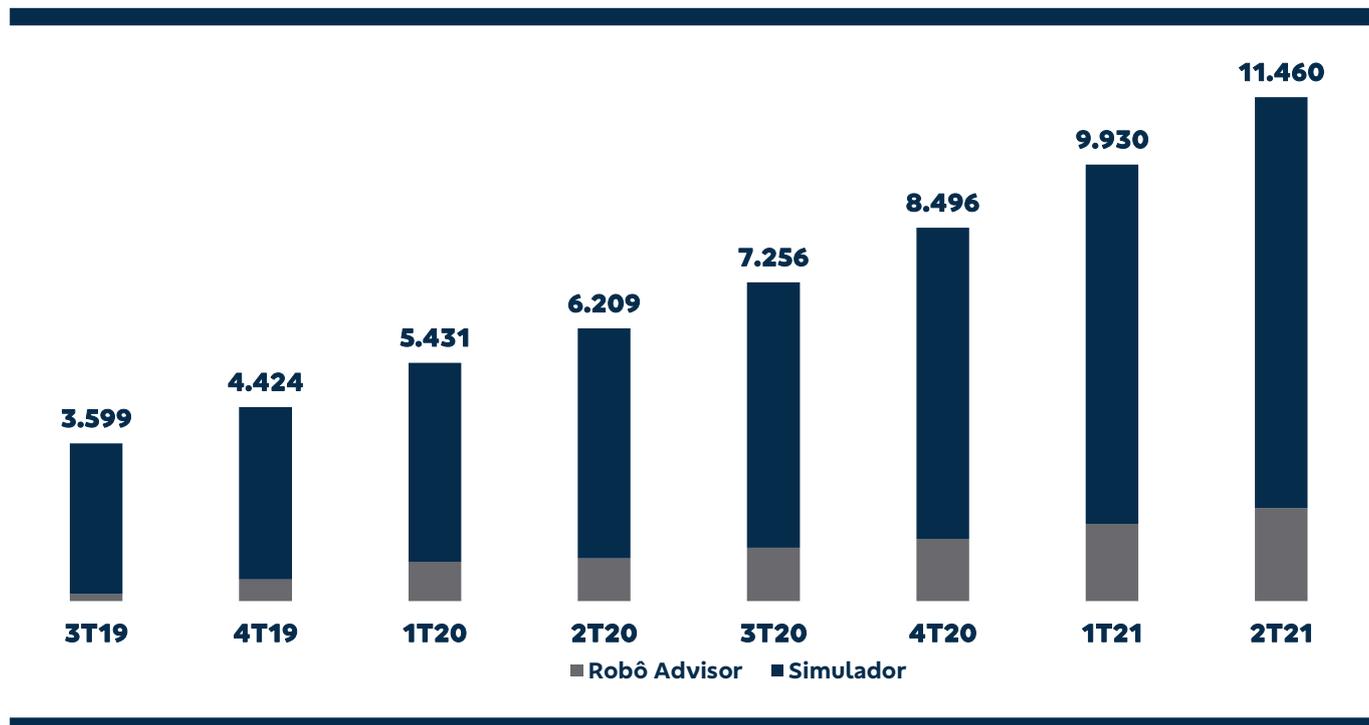
Aliando o uso de metodologias ágeis com a aplicação de algoritmos e análise de perfil de investidor, as soluções digitais trazem maior assertividade na sugestão de portfólios, adequados aos objetivos e momentos de vida do cliente.

O Robô Advisor do BB é uma inteligência artificial que agrega informações do cliente, com as tendências do mercado e da economia, para construir uma carteira de

investimentos personalizada para os seus objetivos, de forma automatizada e em grande escala. Desde seu lançamento, no 2º semestre de 2019, a solução já captou mais de R\$ 2,13 bilhões, sendo que 46% das aplicações foram realizadas em produtos voltados à diversificação.

Precursor do Robô *Advisor*, o Simulador de Investimentos, lançado em 2017, segue disponível no app BB e representa uma importante ferramenta para a ampliação da base de investidores e na educação financeira dos clientes do BB.

Figura 65. Volume Contratado pelo Robô Advisor e Simulador de Investimentos – R\$ milhões



O Banco do Brasil concentra suas soluções digitais para investidores em dois aplicativos: o App BB e o App Investimentos BB, além das suas versões no Internet Banking. O App BB é o aplicativo institucional que disponibiliza diversos produtos e serviços bancários, enquanto o App Investimentos BB é exclusivo para produtos e soluções de investimentos, com a possibilidade, inclusive, de contratação de produtos mais sofisticados.

Com jornadas digitais complementares, o investidor tem acesso às simulações, aplicações e acompanhamento dos seus investimentos de forma distinta, e pode optar por qual ferramenta utilizar a partir do grau de sofisticação em que se encontra. No app Investimentos BB, o investidor mais sofisticado tem acesso a ferramentas para gestão de seu portfólio, *home broker*, participação em ofertas públicas, acesso a produtos de renda fixa, dentre outros. No 1S21 o número de usuários únicos cresceu

9,6%, em relação ao mesmo período de 2020, e o número de transações cresceu 26,1%.

A assessoria digital do Banco do Brasil também contempla ações para levar informação e conhecimento para os investidores em mídias digitais. A *playlist* InvesTalk, disponível no canal do BB no YouTube desde 2019, ultrapassou a marca de 23 milhões de *views*, e sua programação conta com sugestões de investimentos, cenário econômico, análises de mercado, dicas, bate-papos entre outros, disseminando informação de qualidade e com foco na experiência prévia de cada investidor, de forma isenta e descomplicada. Atualmente, a assessoria digital também está no Spotify, por meio de podcasts, contando, inclusive, com análises diárias.

As sugestões de investimentos, relatórios e análises de mercado produzidas pelos especialistas do Banco do Brasil estão disponíveis em bb.com.br/carteirasugerida.

BB Private

O Banco do Brasil atua há 17 anos no mercado de *private banking* e é um dos quatro maiores *players* em termos de AuM (*Assets Under Management*) do país, além de líder em carteira de crédito e RoCAL (Retorno sobre AuM e Crédito).

O BB possui a maior capilaridade de escritórios do Brasil, atendendo clientes investidores e megaprodutores rurais em cerca de 80 cidades, com maior exposição em São Paulo e Rio de Janeiro. O segmento também possui atendimento na agência BB Miami e na BB Securities, nos EUA, e na agência do BB Lisboa, em Portugal.

O segmento possui 260 *bankers* dedicados exclusivamente ao atendimento integral aos clientes, dos quais mais de 79% possuem a certificação CFP (*Certified Financial Planner*). Superando os parâmetros

exigidos pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), o Banco do Brasil é uma das instituições com maior percentual de *bankers* certificados, fato que demonstra o compromisso do Banco com a especialização dos funcionários para prestar a melhor assessoria aos clientes do segmento.

A ambição do BB Private é agregar valor aos clientes em seus diferentes momentos de vida e objetivos em termos de gestão do patrimônio. Toda a estrutura, solidez e expertise de um grande banco na gestão do patrimônio atrai muitos clientes para o BB Private, mas o propósito está em construir relacionamentos de longo prazo, sustentáveis e baseados em confiança e credibilidade.

Gestão do Relacionamento

Com o objetivo de melhorar a experiência, definir a melhor abordagem e especializar ainda mais nível de serviço a ser oferecido aos clientes, os grupos familiares Private foram subsegmentados nas seguintes faixas:

- **Private**
(R\$ 3 milhões < faturamento < R\$ 15 milhões)
- **Private Sofisticado**
(R\$ 15 milhões < faturamento < R\$ 50 milhões);
- **UHNWI e Family Office**
(faturamento > R\$ 50 milhões);
- **Megaprodutor Rural**
(receita bruta anual (RBA) > R\$ 10 milhões).

Os diferenciais do relacionamento começam na entrega da proposta de valor aos clientes, com soluções construídas individualmente. O conhecimento pessoal dos *bankers*, o CRM – *Customer*

Relationship Management, análises de comportamento de consumo, pesquisas de satisfação, NPS e Conselho de Clientes são insumos relevantes para criação dessas soluções.

Realizamos eventos de experiência e relacionamento com clientes, sucessores e *prospects* no intuito de estreitar laços relacionais, melhorar a experiência do cliente e gerar *buzz* comunicacional.

O *Wealth Management* do BB Private é um serviço disponível para um seleto grupo de clientes, abordando o conceito de atendimento ultrapersonalizado, com visão abrangente de todo o patrimônio do cliente. É realizado por profissionais altamente qualificados e certificados, cujo objetivo é oferecer soluções únicas para a gestão do portfólio do cliente.



Entre os benefícios previstos, a estrutura de *Wealth Management* do BB Private oferece contato direto com os maiores empreendedores do país, o que amplia a capacidade para captura de recursos em eventos de liquidez, como ofertas públicas de ações, venda de participações societárias, distribuições de lucros e dividendos, entre outras.

No segmento Megaprodutor Rural, o Banco Brasil tem expandido o atendimento em toda a extensão do território brasileiro e continua com a sua estratégia de relacionamento, desenvolvendo soluções de crédito para toda a cadeia produtiva buscando oferecer uma assessoria de referência com visão holística, a partir do *Wealth Management* do cliente e adequada para a gestão dos negócios rurais.

Sofisticação da oferta e aconselhamento

A sofisticação do mercado financeiro amplia as alternativas de investimentos disponíveis aos nossos clientes, tornando desafiador e primordial o cuidado no processo de seleção e recomendação das oportunidades disponíveis. Portanto, um plano de investimentos adequado aos objetivos e tolerância de risco é o determinante para definir a qualidade do aconselhamento concedido.

Além do aconselhamento profissionalizado, o processo de sofisticação da oferta passa pelo monitoramento de novidades no mercado e de macrotemas para o cenário prospectivo, buscando a entrega de soluções de investimento que atendam aos diversos perfis de clientes Private.

A estratégia de fidelização do BB Private permeia quatro frentes:

- **Relacionamento** – estabelecimento de relação de longo prazo, confiança, disponibilidade e relacionamento com o Grupo Familiar (fidelizar gerações);

Para este público foi desenvolvida a Confraria Agro, reuniões de pequenos grupos, sempre com a participação de palestrante formador de opinião/influencer convidado para promover debate sobre a cadeia do agronegócio em nível internacional.

Vale destacar que, o Cartão ALTUS, exclusivo para clientes Private, se consolidou como o melhor cartão do mercado nacional, atualmente reconhecido pelos clientes e pelo mercado financeiro pela sua qualidade. Com o Altus, promovemos e estreitamos o relacionamento, conquistamos novos clientes e rentabilizamos ainda mais os negócios existentes no Private.

- **Assessoria** – especialização e visão abrangente do patrimônio, com orientação para diversificação do recurso no Brasil e no exterior;
- **Soluções** – oferta ampla em fundos de investimento, produtos de tesouraria (CDB, LCA, LCI, COE, etc.), crédito privado, fundos exclusivos, renda variável, previdência e custódia qualificada de títulos públicos com condições competitivas, performance e instrumentos de longo prazo que visam proteger o patrimônio dos clientes no Banco.
- **Posicionamento global** – modelo de relacionamento e soluções disponíveis no Brasil e no exterior.

Dado o caráter multibancarizado dos clientes Private, o BB utiliza o modelo de relacionamento e assessoria holística com o gerente Private como contato de confiança do cliente, objetivando uma relação mais aproximada para a melhor identificação das soluções de investimento adequadas e um consequente aumento de negócios. Além da oportunidade de

atração de clientes e negócios, o modelo adotado visa a manutenção da satisfação dos clientes atuais e retenção dos negócios conquistados.

Em relação às soluções de assessoria, o Banco do Brasil Private utiliza o conceito clássico de diversificação de investimentos, com a construção de modelos de alocação seguindo as teorias do *Asset Allocation*. Nosso MAPA, Modelo de Alocação de Portfólio em Ativos, é baseado nessa teoria e tem como foco a obtenção de retornos consistentes e adequados. As estratégias são planejadas para reunir a melhor combinação de ativos e o modelo que tem como premissa propor aos clientes uma reflexão sobre suas atuais estratégias de investimento.

Os nossos modelos conferem o dinamismo necessário nas alocações do portfólio para se adaptar a movimentos de mercado e alteração de cenário que nossos estrategistas avaliam. O BB oferece diferentes estratégias de alocação no Brasil e no exterior para

Programa Generations

Em 2018, criamos o programa Generations com o principal objetivo de agregar valor a todas as fases das famílias assessoradas pelo BB Private. Por meio dele, o Banco busca contribuir na formação e desenvolvimento de novos líderes em temas como sucessão familiar, gestão patrimonial, inovação, transformação digital, comportamento humano, sustentabilidade e legado.

No programa, os clientes sucessores participam de encontros que abordam assuntos como sucessão, planejamento, gestão e soluções de *Wealth Management* do BB Private aderentes às suas realidades familiares, além de promover a troca de experiências entre os participantes, tanto no Brasil quanto no exterior.

acompanhar as mudanças de estratégia de investimento dos clientes ao longo da vida.

Possuímos nove estratégias de investimentos no Brasil, sendo duas delas estratégias específicas para o Megaprodutor Rural, dada a peculiaridade da atividade realizada que demanda um volume maior de recursos em liquidez. Ainda contamos com cinco estratégias de alocação global focadas na diversificação por classes de ativos, moedas, regiões demográficas e macro temas.

Com o cenário de juros baixos globalmente, o movimento de internacionalização dos investimentos tem se intensificado, e o Banco do Brasil Private, seja através de soluções no país ou transferência de recursos para o exterior, orienta seus clientes através dessas 5 estratégias citadas.

Todos os modelos, *onshore* e *offshore*, são revisados e rebalanceados periodicamente para considerar alterações de cenário prospectivo em conjunto com um elevado processo de gestão de risco.

No 2T21 destacamos ainda:

- Lançamento de dois fundos de investimento em ações com estratégias diversas e investimento no exterior: (1) BB Ações FX Nordea Global Climate and Environment Private, fundo que investe em ações de empresas globais comprometidas com soluções tecnológicas inovadoras, voltadas à maior eficiência do consumo de recursos e proteção ambiental; (2) BB Ações BRL Mirae Asset Asia IE Private, fundo com proteção cambial, cuja estratégia foca em ações de empresas do setor de consumo negociadas nas principais bolsas asiáticas.
- Lançamento do fundo BB Espelho Ações Verde AM Long Bias Private, fundo cuja estratégia busca retornos consistentes e preservação de capital



por meio de uma carteira de investimentos em ações e instrumentos de renda fixa e câmbio; e, lançamento do fundo BB Allocation Offshore Moderate, fundo que segue o direcionamento do MAPA Offshore, com acesso aos fundos exclusivos dos clientes Private.

- Lançamento de dois fundos de investimentos de previdência: (1) Brasilprev MM Verde AM Long Bias 70 e (2) Brasilprev MM Kinea Sigma, fundo de gestão dinâmica com abordagens macro e microeconômicas, no Brasil e no exterior.
- Distribuição de 17 ofertas públicas de ativos, encerrando o 1S21 com 37 ofertas no total, sendo duas com selo verde.
- Expressiva evolução no volume de Crédito, com incremento de 20% em relação ao 2T20, reforçando o posicionamento do BB Private neste mercado e a parceria da instituição em relação ao cliente Megaprodutor.
- Reforço da presença do BB Private no Centro-Oeste brasileiro, com a ampliação da Rede de Atendimento ao cliente Megaprodutor, levando

soluções personalizadas e sofisticadas, dada a nossa vocação no agronegócio e da expertise junto a esse público.

- BB Private foi reconhecido como o melhor da América Latina na Gestão de Portfólio Digital, na premiação PWM Wealth Tech Awards 2021 organizada anualmente pelo veículo especializado Professional Wealth Management – PWM, que faz parte do grupo internacional Financial Times e que é referência mundial em assuntos relacionados a finanças e Private Banking.
- Consolidação da presença em redes sociais através da distribuição de conteúdo próprio no LinkedIn, YouTube e Spotify com objetivo de relacionar-se de forma mais próxima e posicionar sua marca perante este público e stakeholders.
- Lançamento da versão pública do material “Palavra do Gestor”, com as informações de performance e posicionamento das casas de gestão independentes que possuem distribuição por meio dos fundos Espelho no Banco do Brasil.



10.

Soluções Financeiras

O Banco do Brasil oferece aos seus clientes uma grande variedade de soluções financeiras, que atendem diferentes necessidades de pessoas e organizações, buscando entregar a melhor experiência, de maneira rápida, segura e ágil, por meio da sua vasta rede de escritórios ou de forma digital.

As soluções do BB estão alinhadas com o momento de vida e as demandas do seu público e abrangem desde os serviços de meios de pagamentos, que contam com um amplo portfólio de soluções para pessoa física, jurídica, agronegócio e governo, passando pela gestão de recursos de terceiros, através de uma variedade de produtos de investimento, mercado de capitais, como uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva no país e da oferta de diferentes instrumentos de captação, até a flexibilidade oferecida pelos consórcios.

Meios de Pagamentos

O Banco do Brasil é um dos líderes no mercado de meios eletrônicos de pagamento.

Com investimento permanente em tecnologia, o BB oferece o que há de mais atual entre as soluções disponíveis no segmento, visando produtividade, agilidade e, principalmente, a satisfação dos clientes. Destaque para o amplo portfólio de soluções de pagamento para pessoa física, pessoa jurídica, agronegócio e governo.

Com foco em retenção e fidelização, o BB tem investido para tornar a experiência do cliente cada vez mais fluida, segura e digital, por meio da oferta de soluções como o autoatendimento na internet, o App Banco do Brasil, o App Ourocard, atendimento por meio do WhatsApp e o uso da tecnologia de pagamento por aproximação (Near Field Communication – NFC) e a segurança de cartões com chip.

Além de otimizar a experiência do cliente, estes canais também proporcionam importante eficiência operacional.

Base de Cartões e Faturamento

Tabela 78. Base de Cartões – Uso Recorrente¹ – Milhões

	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	Var. (%)	
						2T20	1T21
Crédito	9,4	9,6	10,1	10,3	10,7	14,3	4,2
Débito	13,9	14,9	15,7	15,4	15,5	10,9	0,0

(1) Pelo menos uma utilização no trimestre.

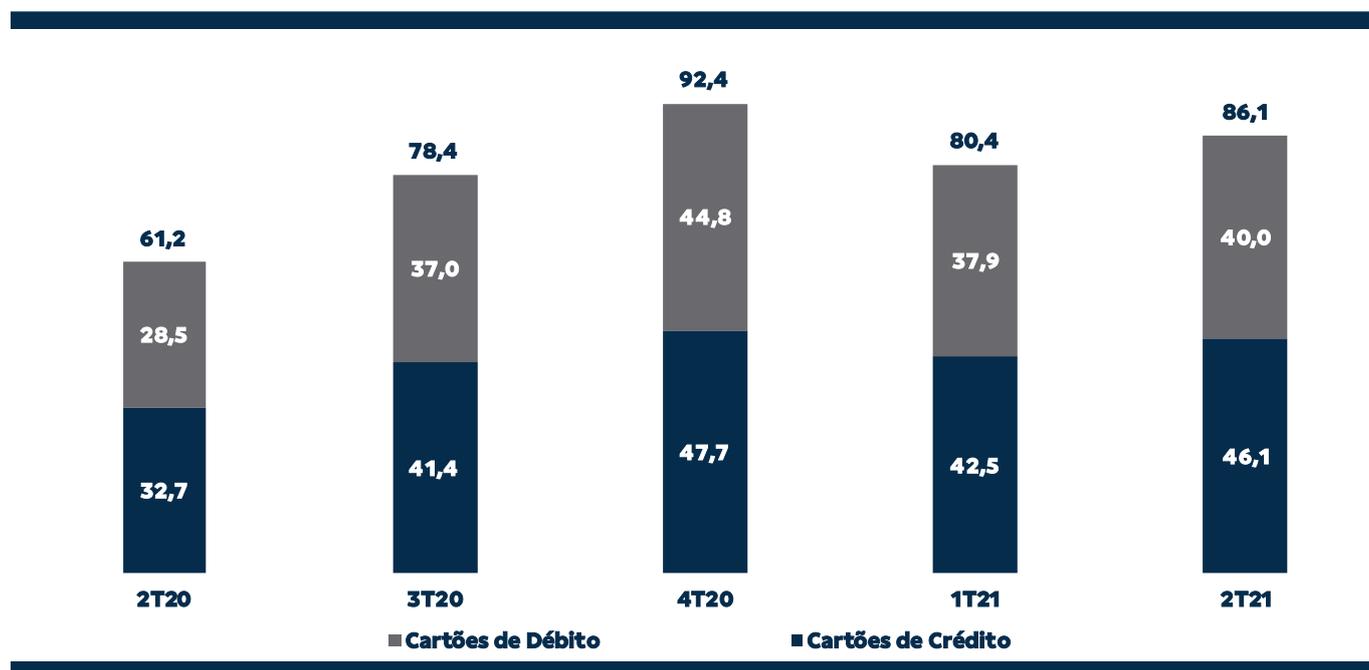
A base de cartões com uso recorrente do Banco do Brasil é composta em sua maioria por plásticos com múltiplas funções (débito e crédito).

A base de cartões com uso recorrente no BB do 2T21 apresentou crescimento de 1,7% em relação ao 1T21 (+4,2% na função crédito). Em relação ao mesmo período do ano passado, houve crescimento de 12,2%, sendo +14,3% em cartões de crédito e de +10,9% em cartões de débito.

Essa evolução é resultado das ações de comercialização e incentivo ao uso, como parcerias e maior oferta a não-correntistas, da maior demanda pelos canais de pagamentos digitais e das ações promovidas pelo Bacen orientadas à inclusão e competitividade no setor financeiro.

No 2T21 o volume total faturado por meio dos cartões do Banco do Brasil cresceu 7,0% em relação ao trimestre anterior e 40,6% na comparação com o mesmo período do ano de 2020.

Figura 66. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões



Resultado com Negócios de Cartões

O Resultado Líquido no 2T21 apresentou redução de 35,3% frente ao 1T21 e 23,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

O Resultado Líquido com Emissão registrou redução de 66,8% em comparação ao 1T21, e 65,8% em relação ao ano anterior.

Os números positivos no resultado dos demais negócios de cartão estão relacionados com a recuperação da atividade econômica no comércio varejista verificada neste ano.

Tabela 79. Resultado com Negócios de Cartões – R\$ milhões

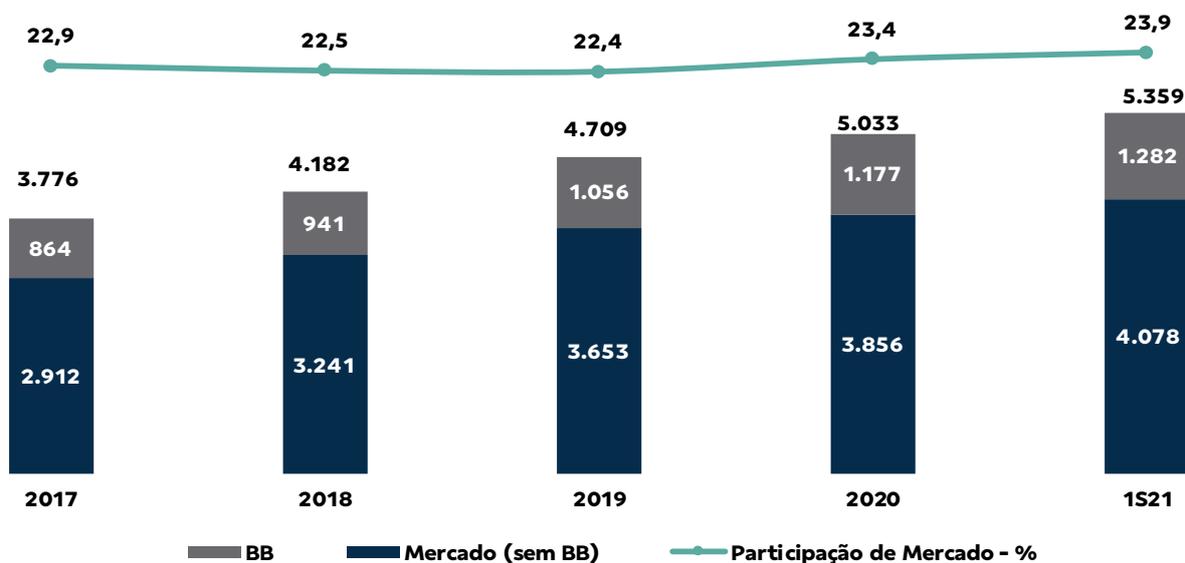
	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	Var. (%)	
						2T20	1T21
Resultado Líquido	537,0	359,0	410,0	638,0	413,0	(23,1)	(35,3)
Resultado Líquido com Emissão no BB	319,0	121,0	(40,0)	328,0	109,0	(65,8)	(66,8)
Resultado dos Demais Negócios de Cartão	218,0	238,0	450,0	310,0	304,0	39,4	(1,9)

Gestão de Recursos de Terceiros

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A. tem como principais atividades a administração, a gestão e a distribuição de fundos e carteiras administradas.

O gráfico a seguir apresenta o saldo em recursos de terceiros administrados e a participação da BB DTVM no *Ranking* Global de Administração de Recursos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

Figura 67. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.

No segundo trimestre de 2021, a BB DTVM registrou captação líquida positiva de R\$ 55,5 bilhões, tendo como principais responsáveis as categorias FIDC (R\$ 29,2 bilhões), Renda Fixa (R\$ 18,3 bilhões), Ações (R\$ 4,2 bilhões), Previdência (R\$ 1,9 bilhão) e Multimercados (R\$ 1,8 bilhão).

Em relação à segmentação por investidor, segundo o *Ranking* Global de Administração de Recursos da Anbima de junho de 2021, a BB DTVM permaneceu como líder nos segmentos: Investidor Institucional, Poder Público e Varejo. Ganhando duas posições e a liderança no segmento Corporate.



As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos recursos administrados por segmento e classe Anbima, referentes a junho de 2021. A BB DTVM encerrou 1S21 com um patrimônio líquido de R\$ 1,3 trilhão, o que representa 23,9% de participação de mercado

Tabela 80. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento – R\$ milhões

	Jun/20		Mar/21		Jun/21		Var. (%)	
	Part. %	Part. %	Part. %	Part. %	Jun/20	Mar/21	Jun/20	Mar/21
Total	1.089.082	100,0	1.215.969	100,0	1.281.692	100,0	17,7	5,4
Investidor Institucional	434.763	39,9	446.287	36,7	464.889	36,3	6,9	4,2
Poder Público	225.776	20,7	332.923	27,4	345.858	27,0	53,2	3,9
Varejo	117.282	10,8	113.766	9,4	109.019	8,5	(7,0)	(4,2)
Alta Renda	100.460	9,2	99.070	8,1	107.579	8,4	7,1	8,6
Demais	210.800	19,4	223.922	18,4	254.346	19,8	20,7	13,6

Fonte: Anbima

Tabela 81. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Classe Anbima¹ – R\$ milhões

	Jun/20		Mar/21		Jun/21		Var. (%)	
	Part. %	Part. %	Part. %	Part. %	Jun/20	Mar/21	Jun/20	Mar/21
Total	1.089.082	100,0	1.215.969	100,0	1.281.692	100,0	17,7	5,4
Fundos de Investimentos	1.089.521	100,0	1.221.264	100,0	1.286.550	100,0	18,1	5,3
Renda Fixa	681.704	62,6	814.858	66,7	842.709	65,5	23,6	3,4
Renda Variável	38.764	3,6	22.948	1,9	29.012	2,3	(25,2)	26,4
Multimercado	23.716	2,2	31.637	2,6	33.432	2,6	41,0	5,7
Outros ²	345.337	31,7	351.821	28,8	381.397	29,6	10,4	8,4
Carteiras Administradas	20.067	1,8	22.284	1,8	22.602	1,8	12,6	1,4
Fundos de Terceiros	(20.507)	(1,9)	(27.579)	(2,3)	(27.460)	(2,1)	33,9	(0,4)

(1) Os dados acerca da distribuição por Classe Anbima são divulgados sem a dedução das cotas de fundos próprios e de terceiros que, em junho de 2021, somaram R\$ 27,5 bilhões; (2) Inclui Previdência, Cambial, FIDC, FIP, ETF, Fundo Imobiliário e Off Shore. Fonte: Anbima

Portfólio com características socioambientais

A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário do BB (BB DTVM) reafirma o compromisso com as boas práticas sociais, ambientais e de governança (ASG), e continua avançando na geração de negócios sustentáveis.

Em dezembro, a BB DTVM aprovou a metodologia de Rating Soberano ASG (MRS-ASG), passando a integrar os critérios ASG aos papéis Soberanos e, ainda, fundos da Gestora adquiriram Letras Financeiras Verdes, até então, de emissão inédita no Brasil.

Atualmente a BB DTVM administra e gere 12 fundos de investimento com características socioambientais. Adicionalmente aos fundos com estratégia de investimento ASG, é transferida 50% da taxa de administração do Fundo BB Renda Fixa Referenciado DI Social 50 e 20% da taxa de administração do Fundo BB Ações Sustentabilidade para a Fundação Banco do Brasil, onde são aplicados em projetos que visam contribuir com a transformação social e o desenvolvimento sustentável do país. A tabela a seguir detalha o saldo dos recursos administrados.

Tabela 82. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais – R\$ Milhões

	Jun/20	Mar/21	Jun/21	Var. (%)	
				Jun/20	Mar/21
Total	1.304	3.909	4.297	229,5	9,9
BB Ações Governança	828	1.207	1.351	63,1	12,0
BB Ações ESG Globais BDR I	–	990	998	–	0,8
BB MM LP Global Vita Private FI	118	632	588	–	(7,1)
Brasilprev Top ASG Multi IE Cred	–	288	538	–	87,0
BB MM Global Green Pvt	111	430	386	–	(10,0)
BB Ações Equidade Private FIC	174	192	207	18,7	7,5
Brasilprev Top ASG Brasil FI Ações	–	88	110	–	24,6
BB Ações Equidade FIC	44	51	65	49,3	27,8
BB Ações Sustentabilidade	23	25	39	68,3	56,0
BB Ações Carbono Sust. FIA	–	–	8	–	–
BB Asset Ações Equidade FIC	2	2	4	94,9	62,0
BB Ações ASG Brasil	4	3	3	(4,4)	2,3

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários – CVM

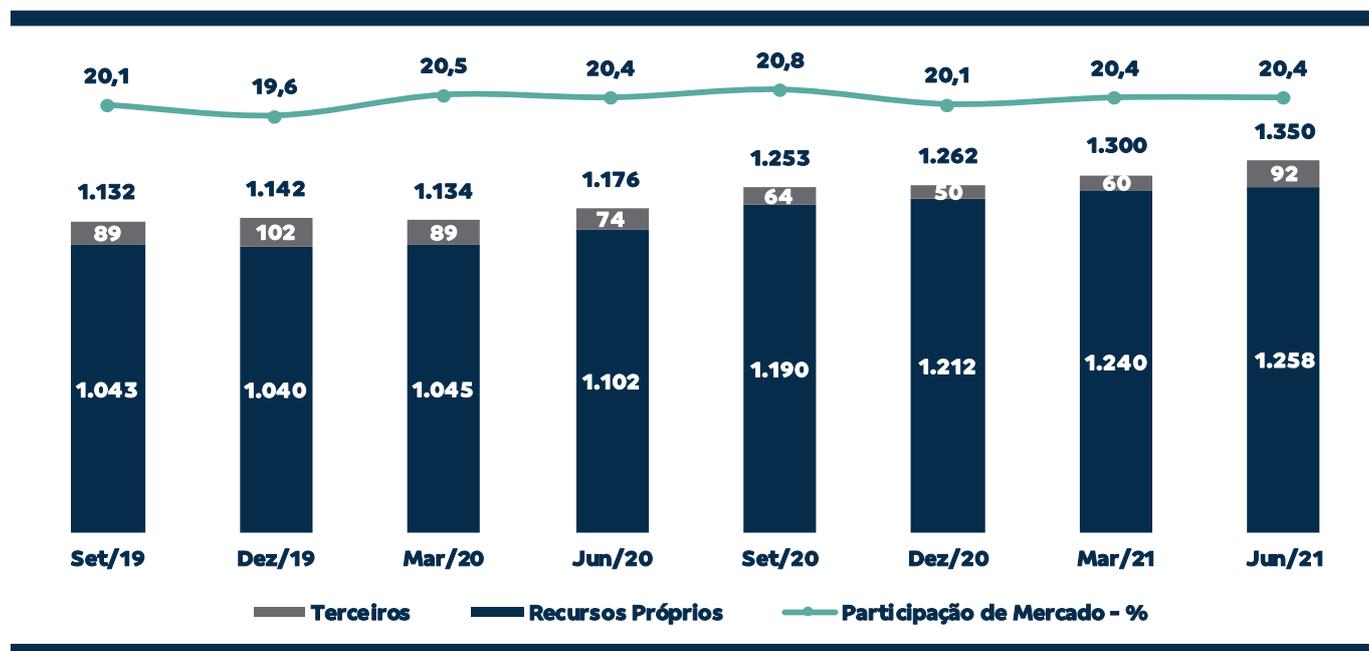
Custódia

O Banco do Brasil é um dos principais líderes da indústria de custódia e controladoria de ativos. Em junho/21, o BB alcançou R\$ 1,3 trilhão sob custódia, crescimento de 3,8% em relação a março/21 e de 14,8% na comparação com o mesmo período de 2020.

O avanço da indústria de fundos e a diversificação de portfólio têm garantido ao BB a constante expansão do volume de recursos sob custódia.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos recursos custodiados no Banco do Brasil.

Figura 68. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.



Mercado de Capitais

O mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a geração e diluição do risco de novos investimentos.

O Banco do Brasil está presente com destaque no mercado de capitais brasileiro por meio de sua subsidiária integral, o BB – Banco de Investimento S.A. (BB-BI) e da *Joint Venture UBS BB Investment Bank* (UBS BB).

Nos portfólios do BB-BI e do UBS BB estão serviços de excelência que envolvem a pesquisa de mercado, estruturação e distribuição de operações, liquidação e custódia de ativos, bem como produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas.

Desempenho em Mercado de Capitais

O mercado de capitais apresentou um volume de R\$ 150 bilhões em emissões no 2T21, crescimento de 25,4% na comparação com o 1T21.

No segmento de renda fixa foram as captações de debêntures que apresentaram o desempenho mais expressivo, de R\$ 68 bilhões, crescimento de 120,5% na comparação com o 1T21.

O segmento de renda variável encerrou 2T21 com captação de R\$ 35,7 bilhões, crescimento de 10,7% na comparação com o 1T21.

No mercado externo as captações foram de US\$ 6,6 bilhões, 20% inferior as captações do 1T21.



Os principais produtos e serviços são destacados a seguir:

Renda Fixa Mercado Doméstico e Securitização -

Serviços de coordenação, estruturação e distribuição de debêntures, notas promissórias comerciais, letras financeiras, fundos de investimento em direitos creditórios, certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio. No 2T21, o banco participou de 29 operações, totalizando R\$ 30 bilhões em volume de negócios, sendo 20 operações de debêntures, três operações de CRA, duas operações de FIDC, duas operações de FII, uma operação de CRI e uma operação de Letra Financeira.

Renda Fixa Mercado Internacional - Atuação na coordenação, estruturação e distribuição de novos papéis e processos de gestão de dívida de empresas, bancos e governos por meio das corretoras do UBS, conferindo uma atuação global em mercado de capitais. No 2T21, o banco participou da estruturação de seis operações, com volume total de captação de US\$ 4,1 bilhões.

Renda Variável - Assessoria em todas as etapas de ofertas públicas de ações. Atua também na estruturação e distribuição de Fundos de Investimento Imobiliários (FII). Para os investidores individuais, o portfólio em renda variável abrange os serviços de compra e venda de ações, e para os investidores do segmento *private* abrange também o serviço de aluguel de ações. No 2T21, o BB participou de sete operações no mercado local com volume total de captação de R\$ 16,6 bilhões. Também, participou de uma operação no mercado internacional, com volume total de captação de US\$ 710 milhões.

Assessoria em fusões, aquisições e financiamentos de projetos -

Assessoria financeira em operações de alienações, reorganizações societárias (fusões, cisões e incorporações), colocações privadas para empresas e *project finance*. No 2T21, o BB-BI concluiu a assessoria pré-leilão de dois projetos de concessão de iluminação pública, além da estruturação de financiamentos de dois projetos de transmissão de energia elétrica, três projetos de geração elétrica e um projeto de mobilidade urbana na cidade de São Paulo.



Consórcios

De acordo com os últimos dados divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios – ABAC, o mercado de consórcios fechou os cinco primeiros meses de 2021 com R\$ 83,2 bilhões em volume de negócios, 71,4% a mais que o mesmo período do ano anterior. O número de participantes atingiu 8,0 milhões, crescimento de 13,0% em relação a maio de 2020.

Entre janeiro e maio deste ano, foram comercializadas 1,4 milhão de novas cotas de consórcios, o que representa a elevação de 13 p.p. em relação ao mesmo período de 2020. Até maio/21, foram disponibilizados R\$ 25,4 bilhões em créditos, expansão de 9,5% em relação ao mesmo período de 2020.

O Banco do Brasil atua no mercado de consórcios por meio de sua subsidiária, a BB Administradora de Consórcios S.A. que, em junho de 2021, apresentou

carteira de 1,2 milhão de cotas ativas. Conforme a última informação divulgada pelo Bacen, em abril de 2021, a BB Consórcios apresenta participação de mercado, em quantidade de cotas, de 14,4%.

No 2T21, a BB Consórcios registrou a venda de mais de 132 mil novas cotas de consórcio, com volume de negócios de R\$ 5,5 bilhões. Nesse período, as vendas nos Canais Digitais (*Mobile*, *Internet*) somaram R\$ 309,3 milhões, enquanto o Canal Parceiros somou R\$ 631,0 milhões.

Com essa performance, a BB Consórcios apresentou uma Receita de Prestação de Serviços, no segundo trimestre de 2021, de R\$ 427,6 milhões, frente aos R\$ 299,1 milhões do mesmo período de 2020, o que representa um crescimento de 43,0%.

Figura 69. Consórcios – Receitas com Prestação de Serviços e Cotas Ativas

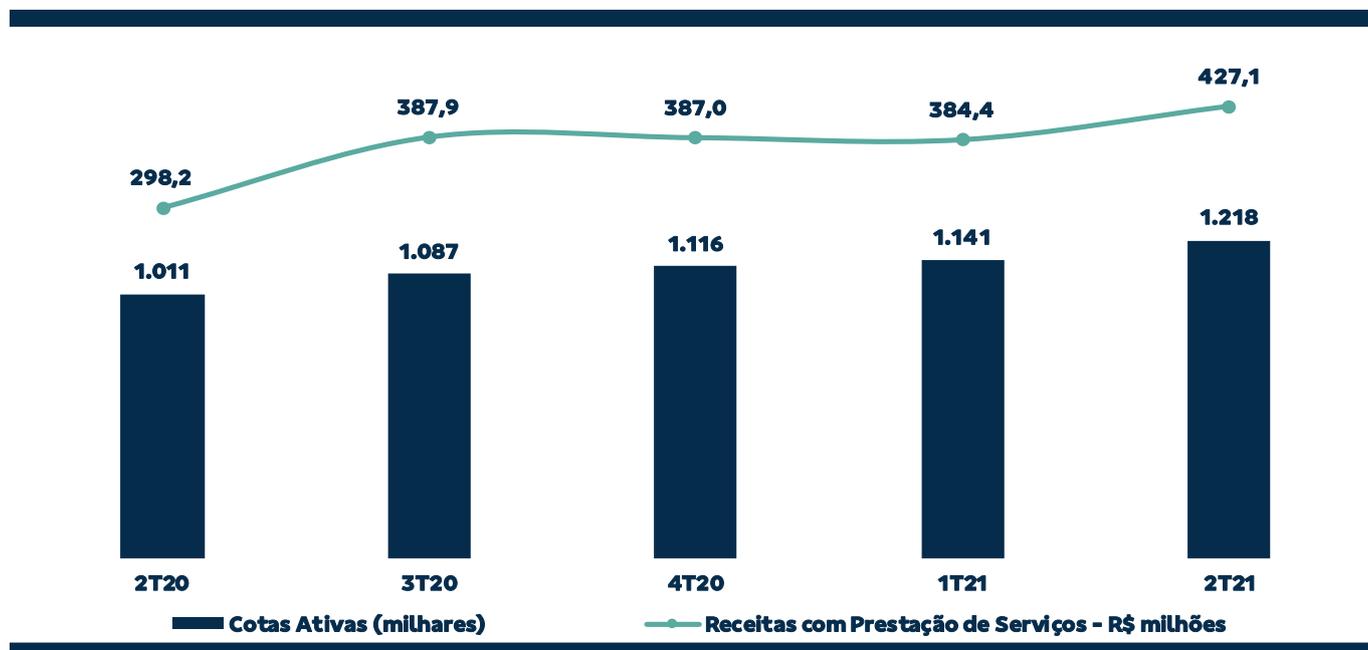


Tabela 83. Consórcios – Cotas Ativas por Tipo – Milhares

	Jun/20	Part. %	Mar/21	Part. %	Jun/21	Part. %	Var. (%)	
							Jun/20	Mar/21
Total	1.011	100,0	1.141	100,0	1.218	100,0	20,4	6,7
Automóveis	581	57,5	612	53,7	632	51,9	8,7	3,1
Eletrodomésticos	59	5,9	74	6,5	87	7,2	47,2	17,4
Imóveis	50	5,0	58	5,1	64	5,2	26,8	10,5
Moto	212	20,9	255	22,4	272	22,3	28,3	6,5
Serviços	87	8,6	110	9,7	114	9,3	31,2	3,0
Trator/Caminhão	22	2,2	31	2,7	50	4,1	125,0	60,5

As tabelas a seguir apresentam o comparativo entre saldo médio, prazo médio e taxa de administração média das cotas comercializadas no período.

Tabela 84. Consórcios - Ticket Médio – R\$

	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21
Automóveis	51.965	49.063	52.847	52.824	53.230
Eletrodomésticos	9.076	5.073	5.742	8.193	4.485
Imóveis	146.375	123.650	103.328	113.370	126.558
Moto	15.798	15.723	16.711	17.864	15.970
Serviços	9.588	5.651	8.809	8.636	7.156
Trator/Caminhão	130.925	141.976	137.181	128.744	87.597

Tabela 85. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média

	Prazo Médio (meses)			Taxa Média (%)		
	2T20	1T21	2T21	2T20	1T21	2T21
Automóveis	71	71	68	15,0	15,5	14,9
Eletrodomésticos	36	38	43	20,0	22,1	21,2
Imóveis	147	153	170	17,4	17,4	20,8
Moto	57	66	70	19,8	20,8	19,6
Serviços	34	39	41	20,1	22,0	21,9
Trator/Caminhão	95	104	116	13,4	13,8	15,3



11.

Outras Informações

O BB contabiliza em seu balanço os ativos e passivos atuariais decorrentes dos planos de benefícios aos seus empregados. O ativo atuarial mais relevante é o Plano 1 da Previ, enquanto o passivo atuarial mais representativo é o plano de assistência administrado pela Cassi. Os valores são apurados semestralmente com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

A presença do BB no exterior visa manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros nos mercados internacionais, por isso, esse capítulo apresenta as principais informações da rede externa e Banco Patagonia.



Ativo e Passivo Atuarial

Previ

A mensuração do saldo atuarial do Plano é realizada semestralmente pelo Banco (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do *superavit/deficit* para o final do semestre corrente e (ii) a estimativa do resultado financeiro para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

O BB efetua o reconhecimento antecipado mensal com base na estimativa de resultado financeiro do Plano para o final do semestre subsequente.

As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.



Tabela 86. Composição dos Ativos – %

	Jun/20	Dez/20	Jun/21
Renda Fixa	46,1	45,8	48,4
Renda Variável	43,8	45,6	43,2
Investimentos Imobiliários	6,3	5,4	5,0
Empréstimos e Financiamentos	3,1	2,6	2,4
Outros	0,7	0,6	0,9
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano	Jun/20	Dez/20	Jun/21
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	3,6	3,6	5,3
Em Propried. ou Outros Ativos Utiliz. pela Entidade	0,1	0,0	0,6

Tabela 87. Principais Premissas Atuariais¹ – %

	Jun/20	Dez/20	Jun/21
Taxa Real de Desconto (a.a.)	4,2	4,2	6,2
Taxa Nominal de Retorno dos Investimentos (a.a.)	7,9	7,7	9,9

(1) Em 30.06.2021, as taxas reais de desconto (a.a.) utilizadas na atualização intermediária dos planos foram de: Plano 1 – Previ 6,22 %, Plano Informal – Previ 5,64 %, Plano de Associados – Cassi 6,29 % e Outros Planos 6,25 %.



Tabela 88. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) – CVM nº 695/2012 – R\$ milhões

	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	177.474	177.474	208.906	208.906	221.343
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(190.767)	(190.767)	(197.182)	(197.182)	(163.923)
(c) Superavit/(Deficit) BB (a+b) x 0,5¹	(6.646)	(6.646)	5.862	5.862	28.710
(d) Saldo Inicial do Ativo Actuarial	(8.043)	(6.646)	400	5.862	22.791
(e) Resultado Financeiro Antecipado	(180)	(152)	(152)	89	89
(f) Contribuição de Fundos	170	135	179	140	139
(g) Remensuração Actuarial ²	1.407	7.063	5.435	16.700	5.690
(h) Saldo do Ativo/(Passivo) Actuarial³ (d+e+f+g)	(6.646)	400	5.862	22.791	28.710
Ativos/(passivos) atuariais atualizados após as movimentações intermediárias (conforme NE 29.d.3)					
(i) Valor Justo dos Ativos do Plano		177.165		208.661	
(j) Valor Presente das Obrigações Atuariais		(176.365)		(163.078)	
(k) Superavit/(Deficit) (i+j)		800		45.583	
(l) Ativo/(Passivo) Actuarial registrado³ (k) x 0,5		400		22.791	

(1) Em 31.03.2021, referem-se aos valores constantes da avaliação actuarial de 31.12.2020, antes da remensuração intermediária. (2) Em 31.03.2021, houve atualização intermediária do valor justo dos ativos garantidores dos planos decorrente de alterações nos valores de mercado, bem como do valor presente das obrigações atuariais decorrente de alteração nas taxas de desconto utilizadas nos cálculos atuariais (Nota 29.d.8). (3) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

Fundos de Destinação do Superavit Previ (Plano 1)

Tabela 89. Previ (Plano 1) – Fundos de Utilização¹ – R\$ milhões

	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21
Saldo Inicial	9.598	9.522	9.657	9.912	10.082
Contribuições ao Plano 1	(170)	(135)	(179)	(140)	(139)
Atualização	94	271	435	310	315
Saldo Final	9.522	9.657	9.912	10.083	10.258

(1) Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta actuarial (INPC + 4,75 % a.a.).



Cassi

O Banco é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, cujo principal objetivo é conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde dos associados e seus beneficiários inscritos.

Em 22 de julho de 2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Resolução Operacional nº 2.439, que instaura a direção fiscal na Cassi. A ANS esclareceu que o regime de direção fiscal não é uma intervenção. A agência nomeou um diretor fiscal, sem poderes de gestão na operadora, para avaliar presencialmente a situação da Cassi. Cabe ao diretor analisar as medidas saneadoras propostas pela operadora e subsidiar a ANS em suas decisões. A direção fiscal tem duração de até 365 dias, podendo ser renovado o regime.

O Banco do Brasil S.A. (BB) comunicou em 31/10/2019 que o Conselho Diretor aprovou nova proposta de reforma estatutária apresentada pelo Conselho Deliberativo da Caixa de Assistência dos Funcionários

do Banco do Brasil (Cassi). A proposta de reforma estatutária da Cassi tinha o propósito de promover modificações no modelo de custeio do Plano de Associados e de realizar melhorias na governança da Cassi.

A proposta de reforma, submetida aos seus associados, foi aprovada em processo de votação, realizado entre 18/11/2019 e 28/11/2019, com impacto adicional de R\$ 514 milhões em 2019. A proposta também previu a liquidação antecipada, pelo BB, de obrigação contratual de R\$ 450,9 milhões, referentes ao ressarcimento do *déficit* do Grupo dos Dependentes Indiretos, valor que não impactou o resultado. O aumento das despesas não impactou o passivo atuarial calculado de acordo com a Deliberação CVM 695.

A próxima tabela demonstra a evolução do passivo atuarial relacionado à Cassi, de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.



Tabela 90. Efeitos da Contabilização da Cassi – CVM nº 695/2012 – R\$ milhões

	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano	162	162	81	81	81
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais	(12.078)	(12.078)	(12.359)	(12.359)	(10.300)
(c) Deficit BB¹ (a+b)	(11.916)	(11.916)	(12.279)	(12.279)	(10.219)
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(12.859)	(12.078)	(11.066)	(12.359)	(10.088)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(304)	(458)	(49)	(254)	(254)
(f) Contribuição BB	(258)	382	16	183	211
(g) Remensuração Atuarial ²	892	1.087	(1.260)	2.343	(168)
(h) Reduções/Liquidações	451	–	–	–	–
(i) Saldo do Passivo Atuarial³ (d+e+f+g+h)	(12.078)	(11.066)	(12.359)	(10.088)	(10.300)
Ativos/(passivos) atuariais atualizados após as movimentações intermediárias (conforme NE 29.d.3)					
(j) Valor Justo dos Ativos do Plano		162		81	
(k) Valor Presente das Obrigações Atuariais		(11.066)		(10.088)	
(l) Deficit (j+k)		(10.905)		(10.007)	
(m) Passivo Atuarial Registrado³		(10.905)		(10.007)	

(1) Em 31.03.2021, referem-se aos valores constantes da avaliação atuarial de 31.12.2020, antes da remensuração intermediária. (2) Em 31.03.2021, houve atualização intermediária do valor justo dos ativos garantidores dos planos decorrente de alterações nos valores de mercado, bem como do valor presente das obrigações atuariais decorrente de alteração nas taxas de desconto utilizadas nos cálculos atuariais (Nota 29.d.8). (3) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

Negócios Internacionais

A rede externa do Banco é composta por 22 dependências localizadas em 14 países. Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes. No 2T21, havia 675 bancos atuando como correspondentes do BB em 91 países.

Tabela 91. Rede de Atendimento no Exterior

Agências	Subagências	Unidades De Serviços Compartilhados
▶ Assunção - Paraguai	▶ Hamamatsu - Japão	▶ BB USA Servicing Center / Orlando - Estados Unidos
▶ Frankfurt - Alemanha	▶ Nagoia - Japão	▶ BB Europa Servicing Center / Lisboa - Portugal
▶ Grand Cayman - Ilhas Cayman		
▶ Londres - Inglaterra	Subsidiárias	Securities
▶ Miami - Estados Unidos	▶ BB Americas / Miami - Estados Unidos ¹	▶ Banco do Brasil Securities LLC - Estados Unidos
▶ Nova Iorque - Estados Unidos	▶ Banco Patagonia / Buenos Aires - Argentina ²	▶ BB Securities Ltd - Inglaterra
▶ Tóquio - Japão	▶ BB AG (Aktiengesellschaft) / Viena - Áustria ³	▶ BB Securities Asia Pte Ltd - Cingapura
▶ Xangai - China		

(1) O Banco do Brasil Americas possui agências em Miami, Boca Raton, Lighthouse Point, Orlando e Aventura. (2) O Banco Patagonia possui rede de distribuição física com 208 pontos de atendimentos e presença em todas as províncias da Argentina. (3) A BB AG Viena também possui sucursais localizadas nas cidades de Madri, Paris, Milão e Lisboa.



Tabela 92. Consolidado no Exterior – Ativo – R\$ milhões

	Jun/20	Mar/21	Jun/21	Var. (%)	
				Jun/20	Mar/21
Ativo	238.765	217.681	193.339	(19,0)	(11,2)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	54.848	45.745	38.660	(29,5)	(15,5)
Títulos e Valores Mobiliários	28.941	31.327	29.250	1,1	(6,6)
Títulos Disponíveis para Negociação	6.919	6.914	7.554	9,2	9,3
Títulos Disponíveis para Venda	18.203	19.689	17.601	(3,3)	(10,6)
Títulos Mantidos até o Vencimento	3.819	4.724	4.095	7,2	(13,3)
Operações de Crédito	38.467	31.248	30.973	(19,5)	(0,9)
Setor Público	339	314	250	(26,3)	(20,4)
Setor Privado	38.128	30.934	30.723	(19,4)	(0,7)
Outros Ativos	10.230	12.348	8.927	(12,7)	(27,7)
Grupo BB	106.279	97.013	85.529	(19,5)	(11,8)

Tabela 93. Consolidado no Exterior – Passivo – R\$ milhões

	Jun/20	Mar/21	Jun/21	Var. (%)	
				Jun/20	Mar/21
Passivo	238.765	217.681	193.339	(19,0)	(11,2)
Depósitos	69.323	65.845	65.669	(5,3)	(0,3)
Depósitos à Vista	12.799	13.564	13.373	4,5	(1,4)
Depósitos a Prazo	31.813	32.893	34.397	8,1	4,6
Depósitos Interfinanceiros	24.711	19.388	17.899	(27,6)	(7,7)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	34.259	34.539	29.613	(13,6)	(14,3)
Obrigações por Empréstimos	19.409	15.024	12.590	(35,1)	(16,2)
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	50.753	44.487	38.703	(23,7)	(13,0)
Demais Passivos	5.592	5.445	5.379	(3,8)	(1,2)
Grupo BB	41.015	33.580	24.153	(41,1)	(28,1)
Patrimônio Líquido	18.414	18.761	17.232	(6,4)	(8,1)
Controlador	17.967	18.215	16.771	(6,7)	(7,9)
Participações Minoritárias ¹	447	546	461	3,1	(15,6)

(1) Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

Tabela 94. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Lucro Após Impostos e Participações Estatutárias	691	297	529	(23,4)	78,1	1.599	826	(48,3)
Participações Minoritárias ¹	93	72	58	(37,6)	(19,4)	146	130	(11,0)
Lucro Líquido	784	369	587	(25,2)	59,1	1.745	956	(45,2)

(1) Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.



Banco Patagonia

Todos os números apresentados neste capítulo refletem a integralidade dos saldos, contas patrimoniais e de resultado. Informações mais detalhadas estão disponíveis no [site oficial](#) do Banco Patagonia.

Tabela 95. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais – R\$ milhões

	Jun/20	Mar/21	Jun/21	Var. (%)	
				Jun/20	Mar/21
Ativos	19.066	20.021	20.728	8,7	3,5
Operações de Crédito	7.173	6.824	5.947	(17,1)	(12,9)
Depósitos	14.113	14.755	15.785	11,8	7,0
Patrimônio Líquido	2.282	2.784	2.352	3,1	(15,5)

Figura 70. Banco Patagonia – Captações – R\$ milhões

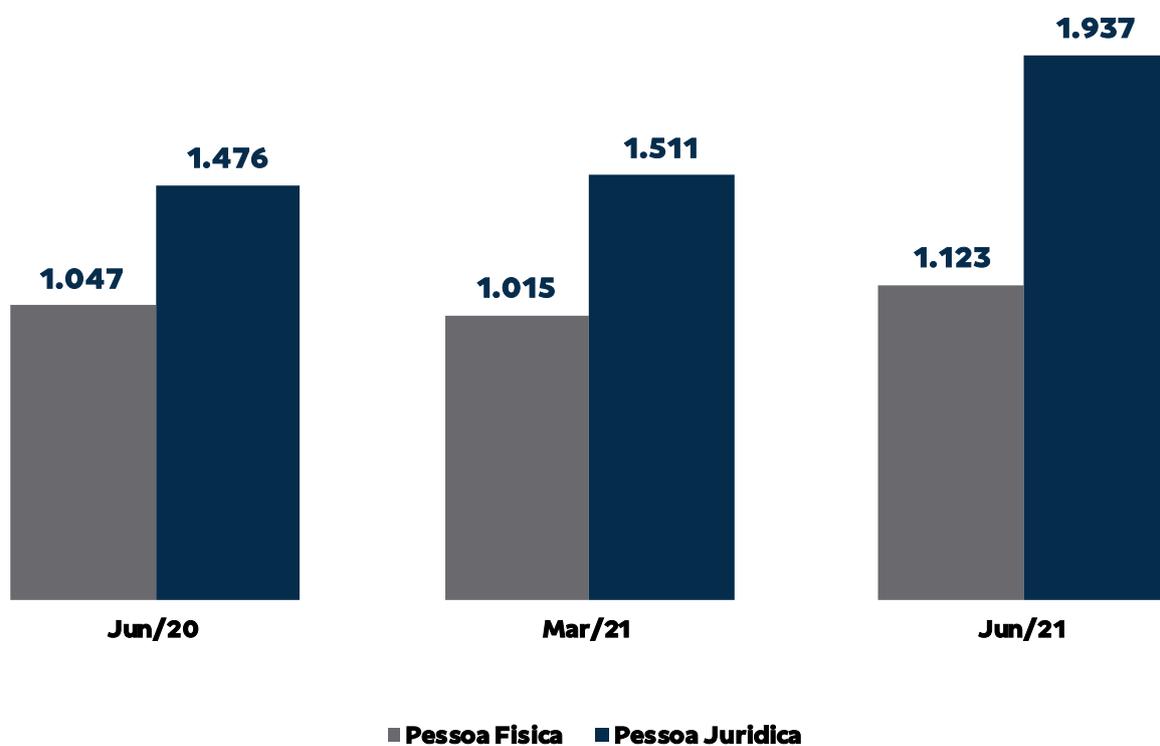
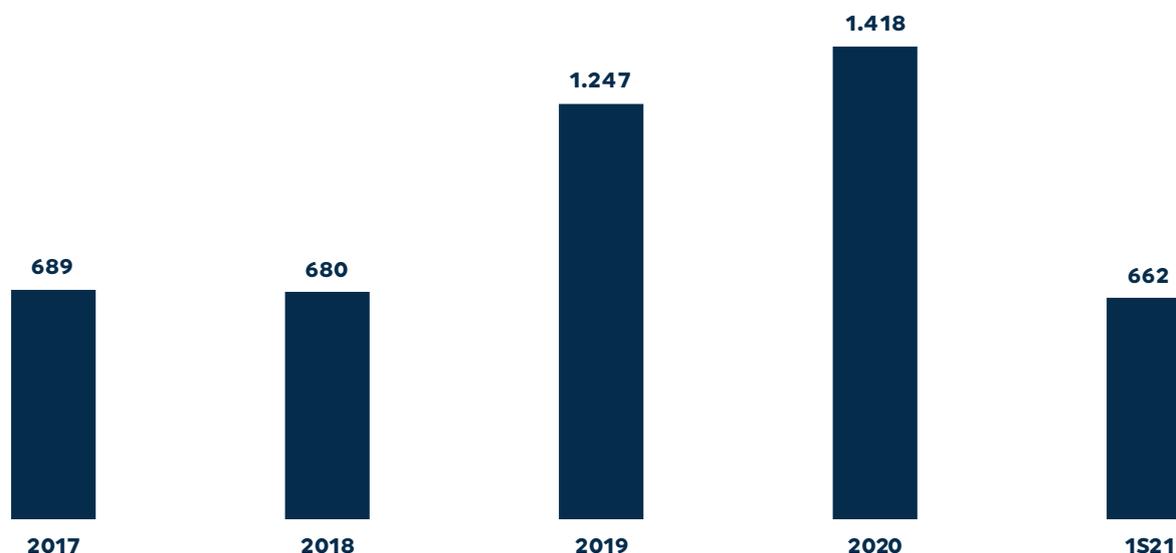


Tabela 96. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Resultado da Intermediação Financeira	888	634	587	(33,9)	(7,4)	1.357	1.221	(10,1)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(43)	(45)	(23)	(46,2)	(48,0)	(37)	(68)	83,9
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	845	589	564	(33,3)	(4,4)	1.320	1.153	(12,7)
Receitas com Prestação de Serviços	220	219	223	1,3	1,9	420	442	5,4
Despesas Administrativas	(308)	(320)	(320)	4,0	0,2	(555)	(640)	15,4
Outros	(94)	(141)	(146)	55,5	3,3	(168)	(287)	70,8
Resultado Antes da Tributação s/Lucro	663	347	320	(51,7)	(7,7)	1.017	667	(34,4)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(188)	20	(26)	(86,4)	0,0	(274)	(5)	(98,1)
Lucro Líquido	474	368	295	(37,9)	(19,8)	743	662	(10,8)

Figura 71. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões


Em relação ao resultado de tesouraria, cabe destacar a existência de um contexto inflacionário na Argentina, que afeta a situação financeira, os resultados e os fluxos de caixa e, portanto, o impacto da inflação deve ser levado em consideração. Para gestão e controle, o Banco Patagonia possui ferramentas de mensuração, que permitem um gerenciamento integrado do risco de taxa de juros junto ao risco de liquidez (estratégia de ALM).

Tabela 97. Banco Patagonia – Margem Financeira Bruta – R\$ milhões

	2T20	1T21	2T21	Var. (%)		1S20	1S21	Var. (%)
				2T20	1T21			1S20
Margem Financeira Bruta	886	617	572	(35,5)	(7,3)	1.351	1.189	(12,0)
Receita Financeira com Operações de Crédito	454	454	415	(8,6)	(8,5)	878	869	(1,0)
Despesa Financeira de Captação	(295)	(590)	(763)	158,3	29,2	(631)	(1.353)	114,6
Despesa Financeira de Captação Institucional	(26)	(24)	(23)	(12,0)	(5,2)	(55)	(48)	(13,3)
Resultado de Tesouraria	753	778	942	25,1	21,2	1.158	1.720	48,5



Tabela 98. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito – %

	2T20	1T21	2T21
Retorno sobre o Patrimônio Líquido ¹	38,3	10,2	8,6
Índice de Basileia	18,1	22,2	21,5
Índice de Cobertura (+90 dias)	213,8	315,9	297,5
Inad+90	2,3	1,1	1,0

(1) O cálculo é anualizado (multiplicação do resultado trimestral por quatro).

Glossário

Alavancagem: indicador financeiro que expressa a relação entre o ativo total e o patrimônio líquido da empresa.

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição. O retorno total desses ativos está incluído na receita bruta de intermediação financeira (RIF).

Captações Comerciais: inclui Depósitos Totais, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

Captações Institucionais: inclui captações direcionadas a investidores institucionais, com a utilização de instrumentos como Dívida Sênior, Letras Financeiras, Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Ampliada Interna: carteira de crédito ampliada, considerando-se apenas as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna: carteira de crédito ampliada interna, desconsiderando-se as operações de crédito adquirido.

Carteira de Crédito Atacado Pessoa Jurídica: composta pelas grandes empresas, com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões, adicionadas ao crédito agroindustrial e TVM.

Carteira de Crédito Negócios Varejo: corresponde à carteira de crédito pessoa física ampliada orgânica adicionada da carteira de crédito classificada Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME).

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito classificada do BB excluindo as carteiras adquiridas.

Carteira de Crédito Renegociada por Atraso: composta pelos créditos renegociados para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes. Não inclui operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

Correspondentes no País: são empresas contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Custo do crédito: razão entre a despesa de PCLD líquida e a carteira de crédito classificada média do período.

Custo de Oportunidade: instrumento de avaliação gerencial utilizado na comparação entre o resultado efetivo de operações ativas e o resultado hipotético da utilização em alternativa substitutiva. Em geral é considerada a Taxa Média Selic (TMS).

Despesa de PCLD – Risco de Crédito: despesa com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), conforme a Res. 2.682/99.



Despesa de PCLD líquida: despesa com PCLD, conforme a Res. 2.682/99, líquida de receita com recuperação de crédito.

Garantias: são operações em normalidade às quais o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.

Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do Hedge Estrutural.

Imparidade: grupamento de contas que registra as perdas permanentes em títulos e valores mobiliários, as despesas com provisão por imparidade em títulos e valores mobiliários e o resultado negativo apurado em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que foram baixados pela instituição vendedora ou cedente.

Inad +15: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 15 dias e o saldo da carteira.

Inad +60: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 60 dias e o saldo da carteira.

Inad +90: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 90 dias e o saldo da carteira.

Índices de Cobertura de despesas administrativas e despesas de pessoal - ajustados: Indica a grandeza da cobertura das rendas de tarifas sobre as despesas.

Índice de Eficiência ajustado: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e suas receitas operacionais. Quanto menor o índice, mais “eficiente” é a empresa.

Itens extraordinários: Receitas ou despesas relevantes identificadas no resultado do período e que não se referem aos negócios normais do Banco e/ou se referem a valores contabilizados em exercícios anteriores.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

Margem Financeira Bruta (MFB): é calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: é calculada com base nas receitas financeiras auferidas, deduzidos os custos de oportunidade. É definida de acordo com cada tipo de produto.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

Micror, Pequenas e Médias Empresas (MPME): clientes pessoas jurídicas com faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões.

MSD: Média de Saldos Diários.

Passivos Onerosos: engloba a soma de todos os passivos que acarretam despesa financeira para a instituição. O custo financeiro total desses passivos reflete a despesa de intermediação financeira.

PCLD Ampliada: corresponde à PCLD Líquida (despesas com PCLD, conforme a Res. 2.682/99, líquida da recuperação de crédito), adicionada aos descontos concedidos e a imparidade.

Realocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário (DRE) com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.



Receita Líquida de Juros: composta pela diferença entre os ganhos com os ativos rentáveis e os custos referentes aos passivos onerosos.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido e a média aritmética do patrimônio líquido do período em referência, excluída a participação de minoritários. Os valores são anualizados por capitalização simples.

Risco Médio: relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada.

RSPL Acionista: mede o retorno para o acionista do BB. É calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzidas as participações minoritárias e o instrumento elegível ao capital principal, que não é considerado no cálculo do indicador, pois o pagamento da sua remuneração é realizado com recursos provenientes de lucros acumulados e reservas de lucros. Os valores são anualizados por capitalização simples.

RSPL Ajustado: é calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzidas as participações minoritárias nas controladas e os planos de benefícios. Os valores são anualizados por capitalização simples.

RSPL Mercado: reflete a métrica que os principais analistas de mercado utilizam nas previsões de

resultado. É calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzido das participações minoritárias. Os valores são anualizados por capitalização simples.

Spread Gerencial: é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Além disso, são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a taxa média Selic (TMS). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do funding e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Spread Global: aplicação do conceito de spread específico ao segmento bancário que é calculado dividindo-se a margem financeira bruta pelos ativos rentáveis médios.

TVM Privados: valores mobiliários (commercial papers e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.



Regulação do Capital no Banco do Brasil:

Ajustes Prudenciais: são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais cuja qualidade pode ser comprometida em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados.

Capital Complementar: são os IHCD que atendam aos requisitos definidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 para compor o Capital Complementar, desde que autorizados pelo Bacen.

Capital Principal: composto pelo Patrimônio Líquido (PL) e contas de Resultado, sendo deduzidos os Ajustes Prudenciais.

Nível I: somatório do Capital Principal e Capital Complementar.

Nível II: são os Instrumentos de Dívidas Subordinadas (IDS) que atendam aos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 para compor o Nível II, desde que autorizados pelo Bacen.

Patrimônio de Referência (PR): é o somatório do Capital Nível I e II.

Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR): é o patrimônio exigido (volume de capital necessário) das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Bacen, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades por eles desenvolvidas, e é definido pela Resolução CMN nº 4.193/13.

Risk Weighted Asset (RWA): Ativo Ponderado pelo Risco.

RWACPAD: ponderação relativa às exposições ao risco de crédito, sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

RWAMPAD: ponderação relativa às exposições ao risco de mercado, sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

RWAOPAD: ponderação relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.



Vice-Presidência de Gestão

Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente

José Ricardo Fagonde Forni

Gerente Geral de

Relações com Investidores

Daniel Alves Maria

Gerentes Executivos

Janaína Marques Storti

Marco Aurélio Picini de Moura

Gerentes

Fabíola Lopes Ribeiro

Felipe de Mello Pimentel

Hilzenar Souza Alves da Cunha

Marcelo Oliveira Alexandre

Coordenador

Daniela Priscila da Silva

Assessores

Adriano Gonçalves de Souza

Bruno Santos Garcia

Caroline Rosa

Diogo Simas Machado

Eva Maria Gitirana de Oliveira

Fabrcio da Costa Santin

Fernanda Vasconcelos de Meneses

Gabriel Mirabile Pinheiro

Gustavo Correia de Brito

Ítala Tonon

Laura Daianna Fernandes Cunha

Luiz Fernando de Almeida

Marco Antonio Datolo Fernandes

Maria Angélica de Paiva Rezende

Regina Knysak

Tatiana Dias Coelho

Vitor Lopes Rodrigues

Viviane de Sousa

William Barbosa Pontes Junior

Banco do Brasil S.A.

Relatório de Asseguração Limitada do
Auditor Independente sobre o Processo de
Compilação e Apresentação das Informações
Contábeis Suplementares Incluídas no
Relatório de Análise do Desempenho
Referente aos Períodos de Três e Seis Meses
Findos em 30 de Junho de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE O PROCESSO DE COMPILAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS SUPLEMENTARES INCLUÍDAS NO RELATÓRIO DE ANÁLISE DO DESEMPENHO REFERENTE AOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do Banco do Brasil S.A.

Introdução

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. (“Banco”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre o processo de compilação e apresentação das informações financeiras resumidas, incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco (“informações contábeis suplementares”) para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, preparadas pela e sob a responsabilidade da Administração do Banco.

As informações contábeis suplementares foram compiladas e apresentadas partindo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, referentes: (a) período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, auditadas por nós de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sobre as quais emitimos relatório de auditoria em 4 de agosto de 2021; e (b) aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, revisadas por nós de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente), sobre as quais emitimos relatório de revisão em 4 de agosto de 2021. As informações contábeis suplementares compiladas incluem realocações de acordo com as interpretações e os julgamentos da Administração do Banco, conforme critérios para elaboração descritos na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas, no item Abertura das Realocações do Relatório de Análise do Desempenho.

Responsabilidades da Administração do Banco pelo processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco, referentes ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, bem como pelo processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares, incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco, contendo certas realocações efetuadas pela Administração do Banco para uma análise adicional, as quais estão descritas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas, no item Abertura das Realocações do Relatório de Análise do Desempenho, cujos valores são obtidos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco, auditadas ou revisadas por nós, ou dos registros contábeis do Banco.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o processo de compilação das informações contábeis suplementares, incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, com base no trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a norma brasileira NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 - "Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information", emitida pela Federação Internacional de Contadores - IFAC, aplicável às informações não históricas.

Essa norma requer o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares, incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco, para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, não tenham sido compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios para elaboração descritos na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas, no item Abertura das Realocações, do Relatório de Análise do Desempenho do Banco.

Os referidos procedimentos de asseguarção foram considerados suficientes para permitir um nível de asseguarção limitada e não contemplam todos aqueles procedimentos que poderiam ser requeridos para fornecer um nível de asseguarção mais elevado, e, conseqüentemente, não expressamos opinião.

Conclusão

Com base nos procedimentos de asseguarção limitada anteriormente descritos, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que o processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares, incluídas na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas do Relatório de Análise do Desempenho do Banco, para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, anteriormente referidas, não tenha sido seguido pela Administração do Banco, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios para elaboração descritos na seção Informações Financeiras Consolidadas Resumidas, no item Abertura das Realocações, do Relatório de Análise do Desempenho do Banco.

Brasília, 4 de agosto de 2021

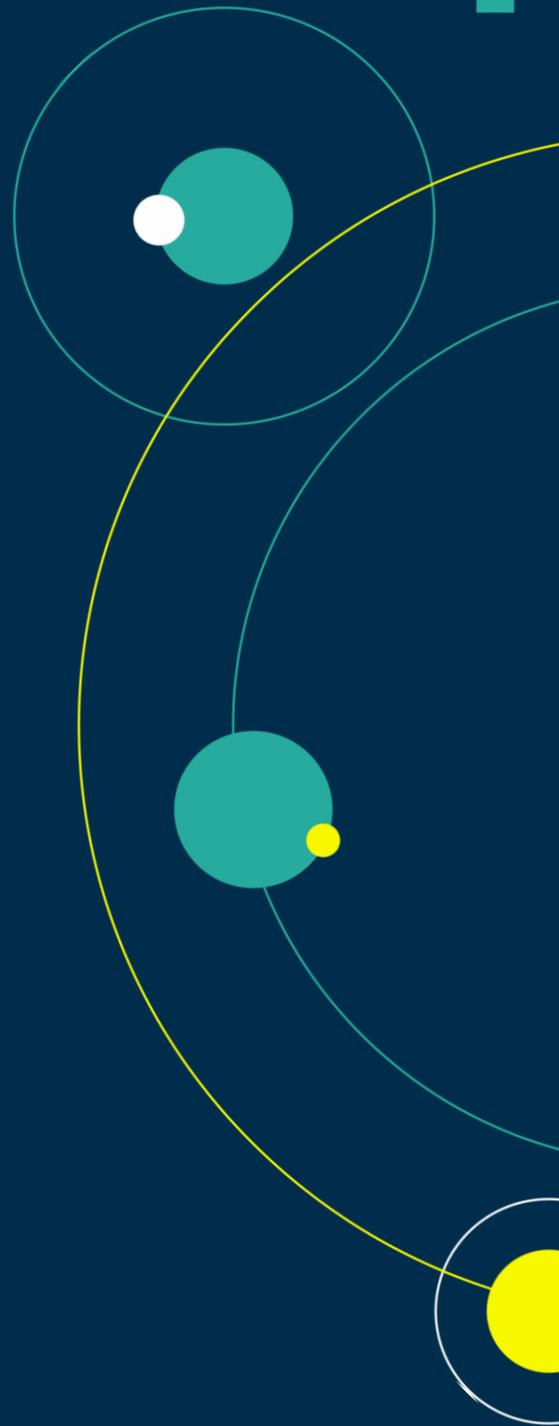
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6



Relatório da Administração

1º Semestre de 2021





Carta da Administração

Senhoras e senhores,

Nossos esforços estão direcionados para a inovação, viabilizando a integração do físico e do digital nos modelos de relacionamento do Banco e garantindo que os clientes encontrem o BB sempre disponível às suas necessidades, trazendo-lhes a melhor experiência.

Estes atributos são ainda mais relevantes em uma indústria bancária em transformação, não apenas pela chegada de novos concorrentes, mas também pelas mudanças impulsionadas por novas tecnologias, que tendem a mudar a forma de relacionamento dos vários agentes do sistema financeiro.

Neste contexto, estamos preparados para a implementação das próximas fases do open banking, que trazem oportunidades para a criação de novos modelos de negócio e novas formas de relacionamento com as pessoas e empresas. Nossos times trabalham cada vez mais integrados: áreas de negócios, produtos e tecnologia juntos em busca da melhor experiência do cliente.

Investimentos superiores a R\$ 22,3 bilhões em tecnologia, desde 2015, suportam nossa transformação e inovação. Soma-se a isso o investimento em Venture Capital corporativo, conectando nossas forças com parceiros que possam agregar rapidamente conhecimento, novas soluções ao negócio e adicionar valor na jornada do cliente.

A transformação da empresa está fundamentada na transformação de nossa cultura e neste contexto a ampla adoção de métodos ágeis, o trabalho em squads matriciais e a ressignificação da utilização de dados em nosso conglomerado têm sido recorrentes no dia a dia.

Nossos colaboradores estão em constante processo de desenvolvimento de competências, no momento com maior foco na transformação digital. A primeira e principal ação é a disponibilização, para todos os funcionários, do acesso imediato e ilimitado à maior plataforma brasileira de cursos de tecnologia. São mais de 1.200 cursos nas áreas de Data Science, DevOps, UX & Design, Mobile, Inovação & Gestão, Programação e Front-end, que se somam aos cursos e trilhas de transformação digital que já estavam disponíveis em nossa premiada e reconhecida Universidade Corporativa.

Além disso, serão ofertados incentivos para graduação, pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado voltados para tecnologia e inovação, além de bolsas de idiomas. Ao longo dos próximos meses nossos funcionários terão oportunidades de mentoria, compartilhamento de experiências e hackathons para colocar em prática o conhecimento adquirido.

Entendemos que o nosso principal diferencial competitivo é um relacionamento de qualidade com nossos clientes, nos canais que forem mais convenientes a eles e no momento que melhor lhes convier. De forma a entender como evoluímos nestes objetivos, acompanhamos diariamente os resultados chaves das interações com os clientes e tomamos medidas imediatas para eventuais correções de rumo. Com estas ações temos observado as

diversas métricas de satisfação de nossos clientes subindo consistentemente e os índices de reclamações em queda.

Outro ponto relevante é a priorização estratégica ao agro, nossa maior vocação. O desembolso para o agronegócio atingiu, na safra 2020/2021, R\$ 114 bilhões, crescimento de 23,1% em relação à safra anterior. Nosso compromisso com esse importante segmento está cada vez mais forte, e por isso anunciamos, no começo de julho, o maior plano safra da história, com a disponibilização de R\$ 135 bilhões em recursos. Além disso, em junho/21, a carteira de agronegócio ampliada ultrapassou, R\$ 205 bilhões, com inadimplência de apenas 0,74%.

O sucesso dessa atuação está na especialização do atendimento, na capilaridade e alcance de nossas estratégias, trabalhando com toda a cadeia produtiva. Para fomentar o segmento, lançamos em fevereiro/21 o fundo BB Ações Agro, que investe nas principais empresas nacionais e internacionais ligadas ao agronegócio e já ultrapassa R\$ 390 milhões.

Temos observado também crescimento em outras carteiras, como por exemplo no segmento de pessoa física. Em junho/21, a carteira de crédito consignado atingiu a marca histórica de R\$ 100,2 bilhões, crescimento de 16,4% em um ano.

Reforçamos e reiteramos em cada ciclo nosso compromisso com a sustentabilidade. Temos longa trajetória no tema e incorporamos as questões Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) na nossa estratégia, nas nossas práticas administrativas e negociais e na dinâmica do nosso dia a dia. Adotamos as melhores práticas ASG que nos permitem gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais, realizar negócios cada vez mais sustentáveis e criar valor para nossos clientes, acionistas, funcionários e sociedade.

Avançamos no cumprimento dos 10 Compromissos de Longo Prazo em Sustentabilidade. Nosso desempenho em soluções em energia renovável, seja em crédito, seja em consórcios, foi bastante positivo. Desembolsamos R\$ 886,5 milhões em crédito para painéis solares e equipamentos de eficiência energética. Além disso, apenas no primeiro semestre de 2021, nosso conglomerado participou de emissões e alocações sustentáveis superiores a R\$ 3,1 bilhões, segundo a Anbima.

Financiamos projetos para eficiência Estadual e Municipal, nas áreas de iluminação pública, esporte e lazer, infraestrutura viária, limpeza pública, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, segurança e vigilância sanitária, com desembolso no primeiro semestre de R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 977,1 milhões para os Estados e R\$ 462,6 milhões para os Municípios.

Por fim, mantemos o compromisso com o controle de despesas e com a busca por aprimorar nossa eficiência.

Com essas iniciativas de inovação, crescimento de negócios de forma sustentável e gestão da eficiência operacional, acreditamos que será possível manter a sustentabilidade dos negócios e resultados, bem como alcançar rentabilidade compatível com as principais instituições financeiras do país.



Atuação na pandemia

Atuamos de forma a prover suporte aos clientes com seriedade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalecemos o nosso compromisso com a sociedade, a partir de ações que visam apoiar o país a superar este momento de dificuldades. Reforçamos o compromisso de manutenção dos cuidados necessários com a saúde dos nossos funcionários, ao mesmo tempo que mantivemos os esforços voltados para o atendimento dos clientes e da população em geral.

Fomos a principal instituição financeira no pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda – BEm – concedido aos trabalhadores que tiveram jornada reduzida ou contrato suspenso de forma a preservar seu emprego e sua renda. Até 30/06, foram disponibilizados 1,9 milhão de benefícios em um montante de R\$ 1,5 bilhão.

Disponibilizamos, no ano de 2020, a linha de crédito BB Capital de Giro Pronampe Covid-19, desenvolvida com base no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), programa do Governo Federal destinado ao desenvolvimento e ao fortalecimento dos pequenos negócios. Nossa carteira atingiu R\$ 6,9 bilhões em 30/06/2021, com mais de 112 mil clientes beneficiados. Novos desembolsos estão programados para serem feitos no segundo semestre de 2021.

Ficamos mais próximos dos clientes nesse momento tão desafiador, levando novas soluções e trazendo a possibilidade de prorrogarem e ajustarem suas necessidades financeiras e fluxos de caixa, considerando os impactos da pandemia para pessoas e empresas.

Ao mesmo tempo, avaliamos e monitoramos os potenciais impactos da pandemia na carteira de crédito, considerando as peculiaridades dos diversos segmentos e linhas e temos adotado medidas proativas para a gestão do risco e do capital. Trabalhamos para preservar a continuidade das nossas operações e a sustentabilidade de longo prazo de nossa empresa e do relacionamento com nossos clientes.

Reconhecemos a dedicação dos nossos colaboradores que têm trabalhado para garantir a prestação de serviços financeiros de qualidade aos clientes e à sociedade, com todas as medidas necessárias para manter o atendimento presencial seguro. Com o surgimento da pandemia, o *home office* (trabalho remoto), que vinha sendo testado em projetos-piloto desde 2015, foi consolidado. Milhares de funcionários passaram a trabalhar de casa a partir de março de 2020, sem perda de produtividade.

Experiência do Cliente

Vivemos um momento na indústria financeira onde o consumidor possui uma gama de opções de escolhas, as comparações podem ser realizadas de forma rápida, a apenas um clique de distância, e o diferencial está cada vez mais na experiência proporcionada ao cliente. Na verdade, ainda hoje, antecipar as necessidades dos clientes continua sendo um grande desafio para a maioria das empresas. É preciso ouvir o cliente de forma sistemática e utilizar as informações não apenas para solucionar problemas, mas como fonte de inovação, evolução da experiência como um todo e ao mesmo tempo resolver os desafios apresentados.

O rearranjo realizado pelo Banco sobre a transformação de tipologias de Unidades de Negócios resultou na migração de clientes entre os diversos modelos e possibilitou ampliar o relacionamento gerenciado em 1,4 milhão de clientes, possibilitando ao BB atingir a marca de mais de sete milhões de clientes em modelos de relacionamento gerenciado.

Ampliamos o modelo de atendimento gerenciado para clientes com alta maturidade digital nos escritórios Leve, ou seja, aqueles que realizam as transações bancárias e de consumo preferencialmente nos canais digitais, buscando elevar a experiência e a rentabilização deste público. Neste modelo, o canal predominantemente de atendimento acontece por mensagens instantâneas, entregando mais tempestividade no atendimento, segurança, além de contribuir para melhorar a eficiência do atendimento e a experiência destes clientes.

Vale destacar que o primeiro semestre foi um marco para os beneficiários do INSS atendidos pelo BB, com destaque para as diversos lançamentos em busca da melhor experiência do cliente em soluções e produtos, como por exemplo: lançamento da realização da prova de vida no APP BB (solução inovadora), portabilidade de operações de crédito consignado de não correntistas que recebem suas aposentadorias ou pensões do INSS no BB por meio do cartão



benefício, averbação online para todas as modalidades do crédito consignado INSS e a possibilidade de solicitar a portabilidade do benefício INSS no WhatsApp, permitindo a ampliação do relacionamento e negócios com este público.

Estas e outras medidas têm mostrado resultados positivos em termos de satisfação do cliente, com o NPS (Net Promoter Score), evoluindo de forma consistente. Na comparação com junho/20, o indicador cresceu 10 pontos, enquanto as reclamações no Ranking do Banco Central reduziram 20% frente ao 1T21. Temos diversos mecanismos para ouvir o cliente, além do NPS. Recebemos mais de 4,5 milhões de avaliações de clientes sobre o atendimento que prestamos nos meios digitais e físicos, com nota de 4,83 (sendo o máximo de 5,0). Importante lembrar ainda que a satisfação do cliente tem impacto direto na remuneração e premiação dos nossos funcionários, sendo um importante indutor para alinhar o objetivo do Banco em manter um atendimento de excelência.

Programa de Relacionamento Ponto Pra Você

Destacamos novidades nas opções de *cashback* com Pontos, com o lançamento da possibilidade de ressarcimento com pontos de valores em investimento e produtos agro, alcançando um volume total de *cashback* aos clientes de R\$ 38 milhões no primeiro semestre.

Outra solução importante para estreitar o relacionamento com o cliente e também como nova fonte de receita é o Clube de Benefícios BB, que obteve faturamento bruto de R\$ 244 milhões e diversas melhorias na experiência do cliente como novas interfaces nos canais digitais, além da possibilidade de alteração da modalidade e do dia do débito da mensalidade.

A Plataforma de Vantagens BB, disponível no Internet Banking e nos APP BB e Ourocard, alcançou 23 milhões de acesso e oferece mais de 500 benefícios em produtos BB, ações para acúmulo e resgate de pontos e promoções em empresas parceiras.

Acionistas e Detentores de instrumentos de dívida

O Banco do Brasil conta com uma base de mais de 824 mil acionistas, sendo 98,2% pessoas físicas e 1,8% pessoas jurídicas. Entre janeiro de 2019 e junho de 2021 nossa base de acionistas PF cresceu de 446 mil para 824 mil. Tal feito demonstra a confiança de nossos acionistas e a solidez de nossa empresa em cenários de maior volatilidade.

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representaram 2,27% do Ibovespa para o último quadrimestre. Mantivemos também um programa de American Depositary Receipts (ADR) nível 1 (BDORY) negociado no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Nossa composição acionária, ao final de junho, era assim distribuída:

Tabela 1. Composição Acionária e Indicadores

	Jun/21	%
Total	100,00	
(a) União Federal	50,00	
(b) Ações em circulação (Free Float)	49,58	
PF	15,00	
PJ	12,32	
Capital Estrangeiro	22,26	
Demais ¹	0,42	
Free Float Ex-Demais (%) - $b/(a+b)$ ¹	49,79	

(1) Composto por Ações em Tesouraria, ações detidas por Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva por ações referentes à incorporação do BNC e BESC.

	Jun/21	Dez/20
Valor Patrimonial por Ação - BBAS3 (R\$)	47,47	40,91
Cotação de Fechamento - BBAS3 (R\$)	32,13	38,80
Cotação ADR (US\$)	6,50	7,56



1. Estratégia e Governança Corporativa

A Estratégia Corporativa Banco do Brasil (ECBB) é elaborada por meio de processo estruturado, participativo e baseado em metodologias consolidadas, o que fortalece as decisões sobre a atuação da Empresa para os próximos cinco anos.

Colocamos o cliente no centro da nossa atuação e de nossas decisões, em todos os níveis organizacionais, de forma a propiciar-lhe a melhor experiência. Para isso, buscamos continuamente tornar o BB seu principal banco de relacionamento, aprimorando a oferta de soluções personalizadas e inovadoras e atendendo-os onde e como desejarem.

Somos um Banco competitivo, rentável, eficiente e inovador. Para isso, primamos pela otimização de capital, melhoria da eficiência operacional, otimização da nossa estrutura, novos negócios e fontes de receita, bem como pela aceleração da transformação cultural e intensificação do uso de dados.

Temos consolidado dia a dia, junto aos nossos funcionários, um dos principais componentes da ECBB, o Propósito de “Cuidar do que é valioso para as pessoas”. Isso significa que nosso foco recai sobre as pessoas e o que importa para elas (retorno sobre investimentos, segurança, preservação do patrimônio, realizações etc.), e não simplesmente sobre nossos produtos e serviços. Pessoas, por sua vez, abrangem todos os nossos stakeholders, ou seja, clientes, acionistas, funcionários e a sociedade como um todo.

Os valores constituem princípios que guiam a organização, enfatizando o foco no cliente, a eficiência, a inovação, o senso de dono, a ética, a confiabilidade e o espírito público. Com valores organizacionais sólidos, buscamos transformar em atitudes a contribuição de cada um para a perenidade da Empresa.

Nossa Visão é “Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável”.

Para nos guiar nessa direção, definimos nossos principais objetivos estratégicos para os próximos cinco anos, os quais estão distribuídos em cinco perspectivas:

- A. Clientes: colocamos o cliente no centro da estratégia e assumimos o compromisso de ser para ele o Banco mais relevante, proporcionando-lhe a melhor experiência e priorizando ações que ampliem negócios e favoreçam o aumento da satisfação, da retenção e da atração de novos clientes.
- B. Financeira: priorizamos o crescimento da rentabilidade de forma sustentável e buscamos otimizar a alocação de capital.
- C. Sustentabilidade: promovemos em cada ação o compromisso com a sustentabilidade, com a adoção das melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança.
- D. Processos: aceleramos a transformação digital e a inovação, evoluindo no desenvolvimento de inteligência analítica, bem como mantendo o foco na eficiência operacional e no aperfeiçoamento dos processos, produtos e canais, tornando-os mais simples, ágeis, inovadores e integrados à experiência do cliente.
- E. Pessoas: buscamos transformar a cultura organizacional com foco no cliente, na inovação e na meritocracia.



Governan7a Corporativa

Adotamos as melhores pr6ticas de governan7a corporativa, mantendo o comprometimento com os princ6pios de transpar6ncia, presta76o de contas, equidade e responsabilidade corporativa. Somos a 6nica institui76o financeira do Brasil listada, voluntariamente, no Novo Mercado, da Brasil, Bolsa, Balc6o (B3), segmento de mais elevado padr6o em termos de governan7a corporativa, desde 2006.

O modelo de decis6o colegiada 6 adotado desde 1995, e todas as decis6es, independentemente do n6vel hier6rquico, s6o tomadas com o envolvimento dos representantes das unidades e apoio de comit6s executivos na defini76o de estrat6gias e na aprova76o de propostas para os diferentes neg6cios. Al6m disso, adotamos a segrega76o de fun76es no 6mbito da estrutura76o dos 6rg6os da administra76o, bem como trabalhamos com estruturas de comit6s que descentralizam o processo decis6rio e permitem a especializa76o em temas relevantes.

Nossa estrutura de governan7a corporativa 6 composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administra76o (CA) e seus comit6s de assessoramento – Comit6 de Auditoria; Comit6 de Pessoas, Remunera76o e Elegibilidade; Comit6 de Riscos e Capital e Comit6 de Tecnologia, Estrat6gia e Inova76o – pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal.

O CA, 6rg6o independente de decis6o colegiada, tem, na forma prevista em Lei e no Estatuto Social, atribui76es estrat6gicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras. No m6nimo 30% dos oito membros do CA s6o independentes, assim definidos na legisla76o e no Regulamento do Novo Mercado da B3, sendo que atualmente, dos oito membros, quatro s6o independentes, sendo dois representantes dos acionistas minorit6rios. Os Comit6s de Assessoramento ao Conselho de Administra76o s6o compostos, em sua maioria por membros independentes.

Al6m da elei76o de tr6s mulheres para o Conselho de Administra76o (formado por oito membros), ocorrida na Assembleia Geral Ordin6ria de 28 de abril, pela primeira vez na hist6ria do BB, foi eleita, em 05 de maio, uma mulher para ocupar a posi76o de presidente do Conselho, que passou a ser composto de 37,5% de lideran7as femininas, refor7ando o compromisso da gest6o com a diversidade em cargos de lideran7a. Tamb6m em maio, foi eleita a primeira mulher a um cargo de vice-presidente. Com isso, somadas 6s outras diretoras em atividade, 20% das posi76es estatut6rias s6o ocupadas por mulheres.



2. Sustentabilidade Empresarial

Adotamos as melhores pr6ticas Ambientais, Sociais e de Governan7a (ASG), que permitem a76es de antecipaa76o e de gerenciamento de riscos e oportunidades. Essas premissas est6o materializadas em nosso Plano de Sustentabilidade–Agenda 30 BB. O Plano conta com 40 a76es e 110 indicadores para o per6odo 2021–2023.

Estabelecemos **10 Compromissos de Longo prazo em Sustentabilidade**, com metas a serem implementadas at6 2030, que envolvem as frentes de Neg6cios Sustent6veis, Investimento Respons6vel e Gest6o ASG.

Para auxiliar nossos clientes na transi76o para um portf6lio mais sustent6vel um dos nossos objetivos 6 alcan7ar saldo de R\$ 15 bilh6es em cr6dito para energia renov6vel at6 2025. Por isso, elegemos o m6s de maio como o m6s do Fomento 6 Energia Renov6vel. Lan7amos a linha BB Cr6dito Energia Renov6vel, voltada aos clientes pessoas f6sicas, e cotas de cons6rcios nos “Grupos Verdes”.

Atingimos 100% de compensaa76o de gases de efeito estufa gerados por energia el6trica, neutralizados por meio da compra de certificados de energia renov6vel internacionais rastre6veis, conhecidos como I-RECs



(International Renewable Energy Certificate), e do funcionamento da Usina Solar em Porteirinha (MG).

Além disso, passamos a utilizar energia de fontes renováveis em 27 prédios administrativos através do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Com isso, alcançamos uma economia acumulada de R\$ 13,3 milhões (2019/2021), com expectativa de atingir economia de R\$ 50 milhões até 2024.

E não queremos parar por aí. Para expansão do projeto ACL, serão estudadas ao todo 1.767 unidades consumidoras em Média Tensão (A4) com viés de atingir 68% do consumo BB via fontes renováveis até dezembro de 2024. Estima-se economia de mais R\$ 33 milhões nas despesas com energia elétrica.

Ainda em 2021, o BB tem prevista a inauguração de mais três usinas: na Bahia, em Goiás e no Distrito Federal. A iniciativa faz parte do projeto Geração Distribuída (GD), que prevê a geração de energia limpa via usinas solares. Nesse contexto, a expansão prevê o total de 29 usinas com potencial de economia da ordem de R\$ 558 milhões em 15 anos.

Ainda no escopo do projeto de GD, serão viabilizadas mais 19 novas usinas a serem licitadas em 2021 com viés de atingir 22% do consumo BB via fontes renováveis até dezembro de 2023. Estima-se economia de aproximadamente R\$ 277 milhões ao longo de 15 anos de prestação de serviço, atendendo cerca de 789 unidades consumidoras.

Quando todos os projetos de GD estiverem concluídos, com 29 unidades entregues até 2023, serão gerados cerca de 117 GWh de energia por ano, o que corresponde ao consumo de 48,7 mil residências de classe média. Com essas medidas, o BB deixará de emitir cerca de 5,9 mil toneladas anuais de dióxido de carbono, o que equivale ao plantio de aproximadamente 16,5 mil árvores.

Com isso, cerca de 117 mil certificados de energia renovável no padrão I-REC poderão ser utilizados para compensação de emissões do BB.

Ainda com foco na eficiência energética, instalamos solução de IoT (internet das coisas) para monitorar o funcionamento dos sistemas de climatização, nobreak e iluminação, além do consumo de energia elétrica e água, em 230 agências, durante o primeiro semestre. Com isso, queremos alcançar uma redução no consumo de energia na ordem de 15% nas dependências atendidas. A expectativa é expandirmos o modelo para 300 unidades de negócios, até o fim do ano.

Outro aspecto importante que vem recebendo atenção é o programa de coleta seletiva, que está em fase de reformulação, com o apoio da WWF, parceira do BB na busca pelo "Lixo Zero" e em diversas outras ações no tema de ASG.

O comprometimento com essa agenda nos permite evoluir e obter reconhecimentos em índices, rankings e ratings de sustentabilidade globais e nacionais, os quais reforçam nossa posição de destaque no tema.

Captação Internacional com Lastro Sustentável – Sustainable Repo

Realizamos, em abril, uma operação financeira de tesouraria de US\$ 100 milhões com características de sustentabilidade. É a primeira operação deste tipo que se tem notícia na América Latina. A negociação com um investidor internacional foi realizada com o objetivo de captar recursos para refinaranciar empréstimos de Pronaf (categoria social) e operações do BB Financiamento PJ na modalidade de instalação de painéis solares (categoria verde), conforme [Framework de Finanças Sustentáveis do BB](#).

Adesão à Força-Tarefa para Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD)

Buscando manter o papel de protagonista na busca por novas oportunidades de gerar valor para os nossos públicos de relacionamento e contribuir para a preservação do meio ambiente, em maio/2021, fizemos adesão às recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD, sigla em inglês), uma iniciativa do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, sigla em inglês) que visa desenvolver uma forma consistente de reporte dos riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas.

Carteira de Negócios Sustentáveis

Atingimos, ao fim de junho/21, R\$ 257,9 bilhões em operações de crédito sustentáveis, crescimento de 14% em 12 meses, com destaque ao agronegócio sustentável (39,8%) e aos negócios sociais (47,8%). Este montante foi contratado em linhas de crédito com elevada adicionalidade ambiental e/ou social, ou destinada a financiar atividades e/ou segmentos que possuem impactos socioambientais positivos, para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, reforçando nosso papel transformador no desenvolvimento do país e para garantir um futuro cada vez mais sustentável.

Adicionalmente, lançamos dois produtos de investimento aderentes aos aspectos ASG: o fundo BB Ações ASG Brasil e LCA Verde, que juntos já somam R\$ 33 milhões captados.



3. Cenário Macroeconômico

Brasil

A segunda onda da Covid-19 afetou, com intensidade, o Brasil em meados do primeiro semestre, fazendo com que fossem reeditadas medidas de restrição à atividade econômica em muitas localidades. Todavia, o aprendizado trazido pela pandemia fez com que vários setores e empresas se adaptassem às restrições e a atividade econômica ao longo dos primeiros meses do ano mostrou-se mais resiliente.

O crescimento de 1,2% do PIB no primeiro trimestre veio acima da expectativa esperada pelo mercado, com destaques, pelo lado da oferta, para o agronegócio e, pelo lado da demanda, para os investimentos. O otimismo gerado com a atividade econômica e o avanço do processo de vacinação ao longo do segundo trimestre reverberaram positivamente nos principais indicadores de risco. A relativa melhora nos indicadores da pandemia, os bons resultados do setor externo (em grande medida impulsionados pelo ambiente favorável às exportações de commodities) e a trajetória mais amigável dos indicadores fiscais, favoreceram a queda da taxa de câmbio, que encerrou o segundo trimestre em R\$/US\$ 5,00 (contra um câmbio de R\$/US\$ 5,70 observado no fim de março).

Por sua vez, fatores externos, como a maior demanda por commodities e a falta de insumos em diversas cadeias produtivas, e fatores internos, como a elevação do custo da energia elétrica devido à crise hídrica, provocaram a elevação da inflação doméstica, fazendo com que o IPCA atingisse 8,4% em 12 meses encerrados em junho. Essa pressão inflacionária tem refletido nas decisões de política monetária do Banco Central, que elevou a taxa Selic de 2% a.a. no início do ano para 4,25% a.a. em junho, em um processo que deverá ter continuidade no segundo semestre. A preocupação com a evolução do nível de preços fez com que a autoridade monetária sinalizasse o fim do ciclo expansionista da política monetária em 2021.

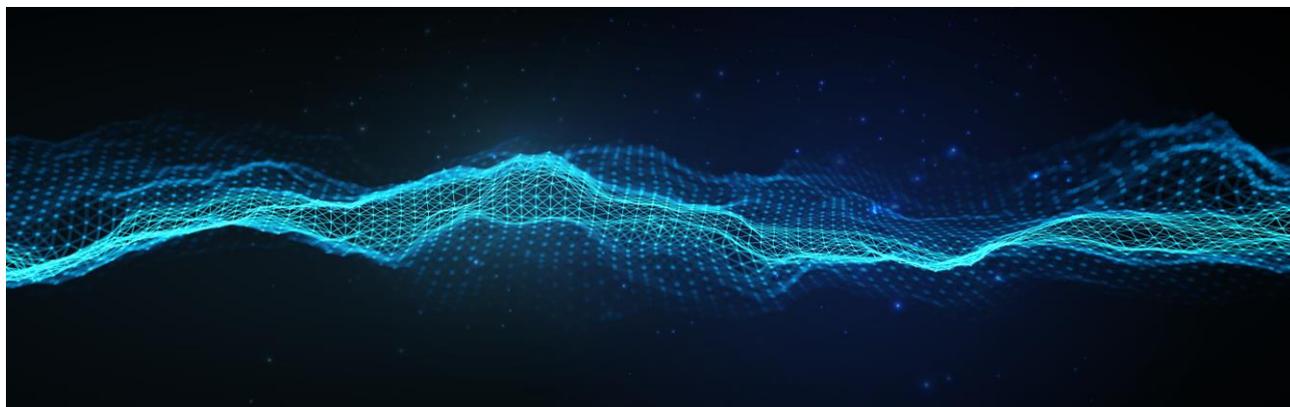
Em que pese a elevação da taxa básica de juros, o ambiente econômico mais favorável, a evolução do processo de imunização da população e a maior reabertura das atividades têm contribuído para a evolução do crédito no sistema financeiro nacional, com a aceleração de linhas ligadas ao consumo das famílias, investimentos e capital de giro para as empresas.

Mundo

A preocupação com a pandemia da Covid-19 manteve-se presente ao longo do primeiro semestre deste ano, com maior destaque nos países que passaram por uma segunda onda mais intensa de contaminação. No entanto, a evolução no processo de imunização da população dos países avançados e em algumas economias emergentes trouxe alento ao combate da pandemia, fato que contribuiu para a maior reabertura das atividades e proporcionou a aceleração da recuperação econômica.

Além da evolução no processo de imunização da população em relação à Covid-19, os programas de estímulos fiscal e monetário também contribuíram para o quadro mais favorável ao crescimento econômico. Nesse caso, a aprovação do plano de estímulos norte-americano em meados do primeiro semestre ganhou destaque pelo mundo. De fato, a perspectiva mais positiva para a atividade fez com que o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisasse as projeções de crescimento para economia global para 6% em 2021.

Por outro lado, a forte retomada do crescimento das principais potências globais, como Estados Unidos e China, elevou a preocupação com a dinâmica inflacionária causada pela trajetória dos preços das commodities e pelo descompasso entre oferta e demanda de produtos em diversas cadeias globais. Esses elementos provocaram a aceleração da inflação em várias economias e têm gerado debates e apreensão dos mercados financeiros sobre uma possível antecipação da redução dos estímulos monetários ao redor do mundo.



4. Transformação Digital

Com um Banco cada vez mais digital, consolidamos nossa presença em complementariedade à rede física e oferecemos novas soluções e conveniência aos nossos clientes. A adoção dos meios digitais para efetivação de diversos serviços cotidianos continuou se fortalecendo como novo hábito para milhões de brasileiros e nos antecipamos, fomentando a originação de negócios e o relacionamento pelo digital.

A transformação digital vai muito além a automação de processos e disponibilização de soluções nos canais digitais. Envolve colocar o cliente no centro da nossa atuação e das nossas prioridades. Assim, permanecem priorizados os processos que têm forte impacto sobre a satisfação dos clientes e a melhoria da eficiência. Usamos dados, *analytics* e inteligência artificial para termos escala e capacidade para entregar um banco para cada cliente.

Com 89,9% das transações dos clientes sendo realizadas por meio das plataformas digitais (internet e mobile), alcançamos 21,6 milhões de clientes ativos nos canais digitais, crescimento de 1,8 pontos percentuais frente a junho/20. Nosso Aplicativo segue entre os mais bem avaliados na indústria, considerando incumbentes e bancos digitais, com as maiores notas, de forma consistente, nas lojas da Apple e Google Play, com mais de 5,9 milhões de avaliações.

Com o uso da inteligência artificial, potencializamos eficiência, simplificação e usabilidade dos processos, além de otimizarmos a tomada de decisão e promovermos o engajamento com clientes, funcionários e demais partes interessadas. O objetivo é aumentar a capacidade humana de tomada de decisões, realização de negócios ou resolução dos desafios dos clientes. A inteligência artificial permitiu que em junho alcançássemos 30,4 milhões de clientes habilitados para utilização da ferramenta de texto em ambiente logado (FaleCom) por meio do atendimento integrado do robô com o humano.

Já as nossas estruturas de inteligência analítica trabalham em tribos e *squads* multidisciplinares. Isso gera sinergia entre as equipes que desenvolvem produtos ou soluções e os especialistas em *analytics*. Esse ambiente colaborativo facilita o acesso aos dados disponíveis, o compartilhamento de conhecimentos e acelera as entregas para melhor atender os clientes.

Como forma de promover a escalada da Cultura *Data Driven* no Banco do Brasil, oferecemos aos funcionários, no 1S21, acesso às maiores plataformas de educação em inteligência analítica, bem como capacitação nas principais universidades e institutos voltados para o tema. São sete parceiros para o aprofundamento dos conhecimentos em *Analytics*, que já capacitaram mais de 1.300 funcionários. Além disso, promovemos no semestre o Programa BB *Data Driven*, que engloba ações de comunicação, engajamento do público interno, capacitação e experimentação da ciência de dados para a geração de valor aos negócios.

A combinação de inteligência artificial, inteligência analítica e uso eficiente de dados nos aproxima da melhor experiência do cliente, pois conseguimos entender, em tempo real, suas demandas, necessidades e dores. Além disso, a utilização dessas tecnologias permite fortalecermos o atendimento automatizado, via *bots*, que estão cada vez mais capazes de dialogar de maneira próxima, com linguagem e elementos de fácil compreensão, buscando a resolutividade, oferta de serviços e satisfação dos clientes.

Dois exemplos dessa inovação são o Robô Advisor e o Simulador de Investimentos. O primeiro possibilitou automatizar a assessoria em investimentos em grande escala. Desde seu lançamento, no 2S19, a solução já captou mais de R\$ 2,13 bilhões, sendo que 46% das aplicações foram realizadas em produtos voltados à diversificação.



Precursor do Robô Advisor, o Simulador de Investimentos, lançado em 2017, segue disponível no App BB e representa uma importante ferramenta para a ampliação da base de investidores e para a educação financeira dos clientes do BB. As soluções de assessoria digital já apresentam resultados comerciais sólidos, além de simplificarem o acesso aos produtos de diversificação.

Lançamos a Conta PJ Digital, em junho/2021, que permitiu a abertura de conta feita direto no celular, sem necessidade de comparecimento à uma agência. Neste momento, está disponível para empresas individuais (MEI, EI e EIRELI).

Em abril, lançamos o **Blog do BB** que conta com quatro editorias e aborda os quatro territórios da plataforma de marca - cultura, esportes, tecnologia e sustentabilidade - como direcionadores importantes para os conteúdos. Além dos posts em texto, o Blog também conta com espaço para outros formatos, como vídeos e podcasts. Lançamos ainda, nas principais plataformas de streaming, nosso podcast "BB Tecnologia e Inovação".

Criamos a solução para entrega imediata de cartões nas agências. A solução reduz custo, antecipa tempo, entregando ao cliente um cartão definitivo e pronto para uso. A novidade atende clientes pessoas físicas correntistas e não correntistas, novos portadores ou que já possuam (no caso de emissão de 2ª via) os cartões das modalidades Ourocard Visa Infinite e Ourocard Visa Fácil, os dois cartões com maior quantidade de emissão atualmente. São 1.055 dependências atendidas pela solução e, em agosto, o modelo será estendido para mais 500 agências.

Apoiamos os eSports, com transmissão de lives com os melhores *streamers* e descontos em cursos de Gestão em eSports. Com foco em fomentar a indústria dos games, abrimos as inscrições para o "Stream Battle BB". O concurso vai buscar, em todo território nacional, seis micros e pequenos *streamers*, de qualquer game, que tenham potencial para completar o Squad BB, ou seja, integrar o time de criadores de conteúdo do Banco.

As inscrições vão até o dia 08 de agosto. Lançamos, também, o fundo BB Ações Games BDR nível 1, que investe em empresas produtoras de games e afins ao redor do mundo. De abril, quando foi lançado, até julho já ultrapassou R\$ 15 milhões captados, com mais de três mil clientes.

Temos expandido a atuação do Banco como plataforma, com a oferta de produtos e serviços financeiros e não financeiros. Destaque para o Broto (www.broto.com.br), nossa plataforma agro em conjunto com a BB Seguros, que conecta produtores rurais, prestadores de serviços, revendedores e fornecedores de soluções ao agronegócio. Comemorando um ano de atuação, e originou mais de R\$ 756 milhões em negócios desde seu lançamento.

Nesse contexto, destaca-se também a nova solução de mobilidade urbana do BB, que possibilitará a utilização das melhores soluções de transporte do mercado, para deslocamentos em serviço para os servidores públicos e colaboradores do Setor Público. A plataforma propõe a integração de players de mobilidade urbana por aplicativo e também cooperativas de táxis que atenderem aos requisitos da solução, viabilizando ofertar serviços de viagens administrativas baseadas em critérios como menor preço, menor tempo de espera, categoria de veículos, etc.

Em testes desde o início do ano, foi possível atestar redução nos gastos gerais de mobilidade, com custo por viagem, da ordem de até 40% abaixo das soluções utilizadas atualmente. A solução BB é alternativa aos modelos tradicionais de gestão de frotas, aluguel de veículos ou mesmo contratações de prestadores exclusivos de transporte.

O Pix é um Sistema de Pagamentos Instantâneos criado pelo Banco Central do Brasil, em que as transferências e pagamentos são realizados em segundos, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Com ele o Brasil vai reduzir a fabricação de papel-moeda, as emissões de boletos e os encargos das transferências. Ou seja, Pix é mais sustentável para todo mundo. O BB finalizou o 1S21 com quase um terço de participação de mercado no volume de recursos transacionados.

Open Banking

Para além do atendimento às exigências regulatórias, que determinam o compartilhamento de dados, produtos e serviços, o Open Banking traz oportunidades de distribuição de produtos e serviços próprios em canais de terceiros, com foco na ampliação da capilaridade digital, e, também, de oferta de produtos e serviços de terceiros nos canais próprios, com foco na experiência do cliente. De modo geral, essa abertura amplia as fronteiras de atuação, trazendo mais competitividade, mas também permitindo ofertas de maior valor agregado.

O Portal do Desenvolvedor, lançado em 2017 e reformulado em 2020, permite uma jornada digital de ponta a ponta para a integração, incluindo ambiente de teste das soluções, além de conectar o público desenvolvedor, mantendo ativa uma comunidade que contribui para a construção e melhoria dos nossos serviços.

Estamos trabalhando para disponibilizar todo o processo de compartilhamento de dados cadastrais e transacionais, para a implementação da Fase 2 do Open Banking, prevista para ocorrer em agosto de 2021, mediante consentimento dos clientes, bem como nos estruturando para consumir tais dados, com vistas a ampliar o leque de produtos e serviços à disposição dos atuais e futuros clientes. Nesse sentido, será possível oferecer uma melhor experiência, ampliando a assertividade das ofertas e a personalização das soluções financeiras, que serão cada vez mais aderentes à necessidade individual de cada um deles.



5. Prêmios e Reconhecimentos

Janeiro

Somos o banco mais sustentável do mundo. Fomos reconhecidos como o banco mais sustentável do planeta pelo ranking das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2021 – Global 100, da Corporate Knights. Este foi o melhor resultado histórico do Banco – ficamos na 3ª colocação geral do ranking e somos também a empresa mais bem posicionada do Brasil.

Fevereiro

Recebemos a premiação Classe Bronze no Sustainability Yearbook 2021. O Sustainability Yearbook é uma das publicações mundiais mais abrangentes sobre sustentabilidade corporativa, que classifica as empresas pelo desempenho apresentado no Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI).

Março

Fomos reconhecidos pelo segundo ano consecutivo como uma das 100 empresas mais inovadoras do mundo em um dos mais importantes eventos de TI internacionais, o CIO 100 Awards 2021, realizado pela revista americana CIO, da IDG Communications. A responsabilidade por esse mérito é de uma das soluções mais inovadoras lançadas em 2020, o Assistente Virtual para Renegociação de Dívidas no WhatsApp, desenvolvido com a aplicação de Inteligência Artificial.

Abril

Fomos o banco mais bem avaliado pelos clientes investidores em março, segundo o estudo Índice de Atendimento de Bancos e Plataformas (IQA) elaborado pela FGV. Esse é um reconhecimento a todos os funcionários do BB que atuam de forma cada vez mais comprometida, com foco total na satisfação do cliente.

Maiο

Temos a solução mais inovadora em tecnologia móvel no país, segundo o prêmio “Seleção Mobile Time”, com o Pix no WhatsApp BB. A solução permite aos clientes cadastrar suas chaves, pagar, receber, gerar QR Code ou consultar um extrato do Pix por mensagens de texto ou voz.

A revista Global Finance anunciou em sua nona seleção anual para o prêmio “The Innovators 2021”, o reconhecimento das mais inovadoras instituições financeiras mundiais, aquelas que conseguem projetar as melhores soluções e ferramentas financeiras. Fomos escolhidos pelo terceiro ano consecutivo, dessa vez na categoria Corporate Finance. A iniciativa premiada foi o Centro de Aceleração em Inteligência Artificial.

Recebemos o Prêmio Latam 2021 em experiência do cliente, organizado pela Aloic – Alianza Latino Americana de Organizaciones para la Interacción con Clientes, cujo objetivo principal é reconhecer as melhores práticas da atividade. Vencemos com o SAC BB, na categoria Melhor Estratégia na Organização.

A Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB) foi reconhecida como uma das melhores do mundo pelo GlobalCCU (Conselho Global de Universidades Corporativas). Recebemos o Gold Award na categoria Cultura e Tecnologias. É a quarta vez em que somos premiados pelo GlobalCCU.

Junho

Fomos reconhecidos como a melhor instituição da América Latina na Gestão de Portfólio Digital no PWM Wealth Tech Awards 2021, cerimônia global organizada pelo veículo especializado Professional Wealth Management - PWM, integrante do grupo internacional Financial Times, referência em assuntos relacionados a finanças e private banking.



6. Destaques do Resultado das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Lucro Líquido de R\$ 9,7 bilhões no 1S21

O lucro líquido foi de R\$ 9,7 bilhões no 1S21, aumento de 52,0% em relação ao 1S20. O resultado foi impactado pelo aumento do resultado da intermediação financeira decorrente da redução da provisão para perdas. As despesas administrativas alcançaram R\$ 17,0 bilhões, crescimento de 4,4%, enquanto as receitas de prestação de serviços foram de R\$ 14,1 bilhões, crescimento de 0,4%.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no semestre.

Tabela 2. Destaques Financeiros

Resultado (R\$ milhões)	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1S21	1S20	1S21	1S20
Lucro Líquido	9.724	6.348	9.750	6.413
Resultado da Intermediação Financeira	22.352	5.439	23.494	12.505
Receita de Prestação de Serviços	9.259	9.561	14.084	14.032
Despesas Administrativas ¹	(16.205)	(15.504)	(17.047)	(16.326)

(1) Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

Patrimoniais (R\$ milhões)	Jun/21	Dez/20	Jun/21	Dez/20
Ativos	1.912.107	1.782.539	1.859.955	1.725.672
Carteira de Crédito Classificada	695.010	669.332	705.843	681.776
Recursos de Clientes	640.541	583.654	661.334	601.984
Patrimônio Líquido	135.444	116.723	145.807	126.971

	1S21	1S20
Lucro por Ação (R\$)	3,41	2,23
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio distribuídos aos acionistas (R\$ milhões)	3.065	1.774

A Política de Remuneração aos Acionistas busca garantir a devida valorização do acionista, conjugada à perenidade e à sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos do Banco, tendo como premissas a necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção sustentável dos negócios. Para o exercício de 2021, foi aprovado o percentual de 40% do lucro líquido, ajustado conforme disposto nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, a ser distribuído via dividendos e/ou JCP, tendo como balizadores o resultado do Banco, sua condição financeira, a necessidade de caixa, o Plano de Capital e suas metas e respectivas projeções, a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, perspectivas dos mercados de atuação presentes e potenciais, oportunidades de investimento existentes e a manutenção e expansão da capacidade operacional.



Resultado de Intermediação Financeira

O resultado da intermediação financeira corresponde à soma das receitas da intermediação financeira, das despesas da intermediação financeira e da provisão para perdas associadas ao risco de crédito (PCLD). No 1S21, totalizou R\$ 23,5 bilhões, crescimento de 87,9% na comparação com 1S20. Dentre os componentes das receitas da intermediação financeira, destaque para a redução da PCLD que totalizou R\$ 7,5 bilhões, queda de 41,0%.

Receita de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços cresceram 0,4% em relação ao 1S20, totalizando R\$ 14,1 bilhões, fruto do atual momento macroeconômico e da dinâmica de negócios.

Destaque para o crescimento das linhas de comissões de seguros, previdência e capitalização (+13,1%) e de taxas de administração de consórcios (+29,6%) e para a redução em conta corrente (-17,4%).

A estratégia continua centrada no relacionamento, no atendimento segmentado e na melhoria constante da experiência do cliente.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas alcançaram R\$ 17,0 bilhões no período, crescimento de 4,4%. As despesas de pessoal subiram 8,2%, fruto das despesas não recorrentes com os programas de desligamentos (PDE – Programa de Desligamento Extraordinário e PAQ – Programa de Adequação de Quadros) e as outras despesas administrativas reduziram 1,5%, devido especialmente à queda nas linhas de transporte (-35,6%) e comunicações (-28,9%).

Capital

Possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, considerando (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

Atingimos 13,49% no Índice de Capital Principal (ICP) em junho de 2021, enquanto o Índice de Basileia (IB) chegou a 19,65%. O Índice de Capital Nível I alcançou 16,73%.

Mantemos o foco na geração orgânica de capital. Além disso, seguindo a Declaração de Apetite e Tolerância a Risco e Plano de Capital, para janeiro de 2022, temos como meta manter pelo menos 11,0% de Índice de Capital Principal.

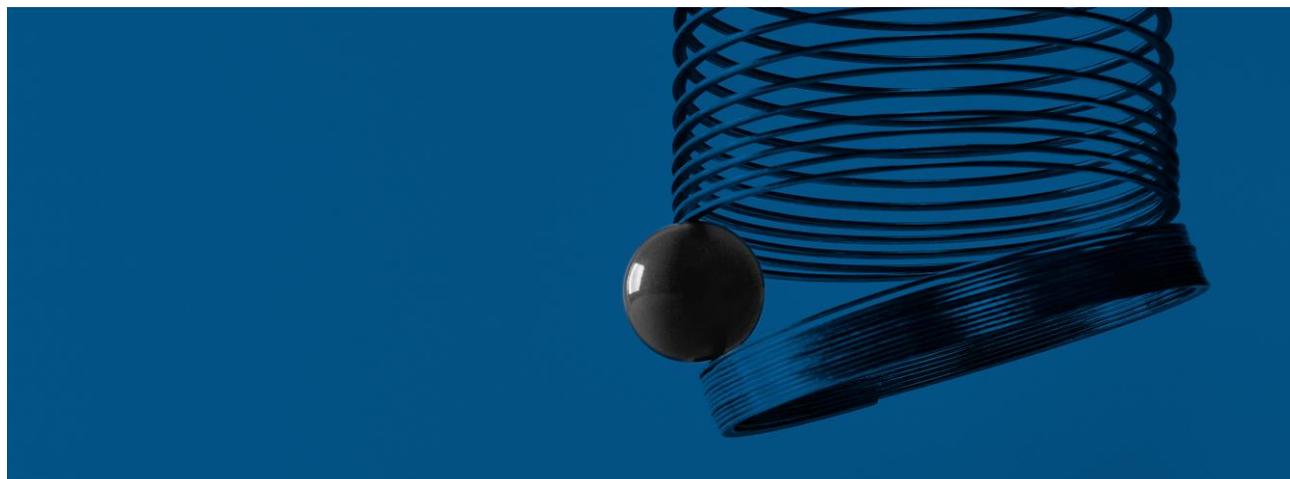
Carteira de Crédito Classificada

Nossa carteira de crédito classificada cresceu 3,5% em relação a dezembro de 2020.

Na linha de pessoa física classificada, sem produtor rural, que representa 33,9% do total o crescimento foi de 10,5% em um ano. Destaque para a linha de crédito consignado, que atingiu, pela primeira vez na história, R\$ 100,2 bilhões. Temos 21,0% de participação de mercado nessa linha.

No caso de Pessoas Jurídicas, sem empresas do agronegócio, a carteira classificada atingiu R\$ 237,2 bilhões, crescimento de 8,1% em um ano. Destaque para a carteira para os clientes MPME (faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões), que atingiu R\$ 81,6 bilhões, crescimento de 24,8%.

Já no agronegócio, a carteira classificada atingiu em junho/21 a cifra histórica de R\$ 198,1 bilhões, com destaque para o crescimento da carteira de crédito rural em 14,0% e em títulos do agronegócio em 47,2% (sobre Jun/20). Na safra 2020/2021 nossa atuação em programas estratégicos para o desenvolvimento do setor e do País merece destaque: Programa ABC (*share* de 69,6%), Programa PCA (*share* de 50,0%) e Inovagro (*share* de 50,9%).



7. Gestão de Pessoas

As políticas e práticas de gestão de pessoas são norteadas pela meritocracia, compromisso com os valores da empresa, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos a seguir o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 3. Perfil de Funcionários

Perfil do Funcionários	Jun/21	Jun/20
Funcionários	85.518	92.474
Feminino	36.186	38.881
Masculino	49.332	53.593
Escolaridade		
Ensino Médio	9.669	12.207
Graduação	27.933	33.381
Especialização, Mestrado e Doutorado	47.827	46.726
Demais	89	160
Distribuição Geográfica		
Norte	3.736	4.036
Nordeste	14.101	15.237
Centro-Oeste	15.951	16.416
Sudeste	36.504	40.522
Sul	15.209	16.263
Rotatividade de Funcionários (%)	2,99	0,32



Lançamos o Movimento EvoluTion pela Universidade Corporativa Banco do Brasil – UniBB, ação de transformação digital e cultural para requalificação profissional, com disponibilização de 1.200 cursos online em diversos temas visando a transformação digital e cultural dos funcionários.

O nome “movimento” remete à necessidade da nossa empresa se mover de forma coordenada. “Evolution” reforça a evolução necessária dos conhecimentos aprendidos até agora. O “ti” lembra que o foco é o desenvolvimento de competências digitais, que não se resumem ao conhecimento técnico de tecnologia da informação, mas incluem as habilidades humanas de relacionamento, como empatia, resiliência, colaboração, mudança de mentalidade e comportamento resolutivo voltado ao cliente. Já o “on” é um convite ao funcionário para manter-se “ligado” no seu autodesenvolvimento.

Para promoção da equidade de gênero foi criado o Espaço Liderança Feminina, que, além de apresentar temas relevantes sobre o assunto, traz ações de desenvolvimento para todos os funcionários do BB. Com foco na sucessão, lançamos o programa interno de ascensão profissional para seleção e desenvolvimento de potenciais gerentes executivos e gestores no exterior.

Desde 2017, sem considerar os planos incentivados de aposentadoria ou desligamentos voluntários, o BB apresentou saída orgânica de aproximadamente 1.500 funcionários por ano. A esse contingente se somam mais de 7.700 funcionários que aderiram aos planos incentivados dos anos de 2019 e 2021.

Considerando esse contexto, a centralidade no cliente e a transformação cultural e digital da empresa, abrimos em junho o concurso para agente comercial e agente de tecnologia para atrair novos talentos, com oferta de 2.240 vagas e 2.240 cadastros de reserva. O processo está previsto para ocorrer ao longo do segundo semestre.

Também lançado em junho de 2021, o Programa de Capacitação Empreenda MPE, preparou cerca de 4 mil funcionários que atuam direta ou indiretamente com o público varejo PJ. O objetivo é que ao final do Programa o público-alvo esteja ainda mais capacitado a conhecer o negócio de cada cliente e prestar assessoria para o desenvolvimento das atividades de cada micro e pequena empresa, incluindo as oportunidades de uso das soluções oferecidas pelo Banco.

Lançamos o Código de Ética BB 2021 para público interno e externo e divulgamos a Política de Saúde e Segurança no Trabalho, materializando o compromisso do BB em ações de saúde ocupacional, segurança no trabalho e qualidade de vida.

Tabela 4. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	1S21	1S20	1S21	1S20
Folha de pagamento ¹	9.534	8.739	10.292	9.457
Previdência Complementar ²	828	853	828	853
Planos de Saúde ²	885	1.710	885	1.710
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.248	826	1.256	829
Treinamento ⁴	15	17	17	19

(1) Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme Nota Explicativa Despesas de Pessoal. (2) Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados. (3) Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício. (4) Conforme Nota Explicativa Despesas de Pessoal.

8. Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança Institucional

Gestão de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

Por intermédio da Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos - RAS (Risk Appetite Statement), orientamos o planejamento da estratégia, políticas e diretrizes relacionadas às atividades que envolvam assunção de riscos, direcionando orçamento e capital para a alocação sustentável e otimizada.



Ao longo do primeiro semestre de 2021, foram intensificados o uso de plataforma Analítica em ambiente de big data, o modelo de trabalho matricial e o uso de metodologias ágeis, com desenvolvimento de modelos e painéis de gestão de riscos a partir daquele ambiente.

Obtivemos avanços relevantes no semestre, como a revisão do *framework* de gestão do risco atuarial e aprovação do *framework* de gestão do risco de segurança, em linha com a definição do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD), a revisão do modelo interno de risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB), a Revisão do Modelo de Projeção de Liquidez de Curto Prazo (LCR), o aprimoramento metodológico para gestão do risco operacional, bem como melhorias nos processos de gestão de perdas operacionais e apuração do capital econômico para cobertura do risco, o desenvolvimento de indicador de sensibilidade ao risco climático para a carteira de produtores rurais e pessoas jurídicas, com base nas orientações do *roadmap* da Febraban e da TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima).

Gestão de Riscos Cibernéticos e Digitais

O Banco gerencia os riscos cibernéticos de forma integrada, com participação ativa de diversas diretorias e unidades. A exposição ao risco é permanentemente avaliada e são adotadas medidas proativas e reativas para mitigar os riscos. Para isso, investimos continuamente na atualização e na modernização da segurança de nossas infraestruturas, nos sistemas de tecnologia da informação e no aprimoramento dos nossos processos. Realizamos treinamento contínuo das equipes para assegurar a proteção das operações, dos negócios e das informações de nossos clientes.

Também faz parte da gestão do risco cibernético, a realização de cenários e avaliações de impacto e a revisão periódica do Plano de Prevenção e Resposta a Incidente Cibernéticos, que fornecem importantes insumos para o aprimoramento contínuo da gestão. Trabalhamos assim para mitigar os riscos associados à estratégia digital somados os esforços de cumprimento de requisitos regulatórios previstos, a exemplo da Resolução CMN 4.893/2021.

Nesse semestre, destacamos o fortalecimento de parcerias e cooperação com outras instituições financeiras, órgãos de governo e empresas do setor cibernético, participação em eventos nacionais e internacionais de relevância em segurança cibernética, além do aprimoramento do programa de disseminação de cultura e capacitação em segurança e riscos cibernéticos.

Controles Internos

Possuímos um Sistema de Controles Internos (SCI) robusto, alicerçado no Modelo Referencial de Linhas de Defesa – MRLD, que contribui para assegurar a atuação de todas as áreas do Banco na gestão de riscos, de acordo com as respectivas competências e responsabilidades. Por meio de uma estrutura integrada e coordenada, o MRLD garante maior efetividade aos controles internos e à geração de resultados sustentáveis.

No contexto da gestão de riscos e controles, constituem iniciativas importantes: (i) a avaliação da efetividade na implantação da Política Específica de Relacionamento com Clientes e Usuários, por meio do monitoramento de indicadores de efetividade e da disseminação dos princípios e ações relativas à Política; (ii) inserção do tema ASG (Ambiental, Social e Governança) no Programa de Compliance e Atividades de Integridade, bem como na Certificação de Produtos; (iii) o desenvolvimento e implementação de indicadores e painéis de gestão dos Riscos de Conformidade e Conduta; (iv) o aprimoramento do modelo de supervisão de Entidades Ligadas ao Banco do Brasil.

Para mais informações sobre o Sistema de Controles Internos, Programas e Políticas, consulte o Formulário de Referência e o Programa de Compliance, disponíveis no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

Segurança Institucional

Em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), disponibilizamos aos titulares de dados acesso a seus direitos por meio dos canais digitais (mobile e internet banking), contribuindo para a melhoria da experiência do cliente e da estratégia digital. Foram revistos e atualizados todos os instrumentos relacionados aos produtos e serviços comercializados e instituído processo de *Due Diligence* com nossos fornecedores, visando identificar e mitigar riscos à privacidade e à proteção de dados pessoais.

Os processos de combate à corrupção, prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo estão em constante aperfeiçoamento e, em um cenário crescente de novas ameaças, os controles de segurança da informação também foram revistos, notadamente os referentes à criptografia de discos e de acesso para o trabalho remoto. O processo de gestão de continuidade de negócios se mostrou eficaz e resiliente diante dos desafios enfrentados durante a pandemia, mesmo assim a metodologia foi aprimorada para atender novos cenários de ameaças, priorizando os três pilares bases: pessoas, negócios e tecnologias. O constante aperfeiçoamento dos recursos de segurança física contribuiu para a redução do número de ataques às dependências do Banco, mantendo a elevada disponibilidade dos canais físicos de atendimento, propiciando a continuidade dos negócios e a satisfação dos clientes.



9. Informações Legais

Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 95,8% de nossos clientes pessoa jurídica do segmento varejo são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 34,5 bilhões em junho/2021. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 3,7 bilhões e das pequenas empresas R\$ 24,8 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 363,3 milhões e para as pequenas empresas R\$ 5,7 bilhões.

Auditoria Independente – Instrução CVM nº 381

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a fim de evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, adotamos procedimentos fundamentados nas legislações e normas aplicáveis e nos melhores princípios internacionalmente aceitos relacionados ao tema. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais em seu cliente e (iii) o auditor não deve promover interesses do cliente. Ademais, no Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Tabela 5. Contratos de Não-Auditoria com o Auditor Independente

Empresa Contratante	Data de Contratação	Duração ¹	Descrição dos Serviços
Banco Patagonia S.A.	01/07/2020	11 meses	Consultoria Tributária
BB Seguridade Participações S.A.	16/12/2020	1 mês	Treinamento EAD sobre a Lei 13.303 – Lei das Estatais

(1) Duração estimada em meses com base na data esperada de encerramento dos contratos.

Contratamos a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços não relacionados à auditoria externa em patamar inferior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Para esta avaliação, foram considerados todos os contratos vigentes entre Janeiro/2021 e Junho/2021.

Justificativa dos Auditores Independentes

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por *International Federation of Accountants* (IFAC), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como a independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitos a monitoramento constante.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 10 – Títulos e Valores Mobiliários. Os valores referentes a ganhos e perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários, estão divulgados na nota explicativa 30 – Gerenciamento de Riscos e de Capital.



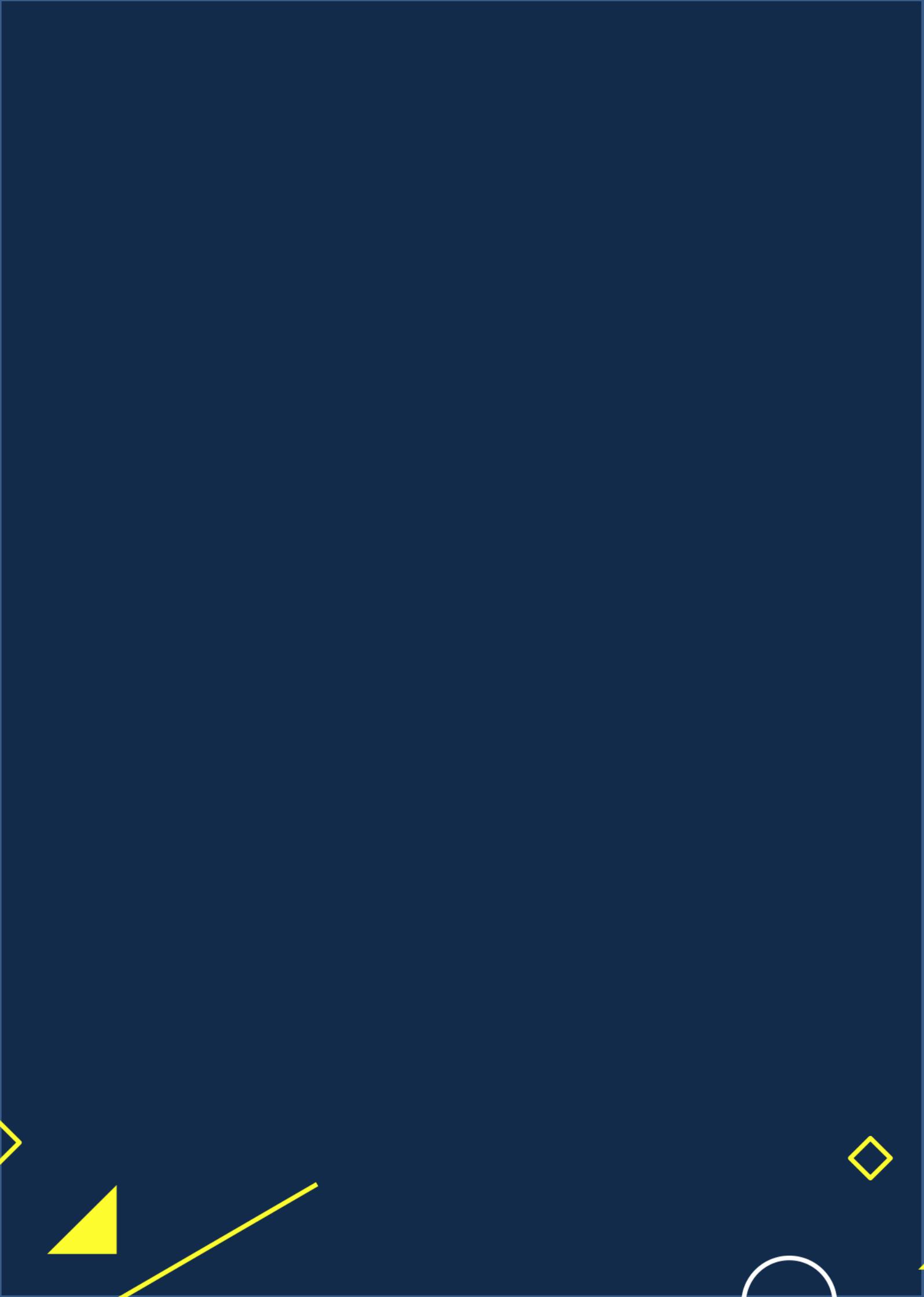
Informa76es de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas est6o relacionados nas notas explicativas 2 – Apresenta76o das Demonstra76es Cont6beis e 14 – Investimentos.

Esclarecimentos Adicionais

- i. Os investimentos fixos somaram o valor de R\$ 416,0 milh6es no 1S21, destacando o investimento em pontos de atendimento e na melhoria da ambi7encia das ag7encias (R\$ 218,9 milh6es), sistemas de seguran7a e informa76o (R\$ 49,3 milh6es) e em tecnologia da informa76o (R\$ 147,8 milh6es).
- ii. Possu6mos R\$ 1,21 bilh6o (individual e consolidado) de cr6ditos tribut6rios n6o ativados apresentados na nota explicativa 22 – Tributos das Demonstra76es Cont6beis Individuais e Consolidadas (subitem “f”) em decorr7encia dos requisitos estabelecidos pelas Resolu76es CMN 3.059/2002 e 3.355/2006.
- iii. Mantivemos registrado em contas de compensa76o, conforme regras dispostas no Plano Cont6bil das Institui76es Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 11,6 bilh6es decorrentes de coobriga76es e riscos em garantias prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.
- iv. Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Pol6ticas P6blicas e Governan7a Corporativa, dispon6vel em nosso s6tio (ri.bb.com.br), os investimentos realizados em decorr7encia do exerc6cio de pol6ticas p6blicas.
- v. O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controv6rsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da C6mara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cl6usula compromiss6ria constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

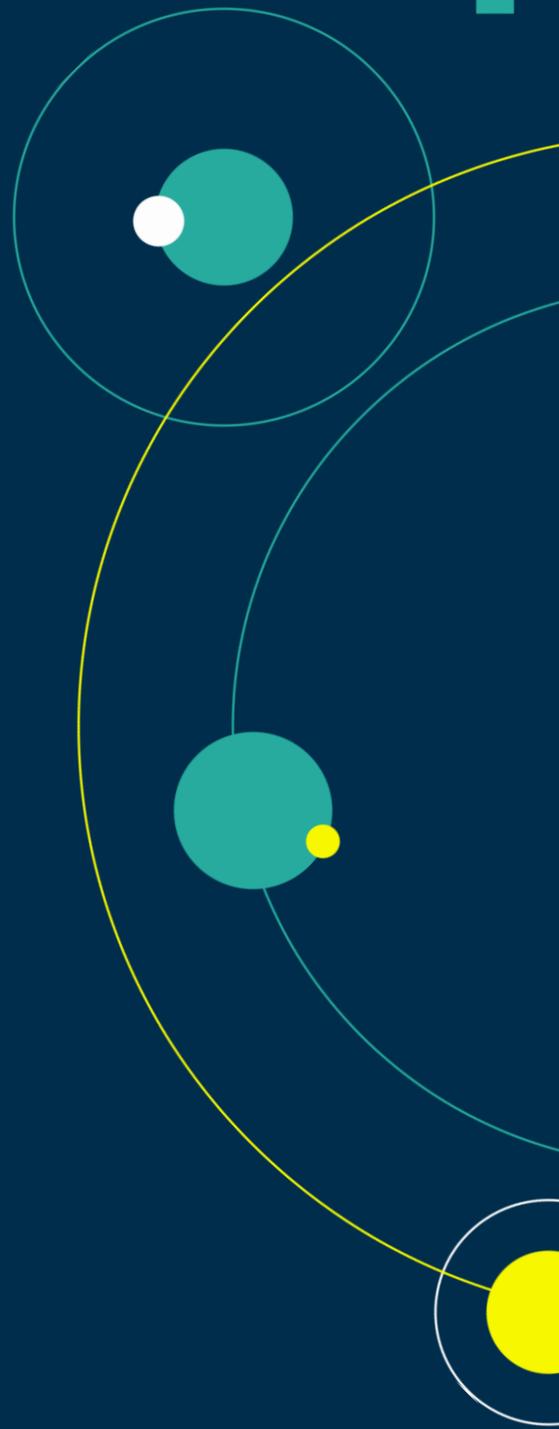
Para mais informa76es, disponibilizamos no s6tio de Rela76es com Investidores (ri.bb.com.br) o Formul6rio de Refer7encia, o relat6rio de An6lise do Desempenho e a Apresenta76o Institucional.





Demonstrações Contábeis

1º Semestre de 2021





Índice.....	1
Demonstrações Contábeis	2
BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	9
Notas Explicativas	10
1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	10
2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	11
3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	16
4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS	24
5 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	27
6 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	29
7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	33
8 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	33
9 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.....	34
10 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	35
11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	41
12 - CARTEIRA DE CRÉDITO.....	48
13 - OUTROS ATIVOS	57
14 - INVESTIMENTOS	59
15 - IMOBILIZADO DE USO	64
16 - INTANGÍVEL	65
17 - RECURSOS DE CLIENTES	66
18 - RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	69
19 - RECURSOS DE EMISSÕES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	72
20 - OUTROS PASSIVOS.....	75
21 - PROVISÕES	77
22 - TRIBUTOS	82
23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85
24 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	92
25 - DESPESAS DE PESSOAL	92
26 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	93
27 - OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS	93
28 - PARTES RELACIONADAS	94
29 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	101
30 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	112
31 - RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE.....	124
32 - OUTRAS INFORMAÇÕES.....	125
33 - EVENTOS SUBSEQUENTES.....	135
Relatório dos Auditores Independentes	136
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	142
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	146
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes ..	147
Membros da Administração	148



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Disponibilidades	7	22.906.388	14.239.838	25.389.101	16.784.560
Ativos Financeiros		1.787.512.214	1.693.389.093	1.746.370.310	1.647.636.148
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	8	72.023.509	60.308.542	72.023.509	60.308.542
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	638.989.804	583.328.103	571.754.274	510.645.791
Títulos e valores mobiliários	10	279.095.381	282.416.189	293.174.228	294.912.849
Instrumentos financeiros derivativos	11	2.693.010	3.531.425	2.683.473	3.527.336
Carteira de crédito	12	695.010.257	669.332.086	705.843.303	681.776.452
Outros ativos financeiros	13	99.700.253	94.472.748	100.891.523	96.465.178
(Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito)		(45.268.949)	(47.314.670)	(45.732.492)	(47.781.060)
(Carteira de crédito)	12	(42.614.175)	(44.966.048)	(42.802.797)	(45.170.370)
(Outros ativos financeiros)	13	(2.654.774)	(2.348.622)	(2.929.695)	(2.610.690)
Ativos Fiscais		66.646.718	64.737.934	68.805.234	66.694.029
Correntes		8.073.144	7.812.278	8.991.217	8.551.454
Diferidos (créditos tributários)	22	58.573.574	56.925.656	59.814.017	58.142.575
Investimentos	14	33.610.031	32.363.137	17.573.099	16.290.239
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto		33.482.041	32.197.480	17.358.817	16.051.488
Outros investimentos		205.127	210.821	310.531	305.772
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(77.137)	(45.164)	(96.249)	(67.021)
Imobilizado de Uso	15	7.706.394	8.023.960	7.921.996	8.230.854
Imobilizações de uso		19.633.031	19.515.238	20.068.999	19.938.808
(Depreciação acumulada)		(11.893.090)	(11.457.731)	(12.113.260)	(11.674.188)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(33.547)	(33.547)	(33.743)	(33.766)
Intangível	16	4.701.220	6.155.723	4.764.924	6.220.666
Ativos intangíveis		13.967.504	13.693.901	14.106.064	13.830.738
(Amortização acumulada)		(7.285.428)	(6.516.516)	(7.360.284)	(6.588.408)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(1.980.856)	(1.021.662)	(1.980.856)	(1.021.664)
Outros Ativos	13	34.293.200	10.944.189	34.862.347	11.596.452
TOTAL DO ATIVO		1.912.107.216	1.782.539.204	1.859.954.519	1.725.671.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Passivos Financeiros		1.687.546.260	1.594.916.801	1.618.365.505	1.520.202.850
Recursos de clientes	17	640.540.876	583.654.485	661.334.086	601.984.265
Recursos de instituições financeiras	18	757.234.456	691.691.613	671.186.040	603.552.262
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	188.683.973	204.967.358	186.689.749	203.192.140
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.363.260	5.213.967	2.901.218	3.049.843
Outros passivos financeiros	20	96.723.695	109.389.378	96.254.412	108.424.340
Provisões	21	34.900.978	32.993.546	35.764.969	34.036.170
Cíveis, fiscais e trabalhistas		28.493.429	26.807.922	28.756.235	27.288.400
Outras provisões		6.407.549	6.185.624	7.008.734	6.747.770
Passivos Fiscais		22.832.609	10.285.268	24.795.166	13.191.621
Correntes		7.934.520	7.795.599	9.732.648	10.541.252
Diferidos	22	14.898.089	2.489.669	15.062.518	2.650.369
Outros Passivos	20	31.383.375	27.620.367	35.221.798	31.270.138
Patrimônio Líquido	23	135.443.994	116.723.222	145.807.081	126.971.109
Capital	23.b	90.000.023	90.000.023	90.000.023	90.000.023
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	--	8.100.000	8.100.000
Reservas de capital	23.e	1.399.561	1.397.697	1.401.177	1.399.152
Reservas de reavaliação	23.d	2.005	2.040	2.005	2.040
Reservas de lucros	23.e	46.115.858	39.454.038	45.814.896	39.198.468
Outros resultados abrangentes	23.i	(1.798.156)	(13.851.389)	(1.798.156)	(13.851.389)
(Ações em tesouraria)	23.m	(275.297)	(279.187)	(276.913)	(280.642)
Participação dos não controladores	23.j	--	--	2.564.049	2.403.457
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.912.107.216	1.782.539.204	1.859.954.519	1.725.671.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Receitas da Intermediação Financeira		47.321.941	77.124.716	48.296.104	77.098.117
Resultado da carteira de crédito	12.b	35.555.137	50.115.623	36.955.182	51.467.455
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	8.847.056	11.047.145	7.108.924	8.385.690
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.b	3.369.600	11.004.440	4.582.213	12.217.093
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	11.b	(427.498)	3.837.577	(384.404)	3.964.127
Resultado das aplicações compulsórias	8.b	613.402	804.465	613.402	804.465
Resultado de outros ativos financeiros	13.e	(635.756)	315.466	(579.213)	259.287
Despesas da Intermediação Financeira		(17.584.427)	(59.081.306)	(17.331.413)	(51.931.396)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(7.939.991)	(44.831.929)	(6.277.735)	(36.951.789)
Recursos de clientes	17.c	(6.198.163)	(7.769.295)	(7.562.671)	(8.414.950)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.e	(3.115.383)	(4.054.098)	(3.230.397)	(4.181.026)
Outras despesas de captação	20.c	(330.890)	(2.425.984)	(260.610)	(2.383.631)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(7.385.972)	(12.604.297)	(7.470.593)	(12.661.412)
Carteira de crédito	12.f	(7.086.893)	(12.380.626)	(7.126.490)	(12.418.876)
Outros ativos financeiros	13.c	(299.079)	(223.671)	(344.103)	(242.536)
Resultado da Intermediação Financeira		22.351.542	5.439.113	23.494.098	12.505.309
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(8.272.156)	(413.686)	(7.307.739)	(5.003.408)
Receitas de prestação de serviços	24	9.258.997	9.560.856	14.083.551	14.032.374
Despesas de pessoal	25	(9.970.343)	(9.192.983)	(10.744.155)	(9.927.079)
Outras despesas administrativas	26	(6.235.047)	(6.311.075)	(6.303.035)	(6.398.426)
Despesas tributárias	22.c	(2.111.271)	(1.632.258)	(2.896.494)	(2.291.549)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	3.362.922	8.646.002	1.544.747	1.389.242
Outras receitas/despesas	27	(2.577.414)	(1.484.228)	(2.992.353)	(1.807.970)
Provisões	21.e	(3.470.832)	(1.641.367)	(3.509.781)	(1.683.610)
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(3.331.307)	(1.532.105)	(3.370.256)	(1.570.566)
Outras		(139.525)	(109.262)	(139.525)	(113.044)
Resultado Operacional		10.608.554	3.384.060	12.676.578	5.818.291
Resultado Não Operacional		(40.618)	11.600	170.510	114.570
Resultado Antes dos Tributos e Participações		10.567.936	3.395.660	12.847.088	5.932.861
Imposto de Renda e Contribuição Social	22.a	404.916	3.777.722	(1.127.414)	2.075.765
Participação de Empregados e Administradores no Lucro		(1.248.419)	(825.524)	(1.256.173)	(829.182)
Participação dos Não Controladores	23.j	--	--	(713.900)	(766.015)
Lucro Líquido		9.724.433	6.347.858	9.749.601	6.413.429
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas					
Controladores		9.724.433	6.347.858	9.749.601	6.413.429
Não controladores		--	--	713.900	766.015
Lucro por Ação	23.f				
Número médio ponderado de ações - básico		2.853.577.298	2.852.103.067		
Número médio ponderado de ações - diluído		2.853.319.744	2.851.860.111		
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		3,41	2,23		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	9.724.433	6.347.858	9.749.601	6.413.429
Participação dos acionistas não controladores	--	--	713.900	766.015
Lucro líquido atribuível aos acionistas	9.724.433	6.347.858	10.463.501	7.179.444
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.463.657)	(439.164)	(1.562.582)	(612.184)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(2.912.097)	(1.167.315)	(3.051.224)	(1.500.260)
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificados para o resultado	910.859	787.725	900.739	829.182
Efeito tributário	537.581	(59.574)	587.903	58.894
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	9.265	(224.186)	46.105	(47.200)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(168.451)	(380.542)	(122.677)	(83.409)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	216.290	14.873	216.290	14.873
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	(4.827)	6.787	(4.827)	6.787
Efeito tributário	(33.747)	134.696	(42.681)	14.549
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(383.185)	513.770	(464.350)	580.544
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Planos de benefício definido	13.890.810	1.640.788	13.890.810	1.640.788
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	25.909.073	2.984.695	25.909.073	2.984.695
Efeito tributário	(12.018.263)	(1.343.907)	(12.018.263)	(1.343.907)
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	12.053.233	1.491.208	11.909.983	1.561.948
Resultado abrangente do período	21.777.666	7.839.066	22.373.484	8.741.392
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	21.777.666	7.839.066	21.802.834	7.906.083
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	570.650	835.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BB Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
					Reserva Legal	Reservas Estatutárias				
Saldos em 31.12.2019		67.000.000	1.365.081	2.169	8.633.464	45.500.671	(23.280.948)	(324.438)	--	98.895.999
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	(676.251)	--	--	(676.251)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	1.640.788	--	--	1.640.788
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	513.770	--	--	513.770
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	8.086	--	--	8.086
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	4.815	--	--	4.815
Transações com pagamento baseado em ações		--	22.539	--	--	--	--	20.611	--	43.150
Oferta subsequente de ações (follow on)		--	819	--	--	--	--	--	--	819
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	1.654	1.654
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(35)	--	--	--	--	35	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	6.347.858	6.347.858
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	317.393	5.862.066	--	--	(6.179.459)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	(1.604.075)	--	--	(170.088)	(1.774.163)
Saldos em 30.06.2020		67.000.000	1.388.439	2.134	8.950.857	49.758.662	(21.789.740)	(303.827)	--	105.006.525
Mutações do período		--	23.358	(35)	317.393	4.257.991	1.491.208	20.611	--	6.110.526
Saldos em 31.12.2020		90.000.023	1.397.697	2.040	9.259.072	30.194.966	(13.851.389)	(279.187)	--	116.723.222
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	(1.568.585)	--	--	(1.568.585)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	13.890.810	--	--	13.890.810
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	(383.185)	--	--	(383.185)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	119.020	--	--	119.020
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	(4.827)	--	--	(4.827)
Transações com pagamento baseado em ações		--	1.864	--	--	--	--	3.881	--	5.745
Incorporação de coligadas e controladas - cancelamento de ações em tesouraria		--	--	--	--	(9)	--	9	--	--
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	2.655	2.655
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(35)	--	--	--	--	35	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	9.724.433	9.724.433
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	486.221	8.724.657	--	--	(9.210.878)	--
- Dividendos	23.g	--	--	--	--	(212.107)	--	--	--	(212.107)
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	(2.336.942)	--	--	(516.245)	(2.853.187)
Saldos em 30.06.2021		90.000.023	1.399.561	2.005	9.745.293	36.370.565	(1.798.156)	(275.297)	--	135.443.994
Mutações do período		--	1.864	(35)	486.221	6.175.599	12.053.233	3.890	--	18.720.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BB Consolidado	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias					
Saldos em 31.12.2019		67.000.000	8.100.000	1.366.443	2.169	8.633.464	45.181.192	(23.282.394)	(339.636)	--	1.903.656	108.564.894
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(674.805)	--	--	--	(674.805)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	1.640.788	--	--	--	1.640.788
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	513.770	--	--	--	513.770
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	8.086	--	--	--	8.086
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	4.815	--	--	--	4.815
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	22.632	--	--	--	--	20.518	--	--	43.150
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	1.654	--	1.654
Alienação de ações em tesouraria (follow on)		--	--	819	--	--	--	--	13.836	--	--	14.655
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(35)	--	--	--	--	35	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(643.225)	(643.225)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	6.413.429	766.015	7.179.444
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	(42.738)	--	(42.738)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	22.833	--	--	(22.833)	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	317.393	5.862.066	--	--	(6.179.459)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(1.604.075)	--	--	(170.088)	--	(1.774.163)
Saldos em 30.06.2020		67.000.000	8.100.000	1.389.894	2.134	8.950.857	49.462.016	(21.789.740)	(305.282)	--	2.026.446	114.836.325
Mutações do período		--	--	23.451	(35)	317.393	4.280.824	1.492.654	34.354	--	122.790	6.271.431
Saldos em 31.12.2020		90.000.023	8.100.000	1.399.152	2.040	9.259.072	29.939.396	(13.851.389)	(280.642)	--	2.403.457	126.971.109
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(1.568.585)	--	--	--	(1.568.585)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	13.890.810	--	--	--	13.890.810
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	(383.185)	--	--	--	(383.185)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	119.020	--	--	--	119.020
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(4.827)	--	--	--	(4.827)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	2.025	--	--	--	--	3.720	--	--	5.745
Incorporação de coligadas e controladas - cancelamento de ações em tesouraria		--	--	--	--	--	(9)	--	9	--	--	--
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	2.655	--	2.655
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(35)	--	--	--	--	35	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	(553.308)	(553.308)
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	9.749.601	713.900	10.463.501
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	(70.560)	--	(70.560)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	(45.392)	--	--	45.392	--	--
Destinações: - Reservas	23.g	--	--	--	--	486.221	8.724.657	--	--	(9.210.878)	--	--
- Dividendos	23.g	--	--	--	--	--	(212.107)	--	--	--	--	(212.107)
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(2.336.942)	--	--	(516.245)	--	(2.853.187)
Saldos em 30.06.2021		90.000.023	8.100.000	1.401.177	2.005	9.745.293	36.069.603	(1.798.156)	(276.913)	--	2.564.049	145.807.081
Mutações do período		--	--	2.025	(35)	486.221	6.130.207	12.053.233	3.729	--	160.592	18.835.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações					
Lucro antes dos Tributos e Participações		10.567.936	3.395.660	12.847.088	5.932.861
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		7.575.857	21.006.632	9.798.793	23.369.430
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12 e 13	7.385.972	12.604.297	7.470.593	12.661.412
Depreciações e amortizações		1.497.576	1.488.449	1.531.564	1.515.887
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		(3.325.837)	25.582.556	(3.763.572)	21.501.470
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		959.194	17.959	959.169	17.292
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	(3.362.922)	(8.646.002)	(1.544.747)	(1.389.242)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(12.120)	(33.659)	(96.296)	(37.879)
(Ganho) Perda de capital		48.133	27.710	(91.639)	(82.601)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens		--	1.289	--	1.303
Amortização de ágio em investimentos	14.d	11.015	14.482	11.015	14.482
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21.e	3.331.307	1.532.105	3.370.256	1.570.566
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	29.d.4/f	(156.057)	817.893	(156.057)	817.893
Comissões de corretagem diferidas		--	--	(331.864)	(28.008)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		1.199.588	(12.658.337)	2.446.536	(13.456.602)
Outros ajustes		8	257.890	(6.165)	263.457
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		18.143.793	24.402.292	22.645.881	29.302.291
Variações Patrimoniais					
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios em bancos centrais		(11.714.967)	(2.462.551)	(11.714.967)	(2.462.551)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(176.554.591)	(113.570.722)	(178.400.520)	(98.655.078)
(Aumento) Redução em títulos para negociação		1.896.846	(11.345.770)	252.231	(12.327.646)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		(12.291)	(214.264)	695.238	(293.863)
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões		(36.694.298)	(30.173.838)	(35.170.447)	(33.070.743)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		(5.534.705)	(1.527.998)	(2.260.178)	(3.327.565)
(Aumento) Redução em outros ativos		(22.182.758)	(3.142.868)	(22.568.513)	(779.066)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(329.097)	(20.244)	(3.070.377)	(2.576.047)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		58.500.215	62.454.591	60.963.643	70.265.909
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		68.720.000	98.432.950	70.056.633	95.976.488
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		(2.389.293)	(135.618)	(3.199.257)	1.955.724
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(14.223.140)	19.824.337	(14.398.753)	14.230.348
(Redução) Aumento em outros passivos		26.140.921	2.385.142	26.342.813	1.840.018
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		(96.233.365)	44.905.439	(89.826.573)	60.078.219
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento					
Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(111.688.114)	(102.317.540)	(118.925.371)	(112.615.690)
Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		112.368.141	54.856.785	119.890.919	62.742.562
Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(1.742.417)	(2.957.563)	(1.881.688)	(3.571.225)
Alienação de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		1.022.695	340.288	1.022.695	340.288
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		1.659.126	5.434.839	578.131	1.188.168
Aquisição de imobilizado de uso		(418.500)	(697.453)	(465.719)	(740.914)
Alienação de imobilizado de uso		77.057	1.975	89.943	13.930
Aquisição de investimentos		--	--	--	(12.750)
Alienação de investimentos		--	--	72.990	2.625
Aquisição de intangíveis		(345.621)	(1.800.624)	(354.777)	(1.799.602)
Caixa recebido na redução de capital da BB Seguridade		--	1.791.795	--	--
Aporte de capital social na Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	14.a	--	--	(449.969)	--
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		932.367	(45.347.498)	(422.846)	(54.452.608)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento					
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(11.179.431)	(3.873.590)	(11.139.153)	(3.878.259)
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		(1.227.310)	(2.041.958)	(1.213.610)	(2.048.492)
(Aquisição) alienação de ações em tesouraria		--	--	--	15.268
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	--	(319.765)	(1.283.304)
Juros sobre o capital próprio pagos		(3.319.013)	(1.759.951)	(3.319.013)	(1.759.951)
Caixa pago aos acionistas não controladores na redução de capital da BB Seguridade		--	--	--	(908.109)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(15.725.754)	(7.675.499)	(15.991.541)	(9.862.847)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa					
Início do período		173.400.753	69.713.238	176.189.508	71.936.023
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1.199.588)	12.658.337	(2.446.536)	13.456.602
Fim do período		61.174.413	74.254.017	67.502.012	81.155.389
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(111.026.752)	(8.117.558)	(106.240.960)	(4.237.236)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado					
		1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020				
Receitas		44.472.605	71.209.853	49.922.162	75.266.251				
Receitas da intermediação financeira		47.321.941	77.124.716	48.296.104	77.098.117				
Receitas de prestação de serviços		9.258.997	9.560.856	14.083.551	14.032.374				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(7.385.972)	(12.604.297)	(7.470.593)	(12.661.412)				
Ganhos de capital	22	6.578	5.221	148.429	116.003				
Outras receitas/(despesas)		(4.728.939)	(2.876.643)	(5.135.329)	(3.318.831)				
Despesas da Intermediação Financeira		(17.584.427)	(59.081.306)	(17.331.413)	(51.931.396)				
Insumos Adquiridos de Terceiros		(4.472.765)	(3.694.689)	(4.431.546)	(3.641.002)				
Materiais, água, energia e gás	26	(264.505)	(280.635)	(273.771)	(291.769)				
Serviços de terceiros	26	(459.666)	(409.843)	(505.340)	(451.419)				
Comunicações	26	(230.584)	(336.722)	(261.245)	(367.420)				
Processamento de dados	26	(397.522)	(391.446)	(251.402)	(224.599)				
Transporte	26	(273.758)	(444.113)	(303.828)	(471.534)				
Serviços de vigilância e segurança	26	(553.858)	(555.829)	(569.192)	(570.700)				
Serviços do sistema financeiro	26	(451.251)	(370.810)	(508.117)	(417.554)				
Propaganda e publicidade	26	(196.679)	(177.517)	(202.166)	(181.934)				
Manutenção e conservação de bens	26	(502.000)	(478.766)	(364.398)	(367.731)				
Perdas por redução ao valor recuperável	27.b	(959.194)	--	(959.231)	--				
Outras		(183.748)	(249.008)	(232.856)	(296.342)				
Valor Adicionado Bruto		22.415.413	8.433.858	28.159.203	19.693.853				
Despesas de amortização/depreciação	26	(1.508.591)	(1.502.931)	(1.542.579)	(1.530.369)				
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		20.906.822	6.930.927	26.616.624	18.163.484				
Valor Adicionado Recebido em Transferência		3.362.922	8.646.002	1.544.747	1.389.242				
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		3.362.922	8.646.002	1.544.747	1.389.242				
Valor Adicionado a Distribuir		24.269.744	100,00%	15.576.929	100,00%	28.161.371	100,00%	19.552.726	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		24.269.744	100,00%	15.576.929	100,00%	28.161.371	100,00%	19.552.726	100,00%
Pessoal		11.009.154	45,36%	9.631.447	61,83%	11.761.796	41,76%	10.334.432	52,85%
Salários e honorários		6.924.722		5.705.681		7.503.289		6.238.713	
Participação de empregados e administradores no lucro		1.248.419		825.524		1.256.173		829.182	
Benefícios e treinamentos		1.624.666		1.719.136		1.692.331		1.792.709	
FGTS		383.869		354.004		395.964		367.906	
Outros encargos		827.478		1.027.102		914.039		1.105.922	
Impostos, Taxas e Contribuições		2.869.819	11,82%	(1.041.287)	(6,68%)	5.225.476	18,56%	1.361.886	6,97%
Federais		2.347.258		(1.568.062)		4.322.176		550.062	
Estaduais		625		438		625		438	
Municipais		521.936		526.337		902.675		811.386	
Remuneração de Capitais de Terceiros		666.338	2,75%	638.911	4,10%	710.598	2,52%	676.964	3,46%
Aluguéis	26	666.338		638.911		710.598		676.964	
Remuneração de Capitais Próprios		9.724.433	40,07%	6.347.858	40,75%	10.463.501	37,16%	7.179.444	36,72%
Juros sobre capital próprio da União		1.426.593		887.082		1.426.593		887.082	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.426.593		887.081		1.426.593		887.081	
Dividendos da União		106.054		--		106.054		--	
Dividendos de outros acionistas		106.053		--		106.053		--	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		--		70.560		42.739	
Lucro retido		6.659.140		4.573.695		6.613.748		4.596.527	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		--		713.900		766.015	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis n.º 4.595/1964, n.º 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 212 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.



2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

O Banco apresenta como demonstração contábil obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Em cumprimento à Resolução BCB n.º 2/2020, o Banco está apresentando as operações de arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito. O Banco observou também o requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação para o cálculo do lucro por ação.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil em 03.08.2021.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Banco possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações negociais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade e condições especiais para crédito.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do Banco no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos países estão contribuindo para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2020, exceto nos casos indicados no item "g" desta Nota.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal – IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	Moeda funcional	30.06.2021	31.12.2020
			% de Participação	
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Real	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	100,00%	100,00%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽¹⁾	Corretora	Real	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Real	100,00%	100,00%
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Real	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ⁽¹⁾	Informática	Real	99,99%	99,99%
Fundos de Investimento ⁽²⁾				
Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento (FI Compesa)	Fundos de investimento	Real	65,90%	75,41%
BB Asset Ações US Biotech BDR Nível I Fundo de Investimento ⁽³⁾	Fundos de investimento	Real	74,65%	97,03%
BB Asset Multimercado Nordea Alpha 15 ⁽³⁾	Fundos de investimento	Real	73,42%	99,55%
BB Espelho Multimercado Canvas Vector ⁽³⁾	Fundos de investimento	Real	56,51%	90,32%

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Fundos de investimento nos quais o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(3) Fundos não exclusivos e abertos a partir de aplicação inicial de recursos próprios da BB DTVM, destinados a comercialização a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimentos de forma indefinida, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB DTVM.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país (“Direitos sobre Remessa”); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

Outras informações

Apesar do cenário econômico desafiador oriundo do enfrentamento da pandemia da Covid-19, o Conglomerado Banco do Brasil não realizou reestruturações societárias ou aumentou transações intragrupo significativas que não estavam inicialmente previstas pela Administração, de forma que não ocorreram alterações no processo de consolidação do Conglomerado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	Resolução CMN n.º 4.144/2012
CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN n.º 3.566/2008
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN n.º 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN n.º 4.007/2011
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN n.º 3.823/2009
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN n.º 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução BCB n.º 2/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN n.º 4.748/2019

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN n.º 4.524/2016 – Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 02 (R2)
Res. CMN n.º 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN n.º 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

Além disso, foi editada a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros**Normas aplicáveis a partir de 01.01.2021**

Resolução CMN n.º 4.747, de 29 de agosto de 2019. Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras. Caracteriza-se como ativo não financeiro mantido para venda o ativo não abrangido no conceito de ativo financeiro que atenda às seguintes condições:

I – seja realizado pela sua venda, esteja disponível para venda imediata em suas condições atuais e sua alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou

II – tenha sido recebido pela instituição em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

O Banco aplicou a referida norma a partir de 01.01.2021 (Nota 3.p).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Resolução CMN n.º 4.877, de 23 de dezembro de 2020. A norma estabelece os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras, estabelecendo que as instituições devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, na mensuração, reconhecimento e divulgação de benefícios a empregados.

A norma permitiu a determinação da taxa de desconto de que tratam os itens 83 a 86 do Pronunciamento CPC 33 (R1) com base no rendimento médio de mercado apurado nos seis meses anteriores à data a que se referem as demonstrações financeiras, observados os demais dispositivos previstos no pronunciamento. Ao utilizar essa faculdade, as instituições deverão (i) aplicá-la de forma prospectiva; (ii) evidenciar, em nota explicativa, o valor do efeito no Patrimônio Líquido caso fosse utilizada a taxa de que trata o item 83 do CPC 33 (R1); e (iii) aplicar a taxa de desconto média de forma consistente ao longo do tempo.

O Banco avaliou a referida Resolução e concluiu que adota os procedimentos indicados. Com relação à taxa de desconto, para estas demonstrações contábeis, o Banco não fez uso da prerrogativa acima.

Resolução CMN n.º 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A referida Resolução entrou em vigor a partir de 01.01.2021, exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 01.01.2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

O Banco avaliou a referida Resolução e concluiu que adota os procedimentos indicados. Com relação aos artigos 10 e 11, o Banco iniciou a avaliação dos impactos, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Norma a ser aplicada em período futuro

Resolução CMN n.º 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN n.º 4.817/2020 entra em vigor em 01.01.2022.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.



3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justificarem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20,00%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada ao Banco do Brasil e ao Banco de Investimentos, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 103, de 12.11.2019. As outras empresas financeiras e não financeiras de seguros, previdência e capitalização permanecem sujeitas à alíquota de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Diante da majoração da contribuição social sobre o lucro líquido estabelecida no artigo 1º da Lei n.º 14.183, de 14 de julho de 2021, e do disposto no artigo 10, parágrafo único, da Resolução CMN n.º 4.842/2020, foi considerada a alíquota de 25% para os ativos e passivos fiscais diferidos desse tributo com expectativa de realização até 31.12.2021. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Despesas antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor justo dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (impairment), quando aplicável.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados do Banco; e
- (iv) a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

o) Despesas associadas a captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período.

q) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

r) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

s) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o BB Américas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto na Circular Bacen n.º 2.397/1993 e na Resolução CMN n.º 4.524/2016, e seus efeitos são reconhecidos no resultado, por meio da equivalência patrimonial para as que possuem moeda funcional igual a moeda nacional, e na conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido, para as que possuem moeda funcional diferente da moeda nacional.

t) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 31.



4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

As metodologias utilizadas na avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros constam na Nota 30.a.

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito (operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com característica de concessão de crédito e garantias prestadas)

A carteira de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto, leva-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para perdas é constituída ou revertida de acordo com os níveis de risco estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, considerando-se os níveis de risco atribuídos às operações.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Perda permanente de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são objeto de avaliação periódica pelo Fórum de Avaliação de Perda Permanente, colegiado responsável por identificar ativos problemáticos, nos termos da Resolução CMN n.º 4.557/2017, propor a marcação de novos ativos problemáticos, avaliar a necessidade do ativo ser submetido à avaliação de redução ao valor recuperável e o impacto de eventual perda no âmbito do Conglomerado.

Caracteriza-se um ativo problemático quando houver pendência de liquidação há mais de noventa dias ou existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado quando o Banco considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação, se o Banco reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), se o Banco pede a falência ou outra atitude similar em relação ao devedor, ou se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.

Os ativos problemáticos podem ser revertidos à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. Para tanto, é analisado se o devedor não é responsável por qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

e) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

g) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, cujos valores em discussão são reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

5 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Parceria estratégica com UBS A.G.

Em 23.09.2019, o Banco comunicou ao mercado que firmou Memorando de Entendimentos de caráter não vinculante com o UBS A.G. (UBS), com vistas ao estabelecimento de parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Em 06.11.2019, o Banco publicou Fato Relevante informando a celebração do Acordo de Associação com o UBS de caráter vinculante para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Em 27.12.2019, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica aprovou, sem restrições, a parceria estratégica, por meio do Ato de Concentração n.º 08700.005886/2019-11, sendo essa parceria autorizada pelo Bacen em 24.08.2020.

Em 30.09.2020, o Banco comunicou que o BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), sua subsidiária integral, e o UBS formalizaram os documentos definitivos que estabelecem o início da parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimento e de corretora de valores mobiliários no segmento institucional no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, após cumpridas todas as condições precedentes para o fechamento da transação (closing), sob os aspectos regulatórios e contratuais.

A parceria estratégica consolida-se em uma nova companhia e suas controladas, iniciando suas operações como uma plataforma de banco de investimentos completa, combinando a rede de relacionamentos do Banco no Brasil e sua forte capacidade de distribuição para pessoas físicas, com a expertise e capacidade de distribuição global do UBS.

A governança e a gestão da nova companhia estão amparadas em um Acordo de Acionistas e um Acordo Operacional, observando as boas práticas globais de governança corporativa e gestão de negócios. Cada acionista indicará três membros para o Conselho de Administração, sendo o Presidente apontado pelo Banco e o Vice-Presidente pelo UBS. A diretoria executiva também será formada por profissionais das duas empresas e o UBS indicará o Diretor Presidente da companhia.

Com o lançamento da parceria, os clientes corporativos do Banco, além do atendimento e da oferta completa de soluções de corporate banking, por meio da rede de agências e escritórios especializados, passam a contar com a plataforma de alcance global do UBS, proporcionando acesso diferenciado a produtos e serviços de investment banking e com a ampliação da oferta de soluções integradas nesses mercados.

Já os clientes investidores do Banco, além do atual portfólio de produtos e serviços, também passam a ter acesso a uma crescente variedade de instrumentos de captação e investimento vinculados ao mercado de capitais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O capital social total da companhia está dividido na proporção de 50,01% para o UBS e 49,99% para o BB-BI. O Banco, por meio do BB-BI, integralizou o direito de acesso aos clientes corporativos para prospecção e originação de negócios típicos de banco de investimento e o UBS aportou sua plataforma operacional de banco de investimento na região e corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no país.

O aporte do intangível ao patrimônio líquido da UBS Serviços representou R\$ 829.726 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a UBS Serviços entregou ao BB-BI o montante de R\$ 145.000 mil, em moeda corrente, referente ao resgate, pelo valor contábil, de 100% das ações preferenciais pelo BB-BI, de modo que o investimento do BB-BI represente 49,99% do patrimônio líquido da nova empresa, ou seja R\$ 684.726 mil.

A conclusão da operação não gerou impacto no resultado do Banco, na data-base 30.09.2020, uma vez que, concomitantemente ao reconhecimento do ganho de capital em contrapartida ao registro do investimento inicial no BB-BI, foi registrado resultado não realizado no mesmo montante, por existir também um compromisso contratual de acesso exclusivo à base de clientes que deve ser cumprido pelo BB-BI ao longo dos 15 anos da associação, de modo que o impacto no resultado observe o regime de competência, conforme quadro a seguir:

	30.09.2020
1) Ganho de capital do BB-BI	829.726
2) Tributos	(373.377)
3) Resultado no BB-BI, líquido de efeitos tributários (1+2)	456.349
4) Resultado não realizado (100% do item 3)	(456.349)
5) Impacto no Resultado Consolidado (3+4)	--

Dessa forma, o valor reconhecido como resultado não realizado corresponde ao valor integral do ativo intangível aportado na UBS Serviços, líquido dos efeitos tributários, e será realizado no mesmo cronograma de amortização daquele ativo, que equivale ao prazo da associação. Outras informações estão relacionadas na Nota 14.

b) Bescval - Incorporação

Em 09.12.2020, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas na mesma data pelos acionistas do Banco do Brasil e da Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Bescval), foi incorporada pelo Banco a controlada Bescval.

A incorporação teve por objetivo a racionalização e a simplificação da estrutura societária do Banco e, conseqüentemente, consolidação e redução de custos e despesas operacionais combinadas.

Como resultado da incorporação, a Bescval extinguiu-se pleno jure, a partir daquela data, com versão da totalidade de seu patrimônio para o Banco, que a sucede e absorve, a título universal e para todos os fins de direito, todos os bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades da incorporada.

Em consequência, o capital social do Banco foi aumentado em R\$ 23 mil, devido à emissão de 425 novas ações ordinárias, sem valor nominal, já contemplando o grupamento das frações cabíveis, a serem atribuídas aos acionistas minoritários da Bescval, correspondente a suas participações acionárias no patrimônio líquido da incorporada, calculado pelo valor contábil da incorporada na data base de 30.06.2020.

A emissão das novas ações será precedida pelo cancelamento de igual quantidade de ações de emissão do Banco mantidas em tesouraria, de modo a evitar a diluição das participações dos atuais acionistas do Banco e a alteração no número total de ações representativas do capital social do Banco informadas em seu Estatuto Social.

As ações da Bescval de propriedade do Banco serão extintas. A incorporação foi submetida, nos termos da legislação em vigor, à aprovação do Banco Central do Brasil, cuja homologação foi comunicada em 01.06.2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldos incorporados

	09.12.2020
Total de ativos	5.925
Total de passivos	1
Total de Patrimônio Líquido	5.924

6 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	1º Semestre/2021		1º Semestre/2020	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com Clientes Externos	62.824.245	4.083.284	90.986.849	4.464.183
Receitas da Intermediação Financeira	44.930.993	3.365.111	73.363.612	3.734.505
Resultado da carteira de crédito	35.597.289	1.357.893	50.059.732	1.407.723
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.701.306	407.618	7.932.973	452.717
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.988.732	1.593.481	10.565.756	1.651.337
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(471.856)	87.452	3.801.140	162.987
Resultado das aplicações compulsórias	613.402	--	804.465	--
Resultado de outros ativos financeiros	(497.880)	(81.333)	199.546	59.741
Outras Receitas	17.893.252	718.173	17.623.237	729.678
Receitas de prestação de serviços	13.502.265	581.286	13.473.027	559.347
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	1.544.747	--	1.389.242	--
Demais receitas	2.846.240	136.887	2.760.968	170.331
Ativo Não-Circulante⁽¹⁾	29.873.125	386.894	29.735.662	441.931

(1) Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na Américas do Sul no 1º Semestre/2021 (América do Sul e América Central no 1º Semestre/2020).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	1º Semestre/2021								BB Consolidado
	Informações Gerenciais por Segmento								
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos		
Receitas da Intermediação Financeira	48.234.072	27.415	22.961	7.747	45.497	82.974	(124.562)	48.296.104	
Resultado da carteira de crédito	36.956.357	--	--	--	--	--	(1.175)	36.955.182	
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.126.921	519	22.802	--	--	82.067	(123.385)	7.108.924	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4.501.012	26.896	159	7.747	45.497	902	--	4.582.213	
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(384.404)	--	--	--	--	--	--	(384.404)	
Resultado das aplicações compulsórias	613.402	--	--	--	--	--	--	613.402	
Resultado de outros ativos financeiros	(579.216)	--	--	--	--	5	(2)	(579.213)	
Despesas da Intermediação Financeira	(17.379.889)	(18.070)	--	--	--	(95.596)	162.142	(17.331.413)	
Recursos de instituições financeiras	(6.421.804)	(18.070)	--	--	--	--	162.139	(6.277.735)	
Recursos de clientes	(7.562.674)	--	--	--	--	--	3	(7.562.671)	
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(3.135.061)	--	--	--	--	(95.336)	--	(3.230.397)	
Outras despesas de captação	(260.350)	--	--	--	--	(260)	--	(260.610)	
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(7.436.632)	(11.424)	13	--	--	(22.550)	--	(7.470.593)	
Carteira de crédito	(7.126.490)	--	--	--	--	--	--	(7.126.490)	
Outros ativos financeiros	(310.142)	(11.424)	13	--	--	(22.550)	--	(344.103)	
Outras Receitas	12.552.903	304.586	1.436.319	2.683.570	534.506	1.945.074	(845.533)	18.611.425	
Receitas de prestação de serviços	9.746.619	165.439	1.433.181	1.931.097	16.089	1.354.381	(563.255)	14.083.551	
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	431.239	9.808	--	708.912	394.788	--	--	1.544.747	
Demais receitas	2.375.045	129.339	3.138	43.561	123.629	590.693	(282.278)	2.983.127	
Outras Despesas	(24.868.425)	(53.788)	(180.912)	(420.156)	(20.434)	(1.012.892)	807.953	(25.748.654)	
Despesas de pessoal	(10.469.327)	(12.923)	(50.647)	(29.705)	(2.648)	(180.246)	1.341	(10.744.155)	
Outras despesas administrativas	(4.990.977)	(20.326)	(16.804)	(48.289)	(780)	(230.607)	547.327	(4.760.456)	
Amortização	(856.249)	--	--	--	--	(1.673)	--	(857.922)	
Depreciação	(670.296)	--	--	(5)	--	(14.356)	--	(684.657)	
Despesas tributárias	(2.349.596)	(13.288)	(96.659)	(221.374)	(12.515)	(203.062)	--	(2.896.494)	
Demais despesas	(5.531.980)	(7.251)	(16.802)	(120.783)	(4.491)	(382.948)	259.285	(5.804.970)	
Provisões	(3.499.517)	(79)	3.958	1.638	13	(15.794)	--	(3.509.781)	
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(3.359.992)	(79)	3.958	1.638	13	(15.794)	--	(3.370.256)	
Outras	(139.525)	--	--	--	--	--	--	(139.525)	
Resultado Antes dos Tributos e Participações	7.602.512	248.640	1.282.339	2.272.799	559.582	881.216	--	12.847.088	
Imposto de renda e contribuição social	404.561	(108.051)	(512.550)	(536.055)	(74.727)	(300.592)	--	(1.127.414)	
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.248.419)	--	(1.562)	--	--	(6.192)	--	(1.256.173)	
Participação dos não controladores	(129.890)	--	--	(584.005)	--	(5)	--	(713.900)	
Lucro Líquido	6.628.764	140.589	768.227	1.152.739	484.855	574.427	--	9.749.601	
Saldos Patrimoniais									
Aplicações interfinanceiras de liquidez	573.130.849	18.383	2.022.559	2.580.262	680.005	5.653.512	(12.331.296)	571.754.274	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	290.032.135	1.518.621	306.875	317.980	3.300.615	506.058	(124.583)	295.857.701	
Carteira de crédito líquida de provisões	663.189.206	--	--	--	--	--	--	663.040.506	
Investimentos	23.849.721	928.490	2.000	5.622.056	5.443.316	25	(18.272.509)	17.573.099	
Demais Ativos	308.685.770	866.750	642.849	2.174.908	621.276	3.647.498	(4.910.112)	311.728.939	
Total do Ativo	1.858.887.681	3.332.244	2.974.283	10.695.206	10.045.212	9.807.093	(35.787.200)	1.859.954.519	
Passivo	1.714.620.610	2.450.553	1.721.429	4.444.150	109.447	7.717.796	(16.916.547)	1.714.147.438	
Recursos de clientes	661.526.225	--	--	--	--	--	(192.139)	661.334.086	
Recursos de instituições financeiras	681.994.743	1.522.593	--	--	--	148.700	(12.479.996)	671.186.040	
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	180.577.926	--	--	--	--	6.111.823	--	186.689.749	
Provisões	35.365.849	1.408	3.792	18.555	41	378.553	(3.229)	35.764.969	
Demais passivos	155.155.867	926.552	1.717.637	4.425.595	109.406	1.078.720	(4.241.183)	159.172.594	
Patrimônio Líquido	144.267.071	881.691	1.252.854	6.251.056	9.935.765	2.089.297	(18.870.653)	145.807.081	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.858.887.681	3.332.244	2.974.283	10.695.206	10.045.212	9.807.093	(35.787.200)	1.859.954.519	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	1º Semestre/2020								BB Consolidado
	Informações Gerenciais por Segmento								
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos		
Receitas da Intermediação Financeira	76.934.108	120.947	19.508	7.598	64.696	102.764	(151.504)	77.098.117	
Resultado da carteira de crédito	51.468.501	--	--	--	--	--	(1.046)	51.467.455	
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	8.416.885	438	16.982	--	--	101.825	(150.440)	8.385.690	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12.020.873	120.509	2.526	7.598	64.696	891	--	12.217.093	
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	3.964.127	--	--	--	--	--	--	3.964.127	
Resultado das aplicações compulsórias	804.465	--	--	--	--	--	--	804.465	
Resultado de outros ativos financeiros	259.257	--	--	--	--	48	(18)	259.287	
Despesas da Intermediação Financeira	(52.017.563)	(31.337)	--	--	--	(121.311)	238.815	(51.931.396)	
Recursos de instituições financeiras	(37.159.247)	(31.337)	--	--	--	--	238.795	(36.951.789)	
Recursos de clientes	(8.414.970)	--	--	--	--	--	20	(8.414.950)	
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(4.060.080)	--	--	--	--	(120.946)	--	(4.181.026)	
Outras despesas de captação	(2.383.266)	--	--	--	--	(365)	--	(2.383.631)	
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(12.655.055)	(6.173)	(7)	--	--	(177)	--	(12.661.412)	
Carteira de crédito	(12.418.876)	--	--	--	--	--	--	(12.418.876)	
Outros ativos financeiros	(236.179)	(6.173)	(7)	--	--	(177)	--	(242.536)	
Outras Receitas	12.842.701	180.457	1.466.503	2.744.758	391.853	1.582.837	(856.194)	18.352.915	
Receitas de prestação de serviços	10.044.187	161.377	1.463.451	1.730.324	18.322	1.123.189	(508.476)	14.032.374	
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	219.258	2.173	--	912.787	255.024	--	--	1.389.242	
Demais receitas	2.579.256	16.907	3.052	101.647	118.507	459.648	(347.718)	2.931.299	
Outras Despesas	(22.379.974)	(95.625)	(181.653)	(427.034)	(25.474)	(900.876)	768.883	(23.241.753)	
Despesas de pessoal	(9.627.141)	(26.447)	(51.855)	(31.574)	(2.630)	(189.840)	2.408	(9.927.079)	
Outras despesas administrativas	(5.009.511)	(39.051)	(12.493)	(134.576)	(774)	(196.110)	524.458	(4.868.057)	
Amortização	(890.832)	--	--	--	--	(1.585)	--	(892.417)	
Depreciação	(628.396)	--	--	(4)	--	(9.552)	--	(637.952)	
Despesas tributárias	(1.788.681)	(19.609)	(98.611)	(203.905)	(16.084)	(164.659)	--	(2.291.549)	
Demais despesas	(4.435.413)	(10.518)	(18.694)	(56.975)	(5.986)	(339.130)	242.017	(4.624.699)	
Provisões	(1.667.722)	369	(1.859)	589	(210)	(14.777)	--	(1.683.610)	
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.555.519)	369	(1.859)	589	(209)	(13.937)	--	(1.570.566)	
Outras	(112.203)	--	--	--	(1)	(840)	--	(113.044)	
Resultado Antes dos Tributos e Participações	1.056.495	168.638	1.302.492	2.325.911	430.865	648.460	--	5.932.861	
Imposto de renda e contribuição social	3.456.577	(72.799)	(520.950)	(481.623)	(86.484)	(218.956)	--	2.075.765	
Participação de empregados e administradores no lucro	(825.524)	--	(1.116)	--	--	(2.542)	--	(829.182)	
Participação dos não controladores	(145.692)	--	--	(620.321)	--	(2)	--	(766.015)	
Lucro líquido	3.541.856	95.839	780.426	1.223.967	344.381	426.960	--	6.413.429	
Saldo Patrimoniais									
Aplicações interfinanceiras de liquidez	468.204.145	18.788	1.184.080	2.093.731	383.467	5.258.611	(10.775.221)	466.367.601	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	265.842.920	1.094.413	30.314	1.211.939	3.146.832	421.514	(155.468)	271.592.464	
Carteira de crédito líquida de provisões	615.550.479	--	--	--	--	--	(15.000)	615.535.479	
Investimentos	20.610.510	896.644	46.252	4.012.861	5.356.223	27	(15.613.387)	15.309.130	
Demais Ativos	338.329.203	903.687	364.157	1.969.705	603.981	3.748.247	(4.489.655)	341.429.325	
Total do Ativo	1.708.537.257	2.913.532	1.624.803	9.288.236	9.490.503	9.428.399	(31.048.731)	1.710.233.999	
Passivo	1.594.731.344	2.372.591	901.033	4.594.624	122.785	7.496.227	(14.820.930)	1.595.397.674	
Recursos de clientes	555.343.897	--	--	--	--	--	(178.848)	555.165.049	
Recursos de instituições financeiras	639.824.495	1.851.330	--	--	--	15.000	(10.790.220)	630.900.605	
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	208.845.889	--	--	--	--	6.692.169	--	215.538.058	
Provisões	30.318.565	1.293	6.366	18.114	435	145.584	(19.193)	30.471.164	
Demais Passivos	160.398.498	519.968	894.667	4.576.510	122.350	643.474	(3.832.669)	163.322.798	
Patrimônio Líquido	113.805.913	540.941	723.770	4.693.612	9.367.718	1.932.172	(16.227.801)	114.836.325	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.708.537.257	2.913.532	1.624.803	9.288.236	9.490.503	9.428.399	(31.048.731)	1.710.233.999	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Disponibilidades	22.906.388	14.239.838	25.389.101	16.784.560
Disponibilidades em moeda nacional	17.601.668	9.696.140	17.602.930	9.697.457
Disponibilidades em moeda estrangeira	5.304.720	4.543.698	7.786.171	7.087.103
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	38.268.025	159.160.915	42.112.911	159.404.948
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	8.015.689	118.776.694	11.963.867	119.375.173
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.252.336	40.384.221	30.149.044	40.029.775
Total	61.174.413	173.400.753	67.502.012	176.189.508

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

8 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos de poupança	34.160.377	32.383.686	34.160.377	32.383.686
Depósitos à vista	21.160.243	12.908.748	21.160.243	12.908.748
Depósitos a prazo	14.102.454	13.465.192	14.102.454	13.465.192
Conta de pagamento instantâneo	2.024.050	990.249	2.024.050	990.249
Depósitos de moeda eletrônica	337.815	422.356	337.815	422.356
Recursos de microfinanças	238.570	138.311	238.570	138.311
Ativo circulante	72.023.509	60.308.542	72.023.509	60.308.542
Ativo não circulante	--	--	--	--
Total	72.023.509	60.308.542	72.023.509	60.308.542

b) Resultado das aplicações compulsórias

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Depósitos de poupança	434.744	576.159	434.744	576.159
Exigibilidade sobre recursos a prazo	178.658	228.306	178.658	228.306
Total	613.402	804.465	613.402	804.465



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Aplicações no Mercado Aberto	533.862.007	465.746.721	537.636.552	466.345.480
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	8.015.689	118.776.694	11.999.166	119.375.453
Notas do Tesouro Nacional	4.363.688	266.499	4.535.594	266.499
Letras do Tesouro Nacional	2.660.583	117.989.892	2.660.583	117.989.892
Letras Financeiras do Tesouro	399	350.757	37.425	350.757
Outros títulos	991.019	169.546	4.765.564	768.305
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	525.846.318	346.970.027	525.637.386	346.970.027
Letras Financeiras do Tesouro	279.862.679	173.148.915	279.653.747	173.148.914
Notas do Tesouro Nacional	191.426.881	161.715.081	191.426.881	161.715.081
Letras do Tesouro Nacional	53.498.666	8.532.956	53.498.666	8.532.956
Outros títulos	1.058.092	3.573.075	1.058.092	3.573.076
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	105.127.797	117.581.382	34.117.722	44.300.311
Total	638.989.804	583.328.103	571.754.274	510.645.791
Ativo circulante	572.008.913	509.622.409	569.291.347	505.900.976
Ativo não circulante	66.980.891	73.705.694	2.462.927	4.744.815

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	6.690.690	7.829.460	7.108.924	7.880.675
Posição financiada	6.512.181	7.540.254	6.512.181	7.540.254
Posição bancada	178.509	289.206	596.743	340.421
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	2.156.366	3.217.685	--	505.015
Total	8.847.056	11.047.145	7.108.924	8.385.690

(1) No 1º Semestre/2021, as rendas de R\$ 108.933 mil foram ajustadas pela marcação a mercado negativa de item objeto de hedge de R\$ 127.454 mil, cujo saldo devedor remanescente de R\$ 18.521 mil foi reclassificado para o grupamento recursos de instituições financeiras. No 1º Semestre/2020, inclui a marcação a mercado positiva de item objeto de hedge de R\$ 215.693 mil.

**10 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

a) Apresentamos a carteira de títulos e valores mobiliários por categoria de classificação, montante, tipo de papel e faixas de vencimento:

a.1) Resumo da carteira por categoria e prazo de realização

Categoria de Classificação	BB Banco Múltiplo							
	30.06.2021				31.12.2020			
	Circulante	Não Circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não Circulante	Total	Participação na Carteira
1 - Títulos para negociação ⁽¹⁾	2.189.789	--	2.189.789	1 %	9.999.449	--	9.999.449	4 %
2 - Títulos disponíveis para venda	33.410.837	216.413.737	249.824.574	89 %	29.490.601	220.155.700	249.646.301	88 %
3 - Mantidos até o vencimento	4.176.411	22.904.607	27.081.018	10 %	3.217.803	19.552.636	22.770.439	8 %
Valor Contábil da Carteira	39.777.037	239.318.344	279.095.381	100 %	42.707.853	239.708.336	282.416.189	100 %
Marcação a mercado da categoria 3	(636.610)	(161.283)	(797.893)	--	(680.198)	(521.976)	(1.202.174)	--
Valor de Mercado da Carteira	39.140.427	239.157.061	278.297.488	--	42.027.655	239.186.360	281.214.015	--

(1) Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo									
	30.06.2021							31.12.2020		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	3.932	13.960	65.253	2.106.644	2.200.708	2.189.789	(10.919)	9.866.442	9.999.449	133.007
Títulos Públicos	3.719	13.960	65.163	1.651.311	1.733.082	1.734.153	1.071	9.752.845	9.884.516	131.671
Letras do tesouro nacional	3.719	5.633	65.163	1.228.023	1.303.126	1.302.538	(588)	8.716.947	8.832.068	115.121
Letras financeiras do tesouro	--	5.567	--	271.045	276.990	276.612	(378)	314.938	314.436	(502)
Notas do tesouro nacional	--	--	--	152.243	151.298	152.243	945	718.985	735.388	16.403
Títulos de governos estrangeiros	--	2.760	--	--	1.668	2.760	1.092	1.975	2.624	649
Títulos Privados	213	--	90	455.333	467.626	455.636	(11.990)	113.597	114.933	1.336
Certificados recebíveis do agronegócio	--	--	17	330.285	334.871	330.302	(4.569)	47.165	46.940	(225)
Debêntures	--	--	73	124.063	131.773	124.136	(7.637)	66.414	67.641	1.227
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	985	973	985	12	--	--	--
Outros	213	--	--	--	9	213	204	18	352	334
2 - Títulos Disponíveis para Venda	3.799.739	11.035.884	18.575.213	216.413.738	250.412.236	249.824.574	(587.662)	248.225.766	249.646.301	1.420.535
Títulos Públicos	292.018	8.410.767	14.926.951	193.472.514	218.380.895	217.102.250	(1.278.645)	216.603.634	217.916.826	1.313.192
Letras financeiras do tesouro	--	8.196.641	14.090.448	162.722.305	185.747.593	185.009.394	(738.199)	180.233.573	179.697.760	(535.813)
Letras do tesouro nacional	--	--	583.336	10.148.434	10.928.626	10.731.770	(196.856)	10.754.400	11.058.017	303.617
Notas do tesouro nacional	--	--	--	9.555.082	10.343.771	9.555.082	(788.689)	10.818.747	11.011.356	192.609
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	10.012.626	9.590.150	10.012.626	422.476	10.880.279	12.076.518	1.196.239
Títulos de governos estrangeiros	292.018	214.113	252.815	962.410	1.698.034	1.721.356	23.322	3.837.454	3.989.721	152.267
Títulos da dívida agrária	--	13	352	109	517	474	(43)	882	858	(24)
Outros	--	--	--	71.548	72.204	71.548	(656)	78.299	82.596	4.297
Títulos Privados	3.507.721	2.625.117	3.648.262	22.941.224	32.031.341	32.722.324	690.983	31.622.132	31.729.475	107.343
Debêntures	--	407.703	246.637	16.210.747	17.473.981	16.865.087	(608.894)	18.442.601	17.670.504	(772.097)
Cédulas de produto rural - commodities	259.167	2.190.379	3.203.290	160.853	5.818.343	5.813.689	(4.654)	4.453.303	4.535.550	82.247
Eurobonds	--	27.035	166.551	3.470.040	3.782.882	3.663.626	(119.256)	4.254.709	4.048.496	(206.213)
Cotas de fundos de investimentos	2.527.225	--	27.740	1.035.277	2.339.415	3.590.242	1.250.827	2.494.916	3.315.795	820.879
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	721.287	--	4.044	1.298.899	1.949.205	2.024.230	75.025	926.671	934.412	7.741
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	11.798	11.234	11.798	564	22.788	26.365	3.577
Ações	42	--	--	--	218	42	(176)	218	43	(175)
Notas promissórias	--	--	--	--	--	--	--	254.728	256.691	1.963
Outros	--	--	--	753.610	656.063	753.610	97.547	772.198	941.619	169.421



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo									
	30.06.2021							31.12.2020		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	247.848	3.002.291	926.272	22.106.714	27.081.018	26.283.125	(797.893)	22.770.439	21.568.265	(1.202.174)
Títulos Públicos	--	--	--	14.554.604	14.186.161	14.554.604	368.443	9.259.997	9.696.863	436.866
Letras do tesouro nacional	--	--	--	11.613.518	11.613.518	11.613.518	--	6.573.995	6.573.995	--
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	2.941.086	2.572.643	2.941.086	368.443	2.686.002	3.122.868	436.866
Títulos Privados	247.848	3.002.291	926.272	7.552.110	12.894.857	11.728.521	(1.166.336)	13.510.442	11.871.402	(1.639.040)
Debêntures	102.204	2.162.311	92.209	7.552.108	11.081.610	9.908.832	(1.172.778)	12.391.636	10.904.667	(1.486.969)
Certificados de depósito bancário	145.644	826.940	--	--	971.289	972.584	1.295	728.864	730.873	2.009
Eurobonds	--	--	589.885	--	589.406	589.885	479	--	--	--
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	2	3	2	(1)	389.942	235.862	(154.080)
Outros	--	13.040	244.178	--	252.549	257.218	4.669	--	--	--
Total	4.051.519	14.052.135	19.566.738	240.627.096	279.693.962	278.297.488	(1.396.474)	280.862.647	281.214.015	351.368

a.3) Composição da carteira por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo									
	30.06.2021							31.12.2020		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	4.051.519	14.052.135	19.566.738	240.627.096	279.693.962	278.297.488	(1.396.474)	280.862.647	281.214.015	351.368
Carteira própria	3.905.875	4.317.235	9.491.339	178.875.218	198.071.327	196.589.667	(1.481.660)	88.879.963	89.284.372	404.409
Vinculados a compromissos de recompra	--	8.559.350	9.801.100	52.133.726	70.381.002	70.494.176	113.174	178.049.626	178.005.788	(43.838)
Vinculados à prestação de garantias	145.644	1.175.550	274.299	9.618.152	11.241.633	11.213.645	(27.988)	13.933.058	13.923.855	(9.203)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Resumo da carteira consolidada por categoria e prazo de realização

Categoria de Classificação	BB Consolidado							
	30.06.2021				31.12.2020			
	Circulante	Não Circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não Circulante	Total	Participação na Carteira
1 - Títulos para negociação ⁽¹⁾	10.720.474	--	10.720.474	4 %	17.774.838	--	17.774.838	6 %
2 - Títulos disponíveis para venda	34.056.250	221.755.614	255.811.864	88 %	30.135.348	225.079.103	255.214.451	88 %
3 - Mantidos até o vencimento	4.481.012	22.160.878	26.641.890	8 %	3.571.801	18.351.759	21.923.560	6 %
Valor Contábil da Carteira	49.257.736	243.916.492	293.174.228	100 %	51.481.987	243.430.862	294.912.849	100 %
Marcação a mercado da categoria 3	(636.610)	(117.508)	(754.118)	--	(679.993)	(397.635)	(1.077.628)	--
Valor de Mercado da Carteira	48.621.126	243.798.984	292.420.110	--	50.801.994	243.033.227	293.835.221	--

(1) Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001.

a.5) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado									
	30.06.2021							31.12.2020		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	5.471.643	437.837	1.291.421	3.519.573	10.333.558	10.720.474	386.916	17.306.281	17.774.838	468.557
Títulos Públicos	5.026.597	411.688	1.273.498	2.188.103	8.473.650	8.899.886	426.236	15.871.523	16.271.480	399.957
Títulos de governos estrangeiros	5.022.878	400.488	1.208.335	306.226	6.508.769	6.937.927	429.158	6.057.671	6.326.559	268.888
Letras do tesouro nacional	3.719	5.633	65.163	1.228.023	1.303.126	1.302.538	(588)	8.716.947	8.832.069	115.122
Letras financeiras do tesouro	--	5.567	--	271.045	276.990	276.612	(378)	314.938	314.436	(502)
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	230.566	233.467	230.566	(2.901)	62.982	63.028	46
Notas do tesouro nacional	--	--	--	152.243	151.298	152.243	945	718.985	735.388	16.403
Títulos Privados	445.046	26.149	17.923	1.331.470	1.859.908	1.820.588	(39.320)	1.434.758	1.503.358	68.600
Certificados recebíveis do agronegócio	--	--	17	519.526	544.812	519.543	(25.269)	47.165	46.940	(225)
Debêntures	--	--	73	467.410	533.460	467.483	(65.977)	511.398	521.240	9.842
Cotas de fundos de investimentos	395.065	--	--	--	393.037	395.065	2.028	610.212	604.184	(6.028)
Eurobonds	--	25.615	17.833	148.937	193.206	192.385	(821)	132.457	132.928	471
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	53.955	58.737	53.955	(4.782)	41.957	44.115	2.158
Ações	48	--	--	--	4	48	44	5	31	26
Outros	49.933	534	--	141.642	136.652	192.109	55.457	91.564	153.920	62.356



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	BB Consolidado									
	30.06.2021							31.12.2020		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
2 - Títulos Disponíveis para Venda	3.879.295	11.117.657	19.059.298	221.755.614	256.265.125	255.811.864	(453.261)	253.824.141	255.214.451	1.390.310
Títulos Públicos	292.018	8.410.767	15.226.172	194.417.001	219.597.731	218.345.958	(1.251.773)	217.565.843	218.910.264	1.344.421
Letras financeiras do tesouro	--	8.196.641	14.389.669	162.722.305	186.044.818	185.308.615	(736.203)	180.233.573	179.697.759	(535.814)
Letras do tesouro nacional	--	--	583.336	10.148.434	10.928.626	10.731.770	(196.856)	10.754.400	11.058.015	303.615
Notas do tesouro nacional	--	--	--	9.555.082	10.343.771	9.555.082	(788.689)	10.818.747	11.011.356	192.609
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	10.319.278	9.873.418	10.319.278	445.860	11.177.576	12.403.613	1.226.037
Títulos de governos estrangeiros	292.018	214.113	252.815	1.600.245	2.334.377	2.359.191	24.814	4.502.366	4.656.067	153.701
Títulos da dívida agrária	--	13	352	109	517	474	(43)	882	858	(24)
Outros	--	--	--	71.548	72.204	71.548	(656)	78.299	82.596	4.297
Títulos Privados	3.587.277	2.706.890	3.833.126	27.338.613	36.667.394	37.465.906	798.512	36.258.298	36.304.187	45.889
Debêntures	--	407.703	246.637	19.780.095	21.118.954	20.434.435	(684.519)	22.130.542	21.190.459	(940.083)
Cédulas de produto rural - commodities	259.167	2.190.379	3.203.290	160.853	5.818.343	5.813.689	(4.654)	4.453.303	4.535.550	82.247
Eurobonds	--	27.035	166.551	3.722.225	4.003.930	3.915.811	(88.119)	4.436.878	4.263.129	(173.749)
Cotas de fundos de investimentos	2.584.956	72.627	212.604	1.356.327	2.814.752	4.226.514	1.411.762	2.981.815	3.882.354	900.539
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	721.287	--	4.044	1.298.899	1.949.205	2.024.230	75.025	926.671	934.412	7.741
Ações	21.867	--	--	--	25.229	21.867	(3.362)	60.838	58.941	(1.897)
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	15.445	14.990	15.445	455	26.424	29.899	3.475
Certificados de depósito bancário	--	9.146	--	--	9.146	9.146	--	2.694	2.694	--
Notas promissórias	--	--	--	--	--	--	--	254.728	256.692	1.964
Outros	--	--	--	1.004.769	912.845	1.004.769	91.924	984.405	1.150.057	165.652
3 - Mantidos até o Vencimento	247.848	3.099.509	1.133.655	21.406.760	26.641.890	25.887.772	(754.118)	21.923.560	20.845.932	(1.077.628)
Títulos Públicos	--	--	--	15.103.147	14.737.274	15.103.147	365.873	9.962.696	10.399.952	437.256
Letras do tesouro nacional	--	--	--	11.613.518	11.613.518	11.613.518	--	6.573.995	6.573.995	--
Títulos da dívida externa brasileira	--	--	--	2.941.086	2.572.642	2.941.086	368.444	2.686.004	3.122.869	436.865
Títulos de governos estrangeiros	--	--	--	548.543	551.114	548.543	(2.571)	702.697	703.088	391
Títulos Privados	247.848	3.099.509	1.133.655	6.303.613	11.904.616	10.784.625	(1.119.991)	11.960.864	10.445.980	(1.514.884)
Debêntures	102.204	2.162.311	92.209	6.303.611	9.786.768	8.660.335	(1.126.433)	10.392.508	9.029.694	(1.362.814)
Certificados de depósito bancário	145.644	826.940	--	--	971.289	972.584	1.295	728.864	730.873	2.009
Eurobonds	--	--	589.885	--	589.406	589.885	479	--	--	--
Certificados de recebíveis imobiliários	--	--	--	2	3	2	(1)	389.942	235.863	(154.079)
Notas Promissórias	--	--	--	--	--	--	--	449.550	449.550	--
Outros	--	110.258	451.561	--	557.150	561.819	4.669	--	--	--
Total	9.598.786	14.655.003	21.484.374	246.681.947	293.240.573	292.420.110	(820.463)	293.053.982	293.835.221	781.239



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.6) Resumo da carteira consolidada por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado									
	30.06.2021							31.12.2020		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	9.598.786	14.655.003	21.484.374	246.681.947	293.240.573	292.420.110	(820.463)	293.053.982	293.835.221	781.239
Carteira própria	9.453.142	4.920.103	11.381.301	201.000.979	227.716.671	226.755.525	(961.146)	117.582.700	118.336.509	753.809
Vinculados a compromissos de recompra	--	8.559.350	9.828.774	36.042.631	54.268.054	54.430.755	162.701	161.521.387	161.556.759	35.372
Vinculados à prestação de garantias	145.644	1.175.550	274.299	9.638.337	11.255.848	11.233.830	(22.018)	13.949.895	13.941.953	(7.942)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Títulos de renda fixa	3.433.992	3.798.774	4.704.136	4.919.960
Títulos de renda variável	(64.392)	7.205.666	(121.923)	7.297.133
Total	3.369.600	11.004.440	4.582.213	12.217.093

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no 1º Semestre/2021.

No 1º Semestre/2020, o Banco realizou uma reclassificação de títulos (debêntures) da categoria “Títulos para Negociação” para categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, no montante R\$ 23.315 mil (valor de custo) e R\$ 21.438 mil (valor de mercado). A marcação a mercado negativa de R\$ 1.877 mil manteve-se no resultado do 1º Semestre/2020. A reclassificação ocorreu em virtude do critério de alocação de papéis na categoria “Títulos para Negociação”, que estabelece prazo máximo para negociação de 270 dias.

11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco utilizava, até junho/2021, derivativos de crédito na gestão proprietária de suas carteiras, posições e operações, tal como operações de credit linked notes, com o objetivo de captar recursos e administrar risco de crédito. Para isto as agências externas faziam uso da modalidade credit default swap em mercado de balcão no exterior. Esta modalidade se refere ao acordo entre duas partes para compra ou venda de proteção de crédito em troca de pagamento de taxa de juros periódica.

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge.

O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge das operações realizadas com a finalidade de compensar seus riscos desde a sua concepção.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 30.06.2021, foi de R\$ 309.069 mil (R\$ 266.309 mil em 31.12.2020).

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 202.536 mil em 30.06.2021 (R\$ 169.409 mil em 31.12.2020).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composições

a.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	30.06.2021			31.12.2020			30.06.2021			31.12.2020		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	20.483.726	--	--	27.929.239	--	--	20.912.521	--	--	28.590.657	--	--
DI	10.909.903	--	--	11.501.501	--	--	10.909.903	--	--	11.501.501	--	--
Moedas	6.880.968	--	--	16.324.524	--	--	7.309.763	--	--	16.985.942	--	--
Índice Bovespa	--	--	--	56.043	--	--	--	--	--	56.043	--	--
Cupom cambial	2.490.316	--	--	43.231	--	--	2.490.316	--	--	43.231	--	--
Commodities	202.539	--	--	3.940	--	--	202.539	--	--	3.940	--	--
Compromissos de Venda	11.449.159	--	--	22.145.083	--	--	11.898.026	--	--	22.411.530	--	--
DI	8.040.039	--	--	11.304.962	--	--	8.040.039	--	--	11.304.962	--	--
Moedas	440.419	--	--	5.954.830	--	--	889.286	--	--	6.221.277	--	--
Índice Bovespa	--	--	--	134	--	--	--	--	--	134	--	--
Cupom cambial	2.561.844	--	--	14.005	--	--	2.561.844	--	--	14.005	--	--
Libor	--	--	--	4.657.647	--	--	--	--	--	4.657.647	--	--
Commodities	406.857	--	--	213.505	--	--	406.857	--	--	213.505	--	--
Operações a Termo												
Posição Ativa	17.091.544	2.041.227	1.748.104	13.889.806	1.195.704	1.185.729	17.368.850	2.058.390	1.765.267	14.421.418	1.213.145	1.203.171
Termo de título	372.065	372.065	372.065	--	--	--	372.065	372.065	372.065	--	--	--
Termo de moeda	16.202.041	1.580.660	1.285.245	13.691.474	1.164.054	1.161.446	16.479.347	1.597.823	1.302.408	14.223.086	1.181.495	1.178.888
Termo de mercadoria	517.438	88.502	90.794	198.332	31.650	24.283	517.438	88.502	90.794	198.332	31.650	24.283
Posição Passiva	24.401.652	(2.990.808)	(2.023.057)	22.238.742	(1.734.345)	(1.469.393)	24.401.652	(2.990.808)	(2.023.057)	22.238.742	(1.734.345)	(1.469.393)
Termo de título	372.065	(372.065)	(372.065)	--	--	--	372.065	(372.065)	(372.065)	--	--	--
Termo de moeda	23.895.460	(2.604.665)	(1.630.286)	21.927.251	(1.710.453)	(1.434.933)	23.895.460	(2.604.665)	(1.630.286)	21.927.251	(1.710.453)	(1.434.933)
Termo de mercadoria	134.127	(14.078)	(20.706)	311.491	(23.892)	(34.460)	134.127	(14.078)	(20.706)	311.491	(23.892)	(34.460)
Contrato de Opções												
De Compra - Posição Comprada	8.446	179	29	--	--	--	8.446	179	29	--	--	--
Moeda estrangeira	8.446	179	29	--	--	--	8.446	179	29	--	--	--
De Compra - Posição Vendida	1.968.533	(24.067)	(41.710)	2.213.895	(33.075)	(65.413)	506.498	(3.907)	(12.595)	48.912	(2.069)	(12.494)
Moeda estrangeira	19.376	(763)	(256)	22.632	(683)	(538)	19.376	(763)	(256)	22.632	(683)	(538)
Pré-fixados	1.464.158	(20.455)	(29.505)	2.164.983	(31.006)	(52.919)	2.123	(295)	(390)	--	--	--
Índice Bovespa	--	--	--	51	(3)	(6)	--	--	--	51	(3)	(6)
Índice IPCA	--	--	--	3.415	(446)	(416)	--	--	--	3.415	(446)	(416)
Commodities	484.999	(2.849)	(11.949)	22.814	(937)	(11.534)	484.999	(2.849)	(11.949)	22.814	(937)	(11.534)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	30.06.2021			31.12.2020			30.06.2021			31.12.2020		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
De Venda - Posição Vendida	1.623.004	(1.446.240)	(1.430.563)	2.477.054	(2.138.914)	(2.107.130)	160.970	(4.365)	2.385	312.071	(5.978)	4.054
Moeda estrangeira	--	--	--	157.460	(2.093)	5.572	--	--	--	157.460	(2.093)	5.572
Pré-fixados	1.462.034	(1.441.875)	(1.432.948)	2.164.983	(2.132.936)	(2.111.184)	--	--	--	--	--	--
Índice Bovespa	94	(5)	--	11	--	--	94	(5)	--	11	--	--
Índice DI	9.968	(146)	4.951	9.842	(146)	(728)	9.968	(146)	4.951	9.842	(146)	(728)
Commodities	150.908	(4.214)	(2.566)	144.758	(3.739)	(790)	150.908	(4.214)	(2.566)	144.758	(3.739)	(790)
Contratos de Swap												
Posição Ativa	17.754.998	826.030	863.915	22.294.063	2.158.220	2.224.870	17.754.998	826.030	863.915	22.294.063	2.158.220	2.224.870
DI	15.004.756	712.041	726.034	17.056.269	954.934	979.075	15.004.756	712.041	726.034	17.056.269	954.934	979.075
Moeda estrangeira	2.120.077	75.811	112.078	4.840.051	1.199.918	1.239.840	2.120.077	75.811	112.078	4.840.051	1.199.918	1.239.840
Pré-fixado	630.165	38.178	25.803	397.743	3.368	5.955	630.165	38.178	25.803	397.743	3.368	5.955
Posição Passiva	6.125.136	(489.212)	(798.026)	23.232.636	(1.383.922)	(1.493.156)	4.663.101	(489.212)	(798.023)	21.068.694	(1.383.874)	(1.493.135)
DI	2.590.910	(78.749)	(151.354)	7.693.435	(270.443)	(274.708)	1.128.875	(78.749)	(151.351)	5.529.493	(270.395)	(274.687)
Moeda estrangeira	3.421.720	(401.166)	(638.755)	8.789.458	(1.090.491)	(1.189.782)	3.421.720	(401.166)	(638.755)	8.789.458	(1.090.491)	(1.189.782)
Pré-fixado	52.338	(5.780)	(5.326)	6.728.443	(21.882)	(25.686)	52.338	(5.780)	(5.326)	6.728.443	(21.882)	(25.686)
IPCA	60.168	(3.517)	(2.591)	21.300	(1.106)	(2.980)	60.168	(3.517)	(2.591)	21.300	(1.106)	(2.980)
Derivativos de Crédito ⁽¹⁾												
Posição Ativa												
Títulos dívida pública brasileira	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Posição Passiva												
Títulos dívida pública brasileira	--	--	--	374.162	(1.429)	(1.429)	--	--	--	374.162	(1.429)	(1.429)
Outros Derivativos ⁽²⁾												
Posição Ativa												
Moeda estrangeira	4.077.588	105.975	80.962	2.960.888	129.548	120.826	3.866.673	79.807	54.262	2.704.318	108.028	99.295
Posição Passiva												
Moeda estrangeira	3.248.051	(86.347)	(69.904)	2.537.013	(75.980)	(77.446)	3.248.051	(86.371)	(69.928)	2.537.013	(75.980)	(77.446)

(1) Refere-se a derivativos de crédito oriundos de estrutura envolvendo operações de CDS (Credit Default Swap) e CLN (Credit Linked Notes), cujo risco recebido e transferido se compensam. No Exercício/2020, essas operações não geraram impacto no Patrimônio de Referência e não ocorreram eventos de crédito previstos no contrato.

(2) Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nocional)

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2021	31.12.2020	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2021	31.12.2020
Contratos de futuros	1.982.087	11.543.513	5.173.420	13.233.865	31.932.885	50.074.322	2.859.749	11.543.513	5.173.420	13.233.865	32.810.547	51.002.187
Contratos a termo	5.507.317	19.691.340	11.136.592	5.157.947	41.493.196	36.128.548	5.784.623	19.691.340	11.136.592	5.157.947	41.770.502	36.660.160
Contratos de opções	3.419.819	137.478	34.163	8.523	3.599.983	4.690.949	495.750	137.478	34.163	8.523	675.914	360.983
Contratos de swap	4.028.545	3.541.334	3.430.767	12.879.488	23.880.134	45.526.699	2.566.510	3.541.334	3.430.767	12.879.488	22.418.099	43.362.757
Derivativos de crédito	--	--	--	--	--	374.162	--	--	--	--	--	374.162
Outros	940.772	4.419.904	1.857.675	107.288	7.325.639	5.497.901	729.857	4.419.904	1.857.675	107.288	7.114.724	5.241.331

a.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nocional em 30.06.2021)

	BB Banco Múltiplo					BB Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	31.932.885	--	635.907	--	--	31.932.885	--	635.907	--	--
Exterior	--	--	--	--	--	877.663	--	--	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	--	744.130	2.926.192	20.940.041	7.325.639	--	1.021.436	2.123	19.478.006	7.114.724
Clientes	--	40.749.066	37.884	2.940.093	--	--	40.749.066	37.884	2.940.093	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Letras Financeiras do Tesouro	3.388.987	4.717.046	3.388.987	4.717.046

a.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Hedge de risco de mercado				
Instrumentos de Hedge				
Passivo	(12.268.790)	(7.007.786)	(12.268.790)	(7.007.786)
Futuro	(4.971.901)	(44.619)	(4.971.901)	(44.619)
Swap	(7.296.889)	(6.963.167)	(7.296.889)	(6.963.167)
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	14.606.487	9.733.434	14.606.487	9.733.434
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.901.340	3.115.079	2.901.340	3.115.079
Títulos e valores mobiliários	11.660.144	6.618.355	11.660.144	6.618.355
Operações de crédito	45.003	--	45.003	--
Passivo	(2.303.967)	(2.687.214)	(2.303.967)	(2.687.214)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(2.303.967)	(2.687.214)	(2.303.967)	(2.687.214)

O Banco, em suas dependências no exterior, utiliza swap (Cross Currency Interest Rate Swap) para hedge de captações externas como proteção de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. No Brasil, foram designadas como hedge de valor justo estratégias cujos objetos são títulos públicos federais (Letras do Tesouro Nacional) das categorias disponível para venda e mantidos até o vencimento, além de operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC), tendo como objetivo a proteção do risco de mercado pré-fixado, trocando a exposição para pós-fixada. Contratos futuros de juros protegem os títulos da categoria disponível para venda e as operações de CDC, ao passo que swaps protegem os títulos da categoria mantidos até o vencimento.

As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%

a.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Perdas dos itens objeto de hedge	(128.727)	(46.473)	(128.727)	(46.473)
Ganhos dos instrumentos de hedge	125.984	46.457	125.984	46.457
Efeito líquido	(2.743)	(16)	(2.743)	(16)
Ganhos dos itens objeto de hedge	570.179	706.191	570.179	706.191
Perda dos instrumentos de hedge	(501.089)	(703.250)	(501.089)	(703.250)
Efeito líquido	69.090	2.941	69.090	2.941



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	30.06.2021		31.12.2020		30.06.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante						
Ativo								
Operações a termo	1.675.475	72.629	1.074.333	111.396	1.692.638	72.629	1.091.775	111.396
Contratos de opções	29	--	--	--	29	--	--	--
Contratos de swap	661.455	202.460	1.933.799	291.071	661.455	202.460	1.933.799	291.071
Outros derivativos	79.787	1.175	115.961	4.865	53.087	1.175	94.430	4.865
Total	2.416.746	276.264	3.124.093	407.332	2.407.209	276.264	3.120.004	407.332
Passivo								
Operações a termo	(1.764.170)	(258.887)	(1.180.689)	(288.704)	(1.764.170)	(258.887)	(1.180.689)	(288.704)
Contratos de opções	(1.471.835)	(438)	(2.172.168)	(375)	(9.772)	(438)	(8.065)	(375)
Contratos de swap	(173.055)	(624.971)	(931.138)	(562.018)	(173.052)	(624.971)	(931.117)	(562.018)
Derivativos de crédito	--	--	(1.429)	--	--	--	(1.429)	--
Outros derivativos	(69.373)	(531)	(77.446)	--	(69.397)	(531)	(77.446)	--
Total	(3.478.433)	(884.827)	(4.362.870)	(851.097)	(2.016.391)	(884.827)	(2.198.746)	(851.097)

b) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado		
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	
Contratos de Futuro		212.757	1.710.284	177.931	1.705.709
Operações a Termo		339.635	2.865.808	404.794	2.881.856
Contratos de Opções		(15.722)	(30.883)	4.795	7.080
Contratos de Swap		(981.084)	(778.752)	(980.978)	(779.391)
Derivativos de crédito		1.478	--	1.478	--
Outros derivativos		15.438	71.120	7.576	148.873
Total		(427.498)	3.837.577	(384.404)	3.964.127



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – CARTEIRA DE CRÉDITO**a) Carteira de crédito por modalidade**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Operações de Crédito	633.698.995	613.470.272	643.093.761	624.416.758
Empréstimos e direitos creditórios descontados	263.246.465	252.596.535	269.634.960	260.104.534
Financiamentos	126.243.907	130.915.360	126.837.717	131.721.007
Financiamentos rurais	197.130.654	181.110.513	197.130.654	181.110.513
Financiamentos imobiliários	46.851.507	48.589.142	49.263.968	51.221.982
Operações de crédito vinculadas a cessão ⁽¹⁾	226.462	258.722	226.462	258.722
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	61.311.262	55.861.814	62.536.996	57.187.216
Operações com cartão de crédito	31.695.717	31.610.988	32.921.451	32.936.390
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 13.d)	16.375.969	13.438.613	16.375.969	13.438.613
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽²⁾	6.584.460	5.561.823	6.584.460	5.561.823
Aquisição de recebíveis	5.249.859	4.269.049	5.249.859	4.269.049
Avais e fianças honrados	234.815	223.307	234.815	223.307
Diversos	1.170.442	758.034	1.170.442	758.034
Operações de Arrendamento Mercantil	--	--	212.546	172.478
Total da Carteira de Crédito	695.010.257	669.332.086	705.843.303	681.776.452
Ativo circulante	168.640.333	157.272.039	174.566.602	164.223.867
Ativo não circulante	526.369.924	512.060.047	531.276.701	517.552.585
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(42.614.175)	(44.966.048)	(42.802.797)	(45.170.370)
(Provisão para operações de crédito)	(40.666.784)	(42.788.058)	(40.832.647)	(42.968.298)
(Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito)	(1.947.391)	(2.177.990)	(1.967.343)	(2.198.371)
(Provisão para arrendamento mercantil)	--	--	(2.807)	(3.701)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	652.396.082	624.366.038	663.040.506	636.606.082

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Resultado de Operações de Crédito	35.756.198	49.951.103	37.142.012	51.285.914
Empréstimos e direitos creditórios descontados	21.931.130	21.541.926	22.820.104	22.376.394
Financiamentos rurais	5.991.236	5.475.366	5.991.236	5.475.366
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	3.269.677	2.806.627	3.645.021	3.175.970
Financiamentos imobiliários	1.703.872	1.868.690	1.806.300	1.957.411
Financiamentos	1.323.405	15.941.233	1.331.344	15.974.099
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	851.660	963.420	851.660	963.420
Financiamentos à exportação	418.069	515.371	418.069	515.371
Aquisição de recebíveis	110.317	136.450	110.317	136.450
Adiantamentos a depositantes	83.859	80.411	92.316	93.390
Financiamentos de moedas estrangeiras	40.797	579.894	43.469	576.328
Avais e fianças honrados	4.809	23.450	4.809	23.450
Demais	27.367	18.265	27.367	18.265
Resultado de Arrendamento Mercantil	--	--	13.362	15.060
Resultado de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros ⁽²⁾	(201.061)	164.520	(200.192)	166.481
Total	35.555.137	50.115.623	36.955.182	51.467.455

- (1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 226.019 mil no 1º Semestre/2021 (com impacto no resultado de R\$ 124.310 mil, líquido de tributos) e R\$ 66.001 mil no 1º Semestre/2020 (com impacto no resultado de R\$ 34.613 mil, líquido de tributos). Os valores contábeis dessas operações eram de R\$ 393.232 mil e R\$ 140.194 mil, respectivamente.
- (2) Inclui, no 1º semestre/2021, o resultado negativo de R\$ 349.603 mil (R\$ 183.340 mil, líquido de tributos) oriundo de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 446.551 mil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os valores contábeis dessas operações eram de R\$ 1.380.959 mil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	30.06.2021	%	31.12.2020	%	30.06.2021	%	31.12.2020	%
Setor Público	63.173.181	9,1	71.361.303	10,7	63.417.045	9,0	71.632.396	10,6
Administração pública	52.823.446	7,6	55.325.371	8,3	53.067.310	7,5	55.596.464	8,2
Petroleiro	6.828.719	1,0	12.009.390	1,8	6.828.719	1,0	12.009.390	1,8
Energia elétrica	2.830.262	0,4	3.346.430	0,5	2.830.262	0,4	3.346.430	0,5
Serviços	367.551	0,1	393.291	0,1	367.551	0,1	393.291	0,1
Demais atividades	323.203	--	286.821	--	323.203	--	286.821	--
Setor Privado	631.837.076	90,9	597.970.783	89,3	642.426.258	91,0	610.144.056	89,4
Pessoa Física	425.482.688	61,2	399.013.143	59,6	428.383.271	60,7	402.336.537	59,0
Pessoa Jurídica	206.354.388	29,7	198.957.640	29,7	214.042.987	30,3	207.807.519	30,4
Agronegócio de origem vegetal	33.366.655	4,8	30.823.713	4,6	34.233.978	4,8	31.730.654	4,7
Serviços	23.564.791	3,4	23.951.018	3,6	24.816.670	3,5	25.298.128	3,7
Transportes	14.495.267	2,1	16.617.630	2,5	14.587.040	2,1	16.767.186	2,5
Mineração e metalurgia	12.824.169	1,8	13.380.615	2,0	13.326.892	1,9	13.760.773	2,0
Automotivo	12.899.498	1,9	12.398.571	1,9	13.235.939	1,9	13.016.570	1,9
Comércio varejista	12.049.787	1,7	11.579.915	1,7	12.314.478	1,7	11.814.949	1,7
Agronegócio de origem animal	10.632.007	1,5	9.495.065	1,4	10.968.285	1,5	9.749.250	1,4
Instituições e serviços financeiros	8.922.141	1,3	5.069.010	0,8	9.734.820	1,4	6.453.003	0,9
Energia elétrica	8.209.618	1,2	8.077.112	1,2	8.382.437	1,2	8.187.291	1,2
Insumos agrícolas	8.094.885	1,2	7.471.646	1,1	8.243.761	1,2	7.560.925	1,1
Eletroeletrônico	7.522.914	1,1	6.622.077	1,0	7.557.198	1,1	6.656.646	1,0
Comércio atacadista e indústrias diversas	6.589.231	0,9	6.221.437	0,9	7.121.687	1,0	6.949.717	1,0
Atividades específicas da construção	6.896.455	1,0	6.726.150	1,0	7.099.342	1,0	6.984.339	1,0
Químico	6.657.615	1,0	6.445.198	1,0	7.076.960	1,0	6.862.817	1,0
Combustíveis	6.667.476	1,0	6.980.355	1,0	6.948.215	1,0	7.410.164	1,1
Têxtil e confecções	6.336.902	0,9	6.414.886	1,0	6.428.799	0,9	6.474.714	1,0
Imobiliário	4.591.403	0,7	6.331.230	0,9	5.297.480	0,7	7.050.108	1,0
Madeireiro e moveleiro	4.129.163	0,6	4.019.401	0,6	4.147.513	0,6	4.043.707	0,6
Papel e celulose	3.035.022	0,4	2.670.623	0,4	3.254.834	0,5	2.876.369	0,4
Telecomunicações	2.377.330	0,3	2.306.937	0,3	2.562.082	0,4	2.423.001	0,4
Construção pesada	2.016.007	0,3	2.387.953	0,4	2.283.708	0,3	2.690.989	0,4
Demais atividades	4.476.052	0,6	2.967.098	0,4	4.420.869	0,6	3.046.219	0,4
Total	695.010.257	100,0	669.332.086	100,0	705.843.303	100,0	681.776.452	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

	BB Banco Múltiplo										30.06.2021	31.12.2020
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vincendas												
01 a 30	14.449.105	5.640.839	13.944.134	10.704.024	1.750.223	158.765	27.637	18.705	238.688	46.932.120	40.118.996	
31 a 60	10.417.073	3.278.049	5.606.670	3.775.069	277.380	127.404	20.313	22.514	148.500	23.672.972	20.425.024	
61 a 90	15.185.497	2.765.689	5.140.632	3.279.708	378.759	134.966	22.691	18.029	192.315	27.118.286	20.639.674	
91 a 180	30.298.624	7.725.769	12.040.791	8.093.050	759.178	705.204	96.516	58.437	644.373	60.421.942	56.231.953	
181 a 360	46.385.764	8.855.069	23.167.461	12.687.931	1.255.228	515.064	102.995	80.750	4.639.491	97.689.753	97.295.803	
Acima de 360	211.980.557	39.482.818	94.730.711	44.586.312	7.950.036	4.557.946	1.105.455	1.902.185	10.666.885	416.962.905	413.121.242	
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	53.737	22.708	68.461	127.804	37.829	11.886	2.956	3.262	25.045	353.688	453.394	
Subtotal	328.770.357	67.770.941	154.698.860	83.253.898	12.408.633	6.211.235	1.378.563	2.103.882	16.555.297	673.151.666	648.286.086	
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vincendas												
01 a 30	--	--	32.154	242.115	141.780	63.649	47.909	46.287	185.786	759.680	508.753	
31 a 60	--	--	17.209	69.007	53.296	30.223	22.750	29.625	101.985	324.095	263.594	
61 a 90	--	--	15.268	62.430	50.398	28.264	27.971	24.021	100.976	309.328	230.678	
91 a 180	--	--	40.353	157.320	136.224	81.697	58.544	55.843	315.620	845.601	631.910	
181 a 360	--	--	89.101	268.337	248.495	129.698	85.038	78.532	617.002	1.516.203	1.292.771	
Acima de 360	--	--	1.027.353	1.755.933	1.459.803	876.998	510.617	688.021	5.853.591	12.172.316	11.967.788	
Parcelas Vencidas												
01 a 14	--	--	4.678	24.291	19.515	14.414	8.893	12.730	56.646	141.167	80.216	
15 a 30	--	--	70.032	180.946	85.252	19.888	15.572	14.820	122.187	508.697	392.752	
31 a 60	--	--	12.886	270.351	136.161	42.089	32.714	38.665	193.909	726.775	541.715	
61 a 90	--	--	3	21.072	316.683	46.284	32.833	33.881	169.820	620.576	460.128	
91 a 180	--	--	3	8.867	34.919	268.639	320.717	355.772	561.652	1.550.569	1.778.402	
181 a 360	--	--	--	37	5	22.003	19.908	15.637	1.700.609	1.758.199	2.113.652	
Acima de 360	--	--	107	348	126	768	11.451	65	612.520	625.385	783.641	
Subtotal	--	--	1.309.147	3.061.054	2.682.657	1.624.614	1.194.917	1.393.899	10.592.303	21.858.591	21.046.000	
Total	328.770.357	67.770.941	156.008.007	86.314.952	15.091.290	7.835.849	2.573.480	3.497.781	27.147.600	695.010.257	669.332.086	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2021	31.12.2020
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vencidas											
01 a 30	14.248.489	7.118.705	15.363.200	10.746.258	1.755.580	159.171	27.800	18.932	241.322	49.679.457	44.165.753
31 a 60	10.633.138	3.445.335	5.616.236	3.776.682	277.627	127.412	20.322	22.534	148.591	24.067.877	20.864.346
61 a 90	15.318.072	2.954.712	5.155.782	3.292.973	379.008	134.984	22.698	18.038	192.424	27.468.691	21.161.046
91 a 180	30.768.637	8.322.543	12.111.509	8.096.802	810.277	705.282	96.552	58.471	644.801	61.614.874	57.404.032
181 a 360	46.637.394	9.161.697	23.339.536	12.712.862	1.269.082	515.327	103.095	80.985	4.640.609	98.460.587	97.855.660
Acima de 360	213.192.196	40.679.733	97.262.409	44.602.182	8.089.453	4.571.441	1.106.084	1.917.726	10.672.112	422.093.336	418.475.032
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	53.737	28.107	149.120	128.163	38.090	11.931	2.993	3.277	25.142	440.560	579.643
Subtotal	330.851.663	71.710.832	158.997.792	83.355.922	12.619.117	6.225.548	1.379.544	2.119.963	16.565.001	683.825.382	660.505.512
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vencidas											
01 a 30	--	--	32.155	242.136	141.779	63.649	47.912	46.286	185.803	759.720	508.778
31 a 60	--	--	17.209	69.029	53.296	30.223	22.753	29.625	102.001	324.136	263.619
61 a 90	--	--	15.268	62.451	50.398	28.264	27.973	24.021	100.992	309.367	230.703
91 a 180	--	--	40.353	157.380	136.224	81.697	58.544	55.843	315.668	845.709	631.971
181 a 360	--	--	89.101	268.447	248.495	129.698	85.038	78.532	617.056	1.516.367	1.292.869
Acima de 360	--	--	1.027.353	1.756.048	1.459.803	876.998	510.617	688.021	5.853.629	12.172.469	11.967.986
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	4.678	24.295	19.515	14.414	8.893	12.730	56.660	141.185	80.220
15 a 30	--	--	103.667	181.577	86.773	20.021	15.640	14.847	122.322	544.847	466.908
31 a 60	--	--	12.886	284.282	137.852	42.228	32.857	38.790	194.088	742.983	553.775
61 a 90	--	--	3	21.072	332.614	46.462	32.921	34.034	169.987	637.093	535.255
91 a 180	--	--	3	8.867	34.919	273.165	324.075	360.429	583.460	1.584.918	1.790.470
181 a 360	--	--	--	37	17.077	22.003	19.908	15.637	1.700.633	1.775.295	2.129.207
Acima de 360	--	--	107	348	126	768	11.451	65	650.967	663.832	819.179
Subtotal	--	--	1.342.783	3.075.969	2.718.871	1.629.590	1.198.582	1.398.860	10.653.266	22.017.921	21.270.940
Total	330.851.663	71.710.832	160.340.575	86.431.891	15.337.988	7.855.138	2.578.126	3.518.823	27.218.267	705.843.303	681.776.452



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Constituição da provisão para perdas com a carteira de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Banco Múltiplo							
		30.06.2021				31.12.2020			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		328.770.357	--	--	--	301.098.321	--	--	--
A	0,5	67.770.941	338.855	46.309	385.164	60.566.146	302.831	42.150	344.981
B	1	156.008.007	1.560.080	624.469	2.184.549	151.983.519	1.519.835	625.182	2.145.017
C	3	86.314.952	2.589.449	2.361.197	4.950.646	96.204.176	2.886.125	2.667.037	5.553.162
D	10	15.091.290	1.509.129	236.977	1.746.106	15.982.367	1.598.237	207.319	1.805.556
E	30	7.835.849	2.350.755	153	2.350.908	9.063.556	2.719.067	143	2.719.210
F	50	2.573.480	1.286.740	--	1.286.740	3.137.358	1.568.679	--	1.568.679
G	70	3.497.781	2.448.447	114.015	2.562.462	1.557.333	1.090.133	--	1.090.133
H	100	27.147.600	27.147.600	--	27.147.600	29.739.310	29.739.310	--	29.739.310
Total		695.010.257	39.231.055	3.383.120	42.614.175	669.332.086	41.424.217	3.541.831	44.966.048

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Consolidado							
		30.06.2021				31.12.2020			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		330.851.663	--	--	--	303.830.220	--	--	--
A	0,5	71.710.832	358.554	46.359	404.913	65.026.705	325.134	42.219	367.353
B	1	160.340.575	1.603.406	624.587	2.227.993	156.701.836	1.567.018	625.322	2.192.340
C	3	86.431.891	2.592.957	2.364.936	4.957.893	96.381.043	2.891.431	2.670.593	5.562.024
D	10	15.337.988	1.533.799	236.983	1.770.782	16.225.097	1.622.510	207.337	1.829.847
E	30	7.855.138	2.356.541	154	2.356.695	9.067.476	2.720.243	143	2.720.386
F	50	2.578.126	1.289.063	--	1.289.063	3.144.336	1.572.168	--	1.572.168
G	70	3.518.823	2.463.176	114.015	2.577.191	1.578.289	1.104.802	--	1.104.802
H	100	27.218.267	27.218.267	--	27.218.267	29.821.450	29.821.450	--	29.821.450
Total		705.843.303	39.415.763	3.387.034	42.802.797	681.776.452	41.624.756	3.545.614	45.170.370

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Saldo inicial	44.966.048	39.592.667	45.170.370	39.799.866
Constituição/(reversão)	7.086.893	12.380.626	7.126.490	12.418.876
Provisão mínima requerida	7.245.604	12.302.156	7.285.070	12.339.666
Provisão complementar ⁽¹⁾	(158.711)	78.470	(158.580)	79.210
Variação cambial - provisões no exterior	(25.996)	144.777	(45.634)	203.557
Baixas para prejuízo	(9.412.770)	(10.708.860)	(9.448.429)	(10.745.639)
Saldo final	42.614.175	41.409.210	42.802.797	41.676.660

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Até 1 ano ⁽¹⁾	--	--	93.231	88.126
De 1 a 5 anos	--	--	119.299	84.352
Acima de 5 anos	--	--	16	--
Total a Valor Presente	--	--	212.546	172.478

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

h) Concentração das operações de crédito

	30.06.2021	% da Carteira	31.12.2020	% da Carteira
Maior devedor	11.219.450	1,6	12.140.090	1,8
10 Maiores devedores	54.007.138	7,7	62.413.919	9,2
20 Maiores devedores	73.076.064	10,4	81.548.565	12,0
50 Maiores devedores	102.676.389	14,5	109.019.299	16,0
100 Maiores devedores	121.450.781	17,2	127.563.170	18,7

i) Créditos renegociados

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Créditos Renegociados no Período	47.798.924	48.459.497	47.798.924	48.459.497
Renegociados por atraso ⁽¹⁾	6.495.368	9.468.740	6.495.368	9.468.740
Renovados ⁽²⁾	41.303.556	38.990.757	41.303.556	38.990.757
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso				
Saldo inicial	29.641.629	23.657.317	29.641.629	23.657.317
Contratações ⁽¹⁾	6.495.368	9.468.740	6.495.368	9.468.740
(Recebimento) e apropriação de juros	(4.316.739)	(4.994.263)	(4.316.739)	(4.994.263)
Baixas para prejuízo	(3.068.318)	(2.634.349)	(3.068.318)	(2.634.349)
Saldo final⁽³⁾	28.751.940	25.497.445	28.751.940	25.497.445
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	16.842.676	13.182.737	16.842.676	13.182.737
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso	58,6%	51,7%	58,6%	51,7%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	2.812.905	2.489.010	2.812.905	2.489.010
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	9,8%	9,8%	9,8%	9,8%

(1) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(2) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(3) Inclui o valor de R\$ 16.063 mil (R\$ 28.143 mil em 30.06.2020) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 11.548.232 mil (R\$ 9.396.679 mil em 30.06.2020) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Informações complementares

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Créditos contratados a liberar	148.652.727	127.265.525	149.102.940	127.849.028
Garantias prestadas ⁽¹⁾	9.276.711	9.868.714	8.770.731	9.569.192
Créditos abertos para importação contratados	749.007	545.722	791.958	570.402
Créditos de exportação confirmados	525.090	388.151	526.922	390.200
Recursos vinculados	278.024	296.602	292.714	311.779

(1) O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Provisões (Nota 21.d).

k) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	30.06.2021	31.12.2020
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		5.713	32.485
Proger Urbano Capital de Giro	01/2016 e 01/2020	5.713	32.209
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	--	276
Financiamentos		691.041	944.872
Proger Urbano Investimento	18/2005	621.130	839.264
FAT Taxista	02/2009	68.561	101.234
FAT Turismo - Investimento	01/2012	1.249	4.098
Proger Exportação	27/2005	101	276
Financiamentos Rurais		2.579	2.841
Pronaf Investimento	05/2005	2.154	2.276
Proger Rural Investimento	13/2005	223	352
Pronaf Custeio	04/2005	202	211
Proger Rural Custeio	02/2006	--	2
Total		699.333	980.198

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

**l) Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese)**

Por meio da Resolução CMN n.º 4.846/2020, o Banco Central permitiu a participação das instituições financeiras no Programa Emergencial de Suporte a Empregos, nos termos da Lei n.º 14.043/2020.

As instituições financeiras participantes do Pese podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União. O risco de inadimplemento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras decorrentes serão suportados na mesma proporção da participação.

Apresentamos a seguir o saldo das operações de crédito contratadas no âmbito do Pese, assim como a classificação por nível de risco das operações e o montante de provisão constituída para cada nível.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.06.2021				31.12.2020			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		753.759	--	--	--	884.964	--	--	--
A	0,5	946	5	--	5	1.134	6	--	6
B	1	39.087	391	366	757	40.742	407	388	795
C	3	87.705	2.631	3.728	6.359	112.574	3.377	5.060	8.437
D	10	1.892	189	78	267	281	28	13	41
E	30	534	160	--	160	497	149	--	149
F	50	423	212	--	212	34	17	--	17
G	70	804	563	--	563	--	--	--	--
H	100	640	640	--	640	37	37	--	37
Total		885.790	4.791	4.172	8.963	1.040.263	4.021	5.461	9.482

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 - OUTROS ATIVOS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Financeiros	99.700.253	94.472.748	100.891.523	96.465.178
Devedores por depósitos em garantia	53.470.218	53.088.467	54.151.705	53.761.258
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	19.580.463	18.707.062	19.726.228	18.759.182
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 29.f)	10.257.821	9.912.387	10.257.821	9.912.387
Rendas a receber	4.814.844	4.109.986	3.930.578	4.296.619
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	2.650.446	2.986.613	3.136.691	3.496.564
Fundo de Compensação de Variações Salariais	2.653.400	2.577.555	2.653.400	2.577.555
Demais	6.273.061	3.090.678	7.035.100	3.661.613
Ativo circulante	47.882.782	43.791.588	48.131.889	44.855.609
Ativo não circulante	51.817.471	50.681.160	52.759.634	51.609.569
Não financeiros	34.293.200	10.944.189	34.862.347	11.596.452
Ativos atuariais (Nota 29.e)	29.068.659	6.080.658	29.068.659	6.080.658
Devedores diversos	3.677.637	2.841.717	3.905.318	3.234.211
Mantidos para venda - Recebidos ⁽²⁾	758.276	--	761.382	--
Despesas antecipadas	232.806	296.026	260.423	339.601
Bens não de uso próprio e materiais em estoque ⁽²⁾	11.981	786.566	67.642	848.127
Mantidos para venda - Próprios ⁽²⁾	35.315	--	52.735	--
Créditos específicos ⁽³⁾	--	392.414	494	392.908
Demais	508.526	546.808	745.694	700.947
Ativo circulante	5.141.560	4.389.111	5.690.046	5.021.779
Ativo não circulante	29.151.640	6.555.078	29.172.301	6.574.673

(1) Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 603.328 mil (R\$ 855.196 mil em 31.12.2020), provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Em 31.12.2020, o Banco detinha créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.º 2.196/2001, regularizados no 1º Trimestre/2021. Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei n.º 8.427/1992, R\$ 570.393 mil (R\$ 698.835 mil em 31.12.2020).

(2) A partir de 01.01.2021, os bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN n.º 4.747/2019 (Nota 3.p).

(3) Em 31.12.2020, haviam créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.º 2.196/2001, regularizados no 1º Trimestre/2021, juntamente com as obrigações a pagar à União registradas em Outros Passivos Não Financeiros - Credores Diversos no País (Nota 20.a).

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Títulos e créditos a receber	(1.107.676)	(1.168.213)	(1.382.389)	(1.430.083)
Devedores diversos	(812.957)	(878.833)	(813.165)	(879.031)
Rendas a receber	(598.941)	(171.676)	(598.941)	(171.676)
Demais	(135.200)	(129.900)	(135.200)	(129.900)
Total	(2.654.774)	(2.348.622)	(2.929.695)	(2.610.690)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Saldo inicial	(2.348.622)	(1.965.878)	(2.610.690)	(2.195.153)
(Constituição)/reversão	(299.079)	(223.671)	(344.103)	(242.536)
Variação cambial – provisões no exterior	--	--	16.532	(6.431)
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(7.073)	1.412	8.566	729
Saldo final	(2.654.774)	(2.188.137)	(2.929.695)	(2.443.391)

d) Carteira de câmbio

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Posição ativa				
Câmbio comprado a liquidar	18.599.972	17.880.523	18.705.668	17.927.393
Direitos sobre vendas de câmbio	10.425.287	29.407.245	10.465.356	29.412.495
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	61.794	64.155	61.794	64.155
Valores em moedas estrangeiras a receber	915	872	915	872
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(9.507.505)	(28.645.733)	(9.507.505)	(28.645.733)
Total	19.580.463	18.707.062	19.726.228	18.759.182
Ativo circulante	18.491.587	18.611.696	18.637.352	18.663.816
Ativo não circulante	1.088.876	95.366	1.088.876	95.366
Posição passiva				
Obrigações por compras de câmbio	19.275.239	17.209.178	19.391.105	17.261.661
Câmbio vendido a liquidar	10.504.623	34.049.369	10.534.639	34.049.369
Valores em moedas estrangeiras a pagar	1.857	1.897	62.726	65.906
Subtotal (Nota 20.a)	29.781.719	51.260.444	29.988.470	51.376.936
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio) (Nota 12.a)	(16.375.969)	(13.438.613)	(16.375.969)	(13.438.613)
Total	13.405.750	37.821.831	13.612.501	37.938.323
Passivo circulante	9.664.998	33.943.389	9.871.749	34.059.881
Passivo não circulante	3.740.752	3.878.442	3.740.752	3.878.442
Carteira de câmbio líquida	6.174.713	(19.114.769)	6.113.727	(19.179.141)
Contas de compensação				
Créditos abertos para importação	1.489.201	887.011	1.532.152	911.691
Créditos de exportação confirmados	525.090	388.151	526.922	390.200

e) Resultado de outros ativos financeiros

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Resultado de operações de câmbio	(714.329)	241.253	(657.786)	185.074
Demais	78.573	74.213	78.573	74.213
Total	(635.756)	315.466	(579.213)	259.287



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 - INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

BB Banco Múltiplo	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil	Movimentações - 1º Semestre/2021			Saldo contábil	Resultado de equivalência
			1º Semestre/2021	Ordinárias	Preferenciais		31.12.2020	Dividendos	Outros eventos (1)	Resultado de equivalência	30.06.2021	1º Semestre/2020
No País							26.358.058	(2.069.999)	32.842	3.547.368	27.868.269	3.102.045
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	9.900.423	473.847	17.703	--	100,00%	9.368.728	--	57.765	473.930	9.900.423	331.359
BB Seguridade Participações S.A. (2)(3)	3.396.767	6.251.056	1.736.041	1.325.000	--	66,36%	3.808.088	(690.159)	(122.471)	1.152.739	4.148.197	1.223.967
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.778.920	35.364	3.000	--	100,00%	4.777.151	(33.595)	--	35.364	4.778.920	38.141
Banco Votorantim S.A. (4)	8.130.372	11.671.151	815.839	1.065.794	584.042	50,00%	5.372.810	--	50.797	409.121	5.832.728	218.650
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	881.691	265.544	3.790	--	100,00%	825.140	(252.267)	43.274	265.544	881.691	174.747
BB Tecnologia e Serviços (4)	282.606	256.652	35.992	248.458	248.586	99,99%	210.813	--	--	37.059	247.872	18.673
BB Administradora de Consórcios S.A.	363.783	701.227	383.138	14	--	100,00%	682.070	(363.981)	--	383.138	701.227	301.658
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	606.573	1.252.855	768.417	100.000	--	100,00%	1.213.299	(729.997)	1.136	768.417	1.252.855	780.694
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	35.341	11.008	398.158	--	100,00%	24.333	--	--	11.008	35.341	13.022
Outras Participações							75.626	--	2.341	11.048	89.015	1.134
No Exterior							5.839.422	(248.824)	207.620	(184.446)	5.613.772	5.543.957
Banco Patagonia S.A.	37.583	2.351.569	662.346	578.117	--	80,39%	1.939.499	(248.824)	(332.718)	532.455	1.890.412	597.236
BB Cayman Islands Holding	1.205.645	1.547.184	41.958	241.023	--	100,00%	1.574.906	--	(69.680)	41.958	1.547.184	23.329
Banco do Brasil AG	378.052	1.171.738	(20.507)	638	--	100,00%	1.282.686	--	(90.441)	(20.507)	1.171.738	(27.295)
BB Securities LLC	25.011	419.697	455	5	--	100,00%	435.543	--	(16.301)	455	419.697	7.695
Banco do Brasil Americas (5)	307.635	347.751	15.521	11.086	--	100,00%	322.352	--	(15.773)	15.521	322.100	6.339
BB USA Holding Company	--	842	(26)	--	--	100,00%	902	--	(34)	(26)	842	--
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							283.534	--	(21.735)	--	261.799	--
							--	--	--	--	--	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências							--	--	515.258	(515.258)	--	3.925.811
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas							--	--	235.948	(235.948)	--	981.119
Ganhos/(perdas) cambiais em outras participações							--	--	3.096	(3.096)	--	29.723
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							32.197.480	(2.318.823)	240.462	3.362.922	33.482.041	8.646.002
(Provisão para perdas)							(228)	--	(34.549)	--	(34.777)	--

(1) Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Em 30.06.2021, o valor de mercado da ação da BB Seguridade S.A. foi de R\$ 23,10.

(3) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(4) Excluído o resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(5) Incluída a provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento no Banco do Brasil Americas no valor de R\$ 25.651 mil, constituída em exercícios anteriores.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BB Consolidado	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro líquido		Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil 31.12.2020	Movimentações - 1º Semestre/2021			Saldo contábil 30.06.2021	Resultado de equivalência 1º Semestre/2020
			1º Semestre/2021	Ordinárias	Preferenciais	Dividendos			Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência			
No País								15.767.954	(541.777)	326.094	1.544.747	17.097.018	1.389.242
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾	8.130.372	11.671.151	815.839	1.065.794	584.042	50,00%	5.372.810	--	50.797	409.121	5.832.728	218.650	
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁽³⁾	414.000	10.326.908	216.754	2.029.930	1.014.965	30,00%	3.114.837	(81.791)	--	65.026	3.098.072	51.004	
Cielo S.A. ⁽²⁾⁽⁴⁾	5.700.000	11.646.590	407.070	778.320	--	28,81%	3.272.950	(42.909)	8.224	110.997	3.349.262	63.758	
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ^{(2)(5) (6)}	3.529.258	5.385.409	307.360	879	1.759	74,99%	3.319.682	--	449.633	228.209	3.997.524	328.557	
BB Mapfre Participações S.A. ⁽⁵⁾	1.469.848	1.765.674	574.907	944.858	1.889.339	74,99%	1.357.044	(383.502)	(80.585)	431.122	1.324.079	528.249	
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁵⁾	254.393	423.763	69.699	107.989	107.989	66,66%	359.580	(19.998)	(103.638)	46.461	282.405	55.440	
Elo Participações S.A. ⁽⁷⁾	1.052.000	3.474.156	423.008	525.895	--	49,99%	1.525.119	--	(7.154)	218.765	1.736.730	140.261	
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ⁽⁸⁾	2.289.917	1.382.855	8.690	1.954.245	--	49,99%	687.304	--	(359)	4.344	691.289	--	
Outras Participações							232.155	(13.577)	(71.552)	30.702	177.728	3.323	
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							(1.561)	--	--	--	(1.561)	--	
Resultado não realizado ⁽⁹⁾							(3.471.966)	--	80.728	--	(3.391.238)	--	
No Exterior							283.534	--	(21.735)	--	261.799	--	
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							283.534	--	(21.735)	--	261.799	--	
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							16.051.488	(541.777)	304.359	1.544.747	17.358.817	1.389.242	
(Provisão para perdas)							(21.316)	--	(31.804)	--	(53.120)	--	

(1) Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,17 %, em virtude de a Cielo S.A. deter 70,00 % de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) Houve aporte de capital social no montante de R\$ 449.969 mil por parte controladora - BB Seguros.

(7) A equivalência patrimonial da Elo Participações S.A. é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01.11.2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

(8) Companhia oriunda da parceria estratégica entre o BB-Banco de Investimentos S.A. e o UBS A.G. para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores mobiliários (Nota 5).

(9) Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

Balço Patrimonial	30.06.2021						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	318.619.765	118.990.226	11.005.021	17.729.058	85.189.786	24.692.091	576.225.947
Disponibilidades	60.711	289.748	2.249	6.044	231.499	2.167.862	2.758.113
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	7.675.030	2.020	--	--	(283)	7.676.767
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	316.733.167	39.527.016	1.066.223	7.232.981	5.823.931	10.180.176	380.563.494
Operações de Crédito	--	51.386.825	--	--	--	--	51.386.825
Outros créditos e outros valores e bens	1.595.328	17.554.181	790.797	10.256.330	67.953.627	7.788.443	105.938.706
Permanente	230.559	2.557.426	9.143.732	233.703	11.180.729	4.555.893	27.902.042
Passivo Total	313.234.356	107.319.075	678.113	15.963.384	73.543.196	17.507.903	528.246.027
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	549.035	90.266.124	--	--	64.914.439	--	155.729.598
Outros passivos	312.685.321	17.052.951	678.113	15.963.384	8.628.757	17.507.903	372.516.429
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	312.198.310	--	--	12.190.181	--	7.934.237	332.322.728
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	169.195	--	--	--	--	169.195
Demais	487.011	16.883.756	678.113	3.773.203	8.628.757	9.573.666	40.024.506
Patrimônio Líquido	5.385.409	11.671.151	10.326.908	1.765.674	11.646.590	7.184.188	47.979.920
% de Participação	74,99%	50,00%	30,00%	74,99%	28,81%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	4.038.787	5.835.576	3.098.072	1.324.079	3.345.902	3.287.332	20.929.748
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	261.799	260.238
Outros valores ⁽¹⁾	(41.263)	(2.848)	(2.740.748)	--	3.360	(1.049.670)	(3.831.169)
Saldo do investimento	3.995.963	5.832.728	357.324	1.324.079	3.349.262	2.499.461	17.358.817

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	1º Semestre/2021						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	(396.008)	2.492.764	--	132.961	46.186	85.660	2.361.563
Receitas de prestação de serviços	1.518.445	340.899	1.637.323	--	2.673.303	2.262.698	8.432.668
Outras despesas administrativas	(84.491)	(735.745)	(421.835)	(122.702)	(367.539)	(1.331.886)	(3.064.198)
Outras receitas/despesas operacionais	(520.414)	(691.968)	(886.845)	724.589	(1.705.004)	(247.961)	(3.327.603)
Resultado não operacional	(99)	14.070	--	1.133	(106.255)	(25.491)	(116.642)
Resultado antes da tributação	517.433	1.420.020	328.643	735.981	540.691	743.020	4.285.788
Tributação sobre o lucro e participações	(210.073)	(604.181)	(111.889)	(161.074)	(133.621)	(119.867)	(1.340.705)
Lucro Líquido	307.360	815.839	216.754	574.907	407.070	623.153	2.945.083
% de Participação	74,99%	50,00%	30,00%	74,99%	28,81%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	230.505	407.920	65.026	431.122	117.280	305.462	1.557.315
Outros valores ⁽¹⁾	(2.296)	1.201	--	--	(6.283)	(5.190)	(12.568)
Resultado de equivalência patrimonial	228.209	409.121	65.026	431.122	110.997	300.272	1.544.747

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balço Patrimonial	31.12.2020						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	312.871.595	117.928.511	11.082.701	17.137.752	89.724.921	19.723.475	568.468.955
Disponibilidades	3.782	491.165	2.130	9.540	206.958	1.180.233	1.893.808
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	9.856.237	4.001	--	--	14.404	9.874.642
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	311.171.234	38.063.112	840.743	7.249.134	4.482.695	8.889.849	370.696.767
Operações de Crédito	--	50.003.679	--	--	--	--	50.003.679
Outros créditos e outros valores e bens	1.454.805	17.143.891	896.233	9.664.528	73.658.576	5.376.740	108.194.773
Permanente	241.774	2.370.427	9.339.594	214.550	11.376.692	4.262.249	27.805.286
Passivo Total	308.543.128	107.146.286	699.912	15.328.118	78.340.948	13.398.891	523.457.283
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	92.269.129	--	--	68.098.100	526	160.367.755
Outros passivos	308.543.128	14.877.157	699.912	15.328.118	10.242.848	13.398.365	363.089.528
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	308.210.264	--	--	10.960.355	--	8.261.132	327.431.751
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	193.542	--	--	--	--	193.542
Demais	332.864	14.683.615	699.912	4.367.763	10.242.848	5.137.233	35.464.235
Patrimônio Líquido	4.328.467	10.782.225	10.382.789	1.809.634	11.383.973	6.324.584	45.011.672
% de Participação	74,99 %	50,00 %	30,00 %	74,99 %	28,75 %	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	3.246.134	5.391.113	3.114.837	1.357.044	3.270.456	3.012.117	19.391.701
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	283.534	281.973
Outros valores ⁽¹⁾	73.548	(18.303)	(2.798.654)	--	2.494	(881.271)	(3.622.186)
Saldo do investimento	3.318.121	5.372.810	316.183	1.357.044	3.272.950	2.414.380	16.051.488

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	1º Semestre/2020						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	(64.393)	1.819.201	--	178.721	247.439	126.295	2.307.263
Receitas de prestação de serviços	1.401.243	265.758	1.289.544	--	2.438.957	1.786.885	7.182.387
Outras despesas administrativas	(108.630)	(730.054)	(413.989)	(127.015)	(297.482)	(1.346.801)	(3.023.971)
Outras receitas/despesas operacionais	(485.856)	(1.203.268)	(616.438)	918.971	(2.152.647)	(41.839)	(3.581.077)
Resultado não operacional	--	(8.954)	--	698	(15.503)	(22.535)	(46.294)
Resultado antes da tributação	742.364	142.683	259.117	971.375	220.764	502.005	2.838.308
Tributação sobre o lucro e participações	(298.471)	300.322	(89.103)	(266.949)	(127.573)	(86.746)	(568.520)
Lucro Líquido	443.893	443.005	170.014	704.426	93.191	415.259	2.269.788
% de Participação	74,99%	50,00%	30,00%	74,99%	28,73%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	332.898	221.503	51.004	528.249	26.772	217.386	1.377.812
Outros valores ⁽¹⁾	(4.341)	(2.853)	--	--	36.986	(18.362)	11.430
Resultado de equivalência patrimonial	328.557	218.650	51.004	528.249	63.758	199.024	1.389.242

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Outros investimentos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Investimentos por incentivos fiscais	9.754	9.882	10.423	10.551
Títulos patrimoniais	57	57	57	57
Ações e cotas	74.383	76.832	86.972	90.065
Outros investimentos	3.036	3.056	3.810	3.902
Outras participações no exterior	117.897	120.994	209.269	201.197
Total	205.127	210.821	310.531	305.772
(Provisão para perdas)	(42.360)	(44.936)	(43.129)	(45.705)

d) Ágios na aquisição de investimentos

Movimentação dos ágios	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Saldo inicial	283.534	333.720	283.534	333.720
Amortizações ⁽¹⁾	(11.015)	(14.482)	(11.015)	(14.482)
Variação cambial ⁽²⁾	(42.928)	51.618	(42.928)	51.618
Saldo final ⁽³⁾	229.591	370.856	229.591	370.856

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre o ágio do Banco Patagonia.

(3) Inclui provisão para perdas sobre o ágio na aquisição do BB Americas, no montante de R\$ 32.208 mil.

e) Expectativa de amortização dos ágios

	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Banco Patagonia ⁽¹⁾	9.824	19.648	19.648	150.692	199.812
Efeitos tributários	(4.421)	(8.842)	(8.842)	(67.811)	(89.916)
Total Líquido	5.403	10.806	10.806	82.881	109.896

(1) O ágio a ser amortizado não considera o montante de R\$ 29.779 mil referente ao ativo intangível de vida útil indefinida e outros ativos não passíveis de amortização.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

f) Teste de Valor Recuperável dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 6 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Patagonia	14,4 %	39,5 %

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No 1º Semestre/2021 e no 1º Semestre/2020, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	BB Banco Múltiplo							
	Taxa anual de depreciação	31.12.2020	1º Semestre/2021		30.06.2021			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10 %	3.449.148	200.745	(207.443)	8.515.006	(5.039.051)	(33.505)	3.442.450
Móveis e equipamentos	10 %	1.714.969	80.111	(149.944)	3.819.008	(2.173.834)	(38)	1.645.136
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20 %	1.571.018	85.980	(262.406)	4.700.064	(3.305.472)	--	1.394.592
Imobilizações em curso	--	608.539	(71.969)	--	536.570	--	--	536.570
Terrenos	--	322.124	(5.073)	--	317.051	--	--	317.051
Equipamentos de comunicação e segurança	10 %	227.583	45.430	(24.501)	712.331	(463.815)	(4)	248.512
Instalações	10 %	127.608	6.234	(14.363)	1.023.722	(904.243)	--	119.479
Veículos	10 %	2.089	(6)	(352)	8.406	(6.675)	--	1.731
Imobilizado em estoque	--	882	(9)	--	873	--	--	873
Total		8.023.960	341.443	(659.009)	19.633.031	(11.893.090)	(33.547)	7.706.394

	BB Consolidado								
	Taxa anual de depreciação	31.12.2020	1º Semestre/2021			30.06.2021			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	(Constituição)/reversão de perdas	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10 %	3.480.209	197.747	(210.485)	--	8.581.089	(5.080.113)	(33.505)	3.467.471
Móveis e equipamentos	10 %	1.801.349	101.742	(159.131)	--	4.005.133	(2.261.010)	(163)	1.743.960
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20 %	1.608.408	105.061	(273.507)	23	4.823.816	(3.383.760)	(71)	1.439.985
Imobilizações em curso	--	640.992	(83.773)	--	--	557.219	--	--	557.219
Terrenos	--	329.730	(5.992)	--	--	323.738	--	--	323.738
Equipamentos de comunicação e segurança	10 %	234.773	52.995	(26.374)	--	733.970	(472.572)	(4)	261.394
Instalações	10 %	131.281	8.174	(14.639)	--	1.033.055	(908.239)	--	124.816
Veículos	10 %	3.230	(169)	(521)	--	10.106	(7.566)	--	2.540
Imobilizado em estoque	--	882	(9)	--	--	873	--	--	873
Total		8.230.854	375.776	(684.657)	23	20.068.999	(12.113.260)	(33.743)	7.921.996



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 - INTANGÍVEL**a) Movimentação e Composição**

	BB Banco Múltiplo										
	Taxa anual de amortização	31.12.2020	1º Semestre/2021					30.06.2021			
		Saldo contábil	Aquisições	Varição Cambial	Baixas	Amortização	Constituição de perdas ⁽¹⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽²⁾	Contrato	3.201.374	27.566	--	(3.481)	(647.122)	(959.194)	7.798.218	(4.222.316)	(1.956.759)	1.619.143
Softwares	10%	2.954.349	357.782	(2.363)	(36.246)	(191.445)	--	6.130.690	(3.048.613)	--	3.082.077
Outros ativos intangíveis	Contrato	--	--	--	--	--	--	38.596	(14.499)	(24.097)	--
Total		6.155.723	385.348	(2.363)	(39.727)	(838.567)	(959.194)	13.967.504	(7.285.428)	(1.980.856)	4.701.220

	BB Consolidado										
	Taxa anual de amortização	31.12.2020	1º Semestre/2021					30.06.2021			
		Saldo contábil	Aquisições	Varição Cambial	Baixas	Amortização	(Constituição)/ reversão de perdas ⁽¹⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽²⁾	Contrato	3.201.374	27.566	--	(3.481)	(647.122)	(959.194)	7.798.218	(4.222.316)	(1.956.759)	1.619.143
Softwares	10%	3.019.292	374.362	(4.420)	(43.670)	(199.785)	2	6.269.250	(3.123.469)	--	3.145.781
Outros ativos intangíveis	Contrato	--	--	--	--	--	--	38.596	(14.499)	(24.097)	--
Total		6.220.666	401.928	(4.420)	(47.151)	(846.907)	(959.192)	14.106.064	(7.360.284)	(1.980.856)	4.764.924

(1) Os valores de constituição e de reversão de perdas são registrados em outras receitas/despesas (Nota 27).

(2) Os valores de aquisições e baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

b) Estimativa de Amortização

	BB Banco Múltiplo						
	2º Semestre/2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Valores a amortizar	556.998	876.052	654.149	622.966	369.275	1.621.780	4.701.220

	BB Consolidado						
	2º Semestre/2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Valores a amortizar	561.778	882.422	660.519	629.336	375.645	1.655.224	4.764.924



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 - RECURSOS DE CLIENTES**a) Depósitos**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos à vista	116.046.782	94.388.414	119.621.693	98.307.410
Pessoas físicas	56.521.144	52.131.205	57.670.453	53.213.887
Pessoas jurídicas	41.187.616	29.383.049	43.705.430	32.405.615
Vinculados ⁽¹⁾	11.510.458	6.849.446	11.621.727	6.864.873
Governos	2.109.615	2.511.563	2.109.615	2.511.563
Moedas estrangeiras	1.636.606	531.029	1.636.606	531.029
Ligadas	1.243.041	751.053	1.118.125	630.451
Instituições do sistema financeiro	892.686	1.277.128	818.786	1.199.708
Especiais do Tesouro Nacional	469.960	179.905	469.960	179.905
Domiciliados no exterior	79.999	81.246	75.334	77.589
Outros	395.657	692.790	395.657	692.790
Depósitos de poupança	223.426.548	219.396.331	223.426.548	219.396.331
Pessoas físicas	215.682.541	211.872.717	215.682.541	211.872.717
Pessoas jurídicas	7.286.973	7.120.911	7.286.973	7.120.911
Ligadas	438.584	386.187	438.584	386.187
Instituições do sistema financeiro	18.450	16.516	18.450	16.516
Depósitos a prazo	300.705.991	269.408.816	317.924.290	283.819.600
Judiciais	190.517.507	164.388.100	190.659.912	164.538.401
Moeda nacional	85.476.496	82.329.375	85.476.496	82.329.374
Moedas estrangeiras	17.018.593	14.435.524	34.094.487	28.696.008
Regime especial ⁽³⁾	2.990.245	2.800.973	2.990.245	2.800.973
Garantias de terceiros ⁽²⁾	1.933.287	1.832.849	1.933.287	1.832.849
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	920.648	1.903.053	920.648	1.903.053
Funproger (Nota 17.e)	487.594	485.872	487.594	485.872
Outros	1.361.621	1.233.070	1.361.621	1.233.070
Outros depósitos	361.555	460.924	361.555	460.924
Total	640.540.876	583.654.485	661.334.086	601.984.265
Passivo circulante	560.559.745	510.122.688	580.528.395	527.711.085
Passivo não circulante	79.981.131	73.531.797	80.805.691	74.273.180

(1) Inclui o montante de R\$ 1.060.083 mil (R\$ 3.218.726 mil em 31.12.2020), referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro. Em 31.12.2020, havia o valor de R\$ 55.316 mil referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas no amparo da Lei n.º 9.138/95, cedidas por meio da MP n.º 2.196/01, regularizado no 1º Trimestre/2021.

(2) Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

(3) Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	BB Banco Múltiplo						30.06.2021	31.12.2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos			
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	198.270.725	13.846.460	8.607.675	14.736.240	65.244.891	300.705.991	269.408.816	
Depósitos de poupança	223.426.548	--	--	--	--	223.426.548	219.396.331	
Depósitos à vista	116.046.782	--	--	--	--	116.046.782	94.388.414	
Outros depósitos	361.555	--	--	--	--	361.555	460.924	
Total	538.105.610	13.846.460	8.607.675	14.736.240	65.244.891	640.540.876	583.654.485	

(1) Inclui o valor de R\$ 80.996.956 mil (R\$ 77.225.836 mil em 31.12.2020), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	BB Consolidado						30.06.2021	31.12.2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos			
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	198.270.723	28.626.357	10.221.519	15.227.732	65.577.959	317.924.290	283.819.600	
Depósitos de poupança	223.426.548	--	--	--	--	223.426.548	219.396.331	
Depósitos à vista	119.621.693	--	--	--	--	119.621.693	98.307.410	
Outros depósitos	361.555	--	--	--	--	361.555	460.924	
Total	541.680.519	28.626.357	10.221.519	15.227.732	65.577.959	661.334.086	601.984.265	

(1) Inclui o valor de R\$ 80.996.956 mil (R\$ 77.225.836 mil em 31.12.2020), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com recursos de clientes

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Depósitos de poupança	(3.279.041)	(3.519.432)	(3.279.041)	(3.519.432)
Depósitos a prazo	(2.919.122)	(4.249.863)	(4.283.630)	(4.895.518)
Judiciais	(2.249.692)	(2.840.731)	(2.252.028)	(2.841.835)
Demais	(669.430)	(1.409.132)	(2.031.602)	(2.053.683)
Total	(6.198.163)	(7.769.295)	(7.562.671)	(8.414.950)

d) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos		30.06.2021			31.12.2020		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf				8.694	2.170	10.864	419	11.571	11.990
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	6	117	123	10	127	137
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	8.657	1.383	10.040	283	10.734	11.017
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	--	--	--	1	1
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	31	670	701	126	709	835
Proger Urbano				153.769	660.198	813.967	868.766	885.941	1.754.707
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	150.908	653.532	804.440	444.683	853.032	1.297.715
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	1.381	2.757	4.138	129.800	27.432	157.232
Urbano Capital de Giro 2020	01/2020	RA	04/2020	1.480	3.909	5.389	294.283	5.477	299.760
Outros				22.667	73.150	95.817	29.753	106.603	136.356
Proger Exportação	27/2005	RA	11/2005	1	58	59	1.022	98	1.120
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	21.391	71.835	93.226	25.299	102.593	127.892
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	1.275	1.257	2.532	3.432	3.912	7.344
Total				185.130	735.518	920.648	898.938	1.004.115	1.903.053

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério da Economia e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 - RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Captações no mercado aberto (b)	593.336.568	519.049.785	578.111.296	503.722.822
Obrigações por empréstimos e repasses (c)	139.708.695	147.301.946	68.207.480	73.884.058
Depósitos interfinanceiros	23.962.960	25.081.389	24.641.031	25.686.889
Obrigações por operações vinculadas a cessão	226.233	258.493	226.233	258.493
Total	757.234.456	691.691.613	671.186.040	603.552.262
Passivo circulante	658.563.445	586.833.204	636.284.449	565.348.523
Passivo não circulante	98.671.011	104.858.409	34.901.591	38.203.739

b) Captações no mercado aberto

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Carteira própria	68.548.343	175.652.834	53.532.002	160.325.871
Títulos privados	9.318.013	13.675.125	9.318.012	13.675.125
Letras Financeiras do Tesouro	53.404.545	156.326.238	42.488.178	145.274.215
Títulos no exterior	5.825.785	5.651.471	1.725.812	1.376.531
Carteira de terceiros	524.788.225	343.396.951	524.579.294	343.396.951
Letras Financeiras do Tesouro	279.862.678	173.148.914	279.666.747	173.148.914
Letras do Tesouro Nacional	53.498.666	8.532.956	53.498.666	8.532.956
Notas do Tesouro Nacional	191.426.881	161.715.081	191.413.881	161.715.081
Total	593.336.568	519.049.785	578.111.296	503.722.822
Passivo circulante	582.862.986	508.055.826	571.752.472	497.004.107
Passivo não circulante	10.473.582	10.993.959	6.358.824	6.718.715

c) Obrigações por empréstimos e repasses**Obrigações por empréstimos**

	BB Banco Múltiplo					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	30.06.2021	31.12.2020
No Exterior	2.522.173	9.542.404	38.029.499	520.131	50.614.207	51.850.980
Tomados junto ao Grupo BB no exterior	4.331	1.416.196	36.005.818	--	37.426.345	36.674.498
Tomados junto a banqueiros no exterior	2.466.869	7.996.546	1.901.534	501.006	12.865.955	14.997.098
Importação	48.172	129.595	122.145	19.125	319.037	179.384
Exportação	2.801	67	2	--	2.870	--
Total	2.522.173	9.542.404	38.029.499	520.131	50.614.207	51.850.980
Passivo circulante					12.064.577	12.641.428
Passivo não circulante					38.549.630	39.209.552



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado					
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	30.06.2021	31.12.2020
No Exterior	2.587.977	8.126.869	2.077.905	561.062	13.353.813	15.552.734
Tomados junto a banqueiros no exterior	2.537.006	7.997.211	1.955.758	541.937	13.031.912	15.373.357
Importação	48.170	129.591	122.145	19.125	319.031	179.377
Exportação	2.801	67	2	--	2.870	--
Total	2.587.977	8.126.869	2.077.905	561.062	13.353.813	15.552.734
Passivo circulante					10.714.846	12.846.812
Passivo não circulante					2.638.967	2.705.922

Obrigações por repasses

Do país - instituições oficiais

	Taxas de Atualização	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Tesouro Nacional - crédito rural		153.845	172.994	153.845	172.994
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50 % a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	23.519	13.605	23.519	13.605
Cacau	IGP-M + 8,00 % a.a. ou TJLP + 0,60 % a.a. ou Pré 6,35 % a.a.	114.289	144.272	114.289	144.272
Recoop	Pré 5,75 % a.a. a 8,25 % a.a. ou IGP-DI + 1,00 % a.a. ou IGP-DI + 2,00 % a.a.	10.770	10.770	10.770	10.770
Outros		5.267	4.347	5.267	4.347
BNDES	Pré 0,00 % a.a. a 8,00 % a.a. TJLP + 0,50 % a.a. a 4,00 % a.a. IPCA + 7,02 % a.a. a 9,41 % a.a. Selic + 2,08 % a.a. Var. Camb. + 0,90 % a.a. a 3,00 % a.a. TLP + 1,30 % a.a. a 2,10 % a.a.	18.138.539	19.161.196	18.138.539	19.161.196
Caixa Econômica Federal	Pré 4,87 % a.a. (média)	29.283.991	30.259.319	29.283.991	30.259.319
Finame	Pré 0,00 % a.a. a 8,50 % a.a. TJLP + 0,90 % a.a. a 4,00 % a.a. Selic + 2,08 % a.a. a 2,45 % a.a. Var. Camb. + 1,40 a.a. a 3,00 % a.a. TLP + 1,42 % a.a. a 2,25 % a.a.	7.132.735	8.587.353	7.132.735	8.587.353
Outras Instituições Oficiais		144.557	150.462	144.557	150.462
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,25 % a.a. a 6,75 % a.a.	144.529	150.434	144.529	150.434
Outros		28	28	28	28
Total		54.853.667	58.331.324	54.853.667	58.331.324
Passivo circulante		35.648.913	36.417.742	35.648.913	36.417.742
Passivo não circulante		19.204.754	21.913.582	19.204.754	21.913.582

Do Exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	34.240.821	37.119.642	--	--
Total	34.240.821	37.119.642	--	--
Passivo circulante	9.219.757	9.982.115	--	--
Passivo não circulante	25.021.064	27.137.527	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Captações no mercado aberto	(7.565.651)	(8.581.222)	(7.367.916)	(8.308.034)
Carteira de terceiros	(6.507.727)	(7.523.397)	(6.398.869)	(7.347.214)
Carteira própria	(1.057.924)	(1.057.825)	(969.047)	(960.820)
Depósitos interfinanceiros	(201.298)	(382.133)	(218.059)	(382.949)
Obrigações por empréstimos ⁽¹⁾	733.797	(22.532.658)	2.226.368	(20.895.366)
Obrigações por repasses	(906.839)	(13.335.916)	(252.617)	(12.329.681)
Do exterior ⁽¹⁾	476.052	(11.901.838)	1.130.274	(10.895.603)
Caixa Econômica Federal	(747.394)	(781.729)	(747.394)	(781.729)
BNDES	(512.140)	(498.735)	(512.140)	(498.735)
Finame	(103.812)	(130.455)	(103.812)	(130.455)
Tesouro Nacional	(12.289)	(9.994)	(12.289)	(9.994)
Outras	(7.256)	(13.165)	(7.256)	(13.165)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior	--	--	(665.511)	4.964.241
Total	(7.939.991)	(44.831.929)	(6.277.735)	(36.951.789)

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (desvalorização do Real frente ao Dólar).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 - RECURSOS DE EMISSÕES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Recursos de aceites e emissão de títulos (b)	114.334.407	118.381.903	120.449.903	124.768.859
Dívidas subordinadas (c)	38.901.326	50.009.050	38.894.699	49.963.306
Instrumentos híbridos de capital e dívida (d)	35.448.240	36.576.405	27.345.147	28.459.975
Total	188.683.973	204.967.358	186.689.749	203.192.140
Passivo circulante	53.713.414	43.853.991	53.769.131	43.913.905
Passivo não circulante	134.970.559	161.113.367	132.920.618	159.278.235

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	BB Consolidado	
						30.06.2021	31.12.2020
Banco Múltiplo						114.334.407	118.381.903
Programa "Global Medium - Term Notes"						14.978.493	15.850.558
	USD	1.000.000	4,63 %	2017	2025	5.090.889	5.286.224
	BRL	293.085	10,15 %	2017	2027	329.135	366.360
	USD	750.000	4,88 %	2018	2023	3.786.069	3.932.664
	COL	160.000.000	8,51 %	2018	2025	253.262	304.179
	USD	750.000	4,75 %	2019	2024	3.797.568	3.944.455
	BRL	398.000	9,50 %	2019	2026	426.268	469.785
	MXN	1.900.000	8,50 %	2019	2026	532.913	604.458
	COL	520.000.000	6,50 %	2019	2027	762.389	942.433
"Senior Notes"						9.105.152	9.448.593
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88 %	2012	2022	9.105.152	9.448.593
Notas estruturadas						--	305.850
	EUR	18.400	1,93 a 3,55 %		2021	--	118.508
	USD	35.000	3,80 a 4,10 %		2021	--	187.342
Certificados de depósitos⁽²⁾						5.525.533	5.748.485
Curto prazo			0,00 a 3,80 %			4.946.407	4.334.395
Longo prazo			1,35 a 3,02 %		2024	579.126	1.414.090
Certificados de operações estruturadas						2.191	2.563
Curto prazo			2,99% a 6,60 % do DI			593	1.084
Longo prazo			3,93 a 10,07 % do DI		2023	1.598	1.479
Letras de Crédito Imobiliário			65,00 a 98,00 % do DI TR + 7,7151 %			12.778.153	12.437.868
Curto Prazo						2.001.677	1.863.775
Longo Prazo					2026	10.776.476	10.574.093
Letras de Crédito do Agronegócio			70,00 a 103,00 % do DI Pré 1,81 a 6,46 %			71.914.686	74.210.446
Curto prazo						34.989.968	25.537.358
Longo prazo					2024	36.924.718	48.673.088
Letras financeiras			98,25 a 98,75 % do DI Pré 7,65 %			30.199	377.540
Curto prazo						30.199	376.529
Longo prazo					2022	--	1.011
Banco Patagonia			Pré 38,50 % 500 pontos + Badlar			62.344	60.287
Curto prazo	ARS					62.344	60.287
Entidades de propósitos específicos - EPE no exterior⁽³⁾						6.111.822	6.349.294
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior⁽³⁾							
	USD	200.000	Libor 3m+1,20 %	2019	2024	995.270	1.033.053
	USD	200.000	3,70 %	2019	2026	1.001.795	1.040.718
Notas estruturadas⁽³⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50 %	2014/2015	2034	2.511.817	2.610.030
	USD	320.000	Libor 6m + 3,20 %	2015	2030	1.602.940	1.665.493
Valor eliminado na consolidação⁽⁴⁾						(58.670)	(22.625)
Total						120.449.903	124.768.859
Passivo circulante						42.031.188	32.479.278
Passivo não circulante						78.418.715	92.289.581

(1) Refere-se ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD.

(3) Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.

(4) Referem-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.06.2021	31.12.2020
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						23.469.518	26.403.208
Dívidas subordinadas no exterior						11.435.327	15.387.511
	USD	660.000	5,38 %	2010	2021	--	3.514.727
	USD	1.490.000	5,88 %	2011	2022	7.635.995	7.927.674
	USD	741.115	5,88 %	2012	2023	3.799.332	3.945.110
Letras financeiras subordinadas						3.996.481	8.218.331
		7.202.138	113,00 % a 115,00 % do CDI	2014	2021	2.960.092	7.283.702
		870.237	8,08 % + IPCA	2014	2022	1.015.968	934.629
		20.000	100% do CDI + 2,75 %	2021	Perpétuo	20.421	--
Total das dívidas subordinadas – Banco Múltiplo						38.901.326	50.009.050
Valores eliminados na consolidação						(6.627)	(45.744)
Total das dívidas subordinadas – BB Consolidado⁽¹⁾						38.894.699	49.963.306
Passivo circulante						11.448.700	11.134.396
Passivo não circulante						27.445.999	38.828.910

(1) O montante de R\$ 24.209.844 mil (R\$ 29.676.974 mil em 31.12.2020) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

d) Instrumentos híbridos de capital e dívida

Captações	Moeda	Valor Emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	30.06.2021	31.12.2020
Bônus perpétuos						
	USD	1.285.950	9,25 %	2012	6.635.398	6.915.600
	USD	1.950.000	6,25 %	2013	9.869.109	10.250.286
	BRL	8.100.000	5,50 % ⁽²⁾	2012	8.170.560	8.221.320
	USD	2.150.000	9,00 %	2014	10.773.173	11.189.199
Total – Banco Múltiplo					35.448.240	36.576.405
Valores eliminados na consolidação					(3.093)	(16.430)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)					(8.100.000)	(8.100.000)
Total – BB Consolidado					27.345.147	28.459.975
Passivo circulante					289.243	300.231
Passivo não circulante					27.055.904	28.159.744

(1) Referem-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) A partir de 28.08.2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 26.906.825 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 27.932.263 mil em 31.12.2020), na qualidade de capital complementar, vide quadro de apuração do PR na Nota 30.c.

O Banco do Brasil exerceu em 20.10.2020 a opção de recompra total do título de dívida perpétuo emitido em 2009 no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 851.012 mil), vigente sob as regras de Basileia II. A recompra foi realizada por 100% do seu valor de face, acrescido dos juros contabilizados e não pagos até a data, totalizando R\$ 4,953 bilhões.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (*outstanding value* USD 1.285.950 mil) e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.950.000 mil), tiveram, em 27.09.2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.150.000 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Recursos de aceites e emissões de títulos	(1.497.246)	(2.325.590)	(1.682.820)	(2.495.256)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(869.534)	(1.181.754)	(869.534)	(1.181.754)
Letras financeiras	(158.098)	(237.395)	(158.098)	(237.395)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(323.617)	(677.114)	(509.191)	(846.780)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(145.904)	(229.146)	(145.904)	(229.146)
Certificados de operações estruturadas	(93)	(181)	(93)	(181)
Dívidas subordinadas	(367.989)	(420.167)	(367.989)	(420.167)
Instrumentos híbridos de capital e dívida – IHCD	(1.250.148)	(1.308.341)	(1.179.588)	(1.265.603)
Total	(3.115.383)	(4.054.098)	(3.230.397)	(4.181.026)

20 - OUTROS PASSIVOS**a) Composição**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Outros Passivos Financeiros	96.723.695	109.389.378	96.254.412	108.424.340
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	29.781.719	51.260.444	29.988.470	51.376.936
Operações com cartão de crédito/débito	30.720.408	30.591.884	30.973.029	30.774.028
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota 20.b)	26.053.435	21.650.544	26.053.435	21.650.544
Demais	10.168.133	5.886.506	9.239.478	4.622.832
Passivo circulante	74.214.948	90.989.430	75.015.048	91.689.574
Passivo não circulante	22.508.747	18.399.948	21.239.364	16.734.766
Outros Passivos Não Financeiros	31.383.375	27.620.367	35.221.798	31.270.138
Passivos atuariais (Nota 29.e)	12.724.197	16.033.679	12.724.197	16.033.679
Credores diversos ⁽¹⁾	3.758.263	4.305.854	6.847.383	7.266.865
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.830.429	388.859	6.839.885	392.242
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	3.273.954	2.861.625	3.273.954	2.861.625
Obrigações sociais e estatutárias	2.319.895	2.065.789	2.811.115	2.486.199
Obrigações por convênios oficiais	1.457.757	893.291	1.457.757	893.291
Rendas antecipadas	--	--	137.750	142.583
Demais	1.018.880	1.071.270	1.129.757	1.193.654
Passivo circulante	31.293.339	27.489.087	33.486.911	29.705.397
Passivo não circulante	90.036	131.280	1.734.887	1.564.741

(1) Inclui o montante de R\$ 22.247 mil (R\$ 492.918 mil em 31.12.2020) referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedido por meio da MP n.º 2.196/2001.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ⁽¹⁾	14.620.695	9.771.373	14.620.695	9.771.373
Marinha Mercante	7.596.864	8.103.425	7.596.864	8.103.425
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	1.733.384	1.719.753	1.733.384	1.719.753
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	748.865	756.060	748.865	756.060
Pasep ⁽²⁾	320.624	314.982	320.624	314.982
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	231.771	258.860	231.771	258.860
Outros	801.232	726.091	801.232	726.091
Total	26.053.435	21.650.544	26.053.435	21.650.544
Passivo circulante	8.844.024	9.278.885	8.844.025	9.278.885
Passivo não circulante	17.209.411	12.371.659	17.209.410	12.371.659

(1) A Resolução CMN n.º 4.192/2013 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 14.147.871 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 472.824 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

(2) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Outras despesas de captação

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento ⁽¹⁾	31.133	(2.142.296)	31.133	(2.142.296)
Demais	(362.023)	(283.688)	(291.743)	(241.335)
Total	(330.890)	(2.425.984)	(260.610)	(2.383.631)

(1) Inclui a remuneração pelo agenciamento financeiro do FCO, conforme Lei n.º 7.827/1989 (Nota 20.b).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

21 - PROVISÕES

a) Composição

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Cíveis, fiscais e trabalhistas	28.493.429	26.807.922	28.756.235	27.288.400
Demandas cíveis (b)	10.619.079	9.195.502	10.787.957	9.579.206
Demandas trabalhistas (b)	4.534.838	4.442.070	4.593.447	4.499.477
Demandas fiscais (b)	478.256	408.370	506.306	440.539
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito) (c) ⁽¹⁾	12.861.256	12.761.980	12.868.525	12.769.178
Outras Provisões	6.407.549	6.185.624	7.008.734	6.747.770
Pagamentos a efetuar	4.121.444	4.031.911	4.721.746	4.593.046
Garantias financeiras prestadas (d)	695.904	752.249	696.119	752.473
Outras	1.590.201	1.401.464	1.590.869	1.402.251
Total	34.900.978	32.993.546	35.764.969	34.036.170

(1) Inclui, no BB Consolidado, o montante de R\$ 7.269 mil (R\$ 7.198 mil em 31.12.2020) referente à BB Consórcios.

b) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12.03.2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 meses, prorrogáveis por mais 30 meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, conforme acórdão homologatório proferido pelo Plenário do STF em 29.05.2020, publicado em 18.06.2020.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do STF, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE n.º 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 11.09.2019.

Em relação ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correta. Sobre esse tema, no final de 2015, foi julgado RESP 1.319.232-DF nos autos da ACP 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32%) e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A ação ainda não transitou em julgado, em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central, pela União e pelo Banco do Brasil. Foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil até o julgamento, pelo STF, do Recurso Extraordinário 1.101.937/SP, que versa sobre a extensão territorial da sentença coletiva. Considerando a conclusão do julgamento do RE 1.101.937/SP com a fixação da tese de inconstitucionalidade do art. 16, da Lei 7.347/1985, e a consequente possibilidade de abrangência nacional da sentença coletiva, em 24.03.2021, a Vice-Presidência do STJ revogou o efeito suspensivo anteriormente atribuído ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil e o inadmitiu em 22.06.2021, estando aberto o prazo recursal.

Provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Demandas Trabalhistas				
Saldo inicial	4.442.070	3.610.333	4.499.477	3.663.769
Constituição	937.597	891.453	944.245	897.718
Reversão da provisão	(111.798)	(255.858)	(116.312)	(261.996)
Baixa por pagamento	(880.606)	(535.417)	(882.437)	(537.329)
Atualização monetária e variação cambial	147.575	113.594	148.474	116.636
Saldo final	4.534.838	3.824.105	4.593.447	3.878.798
Demandas Fiscais				
Saldo inicial	408.370	382.388	440.539	415.396
Constituição	105.233	91.481	110.350	94.017
Reversão da provisão	(13.865)	(70.047)	(21.540)	(73.412)
Baixa por pagamento	(24.592)	(22.820)	(24.592)	(22.820)
Atualização monetária e variação cambial	3.110	4.301	1.549	6.278
Saldo final	478.256	385.303	506.306	419.459
Demandas Cíveis				
Saldo inicial	9.195.502	8.697.684	9.579.206	8.851.582
Constituição	2.843.641	1.253.163	2.894.760	1.274.392
Reversão da provisão	(60.335)	(249.971)	(328.075)	(265.436)
Baixa por pagamento	(1.496.059)	(1.211.760)	(1.496.487)	(1.213.673)
Atualização monetária e variação cambial	136.330	101.591	138.553	114.886
Saldo final	10.619.079	8.590.707	10.787.957	8.761.751
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	15.632.173	12.800.115	15.887.710	13.060.008

Cronograma esperado de desembolsos

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	4.193.733	175.849	9.055.016	4.252.029	195.021	9.163.841
Acima de 5 anos	341.105	302.407	1.564.063	341.418	311.285	1.624.116
Total	4.534.838	478.256	10.619.079	4.593.447	506.306	10.787.957

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Passivos contingentes – possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Demandas Trabalhistas	88.385	98.276	129.710	155.729
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	13.054.808	13.115.848	13.950.447	14.000.019
Demandas Cíveis	2.288.267	2.351.648	2.365.716	2.527.303
Total	15.431.460	15.565.772	16.445.873	16.683.051

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 1.379.597 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 888.297 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 1.254.784 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.719.432 mil.

Depósitos em garantia de recursos**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Demandas Trabalhistas	6.513.207	6.242.101	6.547.058	6.275.600
Demandas Fiscais	8.973.770	8.852.638	9.531.131	9.411.760
Demandas Cíveis	18.535.789	18.643.924	18.590.137	18.687.428
Total	34.022.766	33.738.663	34.668.326	34.374.788

c) Obrigações legais

O Banco mantém registrado em Provisões – Cíveis, fiscais e trabalhistas e em Passivos Fiscais – Correntes o montante de R\$ 19.432.929 mil (R\$ 19.333.653 mil em 31.12.2020), relativo à seguinte ação:

Em 1998, o Banco pleiteou a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Assim, passou a compensar integralmente prejuízos fiscais (até outubro/2005) e bases negativas (até fevereiro/2009) com o valor devido desses tributos. O Banco obteve, liminarmente, a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, mediante depósito judicial (caução) do montante devido (70% do valor compensado).

Em 26.06.2019, o STF finalizou o julgamento de recurso extraordinário de terceiro (RE 591.340-SP) e concluiu que é constitucional a limitação (30%) do direito de compensação de prejuízos fiscais e de bases negativas, o que repercutirá no julgamento do Recurso Extraordinário do Banco.

Após o julgamento do Recurso Extraordinário do Banco, os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda a favor da União Federal.

Valores relacionados às referidas ações

	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos Judiciais	19.432.929	19.333.653
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	11.615.918	11.516.642
Obrigações Legais – Provisão para Processo Judicial	19.432.929	19.333.653
Prejuízos fiscais de IRPJ (Passivos Fiscais – Correntes)	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL/CSLL a compensar (Passivos Fiscais – Correntes)	3.569.640	3.569.640
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	12.861.256	12.761.980



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Garantias financeiras prestadas

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	30.06.2021		31.12.2020		30.06.2021		31.12.2020	
	Valores Garantidos	Provisão						
Outras garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	2.331.362	568.355	2.976.940	598.932	1.828.815	568.570	2.671.307	599.156
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	501.125	59.619	456.289	55.680	372.059	59.619	327.223	55.680
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.140.859	59.087	906.105	89.646	1.140.859	59.087	906.105	89.646
Outras fianças bancárias	5.152.939	8.757	5.320.997	7.883	5.276.427	8.757	5.453.866	7.883
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	46.321	50	161.941	53	46.321	50	161.941	53
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	104.105	36	46.442	55	104.105	36	46.442	55
Outros avais	--	--	--	--	2.145	--	2.308	--
Total	9.276.711	695.904	9.868.714	752.249	8.770.731	696.119	9.569.192	752.473

(1) Referem-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN n.º 2.682 e n.º 2.697, divulgadas em 21.12.1999 e 24.02.2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN n.º 2.682/1999, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

e) Resultado de provisões

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(3.331.307)	(1.532.105)	(3.370.256)	(1.570.566)
Cíveis	(2.164.179)	(710.304)	(2.204.143)	(740.394)
Trabalhistas	(973.374)	(717.115)	(976.407)	(724.272)
Fiscais	(94.478)	(25.735)	(90.359)	(26.883)
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	(99.276)	(78.951)	(99.347)	(79.017)
Outras	(139.525)	(109.262)	(139.525)	(113.044)
Garantias financeiras prestadas	57.138	(85.866)	57.138	(85.053)
Outras	(196.663)	(23.396)	(196.663)	(27.991)
Total	(3.470.832)	(1.641.367)	(3.509.781)	(1.683.610)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 - TRIBUTOS**a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Valores Correntes	(344.636)	(39.617)	(1.915.282)	(1.676.453)
IR e CSLL no país	(307.076)	(1.851)	(1.845.299)	(1.364.555)
Imposto de renda no exterior	(37.560)	(37.766)	(69.983)	(311.898)
Valores Diferidos	749.552	3.817.339	787.868	3.752.218
Passivos Fiscais Diferidos	(723.579)	(694.268)	(715.937)	(709.541)
Operações de leasing – ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	(3.427)	(1.914)
Marcação a mercado	(244.899)	(43.210)	(233.830)	(56.569)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(44.674)	(61.207)	(44.674)	(61.207)
Lucros do exterior	(370.231)	(582.449)	(370.231)	(582.449)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	5.835	--	5.835
Créditos recuperados a prazo	(63.775)	(13.237)	(63.775)	(13.237)
Ativos Fiscais Diferidos	1.473.131	4.511.607	1.503.805	4.461.759
Diferenças temporárias	1.445.353	1.844.493	1.428.188	1.781.425
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(126.351)	2.643.136	(126.351)	2.643.136
Marcação a mercado	175.004	(18.861)	222.843	(5.641)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(20.875)	42.839	(20.875)	42.839
Total	404.916	3.777.722	(1.127.414)	2.075.765

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Resultado Antes dos Tributos e Participações	10.567.936	3.395.660	12.847.088	5.932.861
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(4.755.571)	(1.528.047)	(5.781.190)	(2.669.788)
Encargos JCP	1.283.934	798.373	1.283.934	798.373
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	1.513.315	3.890.701	695.137	625.159
Participação de empregados no lucro	556.776	366.474	558.806	367.052
Outros valores ^{(1) (2)}	1.806.462	250.221	2.115.899	2.954.969
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	404.916	3.777.722	(1.127.414)	2.075.765

(1) Inclui, no BB Consolidado, no 1º Semestre/2021, o montante de R\$ 169.718 mil (negativo) referentes ao resultado cambial sobre investimentos no exterior (R\$ 2.221.494 mil no 1º Semestre/2020).

(2) Inclui, no 1º Semestre/2021, o montante de R\$ 719.641 mil, relativo ao reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 14.183/2021).

c) Despesas tributárias

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Cofins	(1.366.561)	(951.878)	(1.700.836)	(1.263.447)
ISSQN	(432.251)	(449.426)	(569.609)	(572.895)
PIS/Pasep	(222.149)	(153.605)	(289.647)	(215.947)
Outras	(90.310)	(77.349)	(336.402)	(239.260)
Total	(2.111.271)	(1.632.258)	(2.896.494)	(2.291.549)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.175.665	994.183	1.266.021	1.055.198
Atualização de depósitos judiciais fiscais	361.318	361.318	361.318	361.318
Créditos recuperados a prazo	598.563	534.788	598.563	534.788
Dependências no exterior	48.010	21.389	99.814	102.232
Ajuste da carteira de leasing	--	--	22.269	18.842
Decorrentes de lucros do exterior	370.231	--	370.231	--
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	12.291.763	525.452	12.291.763	525.452
Outros	52.539	52.539	52.539	52.539
Total dos Passivos Fiscais Diferidos	14.898.089	2.489.669	15.062.518	2.650.369
Imposto de Renda	7.249.325	1.458.573	7.345.935	1.553.699
Contribuição Social ⁽¹⁾	6.766.539	932.110	6.825.471	991.565
Cofins	758.484	84.730	766.129	89.994
PIS/Pasep	123.741	14.256	124.983	15.111

(1) Inclui, no 1º Semestre/2021, o montante de R\$ 39.559 mil relativo ao reconhecimento de passivos fiscais diferidos decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 14.183/2021).

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	BB Banco Múltiplo			
	31.12.2020	1º Semestre/2021		30.06.2021
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	53.989.119	10.607.748	(8.833.476)	55.763.391
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	31.977.932	4.219.975	(4.408.186)	31.789.721
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	1.085.459	106.312	(221)	1.191.550
Provisões passivas - outras	13.066.486	3.225.202	(2.145.483)	14.146.205
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	4.065.523	1.734.026	(2.111.735)	3.687.814
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	807.542	781.553	(148.303)	1.440.792
Outras provisões	2.986.177	540.680	(19.548)	3.507.309
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	2.299.999	762.695	(889.049)	2.173.645
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	56.925.656	11.370.443	(9.722.525)	58.573.574
Imposto de Renda	31.208.029	4.833.279	(5.081.835)	30.959.473
Contribuição Social ⁽¹⁾	25.619.910	6.463.199	(4.626.189)	27.456.920
Cofins	84.058	63.626	(12.474)	135.210
PIS/Pasep	13.659	10.339	(2.027)	21.971

(1) Inclui, no 1º Semestre/2021, o montante de R\$ 759.200 mil relativo ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 14.183/2021).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado			
	31.12.2020	1º Semestre/2021		30.06.2021
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	55.158.475	10.721.401	(8.981.489)	56.898.387
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	32.060.635	4.233.563	(4.411.465)	31.882.733
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	1.094.553	106.691	(2.747)	1.198.497
Provisões passivas - outras	13.130.069	3.226.714	(2.146.385)	14.210.398
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	4.065.523	1.734.026	(2.111.735)	3.687.814
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	891.536	830.371	(196.148)	1.525.759
Outras provisões	3.916.159	590.036	(113.009)	4.393.186
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	34.399	--	(3.188)	31.211
Prejuízo fiscal/Base negativa	2.313.163	823.764	(889.046)	2.247.881
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	58.142.575	11.545.165	(9.873.723)	59.814.017
Imposto de Renda	32.162.809	4.953.230	(5.192.993)	31.923.046
Contribuição Social ⁽¹⁾	25.872.142	6.513.177	(4.660.498)	27.724.821
Cofins	92.580	67.749	(17.404)	142.925
PIS/Pasep	15.044	11.009	(2.828)	23.225

(1) Inclui, no 1º Semestre/2021, o montante de R\$ 759.200 mil relativo ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 14.183/2021).

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários – não ativados)

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Créditos tributários no exterior	1.209.667	1.672.771	1.209.667	1.672.771
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	--	21.518	19.530
Diferenças temporárias	--	--	5.131	3.734
Total dos Créditos Tributários	1.209.667	1.672.771	1.236.316	1.696.035
Imposto de Renda	672.037	929.317	691.632	946.423
Contribuição Social	537.630	743.454	544.684	749.612

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30.06.2021, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2021	7.504.412	7.490.797	7.645.971	7.561.016
Em 2022	17.569.017	17.056.449	17.813.794	17.133.174
Em 2023	17.542.954	16.594.938	17.737.541	16.624.989
Em 2024	14.373.129	13.248.852	14.585.138	13.314.802
Em 2025	891.581	800.832	1.209.486	1.039.616
Em 2026	607.764	531.949	629.371	543.439
Em 2027	41.897	35.733	53.250	42.976
Em 2028	986	819	11.680	7.448
Em 2029	20.522	16.620	30.686	22.417
Em 2030	--	--	8.883	4.799
Em 2031	21.312	16.389	88.217	50.204
Total de Créditos Tributários em 30.06.2021	58.573.574	55.793.378	59.814.017	56.344.880

No 1º Semestre/2021, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 9.722.525 mil, correspondente a 45,74 % da respectiva projeção de utilização para o período de 2021, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2020.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 21.b), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30.06.2021, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Temporárias ⁽²⁾	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Temporárias ⁽²⁾
Em 2021	6%	13%	7%	13%
Em 2022	16%	31%	17%	30%
Em 2023	20%	30%	19%	30%
A partir de 2024	58%	26%	57%	27%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	30.06.2021	31.12.2020
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	135.443.994	116.723.222
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	47,47	40,91
Valor de mercado por ação (R\$)	32,13	38,80
Patrimônio Líquido Consolidado	145.807.081	126.971.109

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 90.000.023 mil (R\$ 90.000.023 mil em 31.12.2020) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário. Em 28.08.2014, através de termo aditivo, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, o instrumento cumpriu os requisitos de elegibilidade ao capital principal, conforme definido no art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Desde a assinatura do termo aditivo, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029, ainda pendente de análise e deliberação pelos órgãos competentes.

d) Reservas de reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.005 mil (R\$ 2.040 mil em 31.12.2020), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No 1º Semestre/2021, foram realizadas reservas no montante de R\$ 35 mil (R\$ 35 mil no 1º Semestre/2020) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de capital e de lucros

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Reservas de Capital	1.399.561	1.397.697	1.401.177	1.399.152
Reservas de Lucros	46.115.858	39.454.038	45.814.896	39.198.468
Reserva legal	9.745.293	9.259.072	9.745.293	9.259.072
Reservas Estatutárias	36.370.565	30.194.966	36.069.603	29.939.396
Margem operacional	27.688.392	21.581.142	27.266.228	21.225.998
Equalização de remuneração do capital	8.682.173	8.613.824	8.803.375	8.713.398

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento de remuneração de capital, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Lucro por ação

	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Lucro líquido (R\$ mil)	9.724.433	6.347.858
Número médio ponderado de ações (básico)	2.853.577.298	2.852.103.067
Número médio ponderado de ações (diluído) ⁽¹⁾	2.853.319.744	2.851.860.111
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	3,41	2,23

(1) A conciliação do número médio ponderado de ações é representada pela distribuição futura das ações aos Administradores do Banco em função do Programa de Remuneração Variável (Notas 23.m e 23.n), sendo respectivamente 257.554 e 242.956 em cada um dos períodos da tabela acima.

g) Juros sobre o capital próprio/dividendos e Destinação do Resultado

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995, n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

O total dos juros sobre o capital próprio no 1º Semestre/2021 foi de R\$ 2.853.187 mil (R\$ 1.774.163 mil no 1º Semestre/2020), proporcionando redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.333.239 mil (R\$ 798.373 mil no 1º Semestre/2020).

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
1) Lucro Líquido – BB Banco Múltiplo	9.724.433	6.347.858
No País	8.899.590	4.710.655
No Exterior	824.843	1.637.203
(±) Lucros/Prejuízos acumulados	2.691	1.689
(-) Reserva legal	486.221	317.393
2) Lucro Líquido Ajustado⁽¹⁾	9.240.903	6.032.154
3) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	70.560	42.738
4) Base de cálculo dos dividendos (item 2 + item 3)⁽¹⁾	9.311.463	6.032.154
5) Destinações		
Dividendos e juros sobre o capital próprio – Payout ⁽¹⁾	3.065.294	1.774.163
Dividendo mínimo obrigatório	2.310.225	1.508.039
Dividendo adicional	327.090	--
IRRF sobre JCP imputado aos dividendos ⁽²⁾	427.979	266.124
Reservas estatutárias	8.724.657	5.862.066
Utilização de reservas estatutárias para equalização de dividendos	(2.549.049)	(1.604.075)

(1) No 1º Semestre/2020, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.820/2020, alterada pela Resolução CMN n.º 4.885/2020, a remuneração do capital foi limitada ao mínimo definido no Estatuto Social (25% do lucro líquido ajustado), sendo a base de cálculo do payout a mesma do dividendo mínimo obrigatório estabelecido pela legislação societária.

(2) Imposto de renda retido na fonte incidente sobre o JCP imputado aos dividendos, com exceção aos acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2021				
Dividendos	212.107	0,074	21.05.2021	28.05.2021
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	415.758	0,146	11.03.2021	31.03.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	970.473	0,340	21.05.2021	28.05.2021
2º Trimestre/2021				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	480.852	0,169	11.06.2021	30.06.2021
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	986.104	0,346	23.08.2021	31.08.2021
Total destinado aos acionistas	3.065.294	1,075		
Dividendos	212.107	0,074		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	2.853.187	1,001		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	517.440	0,181	11.03.2020	31.03.2020
2º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	1.256.723	0,441	21.08.2020	31.08.2020
Total destinado aos acionistas	1.774.163	0,622		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

h) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	30.06.2021	31.12.2020
BB Banco Múltiplo	9.724.433	6.347.858	135.443.994	116.723.222
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	70.560	42.738	8.100.000	8.100.000
Resultado não realizado ⁽²⁾	(45.392)	22.833	(300.962)	(255.570)
Participação dos não controladores	--	--	2.564.049	2.403.457
BB Consolidado	9.749.601	6.413.429	145.807.081	126.971.109

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido. (Notas 2.e, e 23.c).

(2) Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

i) Outros resultados abrangentes

	BB Banco Múltiplo e BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Banco do Brasil		
Títulos disponíveis para venda	(170.285)	1.293.372
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	125.651	(13.765.159)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto		
Títulos disponíveis para venda	28.554	133.482
Hedge de fluxo de caixa	62.561	(56.459)
Variação cambial de investimentos no exterior	(1.843.797)	(1.460.612)
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(840)	3.987
Total	(1.798.156)	(13.851.389)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Participação dos não controladores

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	30.06.2021	31.12.2020
Banco Patagonia S.A.	129.890	145.693	461.157	473.131
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	--	(1)	--	--
BB Tecnologia e Serviços	5	2	34	29
BB Seguridade S.A.	584.005	620.321	2.102.858	1.930.297
Participação dos não Controladores	713.900	766.015	2.564.049	2.403.457

k) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30.06.2021		31.12.2020	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	1.432.708.542	50,0	1.432.708.542	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	134.346.614	4,7	134.751.214	4,7
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	12.017.619	0,4	12.175.335	0,4
Outros acionistas	1.286.344.245	44,9	1.285.781.929	44,9
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.227.585.899	77,7	2.220.240.434	77,5
Residentes no exterior	637.831.121	22,3	645.176.586	22,5

(1) Inclui, em 30.06.2021, 42.983 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (31.496 em 31.12.2020).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾	
	30.06.2021	31.12.2020
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	3.599	4.628
Diretoria Executiva (inclui Presidente do Banco)	130.283	114.966
Conselho Fiscal	7.012	--
Comitê de Auditoria	2.012	57

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,005% do capital do Banco.

l) Movimentação de ações em circulação/free float

	30.06.2021		31.12.2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (free float) no início do período	1.420.413.540	49,6	1.397.382.845	48,8
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - FND	--		20.785.200	
Outras movimentações ⁽¹⁾	143.423		2.245.495	
Ações em circulação (free float) no fim do período ⁽²⁾	1.420.556.963	49,6	1.420.413.540	49,6
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

m) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	30.06.2021		31.12.2020		30.06.2021		31.12.2020	
	Ações	% Total						
Ações em Tesouraria	11.974.636	100,0	12.143.839	100,0	12.017.619	100,0	12.175.335	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	8.075.350	67,4	8.075.350	66,5	8.075.350	67,2	8.075.350	66,3
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	3.570.196	29,8	3.764.352	31,0	3.570.196	29,7	3.764.352	30,9
Programa de Remuneração Variável	329.027	2,7	304.074	2,5	372.010	3,1	335.570	2,8
Incorporações	63	--	63	--	63	--	63	--
Valor Contábil	(275.297)		(279.187)		(276.913)		(280.642)	

n) Pagamento baseado em ações

Programa de Remuneração Variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a Ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie, conforme CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 11.138 mil no 1º Semestre/2021 (R\$ 11.138 mil no 1º Semestre/2020).

A BB DTVM, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir ⁽¹⁾	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2017					
Banco do Brasil	193.976	42,65	154.039	38.762	03/2022
Total de ações a distribuir				39.937	
BB DTVM	20.270	42,65	16.218	4.052	03/2022
Total de ações a distribuir				4.052	
Programa 2018					
Banco do Brasil	127.860	53,44	75.945	25.556	03/2022
				25.556	03/2023
Total de ações a distribuir				51.915	
BB DTVM	14.218	53,44	8.534	2.842	03/2022
				2.842	03/2023
Total de ações a distribuir				5.684	
Programa 2019					
Banco do Brasil	162.641	46,05	57.848	32.509	03/2022
				32.509	03/2023
				32.509	03/2024
Total de ações a distribuir				104.793	
BB DTVM	15.998	46,07	6.407	3.197	03/2022
				3.197	03/2023
				3.197	03/2024
Total de ações a distribuir				9.591	
Programa 2020					
Banco do Brasil	164.146	29,65	32.193	32.809	03/2022
				32.809	03/2023
				32.809	03/2024
				32.809	03/2025
Total de ações a distribuir				131.953	
BB DTVM	29.585	29,65	5.929	5.914	03/2022
				5.914	03/2023
				5.914	03/2024
				5.914	03/2025
Total de ações a distribuir				23.656	

(1) Eventual diferença entre o total de ações a distribuir e o cronograma de transferências decorre de casos pontuais de ações pendentes de transferência/reversão.

Programa de Desempenho Gratificado (PDG)

O Programa de Desempenho Gratificado (PDG) é uma premiação vinculada ao resultado e ao desempenho dos participantes, concedida semestralmente, que visa o reconhecimento do esforço individual e coletivo dos participantes que atingirem resultados superior ao ordinariamente esperado, contribuindo para a construção do resultado do Banco.

A qualificação e a classificação dos participantes são realizadas por meio de indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseado na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período.

Conforme deliberado pelo Banco, a premiação do PDG passou a ser paga integralmente em conta corrente a partir do pagamento referente ao período 2020/2, deixando de ser reconhecida como transações com pagamento baseado em ações. No 1º Semestre/2020, foram distribuídas 695.319 ações em tesouraria, com efeito no resultado de R\$ 114.460 mil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Administração de fundos	2.074.821	1.946.632	3.491.226	3.396.328
Conta corrente	3.171.101	3.839.049	3.172.409	3.840.413
Comissões de seguros, previdência e capitalização	172.734	130.490	2.103.831	1.860.814
Rendas de cartões	890.402	865.437	1.026.135	1.004.564
Taxas de administração de consórcios	--	--	811.524	625.964
Operações de crédito e garantias prestadas	808.845	752.965	807.751	752.850
Cobrança	703.982	631.905	726.452	650.019
Arrecadações	500.588	498.323	485.263	485.984
Rendas do mercado de capitais	55.789	44.217	194.382	211.682
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ⁽¹⁾	183.510	196.112	183.510	196.112
Interbancária	64.677	68.000	64.677	68.000
Outras	632.548	587.726	1.016.391	939.644
Total	9.258.997	9.560.856	14.083.551	14.032.374

(1) Inclui o montante de R\$ 16.664 mil no 1º Semestre/2021 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais (R\$ 13.316 mil no 1º Semestre/2020).

25 - DESPESAS DE PESSOAL

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Proventos	(4.502.697)	(4.402.232)	(5.069.787)	(4.925.014)
Provisões administrativas de pessoal	(2.010.366)	(1.303.742)	(2.010.367)	(1.303.742)
Benefícios	(1.555.740)	(1.632.005)	(1.621.299)	(1.703.671)
Encargos sociais	(1.464.797)	(1.401.244)	(1.590.994)	(1.524.892)
Previdência complementar	(402.518)	(420.020)	(407.814)	(426.052)
Honorários de diretores e conselheiros	(18.916)	(16.975)	(26.480)	(25.035)
Treinamento	(15.309)	(16.765)	(17.414)	(18.673)
Total	(9.970.343)	(9.192.983)	(10.744.155)	(9.927.079)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Amortização	(849.582)	(884.769)	(857.922)	(892.417)
Aluguéis	(666.338)	(638.911)	(710.598)	(676.964)
Depreciação	(659.009)	(618.162)	(684.657)	(637.952)
Serviços de vigilância e segurança	(553.858)	(555.829)	(569.192)	(570.700)
Serviços do sistema financeiro	(451.251)	(370.810)	(508.117)	(417.554)
Serviços de terceiros	(459.666)	(409.843)	(505.340)	(451.419)
Manutenção e conservação de bens	(502.000)	(478.766)	(364.398)	(367.731)
Transporte	(273.758)	(444.113)	(303.828)	(471.534)
Comunicações	(230.584)	(336.722)	(261.245)	(367.420)
Processamento de dados	(397.522)	(391.446)	(251.402)	(224.599)
Água, energia e gás	(236.942)	(240.209)	(244.022)	(247.217)
Propaganda e publicidade	(196.679)	(177.517)	(202.166)	(181.934)
Serviços técnicos especializados	(140.106)	(158.338)	(179.233)	(191.383)
Promoções e relações públicas	(37.954)	(71.919)	(39.641)	(76.733)
Material	(27.563)	(40.426)	(29.749)	(44.552)
Viagem no país	(5.688)	(18.751)	(13.982)	(28.226)
Outras	(546.547)	(474.544)	(577.543)	(550.091)
Total	(6.235.047)	(6.311.075)	(6.303.035)	(6.398.426)

27 - OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS**a) Outras receitas operacionais**

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Recuperação de encargos e despesas	1.052.372	1.168.552	845.250	974.671
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 29.f)	624.891	256.674	624.891	256.674
Atualização de depósitos em garantia	361.248	634.491	361.248	634.491
Clube de Benefícios BB	244.648	36.072	244.648	36.072
Atualização de ativo atuarial	239.439	5.730	239.439	5.729
Reversão de provisões - outras	31.546	22.671	92.082	51.483
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	50.946	89.195	50.946	89.195
Operações com cartões	17.039	242.609	46.542	251.867
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	30.234	35.676
Rendas de títulos e créditos a receber	30.074	25.172	30.074	25.172
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	21.944	15.108	21.944	15.108
Atualização de impostos a compensar	7.909	13.482	7.909	13.482
Dividendos recebidos	7.473	34.836	2.580	4.219
Outras	108.117	166.188	49.897	243.094
Total	2.797.646	2.710.780	2.647.684	2.636.933



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Outras despesas operacionais

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Perda por redução ao valor recuperável ⁽¹⁾	(959.194)	--	(959.231)	--
Operações com cartões	(801.879)	(779.484)	(871.177)	(834.990)
Descontos concedidos em renegociação	(713.399)	(479.765)	(713.399)	(479.765)
Bônus de relacionamento negocial	(628.873)	(601.578)	(628.873)	(601.578)
Atualização das obrigações atuariais	(588.023)	(870.933)	(588.023)	(870.933)
Serviços de terceiros	(510.901)	(441.106)	(485.864)	(408.506)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	(256.580)	(217.259)
Autoatendimento	(169.036)	(232.848)	(169.036)	(232.848)
Falhas/fraudes e outras perdas	(152.528)	(56.356)	(156.667)	(61.313)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(136.163)	(114.503)	(136.163)	(114.503)
Convênio INSS	(121.578)	(126.251)	(121.578)	(126.251)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(107.426)	(89.947)	(107.426)	(89.947)
Outras despesas de provisões operacionais	(39)	(23.397)	(31.869)	(27.992)
Bônus de adimplência	(7.104)	(13.003)	(7.104)	(13.003)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	--	(17.580)	--	(17.580)
Outras	(478.917)	(348.257)	(407.047)	(348.435)
Total	(5.375.060)	(4.195.008)	(5.640.037)	(4.444.903)

(1) No 1º Semestre/2021, houve perda por redução ao valor recuperável, no valor de R\$ 959.194 mil, relativa aos ativos intangíveis (Nota 16).

28 - PARTES RELACIONADAS

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Benefícios de curto prazo	23.856	29.071
Honorários e encargos sociais	15.674	15.818
Diretoria Executiva	15.485	15.635
Conselho de Administração	189	183
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	6.657	11.338
Outros ⁽¹⁾	1.525	1.915
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	1.027	607
Remuneração baseada em ações	5.719	10.801
Total	30.602	40.479

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.



b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- i. transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- ii. valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- iii. disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- iv. contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- v. disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 32.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- vi. aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- vii. aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- viii. cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A; e
- ix. contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em *data center*, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Para o 1º Semestre/2021, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 457.193 mil (de até R\$ 4.100.200 mil no Exercício/2020).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 29.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º Semestre/2021, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 53.568 mil (R\$ 79.099 mil no 1º Semestre/2020).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.232.598	7.460.671



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

	BB Banco Múltiplo					
	30.06.2021					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Coligadas e controladas em conjunto ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	74.462.681	1.253.288	--	885.520	76.601.489
Títulos e valores mobiliários	--	1.321.542	263.817	--	493.050	2.078.409
Carteira de crédito ⁽⁶⁾	--	465.660	6.608.047	8.909	8.985.770	16.068.386
Valores a receber de ligadas	--	58.038	256.140	--	9.433	323.611
Outros ativos ⁽⁷⁾	1.955.435	1.382.550	--	--	278.287	3.616.272
Garantias recebidas ⁽⁸⁾	--	--	5.017	--	907.464	912.481
Passivos						
Depósitos à vista	2.007.853	203.793	251.971	3.129	926.615	3.393.361
Depósitos de poupança	272	--	--	228	236.148	236.648
Depósitos a prazo	2.292.340	814.433	1.159.297	986	12.262.855	16.529.911
Captações no mercado aberto	--	15.240.058	207.638	--	3.179.315	18.627.011
Obrigações por empréstimos e repasses	153.846	71.667.172	--	--	54.699.821	126.520.839
Outros passivos ⁽⁹⁾	9.018.806	3.663.763	9.441.720	17.564	1.535.692	23.677.545
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽¹⁰⁾	--	1.120.704	5.007.138	--	199.164	6.327.006
	1º Semestre/2021					
Receitas da intermediação financeira	851.691	2.372.581	202.767	376	312.198	3.739.613
Receitas de prestação de serviços	55.249	24.529	288.924	--	348.255	716.957
Outras receitas ⁽¹¹⁾	8.793	213.765	212.994	--	2.457	438.009
Despesas da intermediação financeira	(148.457)	(2.354.458)	(9.096)	(235)	(1.560.996)	(4.073.242)
Outras despesas	(461.659)	(566.994)	(358.637)	--	(357.459)	(1.744.749)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Empresas relacionadas na Nota 2.e.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(4) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) A carteira de crédito possui R\$ 59 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 27 mil no 1º Semestre/2021.

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(8) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, dentre outras.

(9) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(10) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(11) Inclui o montante de R\$ 378.461 mil no 1º Semestre/2021 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	BB Consolidado				
	30.06.2021				
	Controlador ⁽¹⁾	Coligadas e controladas em conjunto ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.253.288	--	885.520	2.138.808
Títulos e valores mobiliários	--	3.784.434	--	687.411	4.471.845
Carteira de crédito ⁽⁵⁾	--	6.608.047	8.909	8.985.770	15.602.726
Valores a receber de ligadas	--	269.883	--	15.404	285.287
Outros ativos ⁽⁶⁾	1.955.435	138.172	--	292.717	2.386.324
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	5.017	--	907.464	912.481
Passivos					
Depósitos à vista	2.007.853	251.971	3.129	926.615	3.189.568
Depósitos de poupança	272	--	228	236.148	236.648
Depósitos a prazo	2.303.719	1.159.297	986	12.262.855	15.726.857
Captações no mercado aberto	--	207.638	--	3.179.315	3.386.953
Obrigações por empréstimos e repasses	153.846	--	--	54.699.821	54.853.667
Outros passivos ⁽⁸⁾	918.806	12.093.702	17.564	1.535.739	14.565.811
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	5.007.138	--	199.164	5.206.302
					1º Semestre/2021
Receitas da intermediação financeira	851.691	251.566	376	315.690	1.419.323
Receitas de prestação de serviços	59.907	2.540.398	--	392.441	2.992.746
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	8.793	346.807	--	2.457	358.057
Despesas da intermediação financeira	(77.897)	(9.096)	(235)	(1.560.996)	(1.648.224)
Outras despesas	(461.659)	(358.660)	--	(358.598)	(1.178.917)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) A carteira de crédito possui R\$ 59 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 27 mil no 1º Semestre/2021.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 170.002 mil no 1º Semestre/2021 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

29 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus - Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde - PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde - PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar - PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep - Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	30.06.2021			31.12.2020		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	87.876	123.347	211.223	94.026	119.972	213.998
Plano de Benefícios 1 - Previ	4.412	101.303	105.715	6.722	99.812	106.534
Plano Previ Futuro	72.406	3.182	75.588	74.760	2.344	77.104
Plano Informal	--	2.333	2.333	--	2.480	2.480
Outros Planos	11.058	16.529	27.587	12.544	15.336	27.880
Planos de Assistência Médica	88.793	108.535	197.328	94.704	106.104	200.808
Cassi	79.720	102.415	182.135	84.523	99.885	184.408
Outros Planos	9.073	6.120	15.193	10.181	6.219	16.400



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Planos de Aposentadoria e Pensão	828.211	853.344
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	279.457	307.422
Plano Previ Futuro	359.625	352.946
Plano Informal	69.878	73.093
Outros Planos	119.251	119.883
Planos de Assistência Médica	885.133	1.710.017
Cassi ⁽²⁾	796.966	1.622.605
Outros Planos	88.167	87.412
Total	1.713.344	2.563.361

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 29.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

(2) No 1º Semestre/2020, inclui contribuições retroativas a janeiro/2019, referentes à taxa de administração temporária e contribuição patronal sobre dependentes, bem como a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI) (Nota 32.g).

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) estão estimadas em R\$ 995.378 mil para os próximos 6 meses e R\$ 1.865.933 mil para os próximos 12 meses.

Valores Reconhecidos no Resultado

	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Planos de Aposentadoria e Pensão	(314.982)	(875.511)
Plano de Benefícios 1 - Previ	177.548	(360.367)
Plano Previ Futuro	(359.625)	(352.946)
Plano Informal	(46.638)	(60.048)
Outros Planos	(86.267)	(102.150)
Planos de Assistência Médica	(1.011.335)	(1.057.001)
Cassi	(912.232)	(967.694)
Outros Planos	(99.103)	(89.307)
Total	(1.326.317)	(1.932.512)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 29.d.4.

a) Planos de Aposentadoria e Pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

(a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;

(b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e

(c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes), mais uma taxa de administração temporária, correspondente a 10% sobre o somatório das contribuições patronais e pessoais (titulares em atividade), até 2021.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31.12.2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 4,55% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 11,72%, e dos patrocinadores 7,17%. Os beneficiários também contribuem com 0,99% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 30.06.2021 e 31.12.2020.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Sem/2021	Exerc/2020	1º Sem/2021	Exerc/2020	1º Sem/2021	Exerc/2020	1º Sem/2021	Exerc/2020
Saldo inicial	(197.181.895)	(211.164.640)	(1.058.846)	(1.100.658)	(12.359.453)	(13.234.231)	(11.411.961)	(11.833.607)
Custo de juros	(7.177.530)	(14.289.666)	(34.031)	(68.305)	(456.449)	(907.097)	(416.570)	(813.178)
Custo do serviço corrente	(106.927)	(275.589)	--	--	(52.124)	(94.355)	(4.113)	(9.911)
Custo do serviço passado	--	--	(12.606)	(37.482)	--	(56.700)	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	7.068.150	13.117.049	69.878	150.481	393.307	763.559	347.034	725.222
Reduções/liquidações ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	450.920	--	--
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	33.475.375	15.430.951	129.565	(2.882)	2.174.895	718.451	1.965.434	519.513
Ajuste de experiência	(5.651.146)	(3.704.965)	(8.680)	(36.898)	(245.174)	(499.419)	(127.794)	(265.968)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	--	--	--	--	--	--	(48.938)
Alterações premissas financeiras	39.126.521	19.135.916	138.245	34.016	2.420.069	1.217.870	2.093.228	834.419
Saldo final	(163.922.827)	(197.181.895)	(906.040)	(1.058.846)	(10.299.824)	(12.359.453)	(9.520.176)	(11.411.961)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(163.922.827)	(197.181.895)	--	--	(80.750)	(80.750)	(8.137.586)	(7.922.125)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(906.040)	(1.058.846)	(10.219.074)	(12.278.703)	(1.382.590)	(3.489.836)

(1) Liquidação da obrigação contratual do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), pertencente ao Plano de Associados, administrado pela Cassi.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	1º Sem/2021	Exerc/2020	1º Sem/2021	Exerc/2020	1º Sem/2021	Exerc/2020	1º Sem/2021	Exerc/2020
Saldo inicial	208.906.421	194.700.370	--	--	80.750	161.500	7.922.125	7.416.701
Receita de juros	7.639.552	13.237.239	--	--	--	--	292.711	529.344
Antecipação de contraprestação ⁽²⁾	--	--	--	--	--	(80.750)	--	--
Contribuições recebidas	557.117	1.209.842	69.878	150.480	393.307	763.559	185.506	398.249
Participantes	277.660	587.996	--	--	--	--	70.903	152.858
Empregador ⁽³⁾	279.457	621.846	69.878	150.480	393.307	763.559	114.603	245.391
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(7.068.150)	(13.117.049)	(69.878)	(150.480)	(393.307)	(763.559)	(347.035)	(725.221)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	11.307.965	12.876.019	--	--	--	--	84.279	303.052
Saldo final	221.342.905	208.906.421	--	--	80.750	80.750	8.137.586	7.922.125

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmias (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

(3) No Plano 1 - Previ, inclui o valor de R\$ 1.797 mil (R\$ 33.850 mil no Exercício/2020), referente ao Contrato 97 e Grupo Especial.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
1) Valor justo dos ativos do plano	221.342.905	208.906.421	--	--	80.750	80.750	8.137.586	7.922.125
2) Valor presente das obrigações atuariais	(163.922.827)	(197.181.895)	(906.040)	(1.058.846)	(10.299.824)	(12.359.453)	(9.520.176)	(11.411.961)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	57.420.078	11.724.526	(906.040)	(1.058.846)	(10.219.074)	(12.278.703)	(1.382.590)	(3.489.836)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado⁽¹⁾	28.710.039	5.862.263	(906.040)	(1.058.846)	(10.219.074)	(12.278.703)	(1.240.463)	(2.477.735)

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Custo do serviço corrente	(53.463)	(80.153)	--	--	(52.124)	(43.872)	(2.056)	(2.797)
Custo dos juros	(3.588.765)	(3.586.050)	(34.031)	(34.205)	(456.449)	(451.379)	(235.092)	(226.913)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	3.819.776	3.305.836	--	--	--	--	145.977	127.509
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(12.607)	(25.843)	--	(56.700)	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(403.659)	(415.743)	(95.599)	(90.910)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	1.400	1.654
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	177.548	(360.367)	(46.638)	(60.048)	(912.232)	(967.694)	(185.370)	(191.457)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Saldo inicial	(9.715.783)	(17.490.891)	(227.609)	(226.025)	(2.813.815)	(3.208.963)	(1.007.952)	(1.236.627)
Ajustes de avaliação patrimonial	22.390.771	14.136.560	129.566	(2.880)	2.174.895	718.451	1.213.841	417.576
Efeitos fiscais	(10.431.776)	(6.361.452)	(58.304)	1.296	(978.703)	(323.303)	(549.480)	(188.901)
Saldo final	2.243.212	(9.715.783)	(156.347)	(227.609)	(1.617.623)	(2.813.815)	(343.591)	(1.007.952)

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾					Total
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos		
Plano 1 (Previ)	11,09	14.512.358	14.379.459	14.175.208	305.682.023	348.749.048	
Plano Informal (Previ)	6,27	149.714	137.146	121.435	918.834	1.327.129	
Plano de Associados (Cassi)	12,00	915.566	907.939	896.623	22.384.263	25.104.391	
Regulamento Geral (Economus)	10,86	599.861	599.846	599.433	13.083.470	14.882.610	
Regulamento Complementar 1 (Economus)	13,11	3.082	3.231	3.390	136.601	146.304	
Plus I e II (Economus)	15,55	42.232	43.463	45.073	2.185.082	2.315.850	
Grupo B ¹ (Economus)	9,88	20.945	20.770	20.574	382.396	444.685	
Prevmais (Economus)	14,28	17.221	17.888	18.413	750.815	804.337	
Multifuturo I (Fusesc)	15,95	7.439	7.579	7.732	408.238	430.988	
Plano I (Fusesc)	9,06	47.279	46.429	45.524	707.609	846.841	
Plano BEP (Prevbep)	11,06	6.150	6.411	6.618	144.907	164.086	

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros Planos	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Renda fixa	107.240.637	95.762.703	6.597.638	6.431.346
Renda variável ⁽¹⁾	95.642.269	95.240.437	793.000	719.745
Investimentos imobiliários	11.045.011	11.239.165	290.149	312.911
Empréstimos e financiamentos	5.334.364	5.368.895	169.556	172.841
Outros ⁽²⁾	2.080.624	1.295.221	367.993	366.032
Total	221.342.905	208.906.421	8.218.336	8.002.875
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	11.819.711	7.510.061	13.497	30.554
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.305.923	82.975	34.511	38.701

(1) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 8.195.905 mil (R\$ 41.919.306 mil em 31.12.2020), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

(2) Em Outros Planos, inclui o valor de R\$ 80.750 mil referente aos ativos da Cassi.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Taxa de inflação (a.a.)	3,42 %	3,31 %	3,49 %	3,36 %	3,41 %	3,31 %	3,40 %	3,29 %
Taxa real de desconto (a.a.)	6,22 %	4,24 %	5,64 %	3,58 %	6,29 %	4,33 %	6,25 %	4,25 %
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	9,85 %	7,69 %	--	--	--	--	9,86 %	7,69 %
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,93 %	0,93 %	--	--	--	--	0,92 %	0,92 %
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-83	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Economia, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,22 %	4,75 %
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de mercado	Valor Ajustado ⁽¹⁾
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

(1) A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço médio de negociação da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do último dia útil de cada mês, ajustado.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Valor apurado – Previ ⁽¹⁾	216.448.841	185.396.375	(190.043.907)	(171.558.201)	26.404.934	13.838.174
Incorporação dos valores do contrato 97 ⁽¹⁾	--	12.531.309	--	(12.531.309)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial ⁽¹⁾	--	1.070.509	--	(1.070.509)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽²⁾	4.894.064	9.908.228	--	--	4.894.064	9.908.228
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	26.121.080	(12.021.876)	26.121.080	(12.021.876)
Valor apurado - Banco	221.342.905	208.906.421	(163.922.827)	(197.181.895)	57.420.078	11.724.526

(1) A partir do Exercício/2021, os valores do contrato 97 e Grupo Especial estão incluídos no Valor apurado – Previ, em atendimento à Instrução Previ n.º 31/2020, tornando-se desnecessária a aplicação desses ajustes pelo Banco.

(2) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

d.11) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 30.06.2021.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(3.643.356)	3.799.856	2.743.238	(2.790.001)	29.374	(29.195)
Plano Informal (Previ)	(11.872)	12.215	29.583	(29.092)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(217.342)	227.019	134.167	(135.455)	795	(776)
Regulamento Geral (Economus)	(163.812)	170.495	125.584	(129.433)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.731)	1.808	(709)	732	--	--
Plus I e II (Economus)	(22.155)	23.364	33.455	(32.620)	--	--
Grupo B' (Economus)	(4.698)	4.871	4.984	(5.142)	--	--
Prevmals (Economus)	(7.940)	8.317	1.283	(1.210)	1.248	(1.231)
Multifuturo I (Fusesc)	(3.846)	3.889	892	(1.147)	1.313	(1.450)
Plano I (Fusesc)	(9.702)	8.508	9.268	(10.915)	755	(757)
Plano BEP (Prevbep)	(1.796)	1.872	1.185	(1.214)	19	(19)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Plano 1 (Previ)	28.710.039	5.862.263	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(906.040)	(1.058.846)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(10.219.074)	(12.278.703)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(624.459)	(1.364.974)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	4.908	--	--	(3.578)
Plus I e II (Economus)	--	--	(742.946)	(1.052.895)
Grupo B' (Economus)	--	--	(231.678)	(274.683)
Prevmais (Economus)	122.869	69.947	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	94.240	67.904	--	--
Plano I (Fusesc)	108.482	63.645	--	--
Plano BEP (Prevbep)	28.121	16.899	--	--
Total	29.068.659	6.080.658	(12.724.197)	(16.033.679)

f) Destinações do Superávit do Plano 1 - Previ

	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Fundo de Utilização⁽¹⁾		
Saldo inicial	9.912.387	9.572.386
Contribuição ao Plano 1	(279.457)	(307.422)
Atualização	624.891	256.674
Saldo final	10.257.821	9.521.638

(1) Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75 % a.a.).



30 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que compõem o conjunto corporativo de riscos relevantes, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

A definição dos riscos é realizada considerando critérios quantitativos e qualitativos, e resulta nos seguintes riscos relevantes:

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Mercado;
- c) Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco Operacional;
- f) Risco Legal;
- g) Risco Socioambiental;
- h) Risco Climático;
- i) Risco de Estratégia;
- j) Risco de Reputação;
- k) Risco Atuarial;
- l) Risco de Modelo;
- m) Risco Cibernético;
- n) Risco de TI;
- o) Risco de Segurança;
- p) Risco de Contágio;
- q) Risco de Conformidade (Compliance);
- r) Risco de Conduta; e
- s) Risco de Fornecedor.

No Banco, a gestão dos riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios e de auditoria interna. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, com parecer dos Comitês de Assessoramento. O gerenciamento dos riscos é realizado conforme as políticas e estratégias da Alta Administração do Banco.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos financeiros - Valor justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	30.06.2021		31.12.2020		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativos								
Disponibilidades	25.389.101	25.389.101	16.784.560	16.784.560	--	--	--	--
Depósitos compulsórios em bancos centrais	72.023.509	72.023.509	60.308.542	60.308.542	--	--	--	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez	571.754.274	571.754.273	510.645.791	510.645.484	(1)	(307)	(1)	(307)
Títulos e valores mobiliários	293.174.228	292.420.110	294.912.849	293.835.221	(1.207.379)	312.682	(754.118)	(1.077.628)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 10.a)					(453.261)	1.390.310	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 10.a)					(754.118)	(1.077.628)	(754.118)	(1.077.628)
Instrumentos financeiros derivativos	2.683.473	2.683.473	3.527.336	3.527.336	--	--	--	--
Carteira de crédito	705.843.303	750.671.379	681.776.452	709.622.236	44.828.076	27.845.784	44.828.076	27.845.784
Outros ativos financeiros	100.891.523	100.891.523	96.465.178	96.465.178	--	--	--	--
Passivos								
Recursos de clientes	661.334.086	661.550.544	601.984.265	601.882.881	(216.458)	101.384	(216.458)	101.384
Recursos de instituições financeiras	671.186.040	673.273.564	603.552.262	604.917.932	(2.087.524)	(1.365.670)	(2.087.524)	(1.365.670)
Recursos de emissão de títulos e valores mobiliários	186.689.749	186.689.749	203.192.140	203.192.140	--	--	--	--
Instrumentos financeiros derivativos	2.901.218	2.901.218	3.049.843	3.049.843	--	--	--	--
Outros passivos financeiros	96.254.412	96.254.412	108.424.340	108.424.340	--	--	--	--
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					41.316.714	26.893.873	41.769.975	25.503.563

Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e valores mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de crédito: Para as operações pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas prefixadas de juros foram valorizadas à taxa de contratação, com seus fluxos futuros de caixa descontados a taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Depósitos interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por operações compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por empréstimos e repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Outras obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais instrumentos financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	Saldo em 30.06.2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	272.117.151	231.303.851	37.711.813	3.101.487
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	2.901.340	--	2.901.340	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	10.720.474	9.092.319	1.598.261	29.894
Instrumentos financeiros derivativos	2.683.473	--	1.819.558	863.915
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	255.811.864	222.211.532	31.392.654	2.207.678
Passivos	(5.205.185)	--	(4.407.162)	(798.023)
Captação com hedge	(2.303.967)	--	(2.303.967)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(2.901.218)	--	(2.103.195)	(798.023)

	Saldo em 31.12.2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	279.631.704	242.939.698	32.369.841	4.322.165
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	3.115.079	--	3.115.079	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	17.774.838	16.517.985	1.255.818	1.035
Instrumentos financeiros derivativos	3.527.336	--	1.302.466	2.224.870
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	255.214.451	226.421.713	26.696.478	2.096.260
Passivos	(5.737.058)	--	(4.243.923)	(1.493.135)
Captação com hedge	(2.687.215)	--	(2.687.215)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(3.049.843)	--	(1.556.708)	(1.493.135)



Análise de sensibilidade

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira Bancária (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 5,12 e aumento da taxa Selic em 6,25% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2021.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2021, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, conseqüentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2021, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, conseqüentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		30.06.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(58.501)	Manutenção	--
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	42.471	Aumento	(49)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(67.811)	Manutenção	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	12.923	Aumento	10.401



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		30.06.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(54.161)	Aumento	(14.845)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(1.255)	Aumento	(10)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(34.679)	Aumento	(3.631)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(137.187)	Redução	(130.805)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		30.06.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(104.541)	Aumento	(29.352)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(2.508)	Aumento	(21)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(66.435)	Aumento	(7.092)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(274.373)	Redução	(261.609)

Para as operações classificadas na Carteira Bancária, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge natural*), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading) e da Carteira Bancária (Banking), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		30.06.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(14.369.014)	Manutenção	--
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	12.472.035	Manutenção	--
Cupom de TBF		Aumento	937	Aumento	874
Cupom de TJLP		Aumento	1.707.883	Aumento	173.053
Cupom de TMS e CDI		Redução	1.767.364	Aumento	(304.611)
Cupom de IGP-M		Aumento	(67.831)	Manutenção	--
Cupom de INPC	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(327.593)	Manutenção	--
Cupom de IPCA		Aumento	(138.547)	Manutenção	--
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	902.601	Aumento	1.118.634
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	178.183	Aumento	113.302



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		30.06.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(13.414.343)	Aumento	(10.330.984)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(13.349.511)	Redução	(6.960.855)
Cupom de TBF		Redução	(181)	Redução	(153)
Cupom de TJLP		Redução	(457.135)	Redução	(384.922)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(86.419)	Redução	(31.616)
Cupom de IGP-M		Aumento	(28.285)	Aumento	(34.437)
Cupom de INPC	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(96.417)	Aumento	(154.100)
Cupom de IPCA		Aumento	(74.530)	Aumento	(31.942)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(396.116)	Redução	(379.024)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.891.564)	Redução	(1.424.966)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		30.06.2021		31.12.2020	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(25.827.620)	Aumento	(19.949.072)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(27.728.378)	Redução	(14.204.528)
Cupom de TBF		Redução	(363)	Redução	(307)
Cupom de TJLP		Redução	(936.304)	Redução	(784.332)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(172.725)	Redução	(63.269)
Cupom de IGP-M		Aumento	(56.149)	Aumento	(68.208)
Cupom de INPC	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(191.242)	Aumento	(304.213)
Cupom de IPCA		Aumento	(143.091)	Aumento	(62.398)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(799.099)	Redução	(764.112)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(3.783.128)	Redução	(2.849.932)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira Bancária, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 11.a.5. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 30.06.2021, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico.



b) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas comerciais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia comercial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD), do Plano de Negócios dos Mercados, do Plano de Investimentos Fixos e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Meta ¹	ICP	ALERTA			VIGILÂNCIA		
Apetite ²	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN I Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		

¹ nível de capital desejado pela Instituição
² nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação do estado de capital do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I) e do Índice de Basileia Prudencial (IBP) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen n.º 3.846, de 13.09.2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental; e

III - a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidiaria a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

c) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não compõem o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	30.06.2021	31.12.2020
PR - Patrimônio de Referência	163.153.192	161.924.480
Nível I	138.943.348	132.247.506
Capital Principal (CP)	112.036.523	104.315.243
Patrimônio Líquido	135.604.189	116.940.782
Instrumento elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(31.667.666)	(20.725.539)
Capital Complementar	26.906.825	27.932.263
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	26.886.825	27.932.263
Letra financeira subordinada perpétua	20.000	--
Nível II	24.209.844	29.676.974
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	24.209.844	29.676.974
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	--	186.926
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	24.209.844	29.490.048
Recursos captados do FCO ⁽¹⁾	23.469.518	26.403.208
Recursos captados com letras financeiras e CDB ⁽²⁾	740.326	3.086.840
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	830.490.949	766.064.658
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	705.828.225	677.256.134
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	20.884.937	21.125.396
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	103.777.787	67.683.128
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)⁽³⁾	66.439.276	61.285.173
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)⁽⁴⁾	96.713.916	100.639.307
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA)⁽⁴⁾	16,73%	17,26%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ⁽⁴⁾	13,49%	13,62%
Índice de Basileia (PR/RWA)⁽⁴⁾	19,65%	21,14%

(1) Em cumprimento ao disposto no artigo 29-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 80% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

(2) Em 30.06.2021, considerou-se o saldo corrente dos instrumentos de Dívida Subordinada aplicando-se os redutores, conforme determina o art. 29 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(3) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

(4) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	30.06.2021	31.12.2020
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(15.624.819)	(4.588.635)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(7.509.304)	(6.702.085)
Ativos intangíveis	(4.755.523)	(6.211.770)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾	(1.576.752)	(1.609.596)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ⁽²⁾	(1.540.986)	(1.375.048)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(487.099)	--
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(66.653)	(56.518)
Participação de não controladores ⁽³⁾	(47.672)	(112.462)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(31.211)	(34.399)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(27.647)	(35.026)
Total	(31.667.666)	(20.725.539)

(1) Aplica-se o disposto no §13º, artigo 5º da Resolução CMN n.º 4.192/2013, que determina a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2020.

(2) Refere-se a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas.

(3) A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

d) Índice de imobilização e Margem

	30.06.2021	31.12.2020
Índice de imobilização	14,28%	14,12%
Margem em relação ao limite de imobilização	58.274.428	58.099.596

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

e) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A Resolução CMN n.º 4.783/2020 reduziu, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACP Conservação de que trata a Resolução CMN n.º 4.193/2013. Entre 01.04 e 30.09.2021, aplica-se 1,625% ao RWA na apuração do ACP Conservação. Essa redução impactou a exigência mínima regulatória, conforme quadro a seguir:

	Regulatório	30.06.2021
Índice de Capital Principal (ICP) ⁽¹⁾	7,125%	13,49%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ⁽¹⁾	8,625%	16,73%
Índice de Basileia (IB) ⁽¹⁾	10,625%	19,65%
Índice de imobilização	Até 50%	14,28%

(1) Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 30.06.2021, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período. Seguindo a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos e o Plano de Capital, a meta para 2022 é manter no mínimo 11% de Índice de Capital Principal.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c, 19.d e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) sem opção de recompra ou resgate, total ou parcial, pelo detentor do título e os fluxos de caixa esperados ocorrerão apenas no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável; e
- 2) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
 - d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom, no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais. Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029, ainda pendente de análise e deliberação pelos órgãos competentes.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere, de provisão e de remuneração na operacionalização do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 29-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o período de divulgação, foram identificados os eventos registrados na tabela abaixo considerados “Itens não recorrentes”, com o respectivo efeito tributário e na participação nos lucros e resultados, a seguir detalhados, quando necessário ao melhor entendimento:

Planos econômicos: Despesas com provisão oriundas de ações judiciais referentes aos planos econômicos.

Crédito tributário sobre CSLL: Ativação de crédito tributário em decorrência da majoração da alíquota de CSLL, de 20% para 25%, conforme Lei 14.183 de 14.07.2021.

Programas de Desligamento – PAQ e PDE: Despesas decorrentes do Programa de Adequação de Quadros – PAQ e do Programa de Desligamento Extraordinário – PDE, conforme Comunicado ao Mercado de 08.02.2021.

a) Desdobramento do Lucro Líquido do período em itens não recorrentes e resultado recorrente

	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Lucro Líquido ⁽¹⁾	9.749.601	6.413.429
Itens Não Recorrentes	(202.383)	(293.049)
Planos econômicos	(904.347)	(548.184)
Programas de Desligamento – PAQ e PDE	(794.829)	--
Provisão extraordinária para demandas contingentes	--	1.540
Crédito tributário sobre CSLL	719.641	--
Efeito tributário e de PLR sobre os itens não recorrentes	777.152	253.595
Resultado Recorrente	9.951.984	6.706.478

(1) Lucro líquido constante na Demonstração do Resultado Consolidado. A conciliação do lucro líquido do BB Banco Múltiplo com o BB Consolidado está evidenciada na Nota 23.h.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32 - OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Administração de fundos de investimentos**

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Patrimônio Administrado	1.034	983	1.281.691.550	1.177.122.743
Fundos de investimentos	1.027	976	1.259.089.462	1.155.405.598
Carteiras administradas	7	7	22.602.088	21.717.145

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativo				
Grupo BB	87.379.373	88.879.047	85.528.656	86.875.056
Terceiros	76.422.773	90.324.300	107.810.018	119.676.281
TOTAL DO ATIVO	163.802.146	179.203.347	193.338.674	206.551.337
Passivo				
Grupo BB	25.012.525	34.011.374	24.152.502	32.888.815
Terceiros	126.976.239	132.238.117	151.953.706	155.089.538
Patrimônio Líquido	11.813.382	12.953.856	17.232.466	18.572.984
Atribuível à controladora	11.813.382	12.953.856	16.771.309	18.099.853
Participação dos não controladores	--	--	461.157	473.131
TOTAL DO PASSIVO	163.802.146	179.203.347	193.338.674	206.551.337

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Lucro Líquido	256.858	1.000.275	956.150	1.745.576
Atribuível à controladora	256.858	1.000.275	826.260	1.599.883
Participações dos não controladores	--	--	129.890	145.693

c) Recursos de consórcios

	30.06.2021	31.12.2020
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	523.882	536.685
Obrigações do grupo por contribuições	27.316.433	23.225.234
Consoiciados - bens a contemplar	25.252.835	21.351.283
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	233	218
Quantidade de consorciados ativos	1.217.537	1.115.774
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	108.451	86.616
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	97.293	64.030



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 9.144/2017.

	1º Semestre/2021		1º Semestre/2020	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	210	21.390	217	21.756
Outros órgãos/entidades	2	424	2	441
Entidades controladas e coligadas	3	1.068	3	1.283
Sem ônus para o Banco⁽²⁾				
Governos Federal, Estadual e Municipal	170	--	171	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	517	--	538	--
Entidades dos funcionários	69	--	78	--
Entidades controladas e coligadas	578	--	566	--
Total	1.549	22.882	1.575	23.480

(1) Posição no último dia do período.

(2) No 1º Semestre/2021, o Banco foi ressarcido em R\$ 259.209 mil (R\$ 245.284 mil no 1º Semestre/2020), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados e dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	30.06.2021	31.12.2020
Menor salário	3.022,37	3.022,37
Maior salário	50.569,51	50.569,51
Salário médio	8.432,92	8.379,41
Presidente	68.781,86	68.781,86
Vice-presidente	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45
Conselho Fiscal	5.914,84	5.914,84
Conselho de Administração	5.914,84	5.914,84
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	46.959,71
Comitê de Riscos e de Capital	46.959,71	46.959,71

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 30.06.2021

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.054.280	4.305
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	105.260	306
Demais	1.300	1
Total	1.160.840	4.612

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Cassi

Em 22.07.2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Resolução Operacional n.º 2.439, que instaura a direção fiscal na Cassi. A ANS esclarece que o regime de direção fiscal não é uma intervenção. A agência nomeou um diretor fiscal, sem poderes de gestão na operadora, para avaliar presencialmente a situação da Cassi. Cabe ao diretor analisar as medidas saneadoras propostas pela operadora e subsidiar a ANS em suas decisões. A direção fiscal tem duração de até 365 dias, podendo ser renovado o regime.

Após 90 dias de auditoria contábil financeira, a ANS emitiu a Instrução Diretiva n.º 12, datada de 23.10.2019, ratificando que a Caixa de Assistência cumpre os preceitos exigidos pelos normativos de controle contábil e recomendando dois ajustes pontuais. Além disso, a Diretora Fiscal deu o prazo de 30 dias para que seja apresentado um Programa de Saneamento, que deve conter ações e metas para reverter todos os indicadores que estão em desconformidade.

Em 31.10.2019, o Banco comunicou que o Conselho Diretor aprovou nova proposta de reforma estatutária apresentada pelo Conselho Deliberativo da Cassi. Em 28.11.2019, o Banco comunicou que a reforma foi aprovada pelos associados. Assim, no Exercício/2019, houve despesa adicional de R\$ 549 milhões, referente ao custeio do novo modelo, sendo reconhecida em Despesas de Pessoal.

Em 17.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), pertencente ao Plano de Associados, administrado pela Cassi, pelo valor de R\$ 451 milhões. A liquidação desta obrigação representa baixa nas provisões do Banco, decorrentes da Deliberação CVM n.º 695/2012, não gerando, dessa forma, impacto no resultado do Banco.

Em 20.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a realização dos seguintes pagamentos, retroativos a janeiro de 2019: R\$ 124 milhões da Taxa de Administração e R\$ 425 milhões da Contribuição Patronal sobre Dependentes. O aumento destas despesas não impacta o passivo atuarial, calculado de acordo com a Deliberação CVM n.º 695/2012.

Em 15.06.2020, a ANS publicou a Resolução Operacional n.º 2.556, anunciando o encerramento do regime especial de direção fiscal na CASSI. A decisão atesta que a CASSI regularizou todos os indicadores econômico-financeiros que levaram à instauração da direção em julho de 2019 e cumpre as projeções que compõem o Programa de Saneamento, apresentado à ANS em dezembro do mesmo ano.

h) BB Seguridade - Proposta de redução do capital

Em 25.09.2019, o Conselho de Administração da BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade), empresa controlada do Banco do Brasil, aprovou a submissão de proposta à Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para redução do capital social no montante de R\$ 2,7 bilhões, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei n.º 6.404/1976.

Em 30.10.2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguridade a proposta submetida para redução do capital social, que se tornou efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia.

Em 30.04.2020, o Banco recebeu, a título de restituição de parte do valor de suas ações, o montante de R\$ 1,8 bilhão. O referido montante não impactou o resultado do Banco do Brasil.

i) Cessão de carteira de crédito

Em 01.07.2020, o Banco realizou cessão de carteira de créditos, majoritariamente em perdas, a Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizado e Exclusivo (FIDC-NP), administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

A carteira cedida possuía valor contábil de R\$ 2,9 bilhões e o impacto financeiro da transação foi de R\$ 371 milhões, antes dos impostos, contabilizados no resultado do 3º Trimestre/2020.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Opção de recompra total de título de dívida perpétuo

O Banco do Brasil exerceu em 20.10.2020 a opção de recompra total do título de dívida perpétuo emitido em 2009 (Banbra 8,5%), vigente sob as regras de Basileia II. A recompra foi realizada por 100% do seu valor de face, acrescido dos juros contabilizados e não pagos até aquela data, totalizando R\$ 4,953 bilhões (Nota 19.d).

A operação de recompra foi realizada com recursos provenientes do caixa do Banco e não trouxe impactos relevantes para os níveis de liquidez e de capital da instituição.

k) Revisão e redimensionamento da estrutura organizacional e desligamento incentivado

Conforme divulgado no Fato Relevante ao mercado em 11.01.2021, o Banco aprovou um conjunto de medidas relacionadas à revisão e ao redimensionamento de sua estrutura organizacional, em linha com os objetivos estratégicos de centralidade no cliente e incremento da eficiência operacional.

A implementação plena das medidas deverá ocorrer durante o 1º Semestre/2021 proporcionando ganhos de eficiência e otimização em 870 pontos de atendimento do país, incluindo: i) desativação de unidades; ii) conversão de agências em PA e PA transformados em agências; iii) transformação de unidades de negócios em Lojas BB, sem a oferta de guichês de caixa, com maior vocação para assessoria e relacionamento; iv) realocação compartilhada de unidades de negócios; e v) criação de Agências Especializadas Agro e Escritórios Leve Digital (unidades de negócio especializadas no atendimento a clientes com maturidade digital).

A reorganização da rede de atendimento objetiva a sua adequação ao novo perfil e comportamento dos clientes e compreende, além das medidas de otimização de estrutura descritas acima, outros movimentos de revisão e redimensionamento nas diretorias, áreas de apoio e rede, privilegiando a especialização do atendimento e a ampliação da oferta de soluções digitais.

Além disso, com as medidas, o Banco expande sua capacidade de assessoramento gerenciado aos clientes, ampliando o relacionamento e os negócios e potencializando a satisfação e a fidelização.

Foram aprovadas ainda, duas modalidades de desligamento incentivado voluntário aos funcionários: o Programa de Adequação de Quadros (PAQ), a fim de otimizar a distribuição da força de trabalho, equacionando as situações de vagas e excessos nas Unidades do banco, e o Programa de Desligamento Extraordinário (PDE), disponível a todos os funcionários do Banco que atenderem aos pré-requisitos. Os Programas possuem regulamentos específicos que estabelecem as regras para adesão.

Finalizadas as etapas de manifestação voluntária de interesse por desligamento incentivado, foram validados os desligamentos de 5.533 funcionários no PAQ e no PDE, cujos impactos financeiros foram de R\$ 795 milhões, no 1º Semestre/2021.

l) Majoração de alíquota de tributo

Em 14.07.2021, a Medida Provisória n.º 1.034 foi convertida na Lei n.º 14.183/2021 que alterou a Lei n.º 7.689/1988 para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, referidas no inciso I do parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar n.º 105/2001, em 25%, no período de julho a dezembro de 2021, com reestabelecimento da alíquota de 20% a partir de 01.01.2022.

m) Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Desde o 1º Trimestre/2020, a economia mundial vem sendo impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Conglomerado Banco do Brasil adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ao mesmo tempo, o Banco do Brasil tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas, conforme comunicado ao mercado em 24.03.2020.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

Acordo Coletivo de Trabalho

O Banco assinou o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com as Entidades Sindicais no dia 16.07.2020, tendo por finalidade minimizar os impactos decorrentes da pandemia da Covid-19. As novas regras são específicas para este período e temporárias e passam a ter validade de 2 (dois) anos a contar da sua assinatura. Principais temas celebrados no presente Acordo Coletivo:

- Home office, teletrabalho ou trabalho à distância: prioriza a utilização para os funcionários pertencentes ao grupo de risco.
- Férias: passam a ser comunicadas com 5 dias de antecedência, serão preservados 15 dias do período em aquisição para utilização futura quando houver antecipação; e abono dos dias 7, 8, 9, 28 e 29.04 para os funcionários que receberam comunicado de férias por iniciativa da empresa e encontravam-se em situação diferente de força de trabalho real.
- Banco de horas negativo: aplica-se a todos os funcionários sujeitos a controle de jornada, sem necessidade de adesão; prazo de 18 meses para compensação das horas negativas realizadas desde o dia 07.04.2020; para o uso do banco de horas, permanece a necessidade de negociação entre o funcionário e o gestor; desconto de 10% sobre o saldo das horas negativas acumuladas até julho e, sobre o saldo mês a mês a partir de agosto até dezembro de 2020.
- Demais compromissos decorrentes da negociação: não descomissionamento por desempenho durante a pandemia; possibilidade de utilização do saldo positivo do banco de horas, juntamente com outras situações de ausências, para descanso pós-pandemia, prioritariamente para os funcionários que se encontram no atendimento presencial; manutenção da possibilidade, mesmo que em rodízio, de o gestor abonar 1 ou 2 horas para os funcionários que estão em atendimento presencial nas agências.

Além da assinatura do acordo, destacam-se as seguintes ações adotadas pelo Banco:

Funcionários e colaboradores

- Comunicação com os funcionários, visando a constante orientação específica para o trabalho e atendimento, conforme a evolução da doença no País.
- Criação de Grupo Estratégico de Gestão de Crise para tratar do assunto de forma adequada, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para o público interno e externo.
- Suspensão de viagens internacionais e nacionais.
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências e audioconferências.
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- Afastamento por 14 dias de funcionários que tenham sintomas e que tiveram contato com casos confirmados ou suspeitos (isolamento social).
- Afastamento por sete dias dos funcionários oriundos de qualquer país a contar da data de saída do exterior (isolamento social).
- Priorização do trabalho remoto (home office) de acordo com a criticidade do processo e natureza do trabalho e para funcionários considerados como grupo de risco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- Flexibilização dos horários de trabalho, de alteração de período de férias e da utilização de licenças.

Clientes e usuários

- Manutenção dos serviços bancários essenciais à população, priorizando a abertura das salas de autoatendimento, abastecimento e funcionamento dos caixas eletrônicos.
- Atendimento presencial para os serviços considerados essenciais, que serão prestados excepcionalmente nas agências.
- Horário especial (das 9h00 às 10h00) exclusivo para atendimento dos aposentados do INSS e público de maior risco.
- Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet e celular, com ampliação do acesso para diversos perfis de clientes com atendimento por mensagem, além de realização de operações bancárias diretamente por aplicativo de mensagens para todos os clientes.
- Disponibilidade de até R\$ 100 bilhões para linhas de crédito voltados para pessoas físicas, empresas, agronegócio, além de suprimentos na área de saúde por prefeituras e governos. Os recursos referem-se a linhas de crédito já existentes, principalmente as voltadas para crédito pessoal e capital de giro.
- Em linha com nota emitida pela Febraban, em 16.03.2020, e com o objetivo de minimizar os impactos momentâneos dessa situação, o Banco disponibilizou opção para prorrogação das parcelas vincendas nos próximos 60 dias, mediante manifestação do cliente que poderá ser realizada pelos canais digitais do Banco. Os clientes também puderam readequar seus compromissos financeiros a partir da repactuação de operações de crédito, com carência para pagamento da primeira parcela entre 60 e 180 dias, a depender da linha de crédito, e alongamento do prazo de pagamento. Este processo de repactuação também poderá ser realizado pelos canais digitais do Banco do Brasil.

Sociedade

- Doação de recursos por empresas do Conglomerado para fomentar as ações de combate à pandemia.
- Atuação da Fundação Banco do Brasil em ações de implementação de projetos assistenciais e de conscientização junto às comunidades.

O Banco do Brasil continua avaliando e monitorando os potenciais impactos na carteira de crédito, considerando os diversos segmentos e setores e tem adotado medidas proativas para a gestão do risco.

Adicionalmente, o Banco está trabalhando para preservar a regularidade de suas atividades e a continuidade de suas operações.

Implicações contábeis e de capital relacionadas aos efeitos da Covid-19

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado. Os principais reflexos e medidas são apresentados a seguir.

i) Principais julgamentos e incertezas

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pelo Banco do Brasil foram revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período divulgados pelo Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

ii) Consolidação

Apesar do cenário econômico desafiador oriundo do enfrentamento da pandemia, o Conglomerado Banco do Brasil não realizou reestruturações societárias ou aumentou transações intragrupo significativas que não estavam inicialmente previstas pela Administração do Banco, de forma que não ocorreram alterações no processo de consolidação do Conglomerado.

iii) Distribuição de lucros

Conforme fato relevante divulgado em 25.01.2021, o Conselho de Administração (CA) aprovou, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.885, de 23.12.2020, que alterou a Resolução CMN n.º 4.820 de 29.05.2020, o percentual de 35,29% do lucro líquido a ser distribuído referente ao Exercício/2020. O CA também aprovou a revisão de sua Política e estabeleceu o payout de 40% para o Exercício/2021, via dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

iv) Gerenciamento de riscos e capital

- Capitalização - Suficiência para proteção em um evento de estresse.

Redução do Adicional de Conservação de Capital Principal dos bancos - Resolução CMN n.º 4.783/2020

A alíquota do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) caiu de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano, com reversão gradual até março de 2022. Essa medida também melhora as condições para realização de eventuais renegociações, ajudando as instituições financeiras a manter, ou mesmo ampliar, o fluxo de concessão de crédito. A redução da alíquota amplia a folga de capital do SFN, o que permite uma expansão na concessão de crédito (Nota 30.c).

Over hedge de investimentos em participações no exterior - Resolução n.º 4.192/2013 (alterada pela Resolução CMN n.º 4.851/2020)

Os bancos deixam de ser obrigados a deduzir do seu capital os efeitos tributários das operações de hedge de moeda estrangeira para sua participação em investimentos no exterior, um dos mecanismos usados pelos bancos para se protegerem das variações cambiais. A medida dará segurança para as instituições financeiras implementarem, ou mesmo para ampliarem, seus planos de concessão de crédito.

- Liquidez - Suficiência para suportar longos períodos de estresse.

Aperfeiçoamento nas regras do *Liquidity Coverage Ratio* - Circular Bacen n.º 3.986/2020

A medida reduziu com segurança os requerimentos de liquidez para as instituições brasileiras. A redução na necessidade de as instituições financeiras carregarem outros ativos líquidos de alta qualidade permitirá que se amplie a capacidade de conceder crédito.

Crédito, Mercado e Negócios - Estratégia para mitigar aumento na volatilidade no resultado (como limites de concentração e estímulos a diversificação de receitas).

Risco Operacional - Identificação e mitigação de eventos de riscos operacionais (trabalho remoto, monitoramento de ocorrências, prevenção de fraudes).

Reputação - Acompanhamento da assertividade das medidas e de seus impactos de forma a mitigar eventuais consequências negativas no valor de marca e reputação.

Risco de crédito - Monitoramento, provisionamento, revisão de políticas e apetite ao risco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

v) Redução ao valor recuperável dos ativos

O Banco do Brasil realizou estudos para identificar se seus ativos não financeiros apresentavam indícios de desvalorização pela redução do seu valor em uso ou pelos fluxos de caixa descontados, os quais podem indicar redução no valor recuperável do ativo.

No 1º Semestre/2021, foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável da ordem de R\$ 959 milhões, relativa aos contratos de verba de relacionamento comercial registrados no ativo intangível (Nota 16). Não foram identificados impactos relevantes nos valores recuperáveis de ativos imobilizados e investimentos.

vi) Valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme estabelecido no item de gerenciamento de riscos e capital, o Banco do Brasil adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, realizando simulações e projeções que visavam identificar variações significativas no valor justo dos instrumentos financeiros mantidos ou negociados pelo Banco.

Os modelos de marcação a mercado existentes no Banco foram revisados para que observassem os possíveis impactos da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 e nível 3 na hierarquia de valor justo.

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros, identificadas até o momento em decorrência da pandemia já impactaram as presentes demonstrações contábeis.

Não houve alteração na intenção de manter ou negociar títulos e valores mobiliários do Conglomerado que venha a ensejar mudança na categoria de instrumentos financeiros, conforme definido na Circular Bacen n.º 3.068/2001, que inicialmente seriam mantidos até o vencimento e contabilizados ao custo amortizado.

O Banco revisou o valor de mercado dos principais papéis registrados no ativo e identificou a necessidade de contabilização de uma redução ao valor recuperável na ordem de R\$ 720 milhões no 1º Semestre/2021 (R\$ 1.723 milhões no 1º Semestre/2020) para alguns dos instrumentos.

vii) Cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O modelo interno desenvolvido para cumprimento da Resolução CMN n.º 2.682/1999 implica na atribuição de um risco ao cliente, ao grupo econômico a qual este cliente pertença e o risco país em que o cliente conduz seus principais negócios.

A pandemia ocasionada pela Covid-19 gerou um agravamento no risco de crédito de clientes localizados nos principais países afetados, nos quais ocorreu perceptível redução na atividade econômica e, portanto, possivelmente na capacidade de que esses clientes honrem seus contratos.

Em março 2020, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN n.º 4.782/2020, estabeleceu para fins de gerenciamento de risco de crédito, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para aquelas realizadas até 30 de setembro de 2020.

Em setembro de 2020, foram publicadas a Resolução CMN n.º 4.856/2020, alterando os prazos previstos na Resolução CMN n.º 4.782/2020 para 31 dezembro de 2020, e a Resolução CMN n.º 4.855/2020, estabelecendo os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia.

No 1º Semestre/2021, não houve constituição de provisão prudencial (constituição de R\$ 4.047 milhões no 1º Semestre/2020).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

viii) Aproveitamento dos créditos tributários ativados

Foram realizados estudos para aproveitamento dos créditos tributários ativados, tendo em vista as projeções de resultado do Banco ou de suas subsidiárias pelo período de 10 anos.

O estudo realizado concluiu que não haverá alteração na expectativa de realização dos créditos tributários.

ix) Impactos na taxa de desconto e no valor justo dos ativos garantidores de planos de benefícios definidos

No período, foram identificadas oscilações importantes nas premissas utilizadas nos cálculos atuariais, especialmente no que diz respeito a alterações na taxa de desconto e no valor justo de certos ativos garantidores dos planos de benefícios. Tais efeitos geraram em conjunto ajustes nos passivos atuariais, com impacto no patrimônio líquido, no 1º Semestre/2021, da ordem de R\$ 13,89 bilhões (R\$ 1,64 bilhão no 1º Semestre/2020) líquido de tributos (Nota 29.d.5). No entanto, dada a situação de incerteza do momento econômico presente, observamos que essas duas premissas permanecem apresentando volatilidade as quais são continuamente monitoradas.

x) Provisão para riscos por demandas contingentes

Foram reavaliados os riscos envolvidos, especialmente no que se refere às demandas cíveis e trabalhistas, não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face das provisões existentes.

xi) Planos de reorganização

Não há expectativa de que ocorram reestruturações como a venda ou fechamento de parte do negócio ou a redução de operações em decorrência da crise ocasionada pela Covid-19.

xii) Outros possíveis efeitos identificados/esperados

Assistência governamental

Durante o período de enfrentamento da pandemia, ocorreram medidas governamentais e regulatórias que proporcionaram apoio aos negócios e melhoria na performance do Banco. Relacionamos algumas dessas medidas e seus impactos no âmbito do sistema financeiro nacional:

Tributos próprios:

Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria n.º 139/2020 do Ministério da Economia. O Conglomerado não adotou a faculdade concedida.

Apoio aos negócios:

Redução da alíquota do IOF cobrado dos tomadores de operações de crédito (Decretos n.º 10.305, 10.414, 10.504, 10.551 e 10.572/2020). Foram reduzidas a zero as alíquotas do IOF incidentes sobre as operações de crédito especificadas nos Decretos, contratadas entre 03.04.2020 e 26.11.2020 e entre 15.12.2020 e 31.12.2020.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Programa Emergencial de Suporte a Empregos oferece financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas – Resolução CMN n.º 4.846/2020

O Programa foi instituído pela Lei n.º 14.043, de 19 de agosto de 2020. O valor total do crédito passou para R\$ 29 bilhões, sendo R\$ 12 bilhões para concessão de garantias a empréstimos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e R\$ 17 bilhões a ser injetado pelo governo federal no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para custeio da linha de crédito em questão (PESE). Os recursos continuam sendo 85% provenientes do BNDES e o restante das instituições financeiras participantes. A medida prevê devolução, ao Governo Federal, de até 50% dos recursos não repassados pelos bancos a partir de 30 de setembro de 2020. No Exercício/2020, o Banco liberou R\$ 8,0 bilhões pelo programa. A Resolução determinou que as operações para uso dos recursos fossem contratadas até 31.10.2020.

Redução adicional do compulsório – Resolução Bacen n.º 78, de 10.03.2021

A Resolução n.º 78 revogou a Resolução n.º 21 e alterou a Circular Bacen n.º 3.916/ 2018 reduzindo o recolhimento compulsório dos recursos a prazo para 17% de março/2020 a novembro/2021 e de 20% até dezembro/2021. A medida mantém a estratégia de aumento da liquidez para a economia. As liberações se somam ao montante de R\$ 50 bilhões já liberados a partir de 16 de março.

Repos de títulos soberanos em dólar – Resolução Bacen n.º 76, de 23.02.2021

A Resolução revogou a Circular Bacen n.º 3.990/2020 entre outras. Essa medida tem como propósito revisar, atualizar, simplificar e consolidar os atos normativos, a fim de racionalizar o estoque regulatório. Com isso, o Banco Central parou de fazer operações de oferta de liquidez em dólares por meio da compra com compromisso de revenda (repos) de títulos soberanos do Brasil denominados em dólar (global bonds) de posse de instituições financeiras nacionais. A medida regula a compra ou venda definitiva de moeda estrangeira nos mercados à vista, com liquidação em data futura e a termo, inclusive com compromisso de revenda conjugadamente com compromisso de recompra, assumido pela contraparte, para liquidação em data preestabelecida, no prazo de até 360 dias.

Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais - Resolução CMN n.º 4.785/2020

O Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE) é uma opção a mais de captação de recursos acessível a todas as instituições financeiras associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Trata-se da possibilidade de essas instituições captarem depósitos garantidos pelo FGC, o que também contribui para a continuidade da oferta de crédito para o setor real. A cobertura do FGC, antes limitada a R\$ 20 milhões, foi ampliada para R\$ 40 milhões por titular. Essa garantia não envolve recursos públicos, pois o FGC é uma entidade 100% privada.

Flexibilização nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) – Manual do Crédito Rural (MCR)

Para permitir que mais instituições possam captar recursos com as LCAs, aumentando sua liquidez, a base de cálculo foi ajustada. Assim, foram flexibilizadas as regras para aplicação dos recursos provenientes da captação nas atividades do agronegócio. Tal flexibilização estava prevista na Resolução CMN n.º 4.787/2020, a qual foi revogada pela Resolução CMN n.º 4.903/2021, após a edição do Manual de Crédito Rural (MCR), em cumprimento à determinação de consolidação de atos normativos preconizada pelo Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Empréstimo com lastro em debêntures - Resolução CMN n.º 4.786/2020

O Banco Central passa a ter a possibilidade de realizar empréstimos para as instituições financeiras com lastro em debêntures (títulos privados). Essas operações têm também a garantia dos recursos que as instituições financeiras mantêm compulsoriamente em suas contas de reservas no próprio Banco Central, eliminando o risco para a autoridade monetária. Trata-se de uma Linha Temporária Especial de Liquidez que visa garantir a liquidez e o normal funcionamento do mercado de crédito cooperativo privado durante a crise.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Maior possibilidade de os bancos recomprarem suas próprias letras financeiras - Resolução CMN n.º 4.788/2020

Os maiores bancos poderão recomprar um volume maior de suas próprias letras financeiras. Com isso, os detentores desses papéis (em sua maioria, fundos de investimento) terão maior facilidade para resgatar os recursos aplicados, caso necessário. O percentual de recompra permitido passou de 5% para 20%.

Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito

O Banco Central está desenvolvendo o arcabouço legal e operacional para conceder empréstimos às instituições financeiras tendo como garantia as carteiras de crédito das instituições. A medida dará liquidez e garantirá o normal funcionamento do mercado de crédito no país.

Injeção de recursos de prazos mais longos pelo Banco Central via operações compromissadas com lastro em Títulos Públicos Federais (TPFs)

Em momentos de crise, as instituições podem ter dificuldades de acessar recursos líquidos por prazos mais longos. Para prover liquidez para o SFN, o Banco Central passou a ofertar operações compromissadas mais longas na ponta doadora de recursos, por meio de suas operações de mercado aberto. Com isso, as instituições podem obter recursos líquidos por prazos mais longos em contraposição à demanda por liquidez de curtíssimo prazo por parte dos agentes de mercado. A medida também facilita a gestão da liquidez em seus balanços, pois provê a redução do custo de manter uma carteira de mais longa duração (custo de *duration*).

Linha de swap de liquidez em dólares americanos

O Banco Central estabeleceu uma linha de swap de liquidez em dólares americanos no valor de US\$ 60 bilhões em cooperação com o Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos. A linha amplia a oferta potencial de dólares no mercado doméstico e não implica condicionalidades de política econômica; caso necessário, poderá ser utilizada para incrementar os fundos disponíveis para as atuações no mercado de câmbio pelo Banco Central. O acordo de swap entre o BC e o FED vigorou até 31 de março de 2021.

Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE)

Em 16.07.2020, foi publicada a Medida Provisória n.º 992 que dispõe, entre outras finalidades, sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE). Além disso, prevê a utilização de crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias e o compartilhamento de alienação fiduciária. Em 21.07.2020, foi publicada a Resolução CMN n.º 4.838, que dispõe sobre operações de crédito contratadas no âmbito do CGPE. A Medida Provisória teve eficácia até 12.11.2020 e, até a data, o Banco registrou o montante de R\$ 10,2 bilhões em operações do programa.

Programa de Estímulo ao Crédito (PEC)

O Programa foi instituído pela Medida Provisória n.º 1.057, de 06 de julho de 2021, que também dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias. A MP permitirá a contratação de operações de crédito, até 31.12.2021, por microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e produtores rurais, com receita bruta anual de até R\$ 4,8 milhões, em contrapartida ao aproveitamento de créditos presumidos relativos a diferenças temporárias, que atendam ao enquadramento dessa MP, e que ainda não tenham sido utilizados para contratação de operações no âmbito da MP n.º 992/2020.

33 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram identificados eventos subsequentes no período.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do
Banco do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas ("Banco do Brasil"), identificadas como BB Banco Múltiplo e BB Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas em 30 de junho de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco do Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL", sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve alto nível de julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.g), nº 4.b) e nº 12 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações e aos devedores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e impactos da Resolução CMN nº 4.803, de abril de 2020, e Resolução CMN nº 4.855, de setembro de 2020, que dispõem sobre certos efeitos da COVID-19. Para tanto, o Banco do Brasil utiliza modelos internos para definição da escala interna de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira, incluindo os impactos da COVID-19.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerada um principal assunto de auditoria devido à complexidade do modelo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ao uso de estimativas e ao alto nível de julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco do Brasil para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, incluindo os impactos da COVID-19; (b) entendimento e testes do desenho, implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de atribuição de "ratings" aos devedores e suas respectivas operações; (c) análise dos critérios de provisionamento dessas operações e desafio das premissas utilizadas pela Administração e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, com base em amostragem, com envolvimento de membros seniores da nossa equipe e especialistas; (d) análise do nível de provisionamento total das carteiras, incluindo os impactos da COVID-19; e (e) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.n), nº 4.h) e nº 21 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Banco do Brasil constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes de eventos passados, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, mensurando os montantes a serem provisionados por meio de métodos denominados "Massificado" e "Individualizado", dependendo do tipo e dos valores envolvidos das ações. O método "Massificado" é utilizado para processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor individual não seja considerado relevante, e foram desenvolvidos internamente pela Administração segundo parâmetros estatísticos. O método "Individualizado" é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos com relação à probabilidade de perda e montantes a serem provisionados.

Devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e complexidade, subjetividade e grau de julgamento dos métodos utilizados pela Administração, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados pelos métodos “Individualizado” e “Massificado”; (b) envolvimento de nossos especialistas para entendimento dos parâmetros estatísticos utilizados no método massificado; (c) confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; (d) análise por amostragem da adequação das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Planos de benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.l), nº 4.g) e nº 29 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco do Brasil relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

A estimativa das obrigações dos planos de benefício definido envolve premissas atuariais relevantes, incluindo taxas de desconto, composição familiar dos pensionistas e tábua de mortalidade geral, entre outras, as quais são sensíveis, envolvem subjetividade e julgamento da Administração e causam efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Diante disso, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração dos passivos atuariais; (b) envolvimento de nossos especialistas atuários para entendimento das bases de dados utilizadas e premissas adotadas nos cálculos dos passivos atuariais, pelos atuários externos contratados pela Administração; (c) envolvimento de nossos especialistas atuários para desafio das principais premissas atuariais utilizadas; (d) análise por amostragem da adequação das bases de dados e envolvimento de nossos especialistas atuários para o recálculo das obrigações atuariais; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que a metodologia de cálculo, as bases de dados e as principais premissas atuariais adotadas pela Administração, em conjunto com seus atuários externos, para estimar as obrigações dos planos de benefícios a empregados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco do Brasil dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco do Brasil, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco do Brasil.

Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos que nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco do Brasil, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco do Brasil é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco do Brasil continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco do Brasil ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco do Brasil são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco do Brasil e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco do Brasil e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco do Brasil e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 4 de agosto de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

*Documento original assinado.



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Primeiro semestre de 2021

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por quatro membros, todos independentes e eleitos pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único (Coaud único) para o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias: BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), BB Banco de Investimento S.A. (BB BI), Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, Ativos Gestão S. A. – Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito, BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (BB Leasing), BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. (BB Cartões), BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios), BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo) e BBTur Viagens e Turismo Ltda (em Liquidação).

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 3.198/2004¹, Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno, disponível no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Nesse contexto, os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Resolução CMN nº 4.557/2017 atribui ao Comitê de Riscos e de Capital (Coris) o assessoramento ao CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco Múltiplo e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud, além de outras empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

III. Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano Anual de Trabalho aprovado pelo CA, em 17/12/2020, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

¹ Em 27/05/2021, o CMN divulgou a Resolução nº 4.910, que revogou a Resolução CMN nº 3.198/2004, com efeitos a partir de 01/01/2022.



No período, realizou reuniões com representantes da administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como seus respectivos conselhos de administração e fiscais, Coris, Conselho Diretor, auditorias interna e independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões internas. O Comitê apresentou informe mensal de suas atividades ao CA e encaminhou atas de suas reuniões aos conselhos de administração e fiscais e auditoria independente.

Nas reuniões, abordou os temas sob acompanhamento do Coaud, inclusive aqueles decorrentes dos impactos da pandemia Covid-19 e efetuou recomendações à administração nas situações em que identificou oportunidades de melhorias.

Não chegaram ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna (Audit) e avalia sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

O Comitê realizou reuniões periódicas com a Audit para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais pontos de atenção, acompanhar sua atuação e o cumprimento do planejamento e de suas atribuições. Dentre outros temas, tratou sobre: interinidade na Auditoria Interna; demonstrações contábeis; prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo (PLD/FT); tecnologia; segurança da informação; gestão de riscos; crédito; provisões; perdas operacionais; transações com partes relacionadas (TPR); gestão fisco-tributária; passivo atuarial; impactos da pandemia Covid-19; trabalho remoto; cartão de crédito; fundos e programas governamentais; ocorrências de apurações de irregularidades e controle disciplinar; dependências externas; subsidiárias BB; e, recomendações de auditorias e relatórios recebidos de órgãos externos de supervisão e controle do Brasil e do exterior.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia a sua independência, a conformidade da Empresa com as normas de auditoria aplicáveis, a qualidade e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Instituição.

O Comitê realizou reuniões periódicas com a Deloitte com o objetivo de conhecer e acompanhar o cumprimento do planejamento da auditoria; avaliar os resultados dos principais trabalhos realizados; e, examinar suas conclusões e recomendações. Entre os temas discutidos, destacaram-se: demonstrações contábeis; relatórios sobre o sistema de controles internos; mudanças regulatórias; tributos; tecnologia; provisões; imparidade; TPR; subsidiárias; parâmetros e resultado atuarial; e, principais assuntos de auditoria (PAA).

VI. Sistema de Controles Internos (SCI)

O Coaud avalia e monitora a efetividade do SCI do Banco do Brasil.

A avaliação da efetividade do SCI é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de supervisão e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), em informações e documentos requisitados às áreas do Banco, subsidiárias e também em suas próprias análises.

VII. Transações com Partes Relacionadas (TPR)

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com as atribuições estabelecidas pela Lei das Estatais e recomenda melhorias à administração.

O Comitê realizou reuniões com as auditorias interna e independente sobre o tema, e emitiu pareceres específicos nas transações de alçada do CA do Banco.



VIII. Parâmetros e Resultado Atuarial

O Coaud avalia a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados pelo BB.

Para tanto, realizou reuniões com as áreas responsáveis pelo processo de avaliação atuarial e com a empresa especializada que assessora o BB no tema, tendo conhecido e discutido as conclusões dos trabalhos das auditorias interna e independente e avaliado as premissas e os resultados atuariais dos planos.

IX. Exposição de risco

O Coaud, em conjunto com o Coris, avaliou e monitorou as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e realizou reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital.

X. Demonstrações contábeis

O Coaud revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, os relatórios da administração e do auditor independente.

Examinou o resumo das práticas contábeis adotadas e analisou mensalmente as principais variações dos saldos e suas respectivas causas, a partir das demonstrações contábeis e de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações individuais e consolidadas do BB, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e do auditor independente, relativos a 30/06/2021.

XI. Recomendações do Comitê de Auditoria

O Comitê elaborou pareceres ao CA com relação aos seguintes temas: planejamento e relatório de atividades da auditoria interna, SCI; canal de denúncia de ilícitos; PLD/FT; TPR; relatórios atuariais; e, revisões de políticas.

Emitiu recomendações à gestão e à auditoria interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas.

XII. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e objeto de atenção por parte da administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Deloitte atua com efetividade e independência;
- d) as transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período observaram as normas aplicáveis e as condições de mercado;
- e) os principais parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração; e,



Original assinado

g) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB de 30/06/2021 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 03 de agosto de 2021.

(assinado eletronicamente)
Egídio Otmar Ames

(assinado eletronicamente)
Luíz Spínola

(assinado eletronicamente)
Marcos Tadeu de Siqueira

(assinado eletronicamente)
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias



DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2021 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 03 de agosto de 2021.

Fausto de Andrade Ribeiro
Presidente

Ana Paula Teixeira de Sousa
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

João Carlos de Nobrega Pecego
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima
Vice-Presidência de Desenvolvimento de
Negócios e Tecnologia

Antonio José Barreto de Araújo Júnior
Vice-presidente de Governo e Sustentabilidade
Empresarial

Ênio Mathias Ferreira
Vice-Presidência Corporativo

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Renato Luiz Bellinetti Naegele
Vice-Presidência de Agronegócios



DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 03 de agosto de 2021.

Fausto de Andrade Ribeiro
Presidente

Ana Paula Teixeira de Sousa
Vice-Presidência de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

João Carlos de Nobrega Pecego
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima
Vice-Presidência de Desenvolvimento de
Negócios e Tecnologia

Antonio José Barreto de Araújo Júnior
Vice-presidente de Governo e Sustentabilidade
Empresarial

Ênio Mathias Ferreira
Vice-Presidência Corporativo

José Ricardo Fagonde Forni
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Renato Luiz Bellinetti Naegele
Vice-Presidência de Agronegócios



MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Fausto de Andrade Ribeiro

VICE-PRESIDENTES

Ana Paula Teixeira de Sousa
Antônio José Barreto de Araújo Júnior
Carlos Motta dos Santos
Ênio Mathias Ferreira
João Carlos de Nobrega Pecego
José Ricardo Fagonde Forni
Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima
Renato Luiz Bellinetti Naegele

DIRETORES

Adelar Valentim Dias
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Carla Nesi
Eder Luiz Menezes de Faria
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
Gerson Eduardo de Oliveira
Guilherme Alexandre Rossi
Jayme Pinto Junior
João Leocir Dal Rosso Frescura
João Vagnes de Moura Silva
Lucinéia Possar
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Márvio Melo Freitas
Mauricio Nogueira
Paula Sayão Carvalho Araujo
Paulo Augusto Ferreira Bouças
Pedro Bramont
Rodrigo Mulinari
Thiago Affonso Borsari
Thompson Soares Pereira César

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aramis Sá de Andrade
Débora Cristina Fonseca
Fausto de Andrade Ribeiro
Iêda Aparecida de Moura Cagni
Paulo Roberto Evangelista de Lima
Rachel de Oliveira Maia
Walter Eustáquio Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Aloisio Macário Ferreira de Souza
Carlos Alberto Rechelo Neto
Lucas Pedreira do Couto Ferraz
Rafael Cavalcanti de Araújo
Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita

COMITÊ DE AUDITORIA

Egídio Otmar Ames
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00

